



Mary Jane Paris Spink

Viver em áreas de risco

Reflexões sobre
vulnerabilidades
socioambientais

TI TERCEIRO NOME

educ

Um mundo nebuloso

Viver na periferia de uma grande metrópole pressupõe dificuldades e problemas nem sempre visíveis para quem mora numa confortável área residencial. As periferias costumam ser nebulosas para governos e administrações, e embora despertem o interesse de cientistas e acadêmicos, são frequentemente vistas como lugares onde fatos e fenômenos cotidianos fazem parte de outro mundo ou fossem estrangeiros. A carga simbólica existente nessas áreas leva-as a serem descritas por meio de estereótipos, clichês e representações preconceituosas, e seus moradores são frequentemente vistos como sub-humanos, distantes e desconhecidos – esses territórios são, portanto, espaços de exploração.

Este livro que você folheia é diferente. Ele lhe oferece uma análise científica e rigorosa dos processos que ocorrem quando se habita áreas de risco em zonas periféricas e de alta vulnerabilidade. Mas também lhe oferece o palpitar da vida cotidiana, tal como um dispositivo de realidade virtual que nos envolve até que possamos formar uma ideia genuína do que acontece nos bairros e nas comunidades periféricas, assim como de seus problemas, vulnerabilidades e riscos.

Mary Jane Paris Spink conseguiu neste texto conjugar a análise acadêmica mais rigorosa com as vivências com e nas comunidades, algo que permite compreender em sua complexidade as realidades dos territórios física e socialmente marginalizados. Mostrou a possibilidade e a riqueza de produzir conhecimento através da ação em conexão com agentes múltiplos, humanos e não humanos. Além disso, conseguiu estabelecer um padrão de escrita que, sem abandonar o rigor científico-acadêmico, reúne as características de um texto literário de que você irá desfrutar tanto intelectualmente, como também sensorial e vivencialmente.

Lupicinio Íñiguez-Rueda
Catedrático de Psicología Social,
Universidad Autónoma de Barcelona

Viver em áreas de risco



Mary Jane Paris Spink

Viver em áreas de risco

Reflexões sobre vulnerabilidades socioambientais

TI TERCEIRO NOME

educ

Copyright@Mary Jane Paris Spink

EDITORA TERCEIRO NOME

Direção e edição
Mary Lou Paris

Preparação
Cláudia Malinverni

Revisão
Luciana Araujo Marques

Projeto gráfico e capa
Antonio Kehl

As fotos não identificadas são do acervo pessoal da autora.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Reitora
Maria Amalia Pie Abib Andery

EDUC – EDITORA DA PUC-SP

Direção
José Luiz Goldfarb

Conselho Editorial

Maria Amalia Pie Abib Andery (Presidente) • Ana Mercês Bahia Bock • Claudia Maria Costin •
José Luiz Goldfarb • José Rodolpho Perazzolo • Marcelo Perine • Maria Carmelita Yazbek •
Maria Lúcia Santaella Braga • Matthias Grenzer • Oswaldo Henrique Duek Marques

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca
Reitora Nadir Gouvêa Kfourri/PUC-SP

Spink, Mary Jane Paris

Viver em áreas de risco : reflexões sobre vulnerabilidades socioambientais / Mary Jane
Paris Spink. - São Paulo : EDUC. : Terceiro Nome, 2018.
232 p. ; 16X23 cm
Bibliografia.

ISBN Terceiro Nome. 978-85-7816-203-0
ISBN Educ. 978-85-283-0598-2
e-ISBN 978-85-7816-282-5

1. Avaliação de riscos ambientais - São Paulo (cidade). 2. Desastres ambientais - São
Paulo (cidade). 3. Ecologia urbana (Sociologia) - São Paulo (cidade). 4. Política ambiental -
São Paulo (cidade). 5. M'Boi Mirim (São Paulo, SP) - Aspectos ambientais. I. Título.

CDD 307.760981611
333.70981611
363.70981611

Todos os direitos desta edição reservados à EDITORA TERCEIRO NOME e à EDUC

EDITORA TERCEIRO NOME

Rua Prof. Laerte Ramos de Carvalho, 159
CEP 01325-030 – Bela Vista – São Paulo – SP
Tel.: (11) 32938150

www.terceironome.com.br / contato@terceironome.com.br
vendas: info@wmfmartinsfontes.com.br

EDUC

EDITORA DA PUC-SP

Rua Monte Alegre, 984 – Sala S16
CEP 05014-901 – São Paulo – SP

Tel./Fax: (11) 3670-8085 e 3670-8558
E-mail: educ@pucsp.br – Site: www.pucsp.br/educ

Sumário

| | |
|---|-----------|
| Nas trilhas da pesquisa | 7 |
| Introdução..... | 13 |
| 1 Gerenciamento de riscos ambientais em áreas urbanas no Brasil | 31 |
| A difícil tarefa de definir riscos: o debate entre objetividade e risco percebido | 33 |
| A gestão dos riscos | 47 |
| O caso específico dos desastres ambientais: a Estratégia Internacional para Redução de Riscos (ISDR) | 53 |
| O gerenciamento dos riscos ambientais em áreas urbanas no Brasil | 56 |
| A atuação da psicologia em emergências e desastres | 65 |
| 2 Da probabilidade à vivência do risco: a “desconfiguração” das casas na favela Erundina | 69 |
| Um desastre anunciado | 74 |
| Explicações sobre o desastre | 79 |
| Uma história sem final | 82 |
| Apontamentos metodológicos..... | 87 |
| 3 M'Boi Mirim vista do outro lado da ponte | 89 |
| De aldeamento a município: Santo Amaro até a virada do século XIX..... | 91 |
| Os habitantes até meados do século XX..... | 93 |
| Santo Amaro: de cidade autônoma à integração com São Paulo | 103 |
| A expansão urbana após a década de 1950: rumo ao “sertão de Santo Amaro”... .. | 105 |
| Especificidades do problema habitacional em áreas de mananciais | 112 |
| A (im)possível proteção dos mananciais..... | 116 |
| Afinal, de quem é a responsabilidade? | 122 |

| | | |
|----------|--|------------|
| 4 | Onde está Waldo? O esconde-esconde dos córregos na região dos mananciais | 125 |
| | Primeiro encontro: janeiro de 2014..... | 126 |
| | Um passeio às margens do córrego..... | 135 |
| | Mirada a partir das pranchetas dos engenheiros | 144 |
| | O jogo de esconde-esconde | 150 |
| | Notas sobre procedimentos: potencializando conexões | 154 |
| 5 | O inquestionável direito à moradia: a urgência da preservação dos mananciais ... | 157 |
| | A Fazenda Itupu como evento disparador de movimentos sociais por moradias .. | 158 |
| | Movimentos sociais por moradias: por que ocupamos? | 167 |
| | A luta por moradia na Zona Sul..... | 170 |
| | Pausa para esclarecimentos conceituais | 174 |
| | Sobre o déficit habitacional | 178 |
| | Remoções dilemáticas: o direito à moradia e a necessária proteção ambiental .. | 181 |
| | Considerações impertinentes..... | 186 |
| 6 | Versões em tensão: o caso das remoções no Jardim Capela | 187 |
| | Um breve interlúdio para falar de método..... | 188 |
| | Por que escolhi este córrego | 188 |
| | Ações em torno do córrego | 192 |
| | As remoções no Jardim Capela na perspectiva da preservação dos mananciais da represa de Guarapiranga | 197 |
| | Quando o foco são os riscos..... | 204 |
| | Costurando versões em um todo multifacetado..... | 211 |
| | Para encerrar..... | 215 |
| | Referências bibliográficas | 221 |

Nas trilhas da pesquisa

Como moradora de longa data de Santo Amaro e velejadora que fui na região, tenho bastante familiaridade com a represa de Guarapiranga – em especial, com sua margem na porção ocidental e com as águas em seus sete lagos. Assim, desenvolver a pesquisa “Viver em Áreas de Risco” na região de M’Boi Mirim foi uma opção que amadureci durante longo tempo.

A região abrange 62 quilômetros quadrados, considerando apenas os distritos de abrangência da Prefeitura Regional de M’Boi Mirim. A inserção neste vasto território exigiu, assim, a definição de estratégias, assim como a definição de quais, dentre as cinquenta áreas de risco lá existentes, incluir como estudo de caso.

As primeiras aproximações com o território tiveram por intuito o conhecimento melhor da área. Para isso, foi valiosa a companhia de Peter Spink, que também tinha projeto de pesquisa apoiado com bolsa produtividade do CNPq versando sobre a conectividade dos serviços disponíveis na região, e a disponibilidade de Paulo de Freitas, taxista, que nos acompanhou nas nossas muitas andanças pela Estrada da Guarapiranga rumo ao Parque Ecológico e pela Estrada de M’Boi Mirim em direção ao fundão do Jardim Ângela e de Parelheiros.

Mas era necessário ancorar as atividades de pesquisa em algum lugar. A opção, decorrente de antigas conexões, foi a Sociedade Santos Mártires, que desde a década de 1980 desenvolve iniciativas inovadoras voltadas à proteção especial de mulheres vítimas de violência (Casa Sofia), de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativa em meio aberto (Redescobrimo o Adolescente na Comunidade –

RAC), de acolhimento a crianças em situação de risco social ou vulnerabilidade (abrigos Raio de Sol e Girassol), de acolhimento de crianças e adolescentes vítimas de violência (SPVV) e de crianças com deficiência (Ninho da Esperança). A Santos Mártires também criou diversos serviços para suprir carências locais, como centros para juventude (CJ) e para crianças e adolescentes (CCA), de educação infantil (CEI) e de educação de jovens e adultos (MOVA ou EJA). Sou muito grata pela acolhida e pela disponibilidade de tantos novos amigos e amigas com quem tive longas conversas, que me contaram suas histórias e me levaram para conhecer os diversos serviços. A lista é extensa, mas resalto aqui o padre Eduardo McGettrick; a irmã Filis Heaney, Regina Paixão, Lea Chaves, Osni Gomes, Dorinha (que sempre nos serviu lutosos almoços) e, claro, padre Jaime Crowe, por sua presença acolhedora e desafiadora.

É na Sociedade Santos Mártires que se reúne mensalmente o Fórum em Defesa da Vida (FDV), criado em 1996 pelo padre Jaime para propiciar diálogo, encaminhar demandas e gerar movimentos em prol da comunidade, como aquele que resultou na construção do Hospital Municipal M'Boi Mirim ("Dr. Moysés Deutsch"). O Fórum teve papel fundamental na viabilização da pesquisa sobre áreas de risco, pois foi lá que conheci a maior parte dos meus interlocutores. Alguns estão presentes de viva voz neste livro, porque participaram de entrevistas relacionadas aos três casos que compõem a narrativa: Zenaide Moura, no caso das remoções no Jardim Capela; Jane Lira, Alexandre Pereira e Carlos Mendes, sobre as inundações do córrego dos Brancos; Pretta (Ivanete Frederico de Almeida) e Madalena Rodrigues, no caso do deslizamento na Favela Erundina, que contou também com contribuições da missionária vicentina Dona Geraldina, de Daniela Nogueira e de Fábio Queiróga, moradores da região e alunos da FGV.

Muitos outros, menos presentes nessas narrativas, tiveram papel importante para a minha compreensão sobre as dinâmicas da vida no Jardim São Luís e no Jardim Ângela. Na impossibilidade de mencionar todos, destaco três nomes com os quais passei a manter laços de amizade: Maria dos Anjos Pires da Silva, que me recebeu muitas vezes em sua casa e me levou a perambular pelas margens da represa antes e depois das mais recentes ocupações sobre as quais discorro; Maria dos Anjos, brava guerreira, líder comunitária sempre pronta a abraçar causas em prol da região; Joselito Alves, o Zelito, seja em sua atuação na ONG Rainha da Paz, seja no Instituto do Meio Ambiente Antrópico Saudável (Imaasus), que volta e meia

continua a entrar em contato comigo, mantendo vivo meu compromisso com a região; e a missionária franciscana irmã Tereza Valler, que esteve sempre aberta a conversar sobre temas relacionados às moradias precárias daquele território.

À medida que os temas de pesquisa surgiam nas discussões do Fórum, ficava óbvio para mim que uma importante missão era a de agregar esforços, fugindo da cilada da fragmentação de saberes e da produção de informação ensimesmados nos muros da academia. Então, como estratégia, com a participação de pesquisadores de diversas instituições, foi criado o Fórum de Pesquisadores de M'Boi Mirim. Da USP, eu gostaria de destacar Luís Guilherme Galeão da Silva, que tem na pesquisa comunitária seu principal interesse; da FGV, a liderança de Peter Spink, mas também com destaque para Tiago Corbisier e Fernando Burgos; da UFABC, Lucio Bittencourt que, juntamente com Roberth Tavanti e Tiago Corbisier explora os temas da cultura na região; do Centro de Estudos e Pesquisas Dr. João Amorim – Cejam, Mário Bracco; da Universidade Autônoma de Barcelona, Lupicínio Iñiguez-Rueda; e, claro, da PUC-SP, meu local básico de pesquisa.

Desse esforço de sistematização e disponibilização de informações nasceu a Estação de Pesquisa Urbana M'Boi, iniciativa do Centro de Estudos em Administração Pública e Governo da CEAPG/FGV sob a liderança de Peter Spink. Esta Estação tem por missão ser uma plataforma de informações que agrega pesquisadores envolvidos em questões urbanas nos distritos de Jardim Ângela, Jardim São Luís, Capão Redondo e áreas adjacentes da Zona Sul de São Paulo.

A rede de apoio não ficou, contudo, confinada ao Fórum em Defesa da Vida e ao Fórum de Pesquisadores. As e os assessores da subprefeitura¹ também foram fundamentais na viabilização da pesquisa, seja por meio do provimento de informações ou por abrirem possibilidades de inserção entre as lideranças locais. Márcio Costa, José Ronaldo Arantes, Márcia Brasil e Madalena Rodrigues, por exemplo, foram particularmente importantes nessa empreitada. E, lá no subsolo do prédio da Prefeitura Regional de M'Boi, fica a sala da geóloga Simone da Silva. Como técnica da Defesa Civil, que conta apenas com um coordenador, uma geóloga e um motorista para lidar com as cinquenta áreas de risco da região, ninguém melhor do

¹ Em 2017, na gestão de João Dória, as subprefeituras passaram a ser denominadas de "prefeituras regionais". Mantive o termo "subprefeituras" uma vez que eram assim denominadas quando a pesquisa foi realizada.

que ela conhece na palma da mão esse território – note-se que cabe à Defesa Civil elaborar o plano preventivo relativo às chuvas de verão e, obviamente, socorrer as vítimas de inundações e deslizamentos. Simone forneceu informações e fotografias de sobrevoos na região, mas também me colocou à prova, me levando, por exemplo, para participar da entrega da ordem judicial de interdição de treze casas em decorrência de obra que será feita no local (Rua Miura, J. Tamoio).

Falando em defesa civil, embora este projeto viesse amadurecendo em mim há muito tempo, foi na Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, Comdec, que essa jornada começou a se concretizar. Durante um período, em 2013, formamos um grupo liderado por Ronaldo Malheiros Figueira e Cecília Melo para pensar questões relacionadas sobretudo à prevenção de desastres em áreas de risco. Participaram desse grupo alunos da PUC-SP – Thiago Freitas, George De Luiz, Mário Martins e Roberth Tavanti – que assumiram a gestão de riscos como tema de pesquisa e auxiliaram na consolidação de informações sobre a legislação nacional e internacional relacionada à defesa civil e à redução de danos de desastres. Por meio da Comdec, fizemos contato com pesquisadores do Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT, sobretudo Eduardo Macedo, que nos forneceu o mapeamento de áreas de risco feito em 2010 a pedido da prefeitura.

Contudo, sempre faltam informações. Para suprir as inevitáveis lacunas, a parceria com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo da região de Santo Amaro foi de grande valia, possibilitando o acesso a documentos e esclarecendo dúvidas procedurais. Fizemos várias reuniões com os defensores públicos Paulo Alvarenga e Carolina Pannain, vínculo que se manteve vivo pela presença de Márcio Vianna nas reuniões do FDV.

O tema das moradias em áreas de risco, no longo percurso da pesquisa “Viver em Áreas de Risco”, esteve sempre presente no Núcleo de Práticas Discursivas no Cotidiano: direitos, riscos e saúde (NUPRAD) do Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social da PUC-SP, que conta, entre seus membros, com a presença da professora Jacqueline Brigagão. Como pesquisadora da FGV, ela acompanha de perto as ações desenvolvidas em M’Boi Mirim. Participaram da pesquisa muitos alunos de mestrado e doutorado, com destaque para José Hercílio Pessoa de Oliveira, Sandra Assis da Silva, Jonas Souza e Simone Borges da Silva. Além de assumir tarefas relacionadas ao projeto por mim coordenado, tomaram para si aspectos variados do tema, transformando-os em teses e dissertações.

Foram muitos os laços gerados nessa vasta rede de pessoas e, portanto, muitas vozes presentes nas páginas deste livro. Meu agradecimento a todas e a todos, em especial ao CNPq, por ter viabilizado esta e as demais pesquisas que integram o programa sobre risco na sociedade contemporânea.



Introdução

Este livro tem por foco a pesquisa “Viver em Áreas de Risco”,¹ que encerra um ciclo de estudos sobre a linguagem dos riscos como estratégia de governamentalidade.

Por que risco? Bem... tudo, para mim, começou com a epidemia de HIV. Na década de 1990, meu campo de pesquisa girava em torno do processo saúde-doença no contexto da organização dos serviços de saúde. A epidemia de aids, assim denominada nos anos 1980, estava longe das minhas preocupações, até eu ser procurada pelo professor José da Rocha Carvalheiro, com quem eu havia trabalhado na época em que era a técnica responsável pelo “Programa de Aprimoramento para Não Médicos”, na Fundação para o Desenvolvimento Administrativo, Fundap.

Uma das prerrogativas na luta contra a aids era desenvolver uma vacina eficaz – sonho até hoje não realizado. Era necessário que os países mais afetados se preparassem para um possível ensaio para testar uma vacina, e o Brasil havia sido escolhido para integrar essa fase preparatória. Tratava-se de uma pesquisa multicêntrica envolvendo três centros brasileiros de pesquisas, no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e em São Paulo. Desenvolvido com apoio da Unaid,² incorporava quatro eixos: o laboratorial, o clínico, o epidemiológico e o sociocomportamental. Carvalheiro me convidou para assumir a coordenação do eixo sociocomportamental do estudo paulista – o “Projeto Bela Vista”.

¹ Com apoio de Bolsa Produtividade do CNPq (Processo 302542/2011-6).

² PROJETO BELA VISTA. In: *Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em DST, HIV e AIDS no Brasil*. Brasília: Ministério da Saúde, 2005, p. 123-125.

Foram dez anos de envolvimento na área da aids, entre 1994 e 2003, durante os quais participei de vários grupos de trabalho como membro da Comissão Nacional de Aids (terminologia então utilizada). Esse envolvimento resultou em uma imersão nos estudos e discussões sobre a maneira como o HIV era disseminado. Obviamente, a caracterização do HIV já estava muito avançada, mas havia então, e continua a haver, a questão premente de desenvolver estratégias de prevenção para que a população se protegesse – pois também já havia a certeza de que todos são suscetíveis à infecção pelo vírus.

Nesse contexto surgiram críticas ao uso do termo “risco” nas explicações sobre a suscetibilidade à infecção, especialmente pelos efeitos na responsabilização individual de um problema que certamente não era apenas da esfera individual. Muitos dos meus companheiros de luta deram uma turbinada sociopolítica no uso polissêmico da palavra “risco” como explicação para a disseminação do HIV, passando, preferencialmente, a usar o conceito de vulnerabilidade. Não se tratava de jogar no lixo o conceito epidemiológico de risco, mas de ser precavido quanto às possíveis extrapolações de seu uso.

Explico: no longo percurso de formalização do conceito de risco na área da saúde,³ ocorreu uma tensão entre o enfoque coletivo da epidemiologia e da saúde pública e aquele voltado às suscetibilidades individuais, que é próprio da área clínica. José Ricardo Ayres e colaboradores⁴ alertam que a epidemiologia se sustenta na tríade discursiva: “controle técnico”, “comportamento coletivo”, “variação quantitativa”. Ou seja, risco, nessa perspectiva, é uma propriedade das populações. Porém, ao migrar para a clínica, o risco sofreu uma “tradução”, passando a integrar-se como solução técnica para as incertezas no processo de tomada de decisões, possibilitando reduzir os elementos subjetivos do raciocínio clínico. Nas palavras de Naomar Almeida Filho, “na transplantação do conceito, a Clínica interpreta o risco como aplicável a seu objeto técnico, que não tem caráter coletivo, que não se refere a populações (a não ser remotamente) e sim ao indivíduo no singular”.⁵

³ AYRES, J. R. C. M. *Sobre o risco*: para compreender a epidemiologia. São Paulo: Hucitec, 1997.

⁴ AYRES, J. R. C. M.; CALAZANS, G. J. ; SALETTI FILHO, H. C.; FRANÇA-JÚNIOR, I. Risco, vulnerabilidade e práticas de prevenção e promoção da saúde. In: CAMPOS, G.W. de S.; MINAYO, M. C. de S.; AKERMAN, M.; DRUMOND JÚNIOR, M.; CARVALHO, Y. M. de, (Org.). *Tratado de saúde coletiva*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

⁵ ALMEIDA FILHO, N. Des-construindo o conceito de risco. In: _____ (Org.). *A clínica e a epidemiologia*. Salvador/Rio de Janeiro: APCE/Abrasco, 1992, p. 138.

Nessa migração, ocorreu uma fusão entre “fator de risco” e “risco” propriamente dito. Assim, ser portador de um fator de risco ou pertencer a um grupo de risco passou a ter “o mesmo efeito de qualquer sinal clínico na prática propedêutica”.⁶ Em outras palavras, “pertencer a (ser oriundo de) certos segmentos da população, ou ser portador de certas diferenças, idiosincrasias ou heterogeneidades, transformam aqueles predicados do paciente em potencial em sinais de interesse diagnóstico ou prognósticos”.⁷

Essa migração da noção de risco teve papel central na configuração dos contornos da epidemia de aids e foi nesse contexto que emergiu uma nova frente de crítica aos usos desse conceito para a definição de políticas e práticas de prevenção. Diante do caráter urgente que essa síndrome assumia – levando à falência do sistema imunológico e à morte rápida de pessoas jovens –, e na ausência de um agente etiológico identificável,⁸ os modelos explicativos centraram-se primeiramente nos grupos nos quais havia maior prevalência da doença, ou seja, nos grupos de risco (homossexuais, hemofílicos, haitianos, num primeiro momento). Diante do potencial de geração de preconceito, amplamente apontado pelos ativistas da área, houve pressão para que a expressão fosse abandonada em favor do uso preferencial de “comportamentos de risco”. Mais recentemente, diante da tendência à excessiva individualização da responsabilidade pela infecção, houve mais uma mudança, centrando-se a preferência na expressão “práticas de risco”.

Uma nova reconfiguração ocorreu igualmente no âmbito da epidemiologia, numa progressiva socialização do conceito com a adoção preferencial da noção de vulnerabilidade proposta por Jonathan Mann⁹. Conforme apontam Ayres e colaboradores:¹⁰

⁶ Ibidem, p. 141.

⁷ Idem.

⁸ A aids (no Brasil foi mantida a sigla inglesa: *acquired immune deficiency syndrome*) é uma doença causada pelo vírus HIV que mata ou danifica as células do sistema imunológico, destruindo progressivamente a capacidade do organismo em combater infecções provocadas por outros vírus, fungos ou bactérias. Os primeiros registros da doença surgiram entre 1977 e 1978, mas a descoberta do vírus, propriamente, se deu em 1984. A autoria da descoberta foi cercada de controvérsias entre dois grupos: o de Luc Montagnier, do Instituto Pasteur, na França, e o de Robert Gallo, do National Cancer Institute (NCI), nos EUA.

⁹ Médico epidemiologista norte-americano, pioneiro do programa global contra a aids.

¹⁰ AYRES, J. R. C. M et al., op. cit., p. 396.

De forma geral, a noção de vulnerabilidade busca responder à percepção de que a chance de exposição das pessoas ao HIV e ao adoecimento pela aids não é resultante de um conjunto de aspectos apenas individuais, mas também coletivos, contextuais, que acarretam maior susceptibilidade à infecção e ao adoecimento, e, de modo inseparável, maior ou menor disponibilidade de recursos de todas as ordens para se proteger de ambos.

A noção de vulnerabilidade busca integrar três dimensões: a *individual*, referida ao acesso à informação e à capacidade de processá-la e utilizá-la para fins de prevenção; a *social*, incluindo aí os aspectos estruturais da desigualdade, as relações raciais e de gênero e a estrutura jurídico-política dos países; e a *programática* (ou institucional), referente às maneiras como as instituições atuam para reproduzir condições sociais de vulnerabilidade.

Contudo, eu vinha de uma outra tradição, que mesclava leituras foucaultianas e análises de discursos na vertente construcionista. Para mim, risco não era conceito, noção ou substantivo. Risco era linguagem – a linguagem dos riscos – e, como toda linguagem, seus usos têm efeitos. Os discursos sobre risco definem territórios linguísticos que demarcam campos de gestão nos quais desenvolvem-se maneiras específicas de falar sobre riscos. Assim, ao nos referirmos à *linguagem dos riscos*, embora usando o singular, não estamos propondo a existência de uma linguagem unitária.¹¹ Estamos sugerindo que, no interior de cada campo, desenham-se formas de falar sobre riscos que lhe são específicas e estão presas a três tradições de discursos sobre riscos: a fala de senso comum sobre perigos; a perspectiva do controle e disciplina; e a perspectiva da aventura.

A primeira tradição, a fala de senso comum sobre perigos, antecede a emergência da palavra e, portanto, do conceito de risco;¹² ela concerne às experiências de infortúnios muitas vezes imprevisíveis que fogem das possibilidades de cálculo. É uma tradição raramente considerada nas análises de risco, mas que se faz presente nas análises discursivas dos modos de falar sobre risco no cotidiano.

¹¹ SPINK, M. J. P.; MENEGON, V. M. Práticas discursivas como estratégias de governamentalidade: a linguagem dos riscos em documentos de domínio público. In: INIGUEZ, L. R. (Org.). *Manual de análise do discurso em Ciências Sociais*. Petrópolis, Vozes, 2004.

¹² Ver: SPINK, M. J. P. Trópicos do discurso sobre o risco: risco-aventura como metáfora na modernidade tardia. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 6, p. 1277-1311, 2001. Ver também: SPINK, M. J. P. Contornos do risco na modernidade reflexiva: contribuições da psicologia social. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 12, n. 1/2, p. 156-173, 2001.

Vale lembrar que risco é uma noção essencialmente moderna. Implica na reorientação das relações das pessoas com eventos futuros, tornando-os passíveis de gerenciamento, sem mais deixá-los à mercê do destino. Certamente havia experiência de perigo antes da época moderna e a ousadia pode ter sido valorizada em contextos históricos diversos. A novidade é a ressignificação desses perigos numa perspectiva de *domesticação do futuro*.

Entretanto, não se trata apenas de uma nova sensibilidade: também a palavra risco é nova, tendo seu primeiro registro no século XIV, em espanhol, mas ainda sem a clara conotação de *perigo que se corre*. Até então, inexistia em grego, árabe e latim clássico. Somente no século XVI a palavra adquire seu significado moderno, e em meados do século XVII passa a ter registro nos léxicos da língua inglesa. Etimologicamente, suscita mais hipóteses do que certezas. A mais plausível é que risco seria um derivativo de *resecare*, ou seja, de cortar. A palavra parece ter sido usada para descrever penhascos submersos que cortavam os navios, emergindo daí seu uso moderno de risco como *possibilidade* – mas não como evidência imediata. Assim, a própria emergência da palavra risco, no catalão (século XIV), nas línguas latinas (século XVI) e nas anglo-saxônicas (século XVII) constitui um rico campo de investigação.¹³

Embora eu tenha inadvertidamente engrossado as fileiras dos etimólogos diletantes, não se trata aqui de explicitar as hipóteses prováveis do surgimento tardio do vocábulo. Basta ressaltar o consenso de que a palavra emerge para falar da possibilidade de ocorrência de eventos futuros em um momento histórico em que o futuro passava a ser pensado como passível de controle.

A segunda tradição, a perspectiva do controle e da disciplina, remete à trajetória histórica dos discursos sobre risco colados à governamentalidade,¹⁴ ou seja, ao governo

¹³ SPINK, M. J. P. Contornos do risco na modernidade reflexiva: contribuições da psicologia social. *Psicologia e Sociedade*, v. 12, n. 1/2, p. 156-173, 2001.

¹⁴ Na aula de 1º de fevereiro de 1978, no curso ministrado no Collège de France, Foucault afirma: “Por esta palavra, ‘governamentalidade’, entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer esta forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por ‘governamentalidade’ entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e, desde há muito, para a preeminência deste tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por

de populações e ao risco objetivado pela quantificação. Está relacionada à crescente necessidade de governar populações a partir da modernidade clássica. Referenda, portanto, medidas coletivas, destinadas a gerenciar relações espaciais – a distribuição e o movimento de pessoas nos espaços físicos e sociais. Referenda, também, como subproduto, os processos de disciplinarização da vida privada das pessoas.

Esses processos se constituíram historicamente em duas etapas. A primeira está vinculada ao movimento higienista do final do século XIX e à moral da prevenção: higiene pessoal, higiene do lar e higiene moral. No decorrer do século XX, com o aumento da expectativa de vida resultante do controle de doenças infecciosas e da melhoria das condições sociais, as doenças crônicas tornaram-se preocupações centrais da saúde pública. Progressivamente, os conhecimentos médicos passaram a definir novos padrões de controle. Nessa segunda etapa dos processos de disciplinarização, cada pessoa, mediante acesso à informação, passou a ser responsável pelo autogerenciamento de sua saúde. O estilo de vida como forma de autocontrole é a face mais famosa dessa reorganização.¹⁵

A terceira tradição, a perspectiva da aventura, aproxima os campos da economia e dos esportes e herda a positividade da aventura. Ela agrega um conjunto de repertórios sobre risco, exibindo conotações que ressignificam *correr riscos* como prática necessária para alcançar determinados ganhos. Nessa perspectiva, é totalmente irrelevante um dano ser significado como prazeroso ou catastrófico: a relevância está na satisfação subjetiva perante potenciais consequências, e não numa lista predefinida de efeitos indesejáveis. As peculiaridades discursivas da tradição da aventura (considerando aqui o mundo dos negócios e dos esportes) mostram ser necessário reconhecer que as teorizações sobre risco precisam incorporar o sentido do *risco desejado*.¹⁶

Cada um desses territórios linguísticos desenvolve vocabulários específicos que constituem repertórios linguísticos ativados em nossos enunciados sobre risco. A tradição do risco como perigo inclui termos que antecedem a linguagem dos riscos propriamente dita, mas são usados com frequência nas práticas discursivas de senso comum: ameaça, perda, fatalidade, destino, sorte, azar. A tradição do risco-probabilidade está associada à probabilidade e a cálculos de ocorrência: risco, aposta, segurança, prevenção, arriscado. E a tradição do risco como aventura inclui termos usados para falar da positividade do risco e da emoção da aventura: adrenalina, radical, extremo, desafio, ousadia.

Em certos contextos linguísticos, esses repertórios são disciplinarizados pelo gênero de discurso¹⁷ aí predominante, como nas áreas tecnológicas e na Epidemiologia, em que “risco” é conceito, e não meramente um vocabulário usado para falar de certos fenômenos sociais. Mas na complexidade das interações cotidianas os repertórios se libertam de amarras estruturais, tornando-se disponíveis para dar sentidos às nossas experiências.

Foram esses aportes teóricos, desenvolvidos em vários de meus escritos, que me levaram ao ciclo de estudos sobre risco na vida cotidiana. Desde já deixo meus agradecimentos ao CNPq pelo apoio dado a essas pesquisas por meio de bolsa de produtividade.

Esse programa de pesquisa teve início em 1998 com as teorizações a propósito das tradições do discurso sobre risco. A primeira fase teve por objetivo entender a formatação dos discursos sobre risco no “tempo longo” da história. Mais especificamente, visava (1) compreender a emergência do vocábulo e sua aplicação em diferentes domínios de saberes e fazeres – nessa empreitada, procurava entender como o conceito de risco, formatado na economia, na epidemiologia e na análise de riscos tecnológicos, havia migrado para outras disciplinas, como a psicologia e a educação em saúde; e (2) mapear de forma sistematizada os sentidos de risco que

outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por ‘governamentalidade’ creio que se deveria entender o processo, ou antes o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se, pouco a pouco, ‘governamentalizado’”. In: FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 143-144.

¹⁵ SPINK, M. J. P. Estilos de vida saudável e práticas de existência: fronteiras e conflitos. In: BERNARDES, J.; MEDRADO, B. (Org.). *Psicologia social e políticas de existência: fronteiras e conflitos*. Maceió: Abrapso, 2009.

¹⁶ Ver: MACHLIS, G. E.; ROSA, E. A. Desired risk: broadening the social amplification of risk framework. *Risk Analysis*, [s.l.], v. 10, n. 1, p. 161-168, 1990. Ver também: SPINK, M. J.;

GALINDO, D.; CAÑAS, A.; SOUZA, D. Onde está o risco? Os seguros no contexto do turismo de aventura. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 81-89, 2004.

¹⁷ Gênero de discurso é um conceito formulado por Mikhail Bakhtin colado à prioridade que dá à comunicação cotidiana. Afirma o autor que falamos a partir de gêneros de discurso definidos, ou seja, “todos nossos enunciados provêm de formas relativamente estáveis de construção”. BAKHTIN, M. The problem of speech genres. In: EMERSON, C.; HOLQUIST, M. (Org.). *Speech genres and other late essays*. Austin, Texas: University of Texas Press, 1994, p. 60-102.

circulam na sociedade e situá-los no contexto histórico do imaginário social sobre o tema. Para consecução desse segundo objetivo foi feita uma análise diacrônica de matérias do jornal *Folha de S.Paulo* que tinham a palavra risco no título.¹⁸

A segunda fase desse programa de pesquisa (2000-2003) teve por foco os sentidos do risco na vida cotidiana em diálogo com as teorizações de Ulrich Beck¹⁹ e Anthony Giddens²⁰ sobre a “sociedade de risco”. Nessa fase, interessava entender a diversidade de sentidos que circulavam na vida cotidiana sobre risco e prevenção de riscos. Com essa finalidade, foram realizadas “oficinas sobre risco”²¹ com grupos de jovens, mulheres do movimento feminista, estudantes de MBA de uma prestigiosa universidade e homens que frequentavam o “Projeto Bela Vista”, pesquisa sobre incidência do HIV entre homossexuais. Essa fase possibilitou explorar uma ambivalência interessante sobre os riscos: em algumas tradições discursivas, risco é essencialmente negativo; implica perdas. Mas há tradições discursivas em que correr risco assume as conotações positivas da aventura.

Na pesquisa seguinte (2003-2006), o foco foi justamente a positividade do risco, por meio da circulação de repertórios sobre o risco-aventura na mídia e a legitimação da posição de aventureiro. Partindo do pressuposto de que as modalidades modernas de risco-aventura podem ser encontradas em formas culturais (como os esportes que envolvem desafio, sobrevivência e vertigem) e institucionais (por exemplo, profissões que exigem o domínio da vertigem), assim como em formas corrompidas (tal como nas atividades em que a razão é obliterada pelo uso de drogas psicotrópicas), a pesquisa teve por foco as formas culturais do risco-aventura subsumidas pelos esportes radicais e entendidas como expansão dos processos de disciplinarização para além dos aparatos institucionais.²²

O tema da fase seguinte (2006-2009) foi a questão da comunicação sobre risco no enquadre da análise e gerenciamento dos riscos. O foco da pesquisa foram as estratégias contemporâneas de controle do uso de tabaco em espaços públicos de convivência. A pesquisa foi desenvolvida em três fases. A primeira visou entender a emergência da preocupação sanitária com o tabagismo e sua tradução em medidas de controle.²³ A segunda buscou contrapor estratégias de controle do tabaco e seu uso em espaços públicos de convivência por meio da observação das práticas relacionadas ao uso e controle do fumo. Na terceira fase foram realizadas entrevistas com fumantes, focalizando o acesso à informação sobre riscos associados ao fumo e suas ressonâncias no hábito de fumar.²⁴

A pesquisa “Viver em Áreas de Risco” (2012-2017) retomou dois aspectos que nortearam os esforços anteriores: a questão da gestão de riscos como estratégia de governamentalidade e os sentidos do risco no cotidiano. Na perspectiva dos processos de governamentalidade, teve por objetivo entender como eram estruturadas as ações da defesa civil no contexto do Sistema Nacional de Defesa Civil (Sindec), especialmente no que se refere às ações desenvolvidas nas comunidades que vivem em áreas de risco. Ou seja, para além de medidas estruturais de contenção, de monitoramento continuado das condições atmosféricas e de remoção de moradores – portanto, medidas voltadas à população –, o que vem sendo feito para sensibilizá-la sobre os riscos a que está sendo submetida, providências que visam o fortalecimento das capacidades do “cuidado de si”.²⁵

No enquadre da vida cotidiana, a pesquisa teve como objetivo principal compreender como se dá a gestão de riscos ambientais na ótica de pessoas em situação de vulnerabilidade²⁶ decorrente da localização de suas moradias.

¹⁸ SPINK, M. J.; MEDRADO, B.; MELLO, R. P. Perigo, probabilidade e oportunidade: a linguagem dos riscos na mídia. *Psicologia, Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 151-164, 2001.

¹⁹ BECK, U. *Risk society: towards a new modernity*. Londres: Sage, 1992.

²⁰ GIDDENS, A. Risk society: the context of British politics. In: FRANKLIN, J. (Org.). *The politics of risk society*. Cambridge: Polity, 1998, p. 23-34.

²¹ SPINK, M. J.; MENEGON, V. M.; MEDRADO, B. Oficinas como estratégia de pesquisa: articulações teórico-metodológicas e aplicações ético-políticas. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 32-43, 2014.

²² Ver: SPINK, M. J. P. Sobre a promoção da saúde: tensões entre o risco na modalidade da aventura e as estratégias contemporâneas de biocontrole. In: JACÓ-VILELA, A. M.; SATO, L. (Org.). *Diálogos em psicologia social*. Porto Alegre: Evangraft, 2007, p. 345-360. Ver também: SPINK,

M. J. Posicionando pessoas como aventureiros potenciais: imagens de risco-aventura em matérias de revista. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 20 (Edição Especial), p. 50-60, 2008.

²³ SPINK, M. J. P.; LISBOA, M. S.; RIBEIRO, F. G. A construção do tabagismo como problema de saúde pública: uma confluência entre interesses políticos e processos de legitimação científica. *Interface*, Botucatu (SP), v. 13, n. 29, p. 165-177, 2009.

²⁴ SPINK, M. J. P. Ser fumante em um mundo antitabaco: reflexões sobre riscos e exclusão social. *Saúde & Sociedade*, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 481-496, 2010.

²⁵ FOUCAULT, M. *O cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

²⁶ Vulnerabilidade, na terminologia adotada pela UNISDR/UN consiste de características e circunstâncias de uma comunidade, sistema ou bem público que os torna suscetíveis aos efeitos

Foi nesse percurso que me deparei com a questão das moradias em áreas de risco nos distritos do Jardim Ângela e do Jardim São Luís, no extremo Sul da capital paulista. A opção por situar a pesquisa nesses dois distritos decorre de dois fatores. Primeiro, porque no mapeamento feito pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT),²⁷ em 2010, a pedido da prefeitura de São Paulo, constavam 407 áreas de risco nas 32 subprefeituras,²⁸ 50 das quais nos dois distritos que integram o M'Boi Mirim.²⁹ A outra razão é de ordem prática. Eu já tinha contato com o Fórum em Defesa da Vida, que se reúne mensalmente na Sociedade Santos Mártires, no Jardim Ângela, uma organização da sociedade civil ligada à igreja católica, com marcante atuação nesse território. Essa participação foi fundamental para que eu fosse aceita pelos moradores e reconhecida pelas lideranças locais.

A escolha dos três casos relatados neste livro foi uma decorrência da minha participação nas reuniões do fórum e dos contatos assim estabelecidos. A escolha não se deu por razões teóricas: os casos chegaram até mim, “caíram no colo”. Logo na primeira reunião do fórum, no início do trabalho de campo, ao falar de meu tema de pesquisa, tomei conhecimento das remoções que estavam ocorrendo no Jardim Capela (capítulo 6). Poucos meses depois, nas chuvas fortes registradas em janeiro de 2014, ocorreu uma inundação em um trecho do córrego dos Brancos, no Jardim Jangadeiro. Sabendo de meu interesse pelo tema, fui chamada pelas lideranças comunitárias para visitar o local. Assim, esse córrego passou a ser outro foco de pesquisa (capítulo 4). Em maio do mesmo ano aconteceu o problema de rachaduras em casas da Favela Erundina, ocorrência que integrou o terceiro caso-foco (capítulo 2).

Embora minha inserção acadêmica seja na área da psicologia social, e apesar do meu longo percurso em estudos sobre a produção de sentidos nas práticas

discursivas do cotidiano, minha abordagem, nesta pesquisa, não visou entender os sentidos do risco para os moradores e as moradoras da região. Nesse sentido, difere, por exemplo, dos estudos de Lúcio Kowarick³⁰ e de Vera Telles e Robert Cabanes,³¹ que também tomaram esses distritos como lócus de pesquisa.

Lúcio Kowarick é sociólogo e cientista político e autor de várias obras sobre a cidade de São Paulo, inclusive um capítulo no já clássico *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*. Em obra recente, intitulada *Viver em risco*, publicada em 2009, aborda a questão da vulnerabilidade socioeconômica e civil de parcela da população que mora em favelas, cortiços e casas autoconstruídas em loteamentos na periferia paulistana. Kowarick descreve essa pesquisa, conduzida entre 2001 e 2003, como resultado de “um esforço de contextualização etnográfica, sociológica e histórica”³² em cada um dos três tipos de moradia. O estudo sobre moradias em loteamentos foi realizado em dois bairros do Jardim Ângela (Três Marias e Vila Guilherme/Jardim Silvano) com base em entrevistas com vários moradores.

Os sociólogos Vera Telles e Robert Cabanes igualmente focaram um bairro do M'Boi Mirim (Vila Marinalva, nome fictício), localizado no Jardim São Luiz. Partindo da premissa de que também do lado pobre da cidade o mundo social está alterado, afirmam os autores que tentaram “ler essas mudanças com base nas trajetórias urbanas de indivíduos e suas famílias. É por esse prisma que tentamos conhecer algo das tramas sociais que configuram espaços urbanos”.³³ Por meio de entrevistas biográficas, buscaram apreender as modulações de tempo-espaço nos percursos dos indivíduos e suas famílias.

Assim, não deixa de ser curioso que eu, psicóloga social, analista de práticas discursivas do cotidiano, tenha seguido caminho tão distinto. Não se trata, neste livro, de falar das vivências de pessoas que moram em áreas de risco ou dos sentidos que atribuem aos riscos potenciais de desabamentos, inundações, perdas de bens e até de vidas. Meu ponto de partida não foram pessoas, mas, sim, casos que acontecem em lugares que, entretanto, não ficam aprisionados a esses lugares. Casos

prejudiciais de um perigo (*hazard*). UNITED NATIONS. *UNISDR Terminology on disaster risk reduction*. Genebra, 2009.

²⁷ CANIL, K. et al. Municipal plan for the reduction of risks of landslides in areas with precarious habitation: a methodological approach. *Terrae*, [s.l.], v. 7, n. 1-2, p. 22-28, 2010.

²⁸ A reorganização administrativa do município de São Paulo em subprefeituras data da gestão da prefeita Marta Suplicy (2001-2004). Era essa a terminologia corrente no período de realização da pesquisa “Viver em Áreas de Risco”. Mantive a terminologia, apesar da mudança feita no início da gestão de João Doria (2017), quando passaram a ser denominadas “Prefeituras Regionais”.

²⁹ De acordo com os dados do IPT, nessa ocasião foram identificadas 107 áreas de risco na Zona Norte paulistana; 176 na Zona Sul, 24 na Zona Oeste e 100 na Zona Leste. Na Zona Sul, o maior número de áreas de risco estava localizado na Subprefeitura de M'Boi Mirim.

³⁰ KOWARICK, L. *Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*. São Paulo: Editora 34, 2009.

³¹ TELLES, V.; CABANES, R. (Org.). *Nas tramas da cidade*. São Paulo: Humanitas, 2006.

³² KOWARICK, L., op. cit., p. 20.

³³ TELLES, V.; CABANES, R., op. cit., p.15.

acontecem aqui e acolá, pois envolvem um grande número de *actantes*³⁴ (humanos e não humanos): moradores vitimados pelos acontecimentos; gestores; leis; apoio de organizações da sociedade civil; igrejas, colchões e cobertores, entre muitos outros. *Actantes* que, por vezes, estão no “lugar” apenas virtualmente. Tornou-se, assim, necessário rever alguns conceitos. Entre eles, a noção de “lugar”, para a qual foram de grande valia os aportes da Geografia.

No texto *Pesquisar o/no cotidiano na pesquisa social*, escrito em coautoria com Peter Spink,³⁵ afirmamos que pesquisar “no lugar”, ou, mais precisamente, no cotidiano, já se consolidou como tradição de pesquisa em várias ciências sociais, inclusive na psicologia social. Contudo, seja como efeito das tecnologias de comunicação, seja pela maior mobilidade em uma sociedade globalizada, dificilmente a ação se dá de forma tão localizada.

As teorizações de Rogério Haesbaert³⁶ sobre multiterritorialidades foram importantes para essa reconfiguração da noção de lugar. Haesbaert faz uma distinção importante entre duas lógicas: a de zonas e a de redes. De um lado, continuamos vivenciando territórios-zonas, uma vez que tradicionalmente as práticas de gestão definem territórios para controle de suas atividades. Como aponta Aldaiza Spozati,³⁷ essa lógica zonal acaba por fragmentar a cidade em territórios: da Saúde, da Educação, do Saneamento, do Censo e de tantos outros. Porém, há também territórios que se definem em redes – e aqui, creio, já se pode visualizar alguma conexão com aportes da teoria ator-rede (TAR), como discutirei a seguir. Essas lógicas não são excludentes e, justamente por isso, impõe-se o conceito de multiterritorialidades. As ações relacionadas com os três eventos pesquisados ocorriam em territórios-zona, regiões delimitadas para fins administrativos ou de tomada de decisões sobre obras de urbanização. Contudo, estavam também situadas em

outros locais, como secretarias de governo, organizações não governamentais e Ministério Público. Eram multiterritoriais, na acepção de Haesbaert.

Se os territórios são múltiplos, as práticas igualmente serão múltiplas. Seguindo pistas discursivas, havia diferentes versões sobre esses eventos, performadas em lugares distintos, com suas culturas e linguagens igualmente distintas. Falo em versões a partir de um posicionamento ontológico que considera que as realidades também são múltiplas. Portanto, há de esclarecer que não me refiro a perspectivas distintas de uma realidade una, postura realista que Annemarie Mol³⁸ denomina de perspectivismo.

Em uma postura ontológica não realista, as versões remetem à multiplicidade de práticas, cada qual performando uma realidade distinta. John Law e Vicky Singleton,³⁹ em estudo sobre a febre aftosa na Inglaterra, falam dessa multiplicidade da seguinte forma:

Comumente imaginamos que existe uma doença real. Tomamos como certo que esta doença está, por assim dizer, lá fora no mundo. Esta é a realidade. E depois dizemos que, na prática, não vemos esta realidade de forma muito clara. Isso porque há distintas perspectivas sobre essa realidade, há diferentes ferramentas para estudá-la, e de qualquer modo temos diferentes preocupações sobre a realidade, estamos interessados em diferentes partes dela. Então, no contexto da febre aftosa, dizemos algo como: que os veterinários e os cientistas de laboratório e os epidemiologistas estão trabalhando duro para entender a realidade. Eles estão tentando entender aspectos da doença. E depois acrescentamos que há uma realidade por detrás dessas diferentes perspectivas. Tipicamente, traçamos uma linha entre a realidade de um lado, e o que sabemos sobre ela de outro. Para colocar isso no jargão dos filósofos, fazemos uma divisão entre ontologia (o que há) e epistemologia (o que sabemos sobre a realidade). Mas isso é exatamente o que a Teoria Ator-Rede não faz, porque na TAR as realidades são feitas juntamente com as representações. E daí o ponto crucial: como há muitas práticas há também múltiplas realidades. Práticas estão situadas lado a lado em diferentes locais

³⁴ Para a teoria ator-rede, *actante* é algo (humano ou não humano) que tem agência; algo que age a quem outros dão ação.

³⁵ SPINK, M. J.; SPINK, P. *Pesquisar o/no cotidiano: reflexões sobre a noção de lugar, território e redes de associação*. *Quaestio: Revista de Estudos da Educação*, no prelo. Trabalhamos, neste texto, analisando três “viradas”: para o estudo do mundo vivido; para pesquisas no “lugar” e, mais recentemente, para a pesquisa com redes heterogêneas e cadeias de associação entre humanos e não humanos.

³⁶ HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim do território” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

³⁷ SPOSATI, A. *Cidade em pedaços*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

³⁸ Ver: MOL, A. *Ontological politics: a word and some questions*. In: LAW, J.; HASSARD, J. (Org.). *Actor network theory and after*. Oxford: Blackwell Publisher, 1999, p. 74-89. Ver também: LAW, J.; HASSARD, J. loc. cit., p. 8.

³⁹ LAW, J.; SINGLETON, V. *ANT, Multiplicity and policy*. *Heterogeneities.net*, [s.l.], p. 9, 21 fev. 2015. Disponível em: <<http://www.heterogeneities.net/publications/LawSingleton2014ANTMultiplicityPolicy.pdf>>. Acesso em: 8 nov. 2017.

e práticas, e particularmente importante (além das práticas elas mesmas) é como as diferentes realidades da doença estão relacionadas na prática.

Ou seja, se há uma multiplicidade de práticas, conclui-se, então, que há uma multiplicidade de realidades, e a questão passa a ser a de compreender como essas diferentes realidades se conectam,⁴⁰ pois as diversas práticas estão inseridas em redes heterogêneas de *actantes* humanos e não humanos.

A noção de “rede”, para autores associados à teoria ator-rede,⁴¹ é próxima à de rizoma, na acepção de Deleuze e Guattari:⁴² ao invés de pensar em superfícies (bidimensionais) ou esferas (tridimensionais), propõe-se refletir em termos de nódulos que podem ter tantas dimensões quantas são suas conexões. Ou seja, são definidos por sua característica fibrosa, aramada, capilar, mais do que em termos de níveis, camadas, territórios, estruturas ou sistemas. Distinguem-se, portanto, (a) das redes tecnológicas (como eletricidade e água) em que a circulação entre os nós é tornada compulsória, por meio de caminhos rigorosos; e (b) das redes sociais, referidas às relações sociais de atores humanos (sua distribuição, proximidade, homogeneidade). Tais redes podem fazer parte da descrição, mas, na TAR, elas não têm privilégio ou proeminência.

Essa capilaridade possibilita fazer conexões com a noção de multiterritorialidade proposta por Rogério Haesbaert e com a distinção entre territórios-zona e territórios-rede. Na lógica zonal, permanecem critérios definidores tradicionais, sejam eles estruturais, como as fronteiras, ou vivenciais, como propõe a Geografia Relacional. Contudo, os fluxos de mobilidade decorrentes das novas configurações do capital globalizado, dos processos políticos extraterritoriais e das conexões propiciadas pelas novas tecnologias de comunicação nos situam, simultaneamente, em múltiplos territórios. Ou seja, vivenciamos a articulação entre múltiplos territórios, cada qual

com suas versões (no sentido de multiplicidade de práticas que as performam), alguns caracterizados como territórios-rede, outros como territórios-zona.

Teoricamente, a discussão feita nos seis capítulos deste livro tem raízes nas reflexões construcionistas,⁴³ turbinadas pela radicalização ontológica que me leva a falar de múltiplas realidades. É também fortemente influenciada pelas reflexões foucaultianas sobre governo de populações, que produz o solo político que me possibilita falar de poder sem ter de me deter em sua conceituação (pois, afinal, é rizomático). Tem ainda ressonâncias de reflexões de autores associados à teoria ator-rede,⁴⁴ que me dá aportes para trabalhar com redes heterogêneas de atores humanos e não humanos – afinal, deslizamentos de terra e inundações são produtos de materialidades (água, terra) e de socialidades (modos de uso do solo). Finalmente, tem ainda, e quem sabe principalmente, a ver com linguagem. Este foi certamente meu ponto de partida teórico: a atenção aos gêneros de linguagem que circulam nos vários nós dessas redes heterogêneas – a linguagem dos direitos em documentos que regem nossas maneiras de ser no contemporâneo; a linguagem dos riscos em seus usos cotidianos; a linguagem das responsabilidades nos textos acadêmicos sobre ocupação do solo urbano.

O livro está organizado em seis capítulos. O primeiro, de cunho mais teórico, trata do gerenciamento de riscos ambientais em áreas urbanas. Inicia situando a difícil tarefa de definir o que são “riscos”. Segue problematizando questões relacionadas com a gestão dos riscos para então abordar a especificidade do gerenciamento de riscos ambientais no enquadre da política nacional de proteção e defesa civil.

O segundo capítulo ilustra essas questões a partir de um dos três casos estudados: o desmoronamento na Favela Erundina. Narra a ocorrência das rachaduras nas casas; trata das explicações sobre esse desastre; e aponta para a complexidade das soluções nesse enquadre multiterritorial e de falta de conectividade entre territórios administrativos.

⁴⁰ Por exemplo, no hospital onde Annemarie Mol desenvolveu sua pesquisa, a arteriosclerose era performada de modos distintos na clínica, no departamento de patologia, no centro cirúrgico. Em cada local, as práticas envolviam uma diversidade de actantes, humanos e não humanos: pacientes, instrumentos, exames por imagens, dados epidemiológicos, preenchimento de formulários, e daí por diante. In: MOL, A. *The body multiple: ontology in medical practice*. Durham (EUA): Duke University Press, 2002.

⁴¹ Ver: LAW, J.; HASSARD, J., *passim*.

⁴² DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Introdução: Rizoma. In: _____. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*, v. I. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

⁴³ Apresentadas, inicialmente, no livro *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortez, 1999. Disponível em acesso aberto em: <<http://www.bvce.org.br/LivrosBrasileirosDetalhes.asp?IdRegistro=261>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

⁴⁴ Do ponto de vista de procedimentos de pesquisa, não sigo os modos de pesquisar da TAR uma vez que não descrevo em detalhe associações e conexões em redes heterogêneas.

O terceiro capítulo tem um sabor mais histórico. Posiciono-me em um lado da ponte que separa as Subprefeituras de Santo Amaro e de M'Boi Mirim, àquele que foi integrado mais precocemente à cidade, de modo a entender os problemas do outro lado da ponte: a ocupação desordenada do território ao sul do município de São Paulo e a fragilização das áreas dos mananciais das represas Billings e Guarapiranga.

O quarto capítulo ilustra essas questões com mais um caso: a ocupação de margens de um córrego, área que se encontra na mira de uma grande obra de urbanização cujo objetivo é melhorar a mobilidade – de carros e ônibus, é claro – na região.

O quinto capítulo tem por foco a contraposição entre direitos: direito à moradia e direito ao meio ambiente. Com esse intuito, faz um mergulho na temática das ocupações e movimentos pró-moradia, de modo a pontuar a complexidade da questão. De um lado, temos um déficit habitacional, principalmente no que concerne a moradias para a população mais pobre. De outro lado, porém, temos de projetar nossas ações para um futuro sombrio quanto aos recursos naturais do planeta, e, no caso da cidade de São Paulo, do provimento de água para consumo da população. Nada fácil!

O sexto capítulo tem por foco o terceiro caso mencionado: as remoções no Jardim Capela. Entram em cena, mais uma vez, as propostas do Programa Mananciais⁴⁵, o dever do Estado de retirar moradias em área de risco e o direito das pessoas à moradia.

Essas tramas são costuradas a partir de um estilo narrativo que coloca em diálogo fontes variadas, mas trabalhadas como mesmo estatuto: bibliografia derivada da história, da geografia, da sociologia e da psicologia social, que enriqueceram a pesquisa documental sobre leis e programas de governo; entrevistas e conversas no cotidiano; observações anotadas em diário de campo e registrada em imagens. Nas palavras sábias de Peter Spink:⁴⁶

Nada acontece num vácuo; todas as conversas, todos os eventos, mediados ou não, acontecem em lugares, em espaços e tempos, e alguns podem ser mais centrais ao campo-tema do que outros, mais acessíveis do que outros ou mais conhecidos do que outros. Algumas conversas acontecem em filas de ônibus, no balcão da padaria,

nos corredores das universidades; outras são mediadas por jornais, revistas, rádio e televisão; outras, ainda, por meio de achados, como documentos de arquivo e artefatos, partes das conversas do longo tempo presentes nas histórias das ideias. Alguns podem até acontecer com hora marcada, com blocos de anotações ou gravadores. Entretanto, esses lugares não são contextos; os blocos de anotações, os gravadores, o ônibus, a padaria, a universidade, os jornais, o rádio, os documentos, os achados e os artefatos são, como materialidades, também partes das conversas.

⁴⁵ SANTORO, P. F.; FERRARA, N.; WHATELY, M. *Mananciais: diagnóstico e políticas habitacionais*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2009.

⁴⁶ SPINK, P. K. Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 29, jul./dez. 2003.



1 Gerenciamento de riscos ambientais em áreas urbanas no Brasil¹

Em 8 de julho de 2011, no *Caderno Cidades* do jornal *O Estado de S.Paulo*, era anunciada mais uma tragédia associada ao deslizamento de encostas. O evento ocorreu na Favela Mata Virgem, considerada área de risco alto nos levantamentos feitos pela prefeitura de São Paulo em 2003 e 2010. Embora ainda não tivessem sido apuradas as causas do acidente, que vitimou uma criança de 3 anos e uma adolescente grávida, a matéria pontuava duas questões importantes. A prefeitura fazia obras no local para taludamento da encosta – estratégia estrutural de prevenção de risco de desabamento –, ou seja, estavam sendo tomadas providências para o gerenciamento dos riscos. E a matéria informava que haviam sido feitos esforços para retirada dos residentes de moradias das áreas de risco alto. A mãe do garoto que morreu soterrado, por exemplo, recebera a oferta de R\$ 25 mil para sair da encosta, mas não o fez por não ter encontrado outra casa por esse valor.

Os deslizamentos são fenômenos geológicos associados a fatores diversos, como quantidades excessivas de chuvas. Foi o caso das encostas na Serra Fluminense, em 2011. Porém, o fenômeno é agravado pelos modos de ocupação de terras, seja pelo desmatamento, seja pela construção desenfreada de moradias nas cidades. Para especialistas em urbanismo, esse quadro é reflexo de um processo de urbanização desordenado e excludente, que reserva para milhões de famílias brasileiras apenas as áreas mais inadequadas das cidades.

¹ Este capítulo tem por base reflexões constantes dos projetos encaminhados ao CNPq no âmbito do programa de pesquisas sobre risco detalhado na Introdução.

Esse panorama remete, inevitavelmente, ao problema da urbanização acelerada que transformou o Brasil rural em Brasil urbano sem que houvesse um planejamento urbanístico adequado. Como afirmam os estudiosos dos processos de exclusão social nas aglomerações urbanas, como Ermínia Maricato,² esse modo desordenado de ocupação acabou por exacerbar os processos de exclusão social associados à desigualdade na distribuição de renda, promovendo a concentração da população mais pobre em assentamentos precários em área com baixa condição de habitabilidade.

Durante longo tempo, os problemas decorrentes de ocupações em áreas impróprias para assentamentos ficaram à margem das preocupações de governo. Porém, seja pelo compromisso político com a inclusão social no período pós-ditadura, seja pela visibilidade midiática dos danos à vida e à propriedade que resultam de desastres ambientais³ em áreas urbanas, o cenário começa a ser revertido. O sistema de defesa civil brasileiro, que tem nos municípios seu foco de ação, vem sendo estruturado desde 1988 com base em estratégias de gerenciamento de risco já testadas no país em experiências pioneiras, como a da cidade do Rio de Janeiro que, em 1966, criou o Instituto de Geotécnica (atual Fundação Geo-Rio) como departamento específico para tratar da prevenção de deslizamentos em encostas; o Plano Preventivo de Defesa Civil (PPDC), do estado de São Paulo, de 1987, formulado para lidar com os escorregamentos nas encostas da Serra do Mar; e o Programa Viva o Morro, da Região Metropolitana do Recife, iniciado em 2000.

Essas estratégias incorporam necessariamente medidas estruturais, como o taludamento que estava em curso na favela Mata Virgem; entretanto, também incluem medidas não estruturais constituídas por ações diversas junto à população que vive em áreas de risco. Para além de procedimentos autoritários, como a remoção forçada de pessoas dessas áreas, o reconhecimento crescente dos direitos de cidadania torna imprescindível a participação do público nas decisões relacionadas ao gerenciamento de riscos, incluindo o fornecimento de informações, a oferta de

opções de moradia e o fortalecimento das relações com a comunidade, de modo a inserir os moradores como parceiros na definição das medidas a serem adotadas. É nesse enquadre que foi desenvolvida a pesquisa “Viver em Áreas de Risco”, que teve por objetivo principal compreender como se dá a gestão de riscos ambientais na ótica de pessoas em situação de vulnerabilidade⁴ decorrente da localização de suas moradias em áreas de risco, no município de São Paulo, de modo a contribuir para o fortalecimento de sua resiliência: sua habilidade de resistir, absorver e se recuperar dos efeitos de riscos de maneira oportuna (antecedendo-se, portanto, aos desastres) e eficiente, incluindo aí a preservação e restauro de suas estruturas e funções básicas, conforme preconizado pela Estratégia Internacional para Redução de Desastres (ISDR⁵) das Nações Unidas.

Vale advertir que, em colaboração com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas da Universidade de São Paulo, o IPT, as áreas mencionadas já vinham sendo mapeadas há alguns anos. No mapeamento contratado pela prefeitura paulistana, em 2010, o IPT identificou 407 áreas de encosta e margens de córrego sujeitas a escorregamentos e a processos de erosão nas subprefeituras da cidade: 176 na região Sul, 107, na Norte, 100, na Leste e 24, Oeste. As áreas de risco, como discutirei mais adiante, são classificadas em quatro categorias de risco: baixo (R1), médio (R2), alto (R3) e muito alto (R4). Segundo informações do site da prefeitura, das 105 mil moradias analisadas, 29 mil estão em setores de risco alto e muito alto. A favela Mata Virgem estava localizada em área de risco alto e muito alto.

A difícil tarefa de definir riscos: o debate entre objetividade e risco percebido

O estudo sobre risco se assenta precariamente entre cálculos abstratos, baseados na identidade presumida entre o possível e o provável e na tarefa mundana de definir o que vem a ser um risco, empreitada que inevitavelmente remete à esfera dos valores. Essa posição desconfortável leva a formulações do tipo:

² MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Org.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 121-192.

³ Utilizo o termo desastres segundo definição da International Strategy for Disaster Reduction/Nações Unidas: Interrupção séria do funcionamento de uma comunidade ou sociedade que envolve perdas e impactos humanos, materiais, econômicos ou ambientais abrangentes que excedem a habilidade da comunidade ou sociedade afetada de dar conta usando seus próprios recursos. UNITED NATIONS. *UNISDR Terminology on disaster risk reduction*. Genebra, 2009.

⁴ Vulnerabilidade, na terminologia adotada pela UNISDR/UN, consiste de características e circunstâncias de uma comunidade, sistema ou bem público que os torna suscetíveis aos efeitos prejudiciais de um perigo (*hazard*). Idem.

⁵ UNITED NATIONS. *Final report of the Scientific and Technical Committee of the International Decade for Natural Disaster Reduction*. Genebra, A/54/132/Add.1, 1999.

A palavra risco não é usada ou definida de maneira consistente. Significa, por vezes, a probabilidade de um evento indesejado, como no caso do risco de afogamento, e, em outras ocasiões, o evento em si mesmo, como no risco de escalar montanhas.⁶

Se lermos dez artigos ou livros distintos sobre risco, podemos nos surpreender por encontrá-lo descrito de dez diferentes maneiras. Como, então, chegar a uma compreensão de comportamentos de risco, se risco, como construto focal, é um termo tão escorregadio?⁷

A despeito da crescente literatura sobre o tópico risco [citação de vários autores] ainda há pouco consenso sobre o que de fato que dizer risco. De um lado, há um debate vigoroso sobre a definição de risco [...] enquanto, de outro lado, há um silêncio intencional sobre a definição de risco [...] apesar do tratamento extenso dado ao tópico.⁸

É interessante notar, sobretudo na citação de Eugene Rosa, o contraste entre aqueles que buscam o consenso na definição de risco, habitualmente teóricos associados ao campo da análise de risco, e os que intencionalmente silenciam quanto à definição do que é um risco – em geral pesquisadores que abarcam o tema a partir das ciências sociais. Essas duas tramas do debate – a busca de consenso e a aceitação de que há uma diversidade de discursos sobre o tema – constituem um enquadre útil para a compreensão do estatuto atual das pesquisas sobre risco.

A busca de consenso sobre risco como construto

À medida que um determinado domínio de saber avança em direção ao que Michel Foucault⁹ denomina de limiar de formalização, mais abstratas se tornam as definições de construtos centrais e maior o distanciamento de afirmações de valor. Por exemplo, na epidemiologia¹⁰ risco passou a ser expresso em linguagem

matemática, esvaziado de afirmações de valor. Entretanto, esse esvaziamento de afirmações de valor só se mantém até os dados epidemiológicos adentrarem a arena de aplicação, quando os valores são reinstalados a partir da definição de estratégias preventivas. Vide o caso do tabaco.¹¹ Decisões sobre monitoramento ou sobre medidas de prevenção requerem aceitação por parte de pacientes (ou do público) e de autoridades sanitárias que nos levam à esfera dos custos/benefícios, que inevitavelmente se traduzem em asserções baseadas em valores.

Justamente na interface entre o uso técnico do conceito na avaliação de riscos e a arena de implementação é que se trava o debate sobre a definição de risco. É aí que emerge a questão da percepção de risco – ou dos sentidos do risco.¹² Não surpreende, portanto, que a questão da definição sobre risco é mais contundente entre aqueles mais diretamente interessados em como o público percebe e interpreta os riscos.

A questão da definição de risco já abarca várias décadas e será aqui abordada a partir de autores que, de certo modo, parecem ter direcionado o debate: Baruch Fishhoff, Stephen Watson e Chris Hope, na década de 1980; Frank Yates e Eric Stone, no início dos anos 1990; e Ortwin Renn e Eugene Rosa, no final dos anos 1990, nas propostas apresentadas no número inaugural do *Journal of Risk Analysis*, em 1998. A partir de então, houve certa estabilização desse debate, como vemos no artigo de Klinke e Renn, publicado em 2002.

O artigo de Fischhoff, Watson e Hope data de 1984.¹³ Na época, o tema era abordado apenas no campo da análise técnica de risco. A teoria social e cultural sobre a questão era ainda incipiente, embora a antropóloga Mary Douglas se tornasse cada vez mais contundente em suas críticas às teorias racionais de percepção de risco. O influente livro de Ulrich Beck sobre risco como metáfora para as transformações sociais contemporâneas havia sido publicado na Alemanha em 1986, porém traduzido para o inglês apenas em 1992.¹⁴

⁶ DUNSTER, H. J. Regulation of risks. In: THE ROYAL SOCIETY (Org.). *Proceedings of the Royal Society*. Londres: The Royal Society, 1981, p. 199.

⁷ YATES, J. F.; STONE, E. R. The risk construct. In: YATES, J. F. (Org.). *Risk-taking behavior*. Oxford: John Wiley and Sons, 1992, p. 1.

⁸ ROSA, E. A. Metatheoretical foundations for post-normal risk. *Journal of Risk Research*, [s.l.], v. 1, n. 1, p. 15-44, 1998, p. 27.

⁹ FOUCAULT, M. *L'archéologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1969.

¹⁰ AYRES, J. R. de C. M. *Sobre o risco: para compreender a epidemiologia*. São Paulo: Hucitec, 1997.

¹¹ SPINK, M. J. P. Ser fumante em um mundo antitabaco: reflexões sobre riscos e exclusão social. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 481-496, 2010.

¹² SPINK, M. J. P. (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teórico e metodológicas*. São Paulo: Cortez, 1999. Disponível em: <<http://www.bvce.org.br/LivrosBrasileirosDetalhes.asp?IdRegistro=261>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

¹³ FISCHHOFF, B.; WATSON, S. R.; HOPE, C. Defining risk. *Policy Sciences*, [s.l.], v. 17, n. 2, p. 123-139, 1984.

¹⁴ BECK, U. *Risk society: towards a new modernity*. Londres: Sage, 1992.

Intitulado “Definindo risco”, o artigo de Fischhoff, Watson e Hope havia sido escrito como contribuição para o fortalecimento da área de gerenciamento de riscos e propunha que a definição do termo era um “ato político” que inevitavelmente expressava uma posição de valor. Portanto, era inerentemente controverso, por exigir uma diferenciação entre risco objetivo (associado à ciência) e risco subjetivo (relacionado às visões leigas). No texto, os autores procuraram desenvolver um enquadre que pudesse incorporar as questões de valor presentes na escolha das dimensões de risco então levadas em conta na definição adotada para seu gerenciamento. Havendo escolha, obrigatoriamente haveria necessidade de tomada de decisões e, conseqüentemente, potenciais controvérsias e conflitos. Quando tal cenário instituíra falta de concordância sobre fatos, o consenso poderia advir do próprio progresso da pesquisa científica. Contudo, no caso de desacordos sobre valores, o consenso teria de emergir do debate público sobre o que a sociedade valorizava.

Em suma, os autores anunciavam um problema que haveria de se tornar o tendão de Aquiles da análise e gerenciamento de riscos, qual seja, tanto a perspectiva de cientistas (pela escolha dos elementos que integrariam a construção dos indicadores de risco) como a do público (nos sentidos atribuídos ao risco) era permeada de valores.

Alguns anos mais tarde, Yates e Stone¹⁵ abordaram a questão buscando entender o que havia de comum nas definições de risco em diferentes contextos, propondo que existia um único construto subjacente à maioria das discussões sobre a questão. Para eles, risco concerne à possibilidade de perda. Porém, “perda” é multifatorial e inclui pelo menos três aspectos: as conseqüências que servem como referência; o significado dessas perdas; e a incerteza a elas associada. Considerando que esses aspectos são subjetivos e imprecisos, risco não poderia ser um aspecto objetivo das decisões. “Ao contrário”, afirmavam eles, “representa uma interação entre uma alternativa e quem corre o risco”¹⁶. Portanto, em 1992, a questão da avaliação subjetiva do risco já estava estabelecida.

O passo seguinte na busca de consenso foi tentar resolver a contradição entre as sofisticadas tecnologias de avaliação de risco e as vicissitudes da percepção e do

gerenciamento dos riscos. Esse esforço gerou várias propostas de integração dos aspectos descritivos (típicos das análises técnicas) e normativos (apontados pelas ciências sociais). O artigo de Renn,¹⁷ publicado em 1998, vai nessa direção.

Familiarizado com a crítica de cientistas sociais, incluindo as de Douglas e Beck, Renn aceitava que a análise técnica constitui um enquadre bastante limitado para o gerenciamento dos riscos, sendo necessário incorporar as contribuições das ciências sociais. Entretanto, havia dois entraves para a incorporação das questões associadas a valores: a variação relacionada a distintas visões de mundo e a diversidade teórica decorrente dos distintos campos de saber. Diante disso, ele perguntava: quem decidiria qual a construção social mais válida?

Rosa, em artigo publicado em 1998, aprofundou o debate sobre a definição de risco, abordando questões epistemológicas. O texto, intitulado “Metatheoretical foundations for post-normal risk”, propunha um enquadre filosófico para a pesquisa sobre o tema, de modo a superar o impasse gerado pelas diversas orientações metateóricas presentes no campo da análise sobre risco, entre elas, a querela entre construcionismo e realismo e aquela que contrapunha posturas associadas ao positivismo às da teoria cultural. Rosa considerava que a integração teórica era possível em quatro aspectos cruciais: (1) o reconhecimento de que o modelo científico de análise de risco era necessário, mas não suficiente; (2) a necessidade de ampliação da pesquisa sobre percepção de risco, tarefa em que as ciências sociais tinham papel importante; (3) a necessidade de outros procedimentos para o gerenciamento democrático de riscos; e (4) o reconhecimento de que as fronteiras entre atos e valores no campo da análise de riscos são inevitavelmente borradas.

Com base nessa análise, Eugene Rosa procurou desenvolver um enquadre integrativo de modo a conciliar as vertentes técnicas e culturais e, assim, preservar as melhores contribuições dos paradigmas em competição. Apoiar-se em uma ontologia realista e uma epistemologia polimorfa por ele denominada de “hierarcalismo epistemológico”. Ou seja, parte da premissa de que não há correspondência entre a ontologia e a epistemologia do risco, tendo em vista o papel interveniente da percepção e interpretação dos dados provenientes dos riscos no mundo real. A definição de Rosa, que tende a prevalecer ainda hoje, é que risco “é uma situação

¹⁵ YATES, J. F.; STONE, E. R. The risk construct. In: YATES, J. F. (Org.). *Risk-taking behavior*. Oxford: John Wiley and Sons, 1992.

¹⁶ *Ibidem*, p. 5.

¹⁷ RENN, O. Three decades of risk research: accomplishments and new challenges. *Journal of Risk Research*, [s.l.], v. 1, n. 1, p. 49-71, 1998.

ou evento no qual algo que é valorizado (incluindo os próprios seres humanos) foi colocado em jogo e no qual o resultado é incerto”.¹⁸ Ele advertiu que sua intenção não era por fim ao debate; visava apenas direcionar os esforços para pesquisas que pudessem usufruir do que havia de melhor nos paradigmas que competiam sobre o que era risco.

A partir dessas tentativas de integração houve certa acomodação no debate sobre definições de risco e implicações para a sua avaliação e seu gerenciamento, tornando-se inevitável a incorporação dos aspectos normativos decorrentes das diversas visões de mundo. Acomodação, porém, não se traduz em superação de conflitos. Por exemplo, Andreas Klinke e Ortwin Renn¹⁹ partem da constatação de que valores não são homogêneos ou universais, de modo que sua incorporação ao gerenciamento de riscos continua a ser palco de debates. Dentre as arenas em debate incluem-se: a contraposição de posturas realistas e construcionistas; o grau de relevância das preocupações do público como ingrediente da avaliação de riscos; a contraposição de abordagens pautadas em evidências científicas com o princípio da precaução diante da incerteza; e o nível de integração possível entre processos analíticos e deliberativos.

Concordando com Eugene Rosa, Klinke e Renn consideram que risco não pode ficar confinado a percepções e construções sociais nem ser reduzido às consequências (fatalidades, ferimentos etc.). O conceito de risco abrange ambos: atribuições culturais e resultados mensuráveis. Ou seja, forças políticas e sociais definem os critérios para julgar o que são níveis toleráveis de risco, mas as análises técnicas constituem os *inputs* para quantificar danos potenciais no tempo e no espaço.

Porém, nas ciências sociais de vários matizes, risco é uma ferramenta analítica de outro tipo. Não é a avaliação ou percepção do risco que está no cerne dessa empreitada, mas a forma como as instituições que lidam com riscos são constituídas. Portanto, não é a integração que está em pauta, e, sim, o confronto. O conceito de risco se torna central na modernidade tardia exatamente por ser um cenário de

dissenso e um campo propício para compreender as estratégias de governamentalidade²⁰ na interface entre o crescente ceticismo em relação às instituições e sua sustentação científica e o fortalecimento dos direitos de cidadania.²¹

Risco na perspectiva das ciências sociais

Em 1984, a conferência magna da American Sociological Association, proferida por James Short, teve por título “The social fabric at risk: towards the social transformation of risk analysis”. A sua proposta era demonstrar que “o foco da análise de risco no que diz respeito à vida e saúde humana, tendo por base valores econômicos, era por demais limitado, negligenciando outros aspectos valorados e necessários da experiência humana”.²² Na apresentação, Short fez uma revisão da história da análise de risco e do papel da sociologia nesse campo de pesquisa, concluindo que, a despeito do grau de legitimidade atingido pelas análises de risco, ainda lhes faltava autoridade cultural.

O campo estava atravessado por uma série de desafios decorrentes da crescente percepção de direitos (por exemplo, o direito à segurança e à informação sobre perigos), do ceticismo sobre responsabilidades profissionais e institucionais no manejo dos riscos e da crescente pressão por participação nos fóruns de tomada de decisões sobre análise e gerenciamento de riscos. Mas esses desafios não decorriam apenas do público. A análise de riscos também sofria desafios da própria ciência, e uma das funções das ciências sociais era justamente desmistificar tanto o que havia se tornado familiar como o que era estranho e esotérico. Short via isso como função política voltada à compreensão de como a avaliação e gerenciamento de riscos em uma diversidade de contextos se tornava institucionalizada por meio de definições, atribuições de responsabilidades e comunicação ao público.

²⁰ FOUCAULT, M. *Segurança, território, população*. Curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2004.

²¹ SPINK, M. J. P. Comunicação sobre riscos, biopolítica e a reconfiguração possível do cuidado. In: PINHEIRO, R.; SILVA JR., A. G. (Org.). *Por uma sociedade cuidadora*. Rio de Janeiro: Cepesc, 2010. p. 217-230.

²² SHORT Jr., J. F. The social fabric at risk: toward the social transformation of risk analysis. *American Sociological Review*, [s.l.], v. 49, p. 711-724, dez. 1984, p. 711.

¹⁸ ROSA, E. A. Metatheoretical foundations for post-normal risk. *Journal of Risk Research*, [s.l.], v. 1, n. 1, p. 28, 1998.

¹⁹ KLINKE, A.; RENN, O. A new approach to risk evaluation and management: risk-based, precaution-based and discourse-based strategies. *Risk Analysis*, [s.l.], v. 22, n. 6, p. 1071-1094, 2002.

Foi exatamente por meio desse potencial forense do risco que Mary Douglas se aproximou do tema. Desde a publicação de seu livro sobre pureza e perigo,²³ a questão primordial em sua agenda era como as pessoas explicavam infortúnios e, nesse processo, atribuíam culpa. No enquadre da teoria cultural, culpabilização e sistema de justiça andavam juntos. Dizia ela: “O perigo é definido de maneira a proteger o bem público, e a incidência de culpa é um subproduto dos arranjos voltados a persuadir os parceiros a contribuir com ele”. Porém, essa maneira de abordar os riscos era estranha ao sentimento prevalente nos anos 1950, quando os avanços tecnológicos eram considerados como a chave da prosperidade, e suprir informação era a maneira civilizada de abordar a percepção de riscos. Assim sendo, a análise de riscos colocou os usos forenses do risco fora da visão. No entanto, logo a própria tecnologia tornou-se uma fonte de perigo, e aí tudo mudou: “Tornou-se óbvio que o velho elo entre perigo e moral não decorria da falta de conhecimento. Conhecimentos sempre faltam. A ambiguidade sempre está à espreita. Se você quer jogar culpa, sempre há lacunas na leitura correta da evidência”.²⁴

No final da década de 1970, risco havia se tornado plenamente politizado e os usos forenses estavam à vista em toda parte: nos ataques à indústria, pelo descaso com os acidentes de trabalho; e ao Governo, por não defender os recursos naturais, nas reivindicações de responsabilidade e nos sofisticados cálculos para fazer frente a essas reivindicações. Ou seja, a cisão entre opinião leiga e especialista havia dado margem à subárea da psicologia do risco, a uma nova área de educação de adultos, a uma nova subdisciplina para a comunicação sobre riscos e a toda uma nova indústria para catalogá-los.

Mary Douglas questionava: por que essa nova preocupação com risco? E sua resposta era que risco servia admiravelmente bem às necessidades forenses da nova cultura global: “Sob a bandeira da redução de risco, um novo sistema de culpabilização substituiu a combinação anterior de condenação moralista da vítima e condenação oportunista da incompetência da vítima”.²⁵ Para ela, mais do que as conexões originais com o pensamento probabilístico, é a conotação de perigo que torna risco um conceito central nos debates políticos contemporâneos. E propõe, assim, uma definição: “Risco não é apenas a probabilidade de um evento, mas

também a magnitude provável do seu resultado, e tudo depende do valor que é atribuído a esse resultado. A avaliação é uma questão política, estética e moral”.²⁶

No final da década de 1990, outro aspecto do debate emergiu no âmbito das teorias críticas do risco: a dimensão cética. John Kadvany, em texto intitulado “Varieties of risk discourse”,²⁷ publicado em 1997, endereçou uma questão que havia intrigado vários estudiosos nos anos anteriores: como a simples ideia de risco provê tanta oportunidade para interrogação científica ou social?

Kadvany listou uma série de lições aprendidas por meio das análises de risco. A primeira é que essas análises e os conhecimentos científicos sobre riscos são altamente problemáticos: dada a complexidade de muitos riscos, os modelos são frequentemente simplificados, visto que muitas interações são desconhecidas. Outra lição concerne à questão da percepção de risco. Kadvani ilustra essa questão por meio da controvérsia sobre o uso de Diminozida em plantações de macieiras (o episódio ALAR²⁸). Esse episódio é particularmente rico por envolver duas poderosas metáforas de pureza: o risco de comer *maçãs* para as *crianças* (ambos símbolos convencionais de pureza). O autor pergunta se a controvérsia teria sido diferente se não envolvesse crianças e maçãs. A lição, no caso, é que a percepção de risco tem origem em uma variedade de representações de riscos e pode envolver processos de tomada de decisão que estão ancoradas em contextos sociais e pessoais distintos: “O risco, fora desses contextos, não é risco, uma vez que o valor só tem sentido no contexto em que se dá a escolha”.²⁹

A lição final apontada por Kadvani concerne ao papel da linguagem. Culpabilizar e definir responsabilidades dependem de tradições e instituições que não podem ser separadas das linguagens em que são expressas. Portanto,

²⁶ Ibidem, p. 31.

²⁷ KADVANI, J. Varieties of risk representations. *Journal of Social Philosophy*, [s.l.], v. 28, n. 3, p. 123-143, 1997.

²⁸ O Diminozida, produto químico também conhecido como ALAR, foi introduzido nos Estados Unidos em 1963 para controle do crescimento de frutas. Foi banido, em 1986, após intensa mobilização pública e de membros do Conselho de Defesa de Recursos Humanos preocupados com a presença de resíduos químicos nas frutas em natura e em produtos industrializados, tendo em vista o seu potencial cancerígeno. Foi banido pela Agência Ambiental (EPA) nesse mesmo ano.

²⁹ KADVANI, J., op. cit., p. 131.

²³ DOUGLAS, M. *Purity and danger*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1966.

²⁴ DOUGLAS, M. *Risk and blame: essays in cultural theory*. Londres: Routledge, 1992, p. 9.

²⁵ Ibidem, p. 16.

em última análise, a percepção de risco falha como metáfora pelo que “deixa fora” da análise de risco por obscurecer o papel fundamental da linguagem, não apenas em tornar possível diferentes percepções de risco, mas também porque diferentes interpretações têm sua vida na linguagem, sentidos e representações, e não em qualquer sentido importante, em “percepções”.³⁰

Com base nas lições aprendidas, Kadvani propõe que riscos são consequências adversas sob incerteza. A adversidade se refere a valores que podem ser expressos de diversas maneiras, de modo que não há uma única maneira de valorizar o risco. As consequências se referem às categorias de eventos: físicos, sociais, psicológicos, históricos. A incerteza alude ao conhecimento, lembrando que “risco tem em suas fundações uma atitude cética e antifundacional a respeito do que sabemos”.³¹ Portanto, a incerteza refere-se à reflexividade; exige que reflitamos sobre a relação entre eventos carregados de valor e nosso conhecimento incerto a partir de qualquer posição que escolhermos: a de analista de riscos, de psicólogos cognitivos, etnógrafos ou meramente cidadãos que se confrontam na diversidade de riscos no dia a dia.

A percepção dos riscos pelo público

Inicialmente, a perspectiva do público foi concebida como via de mão única. Para o gerenciamento dos riscos, era necessário conhecer as visões leigas de ciência e tecnologia e, sobretudo, as maneiras como o público percebia os riscos. Em 1991, a Royal Society,³² na Inglaterra, organizou um grupo de estudos com a missão de fazer um levantamento sobre o estado da arte da pesquisa sobre o tema. Os resultados apontaram vários indicadores de maturidade progressiva da área: número de estudos teóricos e empíricos, criação de revistas interdisciplinares, conferências e encontros científicos e aplicações práticas, como mudanças na legislação e fortalecimento das estratégias de informação ao público.

Os esforços iniciais dessas pesquisas tinham como preocupação central a aceitação de riscos pelo público numa época em que não havia excesso de regulação para as inovações tecnológicas. Nesses estágios iniciais, a questão era abordada por meio de

três estratégias: julgamento de profissionais, análises de custo-benefício e avaliação de aceitabilidade por meio de enquetes.³³ Havia, nessas abordagens, o pressuposto implícito de que era possível diferenciar riscos objetivos (ou estatísticos) e subjetivos (ou percebidos). Contudo, logo se tornou óbvio que os julgamentos de valor são inerentes às avaliações de risco, seja pela via da seleção dos componentes dos indicadores de risco, seja na avaliação das consequências e incertezas. Desse modo, as diferenças presumidas entre visões leigas e especializadas foi erodida, embora a questão de como as pessoas percebem riscos tenha continuado importante na definição de políticas públicas e de procedimentos de segurança para aqueles voluntária ou involuntariamente expostos a riscos.

As conclusões do estudo da Royal Society, acrescidas da revisão da literatura disponível sobre o tema, permitem propor que há duas tradições principais de pesquisa sobre percepção de riscos: a abordagem da psicologia cognitiva e a as vertentes das teorias sociais e psicossociais.

A *abordagem da psicologia cognitiva* é geralmente associada ao paradigma psicométrico de pesquisa sobre percepção de riscos. Essa vertente emergiu a partir de 1970, quando foram criados vários centros de pesquisa nos Estados Unidos e na Europa voltados à investigação das dimensões psicológicas da estimativa de riscos, fortemente influenciados pelo grupo de pesquisadores do Oregon Decision Research Group, EUA.³⁴ Esse grupo incluiu pesquisadores do calibre de Paul Slovic, Baruch Fischhoff e Sarah Lichtenstein,³⁵ que desenvolveram uma metodologia *standard* para o estudo da percepção de risco por meio da qual se solicita aos participantes que classifiquem o risco de uma série de eventos. Nela, as respostas são então submetidas a análises estatísticas por meio de técnicas fatoriais (para detectar dimensões) ou multivariáveis (para detectar diferenças entre os respondentes).

Embora amplamente utilizada em estudos nacionais e transnacionais, essa abordagem foi alvo de críticas tanto no que diz respeito à metodologia quanto à proble-

³³ PIDGEON, N. et al. Risk perception. In: ROYAL SOCIETY, op. cit., p. 89-134.

³⁴ BOHOLM, A. Comparative studies of risk perception: a review of twenty years of research. *Journal of Risk Research*, [...] v. 1, n. 2, p. 135-163, 1998.

³⁵ LICHTENSTEIN, S. et al. Judged frequency of lethal events. *Journal of Experimental Psychology: Human Learning and Memory*, [s.l.], v. 4, n. 6, p. 551-578, 1978; SLOVIC, P.; FISCHHOFF, B.; LICHTENSTEIN, S. Facts and fears: understanding perceived risks. In: SCHWING, R. C.; ALBERS, W. A. (Org.). *Societal risk assessment*. Nova York: Plenum, 1980, p. 181-214.

³⁰ Ibidem, p. 133.

³¹ Ibidem, p. 134.

³² ROYAL SOCIETY. *Risk: analysis, perception and management*. Report of a Royal Society Study Group. Londres, 1992.

mática cultural. A crítica cultural volta-se à falta de sensibilidade da psicométrica às diferentes visões de mundo dos respondentes. Quanto às questões metodológicas, as críticas concernem aos eventos selecionados, à falta de sensibilidade para experiências pessoais, à artificialidade das condições de laboratório (e consequente dificuldade de generalizar para situações da vida real) e à diversidade das análises estatísticas empregadas, dificultando a comparação entre os estudos. A essas críticas poderíamos acrescentar outra, de cunho mais teórico, referente ao pressuposto de estabilidade intraindividual (como no caso da disposição a correr riscos ou a ter aversão por riscos) ou entre grupos, no caso de inclusão de variáveis demográficas. Porém, há importantes contribuições propiciadas por essa abordagem, especialmente no que diz respeito à complexidade dos atributos de situações de perigo que possam afetar a percepção ou a aceitação do risco. Por exemplo, se a exposição é voluntária ou involuntária; se as consequências são imediatas ou só afetariam no futuro; se houve experiência prévia com os eventos; e a dimensão custo-benefício.

Na década de 1980 outros cientistas sociais entraram no campo de pesquisa sobre percepção de risco, entre eles antropólogos, sociólogos e psicólogos sociais, com ênfase nos aspectos sociais e culturais. A abordagem de maior influência nesse debate inicial emergiu do grupo encabeçado por Mary Douglas, com crítica à quantificação *naive* de riscos e ao paradigma psicométrico. O enquadre teórico desenvolvido por Douglas e colaboradores³⁶ propõe que a preocupação com riscos está associada às ameaças percebidas e aos arranjos sociais e institucionais. Dizem eles: “Os indivíduos escolhem o que temer (e o quanto temer) de modo a sustentar seu modo de vida”.³⁷ Os modos de vida podem ser entendidos como culturas políticas derivadas do cruzamento de “grupo e grelha”, no qual “grupo” se refere às fronteiras entre grupos, e “grelha”, às regras internas ao grupo. As intersecções entre as duas dimensões geram quatro arranjos institucionais: hierarcalistas, sectários, fatalistas e individualistas.

A abordagem cultural promoveu uma diversidade de pesquisas a respeito de como comunidades lidam com riscos, tal como ilustrado nos casos relatados na coletânea

The social and cultural construction of risks.³⁸ São exemplos dessa modalidade, a realocação de residentes da comunidade do Love Canal³⁹ e a mobilização pública quando ocorreu o acidente com o reator nuclear da usina de Three Miles Island.⁴⁰

Os estudos de caso também foram foco de abordagens psicossociais no enquadre da sociologia e da teoria das representações sociais. Igualmente vinculadas às perspectivas sociais e culturais, encontramos na literatura modalidades de pesquisa que buscam integrar a análise técnica de riscos e os aspectos sociais, culturais e individuais que estruturam a experiência de risco. Ilustra essa abordagem o modelo da amplificação social dos riscos,⁴¹ que busca incorporar estratégias de informação, estruturas institucionais, aspectos sociais e grupais e respostas individuais. Embora busque trabalhar com um mapa compreensivo das dimensões envolvidas na experiência do risco, o modelo é criticado tanto por seus pressupostos sobre comunicação quanto pelas dificuldades metodológicas para teste empírico da teoria.

No Brasil, os estudos de Gabriela Di Giulio⁴² dialogam com a abordagem da amplificação social do risco. Seus estudos sobre percepção de riscos associados a mudanças climáticas e a situações que envolvem exposição a áreas contaminadas apontam que, mesmo havendo a percepção do perigo, existem outras questões que norteiam os comportamentos e decisões, como as crenças dos indivíduos

³⁸ JOHNSON, B. B.; COVELLO, V. T. (Org.). *The social and cultural construction of risk: essays on risk selection and perception*. Dordrecht: D. Reidel, 1987.

³⁹ FOWLKES, M. R.; MILLER, P. Y. Chemicals and community at Love Canal. In: JOHNSON, B.; COVELLO, V. T., *ibidem*, p. 55-78.

⁴⁰ WALSH, E. J. Challenging official risk assessments via protest mobilization: the TMI case. In: JOHNSON, B.; COVELLO, V. T., *ibidem*, p. 85-101; CALVEZ, M.; PAICHELER, G.; SOUTEYRAND, Y. *Connaissances, représentations, comportements: sciences sociales et prévention du SIDA*. Paris: Agence Nationale de Recherches sur le SIDA (ANRS), 1994; KASPERSON, R. et al. The social amplification of risks: a conceptual framework. *Risk Analysis*, [s.l.], v. 8, n. 2, p. 177-187, 1988.

⁴¹ KASPERSON, R. et al. The social amplification of risks: a conceptual framework. *Risk Analysis*, [s.l.], v. 8, n. 2, p. 177-187, 1988; PIDGEON, N. et al. Risk perception. In: ROYAL SOCIETY, *op. cit.*, p. 89-134.

⁴² DI GIULIO, G. M. *Risco, ambiente e saúde: um debate sobre comunicação e governança do risco em áreas contaminadas*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2012; DI GIULIO, G. M.; PEREIRA, N. M.; FIGUEIREDO, B. R. O papel da mídia na construção social do risco: o caso Adrianópolis, no Vale do Ribeira. *História, Ciências, Saúde-Magunhos*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 293-311, abr./jun. 2008.

³⁶ DOUGLAS, M. *Risk acceptability according to the social sciences*. Nova York: Basic Books, 1986; _____, *Risk and blame: essays in cultural theory*. Londres: Routledge, 1992; _____; WILDAVSKY, A. *Risk and culture*. Berkeley: University of California Press, 1983.

³⁷ WILDAVSKY, A.; DAKE, K. Theories of risk perception: who fears what and why? *Daedalus*, [s.l.], v. 119, n. 4, p. 41-60, 1990.

acerca dos valores, instituições sociais, natureza, justiça e moral. Esses fatores são determinantes na superestimação ou subestimação de determinados riscos, sendo que, diante de novas situações que envolvem riscos, as pessoas tendem a não confiar em fatos e dados empíricos e se apegam a construções simbólicas. Confiam mais nas próprias crenças e convicções e dificilmente mudam de opinião. Di Giulio conclui que as formas como os meios de comunicação divulgam um determinado evento influencia diretamente a percepção, as respostas e as atitudes das pessoas.

Com o passar do tempo, a terminologia “percepção de riscos” foi ampliada para dar conta da questão mais geral das preocupações do público com uma diversidade de riscos próprios da sociedade contemporânea. Incluem-se aí os riscos ditos “naturais” (terremotos, enchentes etc.) e aqueles que são manufaturados – os derivados de desenvolvimentos tecnológicos, como as sementes transgênicas e as intervenções biotecnológicas. O mote deixa de ser a aceitação de riscos pelo público, que passa a ser copartícipe da gestão dos riscos. Essa resignificação da relação do público com o risco fica óbvia na análise feita pelo German Advisory Council on Global Change (WBGU), publicada em seu relatório anual de 1998, acerca da percepção de riscos.⁴³

O WBGU realizou diversas análises, incluindo uma meta-análise dos estudos sobre percepção de risco e consulta à literatura sobre abordagens adotadas em diversos países, complementadas com um painel de especialistas para definir um consenso sobre o tema. Nove critérios para avaliação de riscos foram escolhidos para representar as preocupações de especialistas e do público: (1) extensão do dano em termos de mortes, ferimentos, perda de produção etc.; (2) probabilidade de ocorrência; (3) incerteza; (4) ubiquidade (dispersão geográfica dos danos potenciais); (5) persistência (extensão temporal dos danos); (6) reversibilidade (possibilidade de restauro do dano); (7) efeito retardado (latência entre o evento e o impacto do dano); (8) violação da equidade (diferença entre quem usufrui dos benefícios e quem carrega o risco); e (9) potencial de mobilização (violação de interesses individuais, sociais ou culturais).

Dos vários critérios que emergiram dessas análises, apenas um – “mobilização” – foi descrito por todos os especialistas que participaram desse exercício de análise.

Como resultado, após consultas a outros especialistas e gerentes de risco, o WBGU criou um “indicador de mobilização”, que inclui quatro elementos:

- iniquidade e injustiça associada à distribuição de riscos;
- estresse psicológico e desconforto associado ao risco;
- grau de pressão política ou pública sobre as agências regulatórias;
- propagação de efeitos quando perdas simbolicamente importantes têm repercussões em outras arenas (mercado financeiro, credibilidade das agências reguladoras).

A gestão dos riscos

Na modernidade tardia, a ciência e a tecnologia geram tanto riscos reais como medo sobre riscos ainda desconhecidos, porém passíveis de cogitação à medida que as tecnologias desbravam novos territórios. Riscos devem ser avaliados porque decisões precisam ser tomadas: para financiamento de pesquisas, aprovação de novos produtos nas indústrias alimentícias e farmacêuticas, definição de diretivas sobre impactos ambientais e até para poder navegar pelas muitas opções de consumo no nível pessoal. A tensão entre o imperativo da análise de riscos e a desconstrução de relações de poder aí presentes são marcas registradas de sociedades globalizadas e altamente conectadas. Tal tensão tornou-se importante foco de reflexão em vários contextos disciplinares.

Análise e gerenciamento dos riscos: perspectiva histórica

Na revisão dos estudos sobre risco, Ortwin Renn⁴⁴ sugeriu várias possibilidades de datas para a emergência da preocupação com o estudo científico sobre riscos e profissionalização do gerenciamento dos riscos. Alguns autores consideram que o artigo de Chauncey Starr⁴⁵ sobre custos e benefícios, publicado em 1969, é um marco importante. Outros associam o início dos estudos sobre risco à análise de segurança nos programas de exploração espacial iniciados na década de 1950.

⁴⁴ RENN, O., op. cit.

⁴⁵ STARR, C. Social benefits versus technological risk. *Science*, [s.1.], v. 165, p. 1232-1238, 1969.

⁴³ KLINKE, A.; RENN, O., op. cit.

Ainda, outros consideram que a análise de riscos deriva das preocupações com as usinas químicas e nucleares. Seja qual for o marco inicial, todos aceitam que as análises de risco se expandiram após a Segunda Guerra Mundial, demandando diversas estratégias para gerenciamento dos riscos.

O gerenciamento inclui quatro estratégias inter-relacionadas: seguros, leis de responsabilização, intervenção governamental e autorregulação.⁴⁶ Desde meados do século XIX, foram desenvolvidas várias modalidades de *seguros* para cobrir um número crescente de riscos: dos seguros de vida aos seguros de acidentes e destes aos modernos planos de saúde. Porém, os perigos na sociedade de risco solapam ou até mesmo cancelam os sistemas de segurança do “Estado da previdência”: os projetos tecnocientíficos contemporâneos, como sugere Ulrich Beck,⁴⁷ tendem a não ser passíveis de seguro. Há várias limitações aos esquemas privados de seguro: considerações sobre lucro definem a possibilidade de seguro; há evidências de que seguradoras particulares não estão dispostas a cobrir riscos considerados ambíguos ou para os quais não há dados suficientes.

Quanto à *regulação*, em países industrializados, certamente houve um aumento dramático de leis de segurança,⁴⁸ de agências voltadas ao gerenciamento de uma diversidade de riscos e do número de casos levado à justiça. Fatores como a aceleração de mudanças tecnológicas, o encurtamento do tempo entre desenvolvimento tecnológico e seu uso nas indústrias e o número crescente de grupos de defesa de direitos contribuíram para o aumento de preocupação com a regulação pública.⁴⁹

O cenário da *intervenção governamental* também ficou mais complexo na medida em que os riscos se tornaram globalizados. O relatório do Royal Society Study Group on Risk Management ilustrou essa complexidade por meio de uma matriz de intersecção de níveis territoriais e tipos de instituições envolvidas no gerenciamento dos riscos. No nível subnacional, o gerenciamento dos riscos envolve

governos locais, empresas privadas locais e ativistas. Esses atores interagem com instituições no nível nacional, entre as quais agentes executivos, como os departamentos ministeriais; agências públicas independentes; e atores privados, como a associação nacional de seguradoras. Em nível supranacional, no caso da Europa há também de se levar em conta as agências executivas, como a Comissão Europeia, agências independentes, como a Corte de Justiça da Comunidade Europeia, e coletivos, como o *Greenpeace*. Hood e colegas, no já citado relatório da Royal Society, concluem que a “tendência parece ir na direção de estruturas em múltiplos níveis e múltiplas organizações mais complexas [...] de modo que a ação coletiva e os processos de fusão de interesses se tornam mais difíceis de prever e menos passíveis de controle por qualquer um dos atores”.⁵⁰

As cortes de justiça também se tornaram importantes parceiros no gerenciamento dos riscos. Tradicionalmente, as leis de responsabilização colocavam o ônus da prova no reclamante: era a vítima quem precisava provar que o acusado estava em falta. Mas, como propõe Ulrich Beck,⁵¹ a respeito do tráfico internacional de substâncias tóxicas, “responsabilizar um indivíduo é como esvaziar o oceano com uma peneira”. Contudo, isso vem mudando. Por exemplo, de acordo com George Priest,⁵² o setor legal em maior expansão nos Estados Unidos é o da responsabilidade pelo produto. Ressalte-se que a função da corte não é mais a de punir a quebra de contrato, mas de alocar riscos entre as partes. A alocação de riscos implica monitoramento e, portanto, incorporação do pensamento probabilístico na lei.

Os instrumentos de regulação também se tornaram mais diversificados, contemplando medidas corretivas assim como preventivas. As medidas corretivas voltam-se à modificação da origem do risco (por exemplo, como veremos, nas medidas estruturais de prevenção de riscos de inundações e escorregamentos no Brasil); as medidas preventivas concernem à redução de efeitos deletérios de riscos ou às ações para lidar com os impactos do risco (como no caso de compensação financeira). Segundo Hood e colegas, a ênfase parece estar sendo colocada na autoridade pública e na estruturação da informação, e não no aumento de gastos

⁴⁶ COVELLO, V. T.; MUMPOWER, J. Risk analysis and risk management: an historical perspective. *Risk Analysis*, [s.l.], v. 5, n. 2, p. 103-120, 1985.

⁴⁷ BECK, U. Risk society and the provident state. In: LASCH, S.; SZERSZYNSKI, B.; WYNNE, N. (Org.). *Risk, environment and modernity: towards a new ecology*. Londres: Sage, 1996. p. 27-43.

⁴⁸ HOOD, C. C. et al. Risk management. In: THE ROYAL SOCIETY. *Risk: analysis, perception and management*. Londres: The Royal Society, 1992.

⁴⁹ COVELLO, V. T.; MUMPOWER, J., op. cit.

⁵⁰ HOOD, C. C. et al., op. cit., p. 153.

⁵¹ BECK, U. *Ecological politics in an age of risk*. Cambridge: Polity, 1995. p. 2.

⁵² PRIEST, G. L. The new legal structure of risk control. *Daedalus*, [...], v. 119, n. 4, p. 207-227, 1990.

públicos ou na ação direta de organizações públicas, de modo que a questão do balanço entre risco e benefício em função de custos se torna cada vez mais saliente.

Sob crescente complexidade e diante do aumento da preocupação com riscos por parte do público, foi necessário incorporar ao seu gerenciamento uma estratégia eficiente de comunicação: “Em termos práticos, há crescente necessidade, em termos legais e em termos morais, por parte do governo e da indústria privada, de informar a população sobre os perigos ambientais, tecnológicos e para a saúde aos quais poderão estar expostos”.⁵³ Há exemplos variados dessa nova estratégia. Basta lembrar que, antes da apresentação pública da ovelha clonada Dolly, os cientistas envolvidos no projeto contrataram uma empresa de relações públicas para listar as possíveis questões que seriam dirigidas a eles e treiná-los de modo a que “todos dissessem a mesma coisa quando as câmaras estivessem focadas neles e os microfones apontados neles como lanças”.⁵⁴

Baruch Fischhoff, referindo-se à evolução da comunicação sobre riscos, propôs um processo de desenvolvimento em sete etapas que progridem da visão *naive* de que “apenas temos que chegar aos números corretos”⁵⁵ a perspectivas cada vez mais participativas, até chegar à visão atual de que “temos que tornar o público parceiro”⁵⁶. Para esta última etapa, a de tornar o público parceiro, não basta ser sensível às visões leigas da ciência para comunicar mais efetivamente. É preciso rever a dicotomia entre saberes leigos e especializados e ressignificar a hegemonia dos saberes científicos. Significa levar em conta as informações que não cientistas possuem, como ilustrado no estudo de Bryan Wynne⁵⁷ sobre a reposta dos fazendeiros escoceses às restrições impostas pelo Ministério de Agricultura ao movimento de ovelhas na região dos lagos (Lake District), restringindo-as às regiões mais baixas (rompendo, assim, com as práticas tradicionais), em função da nuvem radioativa resultante do acidente de Chernobyl.

⁵³ PIDGEON, N. et al. Risk perception. In: THE ROYAL SOCIETY, 1992, op. cit., p. 118.

⁵⁴ RADFORD, T. Double Jeopardy. *The Guardian Weekend*, Londres, p. 20-29, 23 mai. 1998.

⁵⁵ FISCHHOFF, B. Risk perception and communication unplugged: twenty years of process. *Risk Analysis*, [s.l.], v. 15, n. 2, p. 139, 1995.

⁵⁶ FISCHHOFF, B., *ibidem*, p. 142.

⁵⁷ WYNNE, B. May the sheep safely graze? A reflexive view of the expert-lay knowledge divide. In: LASCH, S.; SZERSZYNSKI, B.; WYNNE, B. (Org.). *Risk, environment and modernity: towards a new ecology*. Londres: Sage, 1996. p. 44-83.

Risk-based, precaution-based and discourse-based strategies: visões contemporâneas de gerenciamento de riscos

Risco é definido, na literatura, como a possibilidade de que ações humanas e eventos naturais produzam consequências que gerem danos a coisas que são valorizadas pelos seres humanos. De forma resumida, a avaliação de riscos concerne à tomada de decisões a partir de consequências potenciais de certos eventos. A estimativa do risco depende da identificação dos desfechos, da estimativa de sua ocorrência e da magnitude desses possíveis resultados. Tendo como ingrediente principal a probabilidade de ocorrência, a análise de risco, tradicionalmente, tem por base a quantificação. Probabilidade de ocorrência é termo usado quando a quantificação é possível dispor de dados a respeito de tendências passadas de ocorrência de um evento, existência de eventos cíclicos, inferências a partir de experimentos e/ou observações sistemáticas. Entretanto, nem sempre é possível quantificar e calcular a probabilidade de ocorrência. E, paralelamente, nem sempre é possível implementar medidas preventivas, mesmo que seja possível calcular a probabilidade de ocorrência. A gestão de riscos contemporânea, portanto, busca incorporar os principais desafios decorrentes da avaliação de riscos.

Andreas Kinkle e Ortwin Renn,⁵⁸ em artigo publicado em 2002, consideram que há três desafios para a avaliação de riscos: complexidade, incerteza e ambiguidade (ou ambivalência). A *complexidade* concerne à dificuldade de identificar e quantificar os elos causais entre uma diversidade de variáveis. Se o problema for esse, o correto gerenciamento dos riscos requer consulta aos melhores especialistas no tema para gerenciar a avaliação do risco em pauta com base no conhecimento do seu estado da arte.

A *incerteza* tem outras características: inclui variações estatísticas, erros de mensuração, ignorância e indeterminação que reduzem a confiança nas estimativas. Na ausência de conhecimentos, o melhor guia para o gerenciamento dos riscos é a resiliência e a distribuição equitativa dos ônus. Ou seja, a adoção de prudência e monitoramento constantes.

Já a *ambiguidade* concerne à variabilidade de interpretações dos dados disponíveis (ou seja, de observações ou de avaliações de risco idênticas), assim como das

⁵⁸ KLINKE, A.; RENN, O., op. cit.

diferenças quanto às regras normativas que sustentam essas avaliações. Entramos, aqui, no campo das controvérsias e, portanto, da dialogia. Afirmam os autores:

Se a ambiguidade governa o debate sobre risco, necessitamos de métodos discursivos para deliberação e tomada de decisão; nesses discursos, a clarificação de fatos não basta e não convencerá as pessoas de que os riscos em questão pertencem à área normal. O que é necessário é envolver as pessoas afetadas de modo que elas possam integrar as incertezas restantes e as ambiguidades em seus próprios procedimentos de atribuir compensações. As ambiguidades demandam participação pública.⁵⁹

Com base nessas considerações, Klinke e Renn propõem três modalidades de gerenciamento de riscos: as que são baseadas em cálculo de riscos, em precaução e em dialogia. O gerenciamento baseado em *cálculos de risco* é típico da regulamentação de energia nuclear e da indústria química, assim como das medidas sanitárias em casos de epidemias. O gerenciamento baseado em *precaução* é apropriado quando a probabilidade de ocorrência e/ou o potencial de desastre são incertos. Cabem aqui, em grande medida, os desastres ambientais, sejam aqueles provocados por chuvas ou resultantes de danos ao ambiente (como é o caso de construções em encostas e desmatamento), sejam os riscos imponderáveis associados a plantas transgênicas ou ao efeito estufa. O gerenciamento baseado em *dialogia* é apropriado nos casos em que há alta mobilização da população, mesmo que os riscos sejam desconhecidos ou quando não são imediatos. Nesses casos, há que sensibilizar a população por meio da construção de canais de diálogo; ou seja, utilizar pedagogias de aproximação, como veremos a seguir ao tratar especificamente dos riscos de deslizamento e enchentes nas cidades brasileiras.

O caso específico dos desastres⁶⁰ ambientais: a Estratégia Internacional para Redução de Riscos (ISDR)

Na Assembleia Geral realizada em dezembro de 1989, os Estados-membro das Nações Unidas proclamaram que 1990-2000 seria a Década Internacional para a Redução de Desastres Naturais (IDNDR). O objetivo era reduzir os danos sociais e econômicos relacionados à perda de vidas e de propriedades decorrentes de riscos relacionados a terremotos, escorregamentos de encostas, ciclones tropicais, enchentes, atividade vulcânica e outras calamidades da “natureza”.

O acúmulo de experiências e as novas tecnologias para avaliação de riscos possibilitavam, na época, um panorama dos desastres ocorridos e de suas consequências em termos de perdas de vida, destruição do ambiente e custos. Muitos desses desastres tinham efeitos que transcendiam o local específico de ocorrência tanto em nível regional quanto global. Além do mais, o sistema das Nações Unidas e os especialistas na questão de riscos associados à natureza estavam cientes de que as grandes metrópoles e a iniquidade da distribuição de renda colocavam alguns setores da população em maior vulnerabilidade:

em parte por causa de práticas de comércio internacional e práticas financeiras míopes e do crescimento sem controle, especialmente em áreas urbanas, tornou-se evidente a preocupação com crescentes iniquidades quanto à vulnerabilidade em diferentes países.⁶¹

Para colocar em ação respostas a esses desastres, foi estabelecido um quadro de referência de ações e se estimulou os Estados-membro a darem prioridade à preparação, prevenção, prestação de socorros e reconstrução em curto prazo no caso de desastres naturais. Eles foram também incitados a conduzir avaliações de risco para tais desastres e incorporar estratégias de mitigação em seus planejamentos

⁶⁰ A definição de “desastres” é também um campo de controvérsias que contrapõe modelos baseados em tradições hipotético-dedutivas, com foco em medição, análise e cálculo de possíveis danos, a tradições hermenêuticas, em que a noção de desastre é uma construção social. Para maiores detalhes, TAVANTI, R. M. *Risco, desastre e prevenção: um estudo sobre estratégias coletivas na ótica de adolescentes moradores do bairro do Jaçanã – São Paulo/SP*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

⁶¹ UNITED NATIONS. General Assembly, Economic and Social Council. *Final report of the Scientific and Technical Committee of the International Decade for Natural Disaster Reduction*. Geneva, 1999, p. 4.

⁵⁹ KLINKE, A.; RENN, O., op. cit., p. 1089.

econômicos. O Brasil, como veremos a seguir, reorganizou, nesse período, o seu sistema de defesa civil.

A Estratégia Internacional para Redução de Desastres das Nações Unidas (UNISDR, na sigla em inglês) é um quadro estratégico adotado por seus Estados-membro em 2000. Ela guia e coordena os esforços dos parceiros, visando redução substantiva nas perdas em desastres. Tem por objetivo construir nações e comunidades resilientes como condição essencial para o desenvolvimento sustentável. Para implementação da UNISDR, foi criado o Escritório das Nações Unidas para Assistência em Desastres (United Nations Disaster Relief Office).⁶² O sistema é composto por vários Estados, organizações intergovernamentais e não governamentais, instituições financeiras e órgãos técnicos e da sociedade civil que trabalham juntos e compartilham informações visando a redução de risco de desastres. A UNISDR serve como ponto focal para a efetivação do Quadro Hyogo para Ação (HFA), plano de dez anos adotado em 2005 por 168 governos para proteger de desastres vidas e formas de subsistência.

A Estratégia Internacional de Redução de Desastres adota a seguinte classificação de riscos:

- Riscos hidrometeorológicos: processos naturais ou fenômenos de ordem atmosférica, hidrológica e oceânica.
- Riscos geológicos: fenômenos terrestres naturais associados a processos endógenos tectônicos ou exógenos, como os movimentos de massa.
- Riscos biológicos: processos de origem orgânica decorrentes de vetores biológicos, incluindo exposição a microrganismos patogênicos, toxinas e substâncias bioativas.
- Riscos tecnológicos: perigo associado a acidentes tecnológicos ou industriais, falhas estruturais ou humanas que possam causar perdas de vidas, ferimentos, danos à propriedade, ruptura social ou econômica, ou danos ambientais, quase sempre associados a riscos antropogênicos. Exemplos: poluição industrial, emissão nuclear e radioatividade, lixos tóxicos, ruptura

de barragens, acidentes de transportes ou acidentes tecnológicos (explosões, incêndios, derramamentos).

- Degradação ambiental: processo induzido por comportamentos e atividades humanas (às vezes combinado com riscos naturais) que causam danos aos recursos naturais, impactam adversamente processos naturais e ecossistemas. Os efeitos potenciais são variados e podem contribuir para o aumento da vulnerabilidade, frequência ou intensidade dos riscos naturais. Exemplos: degradação da terra, desflorestamento, desertificação, incêndios florestais, perda da biodiversidade, poluição do ar e das águas, mudanças climáticas, subida do nível do mar, depleção de ozônio.

De acordo com Margareth Alheiros, no Brasil, a abordagem para o enfrentamento de acidentes naturais teve por base o modelo proposto, em 1991, pelo Escritório das Nações Unidas responsável pela Estratégia Internacional para Redução de Desastres que incluía dois eixos de ação: prevenção e preparação. As atividades de *prevenção* estão relacionadas à avaliação dos riscos, ou seja, a estudos de natureza técnico-científica para definição da magnitude potencial de um desastre e estabelecimento de medidas que possibilitem a proteção da população e de seus bens materiais. As atividades de *preparação* têm caráter logístico, auxiliando no enfrentamento de situações de emergência relacionadas, principalmente, aos trabalhos de defesa civil. Nesta fase são indicadas que populações devem ser evacuadas e/ou protegidas quando localizadas em áreas de risco muito alto ou logo após a ocorrência do evento São componentes do modelo:⁶³

- a. Identificação dos riscos.
- b. Análise (e mapeamento) dos riscos.
- c. Medidas de prevenção (estruturais e não estruturais) voltadas à elaboração de um plano de prevenção de acidentes. O Plano Municipal de Redução de Risco, recomendado, estimulado e apoiado financeiramente pelo Ministério das Cidades, tem essa finalidade.

⁶² Ver: <www.unisdr.org/>.

⁶³ ALHEIROS, M. Introdução ao gerenciamento de áreas de risco. In: Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Programas Urbanos. *Curso de gestão e mapeamento de riscos socioambientais*. Brasília, 2008. p. 16.

- d. Planejamento para situações de emergência que inclui as seguintes ações: (i) determinação das áreas de impacto e da provável evolução dos processos destrutivos; (ii) delimitação das áreas para remoção da população; (iii) encaminhamento para os abrigos destinados à população afetada; (iv) orientação do resgate; (v) execução de obras emergenciais; (vi) sistema de monitoramento da área; e (vii) recomendações para o retorno seguro da população.
- e. Informações públicas e treinamento: ouvir as experiências e orientar os moradores dos assentamentos precários sobre as situações de risco existentes, as suas causas e as alternativas de obras e ações para minimizá-las ou evitar situações semelhantes. Idealmente, poderia resultar no estabelecimento de parcerias na gestão de risco, no compartilhamento das responsabilidades de monitoramento e prevenção.

São essas as ações que orientam a estruturação dos órgãos responsáveis pela defesa civil no Brasil.

O gerenciamento dos riscos ambientais em áreas urbanas no Brasil

A história da defesa civil brasileira abarca três períodos distintos. A primeira fase data da Segunda Guerra Mundial. Em 1942 foi criado o Serviço de Defesa Passiva Antiaérea, cuja denominação foi alterada, em 1943, para Serviço de Defesa Civil. Após a vitória aliada, em 1946, esse serviço foi desativado.

A segunda fase volta-se mais especificamente aos desastres naturais. Após enchente de 1966, foi elaborado o Plano Diretor de Defesa Civil do Estado da Guanabara, definindo atribuições para cada órgão componente do Sistema Estadual de Defesa Civil. O Decreto Estadual n. 722, de 18/11/1966, que aprovou esse plano, estabelecia ainda a criação das primeiras Coordenadorias Regionais de Defesa Civil (Cordec).

No ano seguinte, em 1967, foi criado o Ministério do Interior, que tinha entre suas atribuições atender as populações atingidas por calamidade pública em todo território nacional. Nesse contexto foram criados o Fundo Especial para Calamidades Públicas (Funcap, 1969/1970) e o Grupo Especial para Assuntos de Calamidades Públicas (Geacap, 1970).

É na terceira fase que se dá a organização propriamente dita de um sistema de defesa civil no país, a começar pela criação do Sistema Nacional de Defesa Civil (Sindec), em 1988. Em 2010 foi realizada a 1ª Conferência Nacional de Defesa Civil e Assistência Humanitária, organizada pelo Ministério da Integração Nacional, em Brasília. Em 2011 ocorreu a implantação do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, e, em 2012, foi aprovada a Lei 12.608, que instituiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil.⁶⁴

A estrutura da Defesa Civil no Brasil

O Sistema Nacional de Defesa Civil é uma estrutura integrada em nível nacional, regional, estadual, municipal e, em certos casos, submunicipal (como as prefeituras regionais em São Paulo). No âmbito federal, o órgão responsável pela articulação, coordenação e gerência técnica do sistema é a Secretaria Nacional de Defesa Civil, vinculada ao Ministério de Integração Nacional. Nas cinco macrorregiões do país há Coordenadorias Regionais de Defesa Civil, que articulam e coordenam o sistema em nível regional. Em cada estado há uma Coordenadoria Estadual.

Mas a base da ação é local, no nível municipal ou nas prefeituras regionais, dependendo da complexidade administrativa da cidade. Assim, todos contam com Coordenadorias Municipais de Proteção e Defesa Civil (Comdec). No caso de São Paulo, há coordenadorias também nas prefeituras regionais. As Comdec estão usualmente ligadas ao Gabinete do Prefeito, à Secretaria de Planejamento, à Secretaria de Obras e a outras instâncias municipais, contando com técnicos vinculados a essas secretarias e órgãos.

Já nas comunidades atuam os Núcleos Comunitários de Defesa Civil (Nudec), que têm por objetivo cooperar de forma ativa no planejamento, promoção e coordenação das atividades de defesa civil, participando em todas as suas fases. Um Nudec é formado por voluntários coordenados por um líder comunitário. Sua instalação é prioritária em áreas de risco de desastres e sua atuação tem caráter preventivo, visando preparar a comunidade para responder efetivamente em situações de de-

⁶⁴ SILVA, J. C. B.; MENEZES, J. A. O risco de desastre e as cidades: uma análise discursiva sobre práticas em defesa civil. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, v. 50, n. 2, p. 528-547, jul./dez. 2016.

sastres. Seus membros, em tese, recebem treinamento com conteúdos que versam sobre noções básicas de defesa civil, elaboração de mapas de risco e psicologia dos desastres, aspectos que, na cartilha elaborada pela Secretaria Nacional de Defesa Civil,⁶⁵ publicada em 2004, são sintetizados no que fazer na hora do desastre: sentir, perceber e agir.

A formação dos NUDECs [sic] tem um significado de extrema relevância no processo de minimização dos riscos e desastres ocorridos no âmbito do município, enfatizando que, no momento em que a população é envolvida no planejamento e no gerenciamento dos riscos, há naturalmente uma resposta positiva sobre a redução dos desastres.⁶⁶

Contudo, sua implantação depende da participação de pessoas das comunidades mais vulneráveis e do esforço da defesa civil local de capacitá-las. Embora constem do plano de metas das subprefeituras no município de São Paulo, raramente estão em funcionamento. No caso da subprefeitura de M'Boi Mirim, estavam previstos 28 Nedec; contudo, nenhum estava implantado durante o período de vigência da pesquisa "Viver em Áreas de Risco".

Também integram o Sindec: (a) órgãos setoriais da administração pública em todas as esferas de governo que se articulam com os órgãos de coordenação com o objetivo de garantir atuação sistêmica; (b) órgãos de apoio, públicos e privados, como associações de voluntários, clubes de serviços, organizações não governamentais e associações de classe e comunitárias, que apoiam o sistema.

Embora não integre o Sindec, as ações de promoção e prevenção são apoiadas também pelo Ministério das Cidades, criado em 2003. Nesse contexto foi instituído o Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários que gerou a Ação de Apoio à Prevenção de Riscos em Assentamentos Precários. Desde a sua criação, o Ministério das Cidades desenvolve o Programa Nacional de Capacitação das Cidades, com cursos de treinamento nas áreas de planejamento urbano, habitação, saneamento ambiental, urbanização, regularização fundiária, mobilidade urbana e prevenção de riscos, entre outras ações. A Secretaria

Nacional de Programas Urbanos insere-se nesse programa de capacitação atuando especificamente nas áreas de planejamento urbano, reabilitação de áreas centrais, regularização fundiária e prevenção de riscos.

Estratégias de gerenciamento de riscos em contextos urbanos

Conforme discutido anteriormente, o gerenciamento de riscos envolve uma série de ações de caráter preventivo (voltado à análise de riscos e à adoção de medidas para minimização dos danos) e de preparação (referentes às ações necessárias no caso de desastres). Com base nas informações constantes na apostila do "Curso de capacitação em gestão e mapeamento de áreas de riscos socioambientais"⁶⁷ as estratégias que integram o Sindec abarcam quatro tópicos: (a) análise e mapeamento dos riscos; (b) medidas estruturais de prevenção; (c) medidas não estruturais de prevenção (ações perante a comunidade); (d) planos de contingência no caso de emergências.

Análise e mapeamento de áreas de risco

O mapa de risco é uma das ferramentas mais importantes para o gerenciamento de riscos urbanos – ou seja, daqueles relacionados a deslizamentos (escorregamentos) de terra e inundações. Para além de sua utilidade como instrumento de planejamento urbano, os mapas possibilitam definir áreas prioritárias para intervenções em base técnica e não política e controlar os pontos críticos. Possibilitam, também, realizar orçamentos para intervenções estruturais, com obras de engenharia, assim como servem de instrumento de negociação com as comunidades e órgãos de financiamento.

Os mapeamentos de risco são realizados de duas formas: (a) zoneamento de risco e (b) cadastramento de risco. No zoneamento de risco são delimitados setores nos quais, em geral, encontram-se instaladas várias moradias. É uma visão de conjunto de uma determinada área. No cadastramento, o risco é avaliado de forma pontual, para cada moradia, sendo fornecidas informações específicas de cada uma. Com base nessas informações, seguindo a metodologia descrita

⁶⁵ BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. *Participação comunitária e implantação de Núcleos de Defesa Civil*. Brasília, 2004.

⁶⁶ BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Programas Urbanos. *Curso de gestão e mapeamento de riscos socioambientais*. Brasília, 2008, p. 25.

⁶⁷ BRASIL, *ibidem*.

no livro *Mapeamento de riscos em encostas e margens de rios* os riscos são então classificados em quatro níveis.⁶⁸

R1: risco baixo

- Os condicionantes geológico-geotécnicos predisponentes (declividade, tipo de terreno etc.) e o nível de intervenção no setor são de baixa potencialidade para o desenvolvimento de processos de escorregamentos e solapamentos.
- Não se observa(m) sinal/feição/evidência(s) de instabilidade. Não há indícios de desenvolvimento de processos de instabilização de encostas e de margens de drenagens.
- Mantidas as condições existentes, não se espera a ocorrência de eventos destrutivos no período compreendido por uma estação chuvosa normal.

R2: risco médio

- Os condicionantes geológico-geotécnicos predisponentes (declividade, tipo de terreno etc.) e o nível de intervenção no setor são de média potencialidade para o desenvolvimento de processos de escorregamentos e solapamentos.
- Observa-se a presença de algum(s) sinal/feição/evidência(s) de instabilidade (encostas e margens de drenagens), porém incipiente(s). Processo de instabilização em estágio inicial de desenvolvimento.
- Mantidas as condições existentes, é reduzida a possibilidade de ocorrência de eventos destrutivos durante episódios de chuvas intensas e prolongadas, no período compreendido por uma estação chuvosa.

R3: risco alto

- Os condicionantes geológico-geotécnicos predisponentes (declividade, tipo de terreno etc.) e o nível de intervenção no setor são de alta potencialidade para o desenvolvimento de processos de escorregamentos e solapamentos.

- Observa-se a presença de significativo(s) sinal/feição/evidência(s) de instabilidade (trincas no solo, degraus de abatimento em taludes etc.). Processo de instabilização em pleno desenvolvimento, ainda sendo possível monitorar a evolução do processo.
- Mantidas as condições existentes, é perfeitamente possível a ocorrência de eventos destrutivos durante episódios de chuvas intensas e prolongadas, no período compreendido por uma estação chuvosa.

R4: risco muito alto

- Os condicionantes geológico-geotécnicos predisponentes (declividade, tipo de terreno etc.) e o nível de intervenção no setor são de muito alta potencialidade para o desenvolvimento de processos de escorregamentos e solapamentos.
- Os sinais/feições/evidências de instabilidade (trincas no solo, degraus de abatimento em taludes, trincas em moradias ou em muros de contenção, árvores ou postes inclinados, cicatrizes de deslizamento, feições erosivas, proximidade da moradia em relação à margem de córregos etc.) são expressivos e estão presentes em grande número ou magnitude. Processo de instabilização em avançado estágio de desenvolvimento. É a condição mais crítica, sendo impossível monitorar a evolução do processo, dado seu elevado estágio de desenvolvimento.
- Mantidas as condições existentes, é muito provável a ocorrência de eventos destrutivos durante episódios de chuvas intensas e prolongadas, no período compreendido por uma estação chuvosa.

De acordo com dados disponíveis no site da prefeitura de São Paulo,⁶⁹ o mapeamento de áreas de risco realizado pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas, em 2010, identificou 407 áreas de encostas e margens de córrego sujeitas a escorregamentos e erosão: 176 localizadas na região Sul, 107 na Norte, 100 na Leste e 24 na Oeste.

⁶⁸ BRASIL. Ministério das Cidades. Instituto de Pesquisas Tecnológicas. *Mapeamento de riscos em encostas e margem de rios*. Brasília, 2007.

⁶⁹ PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras. Áreas de risco. Mapeamento é uma importante ferramenta para redução das áreas de risco. *Prefeitura.sp.gov*, [s. d.]. Disponível em: <http://www3.prefeitura.sp.gov.br/saffor_bueiros/FormsPublic/serv2AreasRisco.aspx>. Acesso em: 2 mai. 2014.

Das 105 mil moradias analisadas, 29 mil estavam em setores de risco alto (R3) e muito alto (R4).

Medidas estruturais de prevenção

As ações estruturais são obras de engenharia, tais como construção de muros de arrimo, sistemas de drenagem e revegetação voltadas à redução dos riscos. De acordo com Roberto Quental Coutinho,⁷⁰ essas ações incluem: (a) elaborar planos de intervenções estruturais integradas considerando os aspectos técnicos, econômicos e socioculturais; (b) inserir obras de contenção em programas de reurbanização ou consolidação geotécnica; (c) avaliar reuso da área de risco para fins habitacionais voltados à população de baixa renda, utilizando técnicas construtivas adequadas às condições geotécnicas das encostas.

Ainda seguindo Coutinho, essas obras podem ser classificadas em: (a) obras sem estrutura de contenção (retaludamentos – corte e aterro; drenagem – superficial e subterrânea; e proteção superficial – naturais e artificiais); (b) obras com estrutura de contenção (muros de gravidade), atirantamentos, aterros reforçados e estabilização de blocos; (c) obras de proteção para massas movimentadas (barreiras vegetais e muros de espera).

Medidas não estruturais de prevenção: ações junto à comunidade

De acordo com Margareth Alheiros,⁷¹

as ações não estruturais compreendem um conjunto de medidas voltadas para a redução do risco e de suas consequências, utilizando-se de ferramentas de gestão e mudanças de comportamento pelo poder público, pelos moradores das áreas de risco e pela sociedade em geral.

Conforme discutido anteriormente, a participação social é um direito e elemento imprescindível na gestão dos riscos. Assim, ao instituir a década de 1990 como

⁷⁰ COUTINHO, R. Q. Módulo 9: ações estruturais para redução de riscos. In: BRASIL. Ministério das Cidades. Instituto de Pesquisas Tecnológicas. *Mapeamento de Riscos em Encostas e Margem de Rios*. Brasília, 2007, p. 130-155.

⁷¹ ALHEIROS, M. M. O Plano Municipal de Redução de Risco. In: CARVALHO, C. S.; GALVÃO, T. (Org.). *Prevenção de riscos de deslizamentos em encostas: guia para elaboração de políticas municipais*. Brasília: Ministério das Cidades/Cities Alliance, 2006, p. 56.

decênio Internacional para a Redução de Desastres Naturais, a ONU deu destaque especial ao fortalecimento da resiliência da população vulnerável de modo a:

- possibilitar que as comunidades adquiram resistência diante dos efeitos dos riscos naturais, tecnológicos e ambientais, reduzindo os riscos múltiplos que esses efeitos representam para a vulnerabilidade social e econômica dentro das sociedades modernas;
- avançar da proteção para as contingências fazendo a gestão de risco mediante a integração de estratégias de prevenção de risco nas atividades de desenvolvimento sustentável.

Seja pelo incentivo internacional aos modos de gestão participativa no contexto dos riscos ambientais, seja pelo processo de democratização do país e fortalecimento dos direitos de cidadania, a valorização da participação social nas questões relacionadas à gestão de risco de desastres tornou-se mais presente na agenda pública brasileira, sendo incorporada nas políticas referentes à prevenção e preparação para fazer frente a desastres.

Conforme aponta Alheiros,

Essa realidade tem demonstrado que as políticas públicas pensadas para ações de minimização de riscos devem estar fundamentadas à luz da GESTÃO DE PROXIMIDADE, fortalecendo a ampla participação da população, reconhecendo-se também o conhecimento adquirido pela comunidade, no que se refere às experiências e as carências ou necessidades apontadas naquele ambiente.⁷² [Destaque do original]

É nesse contexto que a organização dos Núcleos Comunitários de Defesa Civil, os Nudec, assumem importância nos esforços de monitoramento de riscos.

Planos de contingência no caso de emergências

Obviamente, os esforços de redução de desastres nem sempre conseguem evitar que eles ocorram. Faz parte do sistema de defesa civil a elaboração de planos de contingência: conjunto de ações planejadas, com a definição dos responsáveis comprometidos com cada uma delas, além da infraestrutura necessária para o enfrentamento de um possível período crítico. Nesse plano devem constar infor-

⁷² *Ibidem*, p. 44.

mações sobre as áreas de risco e estratégia a ser adotada pelo município para o enfrentamento de desastres.

De acordo com as informações da apostila do “Curso de capacitação em gestão e mapeamento de áreas de riscos socioambientais”,⁷³ integram o plano de contingência as seguintes equipes:

- Secretaria executiva – responsável por monitoramento dos índices pluviométricos e das informações meteorológicas; recebimento de chamadas; manutenção de arquivos e tomada de decisões.
- Equipe de vistorias, responsável por visitação prévia das áreas de risco; vistorias durante a operação do plano; e informações para remoção de famílias.
- Equipe de remoções, responsável por cadastro de moradores em situação de risco e remoção de moradores e seus bens, quando necessário.
- Equipe de abrigos, responsável por cadastro e manutenção dos abrigos e administração dos abrigos durante o uso.
- Equipe de recuperação de áreas, responsável por trabalhos de recuperação de vias, rios e áreas de risco; uso de equipamentos/máquinas e auxílio nas decisões sobre obras.

Um aspecto importante do plano de contingência é o acompanhamento dos prognósticos climáticos sobre a chuva, tendo em vista que ela é fator desencadeador de muitos dos desastres relacionados a escorregamentos e inundações. É fundamental, também, que o plano seja disponibilizado às lideranças locais e aos moradores de áreas de risco para que eles definam medidas relacionadas ao monitoramento dos indicadores de perigo e tomem as precauções necessárias.

Fica claro, assim, que uma parte substantiva dos esforços de redução de desastres cabe à população, especialmente àqueles que moram em áreas de risco. Em suma, seja nos processos de sensibilização para o risco de desabamento ou inundação, seja no enfrentamento das consequências de desastres, há na arena de gerenciamento de riscos ambientais um papel importante para a psicologia social.

⁷³ BRASIL, 2008, op. cit.

A atuação da psicologia em emergências e desastres

No Brasil, a psicologia chega tardiamente à área dos desastres ambientais. Países que historicamente enfrentam terremotos (como Japão e Chile) e furacões (como os Estados Unidos) têm longa tradição de pesquisa e atuação em caso de desastres. Já aqui, as ações da psicologia têm sido pontuais e pouco coordenadas entre si, de modo que não temos ainda repertórios comuns para o trabalho especificamente voltado aos desastres.

Não que os/as psicólogas tenham sido omissos na atenção às vítimas de desastres no país. Nos casos a que tivemos acesso – como as inundações de Blumenau e Itajaí (Santa Catarina), a contaminação por césio em Goiás⁷⁴ e a catástrofe em Alagoas,⁷⁵ mais recente –, houve participação intensa de psicólogos convocados por

⁷⁴ Em 13 de setembro de 1987, um aparelho utilizado em radioterapia foi encontrado por catadores de papel em uma clínica desativada, localizada no centro de Goiânia. O aparelho foi desmontado e vendido a um ferro-velho. No seu interior, uma cápsula que projetava uma luz azul brilhante despertou curiosidade, e muita gente acabou manuseando o material. Conhecido como “Acidente com césio-137”, foi classificado como nível 5 (acidentes com consequências de longo alcance) na Escala Internacional de Acidentes Nucleares, que vai de 0 a 7. Foi o maior acidente radioativo do Brasil e maior do mundo ocorrido fora das usinas nucleares. Houve longa demora para identificação do acidente, pois os profissionais de saúde, inicialmente, não reconheceram os sintomas de contaminação por material radioativo. Embora uma das pessoas afetadas tenha levado a cápsula para a vigilância sanitária, esta permaneceu lá por dois dias. Apenas quando a esposa do dono do ferro-velho relatou para uma junta médica que vômitos e diarreia se iniciaram depois que seu marido desmontou aquele “aparelho estranho” é que foi dado o alerta de que se tratava de contaminação por material radioativo. A partir daí os moradores fizeram testes para saber se estavam contaminados. Quatro pessoas morreram e mais de mil foram contaminadas. Estima-se que várias pessoas tenham morrido em consequência de sequelas da contaminação. Muitas, obviamente, necessitaram de apoio psicossocial.

⁷⁵ Em 2010, ocorreu uma inundação que literalmente varreu algumas das cidades às margens do rio Mundaú, em Alagoas. Branquinha foi uma das cidades mais afetadas. Quando a água desceu, lá havia apenas um amontoado de entulho, trilhos de trem retorcidos, casas desmoronadas. Era um cenário de guerra. O governo estadual solicitou ajuda da associação internacional Médicos Sem Fronteiras (MSF), que assumiu a coordenação da ajuda às populações dos municípios atingidos. A atenção psicológica aos atingidos foi representada pela coordenação do curso de psicologia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e pelo Conselho Regional de Psicologia de Alagoas. O MSF articulou duas frentes de trabalho: a) para restituir o uso da água nas cidades (reconstruir as tubulações e colocar em cada casa uma caixa d’água acima do solo), em que contribuíram engenheiros, arquitetos, bombeiros, defesa civil, polícia militar, exército etc.; e b) para a manutenção da saúde mental dos moradores, principalmente os mais castigados pelas inundações. A ideia era adquirir barracas como abrigo, garantindo um mínimo de privacidade para cada família. A psicologia ajudou na organização das famílias nesses abrigos. As pessoas

suas instituições de ensino e/ou por iniciativa própria. Temos, também, exemplos bastante consolidados de trabalho com luto em casos de desastres. Por exemplo, o Laboratório do Luto (LELu), da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), criado em 1996, sob a coordenação de Maria Helena Pereira Franco, teve atuação importante no atendimento aos parentes do desastre com o avião da TAM, ocorrido naquele mesmo ano. A equipe do LELu vem atuando desde então em vários desastres e Maria Helena é autora de um manual para gerentes de aeroporto em situação de emergência.⁷⁶

Considerando, ainda, que a psicologia social tem longa tradição de atuação em comunidades, é possível que existam trabalhos com populações vulneráveis visando à prevenção de riscos de escorregamentos e inundações. Na revisão bibliográfica, localizamos apenas três pesquisadores especificamente voltados ao tema dos riscos ambientais. Na Universidade de Brasília, Hartmut Günther lidera um grupo de pesquisa em psicologia ambiental que tem entre seus eixos de pesquisa a questão dos riscos. Na Universidade do Rio Grande do Norte, Pitágoras José Bindé tem a prevenção e gerenciamento de desastres como um de seus temas, com publicações datadas de 1994. E Ângela Lapa Côelho, do Centro Universitário de João Pessoa (Unipe), na Paraíba, em sua tese de doutorado, defendida em 1999, pesquisou a questão das secas no Nordeste do país. Ângela vem desenvolvendo trabalhos nessa área, incluindo cursos sobre psicologia dos desastres e participação em encontros latino-americanos sobre o tema. Foi também representante do Conselho Federal

estavam abatidas, tristes com a situação; algumas desesperadas. Entre as muitas conversas, os psicólogos começaram a ouvir que boa parte das pessoas não era proprietária das casas, mas as alugavam. Relatos sobre ausência de médicos ou profissionais que as ajudassem ao longo da vida, ao contrário do que estavam tendo ali; de como agora tinham alimentação e antes pouco havia o que comer. Enfim, a “inundação”, gerada por um fenômeno relativo ao controle da água na região, portanto de cunho eminentemente político, fez aparecer o que havia de mais catastrófico nas cidades: o estado de cronicidade da miséria. O MSF, que coordenava os trabalhos, havia se organizado e programado para ficar lá por três meses. Ficaram três semanas, pois constataram que a situação era crônica e não aguda (o que justificaria a intervenção da associação). Em outras palavras, que os fenômenos eram de ordem política e não “naturais”. A saída do MSF desarticulou sobremaneira os trabalhos. Entretanto, a psicologia continuou contribuindo por meio do curso da UFAL, do CRP, de profissionais do município de Maceió e do estado de Alagoas e voluntários que se articulavam a um desses grupos. Síntese do relato feito a Mary Jane Spink pelo professor Jefferson de Souza, que participou intensamente das ações em Branquinha.

⁷⁶ FRANCO, M. H. P. Atendimento psicológico para emergências em aviação: a teoria revista na prática. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 10, n. 2, p. 177-180, 2005; _____ (Org.). *A intervenção psicológica em emergências: fundamentos para a prática*. São Paulo: Summus, 2015.

de Psicologia no Grupo de Trabalho Interministerial sobre Assistência Humanitária Internacional, que se reuniu em 2007.

A participação de alunos de mestrado e doutorado no Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Práticas Discursivas no Cotidiano: direitos, riscos e saúde (Nuprad), da PUC-SP, sobretudo na linha de pesquisa voltada à gestão dos riscos na modernidade tardia, impulsionou o fortalecimento de uma perspectiva psicossocial sobre desastres. Em 2011 Jussara Spolaor⁷⁷ defendeu sua dissertação versando sobre a cobertura das enchentes de 2008 e 2011 pelo *Jornal de Santa Catarina*. Em 2013 foram defendidas duas dissertações sobre o tema de desastres: a de Roberth Tavanti,⁷⁸ tendo como objetivo compreender como os adolescentes que moravam no bairro do Jaçaná, região Norte da cidade de São Paulo, conviviam com os riscos de desastres associados às chuvas (inundações, alagamentos e deslizamentos); e a de Mário Martins da Mata,⁷⁹ sobre o uso de tecnologias de comunicação de riscos para prevenir desastres. Em 2016, Sandra Assis da Silva⁸⁰ defendeu dissertação sobre as múltiplas dimensões do risco para pessoas que convivem com inundações recorrentes, utilizando como estudo de caso a Vila América, em Santo André (na Grande São Paulo).

Para além das pesquisas acadêmicas, Sandra atua em várias frentes nas quais a psicologia vem se posicionando em relação aos desastres. Em 2012, passou a integrar o Núcleo sobre Psicologia em Emergências e Desastres do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP/SP), tornando-se porta-voz das abordagens do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Práticas Discursivas no Cotidiano (NUPRAD) sobre a questão dos desastres. Aliás, foi apenas a partir de 2006 que o Sistema Conselhos de Psicologia passou a reconhecer a existência de lacuna em sua atuação

⁷⁷ SPOLAOR, J. *A construção de uma cultura de riscos de desastre em Blumenau, SC: análise da cobertura das enchentes de 2008 e 2011 pelo Jornal de Santa Catarina*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

⁷⁸ TAVANTI, R. M. *Risco, desastre e prevenção: um estudo sobre estratégias coletivas na ótica de adolescentes moradores do bairro do Jaçaná – São Paulo/SP*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

⁷⁹ MARTINS, M. H. da M. *O uso de tecnologias de comunicação de riscos para prevenir desastres*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

⁸⁰ SILVA, S. L.A. *As múltiplas dimensões do risco para pessoas que convivem com inundações recorrentes: o caso de moradores da Vila América, Santo André/SP*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

na área dos desastres e organizou, em junho daquele ano, o 1º Seminário Nacional sobre Psicologia das Emergências e dos Desastres. Reuniu, naquela oportunidade, representantes da defesa civil (Ministério da Integração Nacional) e da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), assim como especialistas internacionais (Cuba, Argentina, Chile, México, Peru, Itália) e nacionais, incluindo Ângela Cêlho e Pitágoras Binde. A cartilha resultante desse seminário define a comunicação como ferramenta essencial para o trabalho de psicólogos na prevenção, mitigação e apoio em situações de desastre.⁸¹

É nesse contexto de crescente interesse pela questão dos riscos ambientais – que geram desastre, podem levar à perda de vidas e de bens materiais, e se baseiam no continuado esforço de coordenação das ações públicas do sistema nacional de defesa civil – que se assentou o projeto “Viver em Áreas de Risco”, apoiado pelo CNPq de 2012 a 2017.

⁸¹ CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Cartilha: I Seminário Nacional de Psicologia das Emergências e dos Desastres. Contribuições para a Construção de Comunidades mais Seguras*. Brasília, DF: Finatec/UNB, 2006.

2 Da probabilidade à vivência do risco: a “desconfiguração” das casas na favela Erundina

No dia 1º de maio de 2014 a Defesa Civil interditou 208 casas na Favela Erundina, localizada no Jardim Ibirapuera, Zona Sul de São Paulo, devido ao perigo de desabamento decorrente do aparecimento de rachaduras em paredes e no chão. Na ocasião, foi feita a desconfiguração¹ das casas, para impedir sua reocupação.

Havia algum tempo os moradores tinham notado o aparecimento de rachaduras, e alguns relatavam ouvir o barulho de água corrente embaixo de suas casas. Moradores entrevistados por repórteres de jornais e televisão afirmaram ter relatado esse problema na subprefeitura de M’Boi Mirim sem que alguma medida fosse tomada. Por exemplo:

Os moradores contam ainda que, dias antes de as rachaduras surgirem, podiam ouvir o barulho de água correndo sob as casas. Mas, como nada aparecia na superfície, não deram muita atenção. Só quando as construções começaram a estourar, uma das moradoras, Adriana Oliveira, procurou a subprefeitura do M’Boi Mirim para relatar que algo estava errado. Seu apelo não foi atendido. As autoridades só chegaram quando as residências já estavam inclinadas.²

¹ Quando imóveis são interditados por irregularidades na obra, por risco de desabamento ou por estarem localizados em áreas de proteção ambiental, a Prefeitura realiza a demolição ou o desfazimento dos mesmos. Quando não é possível a demolição total, os imóveis são “desconfigurados”, de modo a impedir a reocupação.

² BRITO, G. Famílias culpam vazamento da Sabesp por interdição de 200 casas em São Paulo. *Rede Brasil Atual*, São Paulo, 17 mai. 2014.



A favela Erundina em 8 de maio de 2014.

Foi em grande parte devido à insistência da líder local Pretta³ (Ivanete Frederico de Almeida) e do apoio de Madalena Rodrigues, então assistente do gabinete do subprefeito, que foram efetuadas as visitas técnicas que resultaram na intervenção da área pela Defesa Civil. Pretta avisou insistentemente que “algo sério” estava acontecendo em sua comunidade, pois ela recebia relatos frequentes de rachaduras nas casas, e havia quatro ou cinco em perigo de colapso.

Ao retornar de uma reunião com autoridades locais, ela encontrou várias pessoas aguardando em sua porta, preocupadas com a situação, e foi investigar pessoalmente.

“Seja o que Deus quiser, eu vou subir a favela!” Ai liguei para a Neide, amiga minha, Neide Cai-Cai; aí a Neide veio, eu subi. Quando eu vi, as casas tudo rachada assim,

³ Pretta, acompanhada de Vanessa, foi entrevistada em 03/06/2015. Em agosto de 2017, voltei a falar com ela e entreguei a transcrição da entrevista deste capítulo, solicitando sua permissão para usar seu nome real e a convidando a fazer as alterações e complementações que achasse necessárias.

meu Deus! O chão rachado. Ai todo mundo ficava no meu ouvido: “E aí, você vai fazer o quê? Cadê você? Cadê você? Não é a presidente da comunidade? Cadê você? Não vai fazer nada por nós?” A cobrança, a cobrança. Ai, eu falei assim: “Neide, o que é que eu faço?” Ai eu liguei lá para a Palestina [ocupação no Jardim Ângela]: “Seu Luís, me passa todos os telefones que você tiver dos canais de televisão!”. Ai o Luís me passou. Nisso, eu falei assim: “Eu vou na sub[prefeitura], que num tal horário era para vir aqui e não veio ninguém”. A hora que eu peguei meu carro, aí desceu o carro da Defesa Civil com o Antônio Carlos [A.C. Dias de Oliveira, na época subprefeito], todo mundo. “Olha, Antônio Carlos, eu estava indo lá [na subprefeitura]. Eu já chamei todos os canais de televisão.” [...]

Aí começaram a vir os canais de televisão. Ai depois ligaram pra mim, a secretária do prefeito [Fernando Haddad] me ligou, assim: “Pretta, aqui é... aqui é a Terezinha. Eu sou a secretária do prefeito. O prefeito está viajando e eu preciso saber o que está acontecendo aí pra passar a informação pra ele. Eu preciso saber de você, que é liderança”. Eu falei assim: “É, menina, começou em uma casa e agora já tá... Se o Haddad não tomar providência rápido, a favela minha vai cair e vai morrer gente”. Ai foi... aí começou a vir todo mundo, um monte de canal de televisão (Entrevista realizada em 03/06/2015).

José Ronaldo Arantes,⁴ morador antigo da região e que na ocasião ocupava o cargo de coordenador de Administração e Finanças na Subprefeitura, em conversa informal, contou sua versão do ocorrido:

ele contou que certo dia encontrou Dione que era, na época, diretora da Escola Charles De Gaule, no Erundina. Dione falou que algo estranho estava acontecendo, pois as minas d'água atrás da escola estavam vertendo mais água do que o normal, e a água estava adentrando por debaixo da escola e ao lado da mesma. Normalmente, eram minas de águas calmas usadas para regar a horta da escola. Zé Ronaldo foi investigar e moradores do topo do morro avisaram que a Sabesp⁵ havia estado lá, fazendo obras. De fato, havia um buraco grande no cano de 40 mm por onde a água estava fluindo.

⁴ Conversa registrada em Diário de Campo, 27/01/2016.

⁵ Empresa de economia mista responsável pela distribuição e coleta de água e tratamento de esgotos em 367 municípios paulistas.



A favela Erundina em 21 de outubro de 2014.
Foto aérea cedida pela Defesa Civil de M'Boi Mirim.

A situação só não foi mais grave porque, como é usual em favelas, as casas são construídas coladas umas nas outras, oferecendo, assim, um suporte, embora precário. A foto, que retrata o lado direito da favela, que não foi afetado pela movimentação de terra, possibilita entender essa forma de construção.

Diante da morosidade da resposta do poder público, uma das medidas tomadas por Pretta foi convocar várias mídias para testemunharem o ocorrido e, por sua publicação, forçar respostas do prefeito Hadadd e da subprefeitura. O aparecimento súbito de rachaduras nas casas, sinal óbvio de perigo de escorregamento, chamou a atenção da mídia por vários motivos: trata-se de evento de grande magnitude, que afetou 208 casas e exigiu a intervenção da Defesa Civil. O evento colocou na pauta de discussão questões importantes relacionadas tanto à capacidade de ação da prefeitura como em relação às políticas habitacionais do município.

As pessoas que tiveram de sair de suas casas perderam o teto e parte de seus pertences. Foi necessário procurar abrigo alternativo, alugando imóveis na região ou

mudando-se para a casa de parentes. Receberam um aluguel social, como exige a legislação nesses casos, de R\$ 400,00 por mês, por um período de doze meses. Mas, como muitos moradores e lideranças locais relataram, esse valor ficou abaixo do que era praticado na região, especialmente porque os preços de aluguel foram imediatamente inflacionados devido ao aumento da demanda. Essa questão foi amplamente tratada em matérias de jornal, como a do *O Estado de S.Paulo*, publicada em 3 de maio:

A perspectiva de que as 208 famílias passem a contar com o auxílio de até R\$ 400 fez com que o preço dos aluguéis na região subisse até 250% entre a manhã e a tarde de um mesmo dia. “Vi um cômodo para alugar por R\$ 200 na quarta-feira de manhã, ainda antes da desocupação. No mesmo dia, à tarde, já estava custando R\$ 700”, conta a dona de casa Elisabety Gomes Martins.⁶

Além do valor mais alto do aluguel, somou-se o problema da não aceitação de crianças pelos locatários:

Uma questão para os moradores é que, além de haver poucas casas disponíveis para alugar, a maioria não aceita crianças. “Já tomamos vários nãos. Eles falam: ‘a casa é nova, a criança vai estragar, incomodar os vizinhos’”, relata Cícero, que na tentativa de fugir do custo alto do aluguel na região foi morar em Osasco por um tempo. No entanto, ele teve de retornar para o bairro por conta da distância do trabalho e da família. “Lá eu morava numa casa de cinco cômodos grandes e pagava R\$400,00”, contou.⁷

Embora não tivessem o título de posse, muitas das pessoas atingidas eram “proprietárias” de suas casas e haviam investido em melhorias. É o caso de Milton Francisco, relatado em matéria da revista *CartaCapital*:

“Coloquei porcelanato, gesso, pinte, apliquei textura. Tinha até porta de vidro”, entristeceu-se, passando as fotos na câmera modelo Cybershot. Ele mora com três filhas, esposa e um primo que chegou recentemente do Nordeste.⁸

⁶ RIBEIRO, B. Casas interditadas na zona sul são saqueadas. *O Estado de S.Paulo*, São Paulo, 3 mai. 2014.

⁷ SILVAH, J. Com casas interditadas, moradores da favela Erundina sofrem para achar imóveis. *CartaCapital*, São Paulo, 23 mai. 2014.

⁸ Idem.

Um desastre anunciado

A Favela Erundina abrange a Área 14 do levantamento feito pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) na região de M'Boi Mirim. Embora contasse com moradias bastante precárias, a favela não era considerada área com risco que suscitasse preocupação imediata.

O mapeamento feito pelo IPT em 2010 abrangia a área compreendida entre as ruas José Joaquim Esteves e Aécio José Fontanete e registrava três áreas de risco. A maior parte, margeando a rua Aécio José Fontanete, foi considerada de risco baixo (R1). Esta é de fato a parte mais plana e a intervenção sugerida era a execução de serviços de limpeza de lixo e entulho. A área de subida do morro, denominada de setor 2, fazendo fronteira com o campo de futebol, foi considerada de risco médio (R2) e a intervenção sugerida, além da retirada de lixo e entulho, foi a de executar melhoria nos acessos (calçadas, ruas, escadarias), integrando-os ao sistema de drenagem setorial. Havia ainda uma pequena área, mais próxima à rua José Joaquim Esteves, considerada de risco muito alto (R4), demandando sistemas de drenagem de águas e proteção superficial no talude do setor, bem como a adoção das medidas sugeridas para as áreas anteriormente mencionadas.⁹

Trata-se, porém, de uma ocupação bastante antiga, datada da década de 1980. Daniel Guivarotti,¹⁰ geógrafo cuja dissertação de mestrado teve por foco a precarização do trabalho no Jardim Ibirapuera, região onde está localizada esta favela, fornece informações sobre suas origens. A favela surgiu na década de 1970, nas imediações do loteamento que deu origem ao Jardim Ibirapuera nos anos 1960. Dez anos mais tarde surgiram, nas imediações, três favelas: Felicidade, Erundina e Pinhal Velho/Macedônio (também chamada favela do Jardim Ibirapuera). De



A favela Erundina em imagem capturada do Google Maps em 13 de janeiro de 2015.

acordo com Nabil Bonduki, essas ocupações surgiram na esteira do crescimento das favelas na periferia da cidade de São Paulo.¹¹

Segundo Giavarotti, a favela nasceu de um processo organizado de ocupação. O terreno, de propriedade da Eletropaulo, foi ocupado em dezembro de 1988 pela União dos Movimentos Sem-Teto da Zona Sul (UMST). Ocupa uma área de 56 mil m², com 1.095 imóveis, segundo dados da Habitasampa¹² consultados pelo autor por ocasião de sua pesquisa¹³

⁹ Para subsidiar minhas perguntas na conversa que tive com José Ronaldo, eu havia levado os mapas do IPT, que segundo ele, estavam defasados porque datados de 2010. Disse que Simone, geóloga da Defesa Civil da subprefeitura de M'Boi Mirim, tinha mapas mais atuais, e que, em 2015, a Condec havia feito sobrevoo para verificar o que estava ocorrendo nas áreas de risco 3 e 4. Deu a entender que a subprefeitura havia retirado as pessoas que moravam nessas áreas. Mas Simone confirmou o que eu já sabia: que isso não ocorreu.

¹⁰ GIAVAROTTI, D. M. *O Jardim Ibirapuera da imposição à crise do trabalho*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

¹¹ BONDUKI, N. *Origens da habitação social no Brasil*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

¹² Sistema criado pela Secretaria Municipal de Habitação (Sehab) para promover melhorias nos processos de trabalho, no atendimento, na formulação de políticas públicas habitacionais e disseminar informações de forma transparente, promovendo e interação entre o cidadão e o poder público. Disponível em: < <http://www.habitasampa.inf.br/institucional/>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

¹³ Fernando Amiky Assad traz dados distintos: 73.020,78 m² com 1.498 imóveis. In: *Negócios sociais no Brasil: oportunidades e desafios para o setor habitacional*. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

Em conversa com José Ronaldo, morador da região, ele contou que, quando criança, existia ali um lixão. Comentando uma foto aérea, ele afirmou

que esta era uma gleba de propriedade particular que, por razões variadas, foi vendida ou cedida para um loteamento irregular. Vê-se, claramente, os lotes. O loteamento não incluía o morro e este havia sido cedido para uso da municipalidade para instalação de algum equipamento público. Essa é a área invadida, hoje conhecida como Favela Erundina.

Vale apontar que o nome da ocupação é uma homenagem a Luiza Erundina de Sousa, prefeita de São Paulo entre 1989 e 1993, que desenvolveu um importante programa de moradias para a população mais carente. Ela havia visitado a favela e prometido a regularização de posse aos moradores, processo difícil não apenas pela ausência de contratos formais de compra e venda, mas também por se tratar de áreas invadidas. De acordo com Fernando Assad,

Em 2001, na gestão municipal de Marta Suplicy, a Prefeitura de São Paulo iniciou o processo de regularização fundiária do local, chegando a conceder a cessão de uso e o título de posse aos moradores. No entanto, como não houve a doação formal do terreno e nem foi dado seguimento às tramitações necessárias para finalizar o processo de regularização, os proprietários de imóvel no local ainda não possuem a matrícula do imóvel.¹⁴

O visual da favela é parecido ao de outras áreas com moradias precárias da região. Acesso por meio de vielas, casas de tijolo à vista e coladas umas nas outras. Como tantas outras áreas de ocupação irregular, nesse emaranhado as moradias são erguidas com base no conhecimento que os próprios moradores têm sobre construção. Muitos trabalham em empreiteiras, como mestres de obra, pedreiros, ajudantes, e traduzem o *know-how* adquirido para seus próprios projetos ou os de outros moradores, em um sistema de autoconstrução. O resultado são casas bastante padronizadas, erguidas a partir de vigas de concreto e lajes pré-construídas. O acabamento vai sendo feito aos poucos, com preferência para a cerâmica, especialmente nos pisos.

A construção começa com poucos cômodos. À medida das necessidades, os andares vão subindo e, muitas vezes, novas casas surgem a partir da venda das lajes.

Daniela Nogueira,¹⁵ que reside na parte superior da favela, fala do processo de construção de sua casa:

Dani – *E hoje é o que é: as pessoas e ninguém mais sabe qual foi o espaço que a Erundina falou que poderia ser ocupado. Então, a minha família faz parte desse grupo que comprou de alguém, construiu. Só que quando a gente começou a morar lá [...] a construção foi muito rápida. Então, do que eu lembro de quando eu era criança, é muito parecido com o que ainda é hoje. As casas foram aumentando de tamanho. Eram casas de um andar, agora são de dois andares, três andares, quatro andares. Mas é a mesma ocupação, só que o que todo mundo fala é isso... que era um barranco que as pessoas foram ocupando... hummm... não sei exatamente qual é a história dessas pessoas, mas não era uma área que tinha sido destinada à moradia [...].*

Mary Jane – *Então a sua família construiu na parte de cima?*

Dani – *Sim, construiu por cima. Na realidade, é dentro da favela... dentro do morro... porque aquela rua é aberta, tem passagem de carro, tem calçada, e a minha casa é logo ali, logo quando você começa a descer; é logo no começo, é viela 1, porque é logo no começo. Ela ainda não é numa parte totalmente íngreme... até hoje é complicado pra descer, ainda que colocaram cimento, fizeram escada... mas ainda é muito difícil, tanto é que essa parte que você falou de córrego... tem, tinha... uma espécie de... não sei se é considerado córrego ou se é um saneamento que improvisaram... e até pouco tempo era aberto. Acho que ainda está aberto, pra falar a verdade... faz tempo que eu não desço pra lá, mas é próximo ali do campo e recebia muita água. Quando chovia tinha muito problema. Os canos de esgoto das casas caíam nesse lugar... não sei pra onde ele [o cano] dá, porque logo depois vem o campo e daí parece que está meio embaixo dele. Não sei te explicar.*

O acesso, portanto, é por meio de pequenas vielas e de muitas escadas que, como comentou Daniela Nogueira, na leitura de uma primeira versão deste capítulo, são

consequências da alta densidade demográfica, do desordenamento urbano e da falta de moradia – fatores que fizeram com que cada palmo de terra fosse vendido para a construção de casas, sem nenhuma preocupação com as passagens [ruas], com o

¹⁵ Daniela Nogueira e Fábio Queiroga, alunos da FGV e moradores da região, foram entrevistados em 20/09/2015. A entrevista e o presente capítulo foram encaminhados a eles em 2017, e em 26 de maio eles encaminharam seus comentários por e-mail, concordando que seus nomes fossem utilizados.

¹⁴ Ibidem, p. 64.

acesso de serviços [coleta de lixo, correio] ou com um mínimo de conforto. A partir da junção desses e de outros fatores – como a negligência e falta de preocupação do poder público – chegou-se à configuração que temos hoje: muitas casas em cima e ao lado das outras, com passagens estreitas e difíceis.

Morar em favela não é exatamente uma escolha; é a opção possível diante da falta de políticas habitacionais, o que resultou em formas desordenadas de ocupação dos territórios, principalmente em áreas urbanas, aspecto que será trabalhado em maior profundidade no capítulo cinco.

Além das dificuldades decorrentes da precariedade das moradias, que estão longe de cumprir com os requisitos de “moradia adequada”¹⁶ nos parâmetros definidos nas políticas atuais, o emaranhado de vielas e passagens estreitas também serve de proteção ao tráfico de drogas. Esse foi um tema recorrente nas conversas com pessoas que têm a incumbência de fazer visitas domiciliares, como as agentes de saúde da Estratégia da Saúde da Família (ESF), do Serviço de Assistência à Saúde da Família (Sasf), das organizações de assistência, como o Programa de Desenvolvimento de Área, Sampa Sul (PDA), os missionários das paróquias e dos vicentinos.¹⁷ Talvez como forma de pedir licença para entrar, como acontece com outros servidores que precisam entrar em nossas casas, é comum o uso de camisetas de identificação, jalecos e crachás ou a companhia de um morador.

Para os moradores, essa vigilância passa despercebida. Mas, para quem não mora no local, há frequentemente questionamentos sobre o que estamos fazendo lá. Dona Geraldina,¹⁸ missionária vicentina que nos acompanhou na visita que fizemos logo que soubemos do desastre, contou, em posterior entrevista, o seguinte episódio:

***Dona Geraldina** – Eu trabalhei na Erundina também, e lá a gente, mesmo acompanhada, só que a pessoa que estava acompanhada comigo era aqui da Felicidade. Então o moço que eles chamam lá de presidente...*

¹⁶ A análise dos componentes do déficit habitacional segundo metodologia da Fundação João Pinheiro será desenvolvida no capítulo 5.

¹⁷ Os Vicentinos são missionários da Sociedade de São Vicente de Paulo, criada por Frederico Ozanam em 1823 com a missão de aliviar a miséria espiritual e material de pessoas que vivem em situação de risco social.

¹⁸ Dona Geraldina foi entrevistada em 17/10/2014. A transcrição da entrevista e a atual versão deste capítulo foram entregues a ela por Hercílio Pessoa. Ela concordou que seu nome real fosse utilizado.

***Mary Jane** – Presidente?*

***Dona Geraldina** – Presidente. Quando viu nós duas com o caderno, eles perguntaram: “Posso ajudar em alguma coisa que vocês estão fazendo?”*

***Mary Jane** – E eles ficam lá o tempo todo, dona Geraldina?*

***Dona Geraldina** – Ficam, ficam lá vigiando.*

***Mary Jane** – É mesmo?*

***Dona Geraldina** – Às vezes, a pessoa nem conhece. Primeiro nós passamos ali onde nós estávamos olhando pra cima, ali na Erundina. Dali, pra passar pro outro lado, pra subir o morro, veio uma pessoa e disse: “Olha, eu vou pedir permissão pro presidente deixar vocês entrarem”. Daí ele permitiu e a gente entrou. Aí, chegando lá em cima, eles perguntaram: “Dá licença, posso ver [o caderno]?”. “Pois não.” Aí eu expliquei qual era o nosso objetivo. E aí falaram: “Tudo bem”.*

Explicações sobre o desastre

Minas de água, obras da Sabesp, “gatos” para suprimento de água e construções inadequadas são todas invocadas na explicação do desastre. Como é o caso quando nos deparamos com desastres, essas explicações nem sempre são confluentes:

A suspeita da Defesa Civil é que minas de água tenham provocado instabilidade no solo, afetando as casas que foram construídas de maneira irregular. É um terreno com uma declividade bastante acentuada, construções inadequadas para o terreno, construções de três, quatro andares e esse sobrepeso sobre esse terreno, tudo isso veio a ocasionar que, em um determinado momento, acontecessem trincas, rachaduras e que esses imóveis sofressem afundamento.¹⁹

Há muitos relatos sobre a existência de minas na área da favela, o que é óbvio em se tratando de região de mananciais, caso da Favela Erundina. Conforme o relato da diretora de escola mencionada por José Ronaldo Arantes, um dos indicadores de que algo estava errado foi justamente o fato de que as minas

¹⁹ Quase 200 casas são interditadas em São Paulo por risco de desabamento. *G1 São Paulo*, São Paulo, 1º mai. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/05/quase-200-casas-sao-interditadas-em-sp-por-risco-de-desabamento.html>>.

atrás da unidade escolar, que fica ao pé do morro, estavam vertendo mais água do que o normal.

Porém, muitas minas de água frequentemente desapareceram de vista, em processo de aterramento para a construção de casas e de obras viárias. Ficam na lembrança de moradores mais antigos, ou no diz-que-diz na comunidade:

Dani – *Só que o engraçado é que quando a gente conversa com as pessoas que moravam por cima dessa região que teve essas rachaduras, muitas delas não sabiam disso, dessa história que tinha mina. Minha mãe, por exemplo, ela não sabia que tinha mina naquela região [...] isso é tão engraçado que ninguém falava disso, era algo esquecido, parecia mais uma lenda da região. E todo mundo só foi falar disso quando aconteceu. Todo mundo, assim, as pessoas, como a mãe dele [referindo-se a Fábio], que moravam na região quando criança, antes da favela ser construída. Então é uma coisa meio que as pessoas esqueceram... não ligavam, e os novos que foram chegando não sabiam.*

Alguns moradores colocaram a responsabilidade na Sabesp, mais especificamente no rompimento da tubulação em obra que estava sendo feita na parte superior da favela:

Dani – *Sei... é porque, assim, por muito tempo a gente ficou com problema de água, de abastecimento de água... Não tinha água, a não ser até tal horário. A Sabesp falava que não era nada. Aí uma vez o cara foi mexer lá... foi fazer alguma coisa na casa dele e precisou quebrar o chão da viela, não de dentro de casa, e aí ele percebeu que os canos, as mangueiras da Sabesp estavam cortadas devido ao tempo ou não sei qual era a qualidade da que foi colocada... A água estava penetrando e fez um buraco enorme na viela. Então, assim, se por iniciativa deles, de uma coisa indireta, não tivesse descoberto aquilo, provavelmente ia ter um deslizamento, porque o buraco estava muito grande... Só o que estava protegendo era a camada de concreto de cima. Então a minha mãe, por exemplo, ela tem muito medo, porque... Nossa! A minha mãe é a senhora vazamento... ela vê um movimento ela entra em paranoia, porque é muito arriscado.*

Essa versão foi também veiculada em reportagem da Rede Brasil Atual:

Enquanto moradores das zonas Norte e Oeste de São Paulo, além dos que vivem em cidades no interior e na região metropolitana, sofrem com falta de água nas

torneiras, famílias da Favela da Erundina, na zona Sul, sofrem com o inverso: eles acreditam que um vazamento em tubulações da Sabesp possa ter sido o responsável pela erosão do solo sob as casas, que causou pânico entre a população local e levou, em última instância, à interdição de quase duzentas moradias na comunidade no final do mês passado. Na última quarta-feira (14), a RBA esteve no local e constatou vazamentos e o barulho de água correndo sob o chão em vários pontos da favela.²⁰

Há outras versões. Frequentemente, uma das medidas de urbanização de favelas é o fornecimento de água encanada aos moradores. Consta, entretanto, que ao colocar esses encanamentos, a Sabesp não retirou os “gatos”, tubulações feitas de forma informal pelos moradores. Com o tempo, essas tubulações, de material mais frágil, ficaram corroídas e a água foi infiltrando o solo.

Há quatro anos, contam os moradores, a Sabesp regularizou o fornecimento de água e instalou relógios em todas as casas, inclusive nos pontos mais altos da comunidade, assentada em terreno íngreme. Mas, na ocasião, a empresa não teria desligado os encanamentos antigos, onde estavam instalados os “gatos”, como são chamadas as ligações irregulares de água. Procurada, a Sabesp não respondeu até a publicação desta reportagem. O vazamento das tubulações da empresa é um dos principais fatores de desperdício de água potável no estado: a própria companhia, em relatórios, reconhece que perde cerca de 25% de toda a água que capta por conta de vazamentos, situação que segue sem solução há anos.²¹

Pretta – *Furaram muito profundo os buracos. Também os moradores, depois que a Sabesp vinha e arrumava os vazamentos [bate na mesa], eles iam lá e faziam gato de novo. Porque eles sempre falaram pra mim que: “Favela não tem que pagar água e luz não”. Eles sempre falaram isso. Entendeu? Então foi culpa dessas três coisas. Só que, eu cheguei sim a culpar os moradores. Eu falei assim: “Mas vocês pediam pra arrumar um vazamento, no outro dia vocês iam lá e faziam gato!” E na hora que eu ia jogar a Sabesp na justiça, começou todo esse bafafá. (Entrevista com Pretta, 03/06/2015)*

Há ainda os que culpam os moradores, por fazerem construções inadequadas ao terreno, aumentando o risco de desabamento. Esta foi a explicação que o

²⁰ BRITO, G. Famílias culpam vazamento da Sabesp por interdição de 200 casas em São Paulo. *Rede Brasil Atual*, São Paulo, 17 mai. 2014.

²¹ BRITO, G. Famílias retiradas de casas em área de risco também reclamam de alta de aluguéis no bairro; segundo moradores, Prefeitura promete auxílio. *Rede Brasil Atual*, São Paulo, 17 mai. 2014.

coronel Jair Paca de Lima, então chefe da Defesa Civil Municipal, forneceu em entrevista ao *Estadão*:

“As moradias não respeitaram nenhum cálculo de engenharia. A pessoa constrói uma casa e vende a laje para outra pessoa. Esse segundo vende a laje também. Isso resulta em construções muito pesadas. E esse solo tem muitas minas de água”, afirma o coronel Lima.²²

Uma história sem final

Desfazimentos por risco de desastre ou de obras de urbanização são sempre histórias tristes, de perdas, de falta de horizontes, de acirramento das espirais de vulnerabilidade:

Madalena²³ – *Então, foi assim um desespero muito grande das famílias quando começaram a rachar as casas. E aí o subprefeito fez a gente tirar todas aquelas famílias de lá correndo, e como eu já conhecia a Erundina através do Conselho Tutelar, acabei fazendo um trabalho lá com as crianças e adolescentes. Aí a dificuldade de entrar lá, muitos assessores tiveram dificuldade de entrar lá, nosso subprefeito também, foi a questão da violência lá dentro, que quando eu cheguei fazendo reunião com o pessoal do tráfico lá dentro, pra gente conseguir tirar as famílias, pra gente fazer um trabalho junto, isso é uma coisa que é preciso. Nessa região, às vezes, você tem que ter esse jogo de cintura. Foi aí que eu procurei a comunidade, as lideranças de lá de dentro, para estarem todos juntos. Foi um sofrimento muito grande, porque pessoas que compraram seus móveis pagando ali, tive que conversar com nossos funcionários até pra não quebrarem; eu via gente sofrendo, as pessoas quando iam tirando aqueles móveis pra levar para mudança, às vezes não tiveram um certo cuidado. Você tem que ter um jogo de cintura pra trabalhar com todos, até com o próprio governo, até com o próprio funcionário público, pra ter essa consciência. E até hoje o pessoal tem uma gratidão muito grande comigo, eu até fiquei emocionada quando a Pretta foi falar com o prefeito Haddad e ela falou: “Ó, a Madalena, a assessora que está lá*

dentro, não importa se ela é do grupo, do seu grupo ou não, que cada um tem sua tendência hoje dentro do governo, mas não importa; é tratar do jeito que ela veio nos acompanhar”. Mas naquela hora a gente pensa na vida, pensa nas crianças – tinha muita criança –, pensa nas famílias que tem ali, deficientes, e todo mundo e a dificuldade de encontrar aluguel pra essas pessoas. Porque as pessoas têm muita dificuldade, mesmo com dinheiro, e acho que foi bem ágil a questão da habitação. A gente tem outras regiões em que não foi tão assim, não agiram tão rápido na questão do aluguel social, como nós agimos: fazer reunião com todo mundo que tinha que fazer e acompanhar o sofrimento, pessoas que falavam em suicídio, porque tinham perdido tudo. Então foi um trabalho assim de parceria, foi muito bom com todos.

Como afirmou Madalena, foi um trabalho de parceria. Pretta e Vanessa nos dão a sua dimensão:

Pretta – *Então, saiu tudo rápido. Aí algumas famílias ainda ficaram. Demorou mais de mês pra repor tudo isso [incompreensível] mas a prefeitura, a subprefeitura deu assistência, muito bem. A subprefeitura de M’Boi Mirim atendeu muito bem, sabe? A Cleide, que ela é subprefeita da Capela do Socorro, eu ligava pra ela, eu pedia socorro, ela mandava caminhões, equipe, ela mandava. A Cidade Ademar, que lá é o chefe de gabinete, um dia eu faço questão de você conhecer ele, o Ciço Farias, nos ajudou muito também, mandava também caminhão. O pessoal do Embu-Guaçu, Palhereiros, todos mandavam. Aqui eles tiveram um atendimento nota dez. O CRAS [Centro de Referência de Assistência Social] mandou alimentação, cesta básica...*

Vanessa – *Colchões...*

Pretta – *Produtos de limpeza, colchões, mandavam. Até outras pessoas aproveitaram também.*

Vanessa – *Foi, aproveitaram.*

Pretta – *Pegaram. Eu, eu fiz aqui dez dias de alimentação pra eles, por minha conta mesmo. Sabe? Por minha conta. Eu vendia vinte contos, aqueles vinte contos eu já comprava de carne e tal pra ajudar também. Só que chegavam aproveitadores também.*

Vanessa – *A escola.*

²² RIBEIRO, B. Casas interditadas na zona sul são saqueadas. *O Estado de S.Paulo*, São Paulo, 3 mai. 2014.

²³ A entrevista com Madalena Rodrigues foi realizada em 10/02/2015. Eu a visitei no dia 9 de agosto de 2017, quando entreguei a transcrição da entrevista e o atual capítulo. Ela concordou que seu nome real fosse utilizado.

Pretta – *A escola também deu alimentação, ajudava; as pessoas dormiram lá dentro das salas. Disseram que estavam dormindo ao vento, mas era mentira. Falavam pros canais de televisão, mas era mentira. A Dione [diretora da escola] deixou de dar aula pra dar as salas pra eles poderem dormir.*

Mary Jane – *Nossa.*

Pretta – *Quem... muitos dormiam lá com medo de roubarem as suas coisas.*

Vanessa – *A CDM²⁴ também.*

Pretta – *A CDM também ajudou, também. O Bloco do Beco, ali, com tudo que fizeram, mas também ajudaram.*

Mary Jane – *Ajudaram.*

Pretta – *Também, entendeu? Eles têm uma casa ali dentro. Então todo mundo ajudou. Os moradores que tem garagem deixaram o carro na rua.*

Vanessa – *Foi.*

Pretta – *E davam a garagem.*

Vanessa – *A gente cedeu aqui embaixo, também.*

Pretta – *Aqui embaixo eu cedi, que até hoje ainda tem uma pia aí que deixaram.*

A mobilização no momento de desastre certamente nos dá um panorama de solidariedade e eficiência por parte de todos: autoridades, moradores, associações. Mas é também palco de tristes dramas. Por exemplo:

Dani – *Então, aí eu fico pensando assim, que tem um... como é essa coisa que eu nem sei muito bem, mas conversando aqui, eu fiquei tentada a saber mais a fundo. Porque tem uma moça que é amiga da minha mãe, sei lá, elas eram conhecidas, e ela morava num lugar da Erundina onde a casa era muito pequena. Então ela queria sair de lá, e pra ela foi uma vitória ter conseguido comprar uma casa na região onde agora teve que tirar as famílias. Então eu fico pensando: será que ela compraria a casa se ela soubesse? Porque eu acho que as pessoas não sabem. Ela ficou muito triste, porque ela tinha acabado de comprar a casa, saiu*

do lugar. Ela julgava estar num lugar melhor, ela reformou a casa, ela ampliou a casa, e acho que nem um ano depois, alguns meses... uma das lajes da casa...

Fábio – *Cedeu, ela quebrou...*

Dani – *Cedeu, caiu... Não foi só uma rachadura...*

Fábio – *Inclusive foi a da laje que poucos dias antes desse ocorrido nós fomos até lá... Foi a festa de aniversário da filha deles e eles tinham acabado de fazer a laje. E todo mundo animado, deu até parabéns pro cara, estava todo mundo eufórico, e, aí, alguns meses depois, assim...*

Mary Jane – *Porque deve ter solapado embaixo e aí a laje cedeu.*

Dani – *Sim, o chão da cozinha virou uma espécie de buraco. E, aí, eu fico pensando: será que ela tinha trabalhado, ela e o marido juntado dinheiro pra ir prum lugar melhor, mas ia ter comprado naquele terreno, se ela soubesse disso? Então, assim, pelo que eu vejo, as pessoas meio que não sabem muito, mas...*

O desfazimento

Na língua portuguesa há um interessante jogo de espelho no que se refere às construções: fazer e desfazer. Quando uma área tem de ser desocupada, devido, por exemplo, à instabilidade do solo, como foi o caso de parte da Favela Erundina, a palavra utilizada é desfazimento. Esta é uma ação bruta especialmente porque nem sempre a área é imediatamente reutilizada para urbanização, construção de novas moradias ou transformação em área de lazer. O desfazimento, basicamente, evita a reocupação. Mas, no caso da Erundina, não foi uma demolição total. Como informou José Ronaldo Arantes:

Nesse momento [1º de maio de 2014], a Defesa Civil realizou o que chamam de “desconfiguração” – um desmanche parcial que impede que a moradia seja reocupada. O problema maior foi no “desfazimento” – a demolição propriamente dita, onde, como outros já haviam contado [entre eles Maria dos Anjos] o PCC impediu a demolição. Foi necessário fazer um acordo. Eles diziam que eram um comércio, embora ilegal, e que a demolição impediria suas atividades. Assim, foi decidido que parte das casas na parte inferior, perto da quadra seriam mantidas.

²⁴ Clube Desportivo Municipal



A Favela Erundina em 3 de agosto de 2016.

Há, assim, um impasse. Nada é feito no sentido de reconstrução ou de dar à área uma nova identidade. Aos poucos, o que resta em pé é ocupado.

Madalena – *Nós tivemos quarenta pessoas que retornaram depois, e eu acho um absurdo! Nós não temos essa secretária que vai lá ou alguém que assume, que faz um parque, uma praça, qualquer coisa que tem que fazer, mas não deixa a área livre. Isso é um saco sem fundo que você nunca vai dar conta, o governo nunca vai dar conta se não investir nesse projeto.*

Mary Jane – *E hoje? Como é que está? Porque eles não conseguiram demolir tudo, né?*

Madalena – *Não, não conseguiram demolir. E ainda tem pessoas que voltaram e outras que não eram de lá e tomaram as casas também. Isso é uma coisa que... ainda não definiram o que vão fazer lá. É muito difícil, você fica angustiada. E eu gosto das coisas práticas, eu não gosto de coisas demoradas, e demora muito. [...]*

Mary Jane – *Mas eles estavam dizendo que não conseguiram nem demolir as casas porque o tráfico não estava deixando.*

Madalena – *Não, não, não conseguem demolir. Porque o tráfico quer saber o que a subprefeitura vai fazer lá. Porque eles acham, assim, que se fizer apartamento, seja o que for fazer lá, tem que ser parceiro com eles, porque senão eles não aceitam, não deixam fazer. Então, é muito forte essa questão do governo conseguir quebrar essas barreiras, é difícil isso.*

Dani – *Então, tem essa versão de que as pessoas vieram de fora depois que a derubada foi interrompida. As pessoas começaram a vir pra ocupar as casas que não estavam totalmente demolidas, e ali virou uma região de tráfico muito intensa. O que eu sei que é verdade... é que depois que isso aconteceu a gente começou a ver muitas pessoas que a gente nunca tinha visto. Porque a Erundina é grande, mas no seu convívio do dia a dia você não sabe o nome da pessoa, mas você sempre a viu ali.*

Apontamentos metodológicos

Os procedimentos adotados no caso das rachaduras na Favela Erundina, assim como nos demais capítulos deste livro, incluíram uma multiplicidade de fontes de informação. À inevitável revisão da literatura utilizada para a fundamentação teórica e histórica somaram-se consultas a legislações, matérias de jornal, entrevistas, conversas no cotidiano dos locais que frequentei e anotações em diário de campo. São narrativas nas quais o texto é composto por fragmentos, à moda de uma colcha de retalhos, nas quais há cuidado com relação a dois aspectos: o estético e o ético.

Como estética, neste e nos demais textos que compõem o livro, há uma proposta de linha de argumento que me permite escolher quais fragmentos incluir. No caso da Favela Erundina, por exemplo, o texto foi construído tendo como disparador o próprio evento do surgimento de rachaduras que colocaram casas em risco de desabamento. Contudo, eventos têm antecedentes que, neste caso, estão relacionados com o próprio local e sua história; com as formas de ocupar o espaço; com

a dinâmica das políticas de moradia social; e com as modalidades de ocupação do solo urbano. Mas há também o próprio evento: como e quando as rachaduras se tornaram problema, quem acudiu, como foram acolhidas as pessoas que lá moravam. E há o depois: como em muitas histórias de desastres, esta pode ser uma história sem fim.

Construo, com esses fragmentos, uma narrativa que não pretende ser uma versão definitiva e consensuada sobre o que ocorreu. Outras pessoas teriam outras explicações; construiriam outras narrativas. Trata-se, a bem dizer, de uma narrativa de cunho moral: ilustrativa de problemas mais amplos onde moradias em áreas de risco e soluções precárias para problemas prementes se entrecruzam.

Quanto ao aspecto ético, nunca é demais pontuar nossa responsabilidade perante nossos interlocutores, sejam eles autores de referência ou protagonistas de conversas e entrevistas. No primeiro caso, a ética acadêmica consiste em lhes dar devidamente autoria. Ou seja, deixar claro de onde vêm as informações e os aportes teóricos ou históricos. Isso é praxe e exigência acadêmica; não há o que acrescentar.

No caso dos interlocutores cuja voz se faz presente, segui à risca os procedimentos exigidos pelos comitês de ética em pesquisa: aprovei o projeto no CEP da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; informei sempre os objetivos da pesquisa e, no caso das entrevistas, pedi que assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. É usual nesses “contratos” que a pesquisadora assegure o anonimato e, neste quesito, utilizei uma estratégia distinta, partindo do pressuposto de que eu estava entrevistando pessoas que falavam a partir de suas posições públicas. De modo geral, utilizei o nome próprio; dar-lhes um outro nome apenas acirraria um jogo de adivinhação. Contudo, o texto foi encaminhado a cada um deles para que pudessem corrigir, sugerir alterações e decidir se queriam ser identificados ou preferiam que fosse utilizado um nome fantasia.

Embora seja eu a contadora da história, todos meus interlocutores estão presentes, até porque, nas conversas e entrevistas, me apoiem nas teorizações sobre análise de práticas discursivas²⁵ que têm como premissa básica que toda comunicação é dialógica.

²⁵ SPINK, M. J. (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortez, 1999. Disponível em: <<http://www.bvce.org.br/LivrosBrasileirosDetalhes.asp?IdRegistro=261>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

3 M’Boi Mirim vista do outro lado da ponte

A ponte do Socorro, emblematicamente, é um divisor de identidades. Logo no início do vídeo sobre M’Boi Mirim, da série *Histórias de Bairros da Prefeitura Municipal de São Paulo*, uma voz relata que

Nóis, para nós, é singular: nóis é ponte que atravessa o rio. E quando ele [se referindo a Marcos Pezão, poeta da Cooperifa] fala nóis, ele está dizendo “eu”. Eu atravesso o rio. E o povo, quando vê ele recitar, a turma chegava aqui e começava a gritar: Nóis é ponte e atravessa qualquer rio. (Em coro) “Nóis é ponte e atravessa qualquer rio. Nóis é ponte e atravessa qualquer rio”.¹

Para mim, vinda do outro lado do rio, foi preciso adentrar pelas quebras poéticas para entender a importância desse lema, até porque a ponte aqui referida não é a do Socorro, ou qualquer outra, mas a Associação Atlética Ponte Preta, time de futebol do Jardim Leme, que, na ocasião, enfrentava o Fortaleza, rival do bairro. Mas soou bem e virou poesia nas mãos hábeis de Marcos Pezão.

Essa ponte que nos separa está presente também em outras produções culturais, como o já famoso rap do compositor Mano Brown, dos Racionais MC’s, “Da ponte prá cá”, que tem por refrão:

*Não adianta querer, tem que ser, tem que pá
O mundo é diferente da ponte pra cá*

¹ HOSTÓRIA DO BAIRRO M’BOI MIRIM. Direção: Miriam Chnaiderman. Co-patrocínio: Prefeitura de São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura. São Paulo, 2009. 26:02 min., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=EKDsKRLzCnY>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

*Não adianta querer ser, tem que ter pra trocar
O mundo é diferente da ponte pra cá*

*Tem que ser, tem que pá
O mundo é diferente da ponte pra cá
Não adianta querer ser, tem que ter pra trocar
Ai, ai, ai*

Ou seja, há uma aguçada percepção de que a vida de cada lado da ponte² toma rumos muito diferentes. Em termos absolutamente estereotipados, os que moram do lado de lá de quem mora em M'Boi Mirim, de Santo Amaro para o centro, são brancos e ricos; os que moram do lado de cá são pretos e pobres. A vida não segue padrões tão rígidos, mas, de fato, eu moro do “lado de lá” e, por isso mesmo, respeito que quem fala tem de falar a partir de sua própria história e trajetória. Daí o título deste capítulo.

Desde que cheguei a São Paulo, aos 11 anos de idade, vinda da cidade do Rio Grande, lá no Sul, morei no Brooklin e suas adjacências, no distrito de Santo Amaro, Zona Centro-Sul da cidade. E, por mais que se procure situar o bairro dentre mais ricos da capital paulista, eu e minha família sempre nos identificamos como santamarenses. Vale, assim, antes de adentrar os interstícios da vida no outro lado da ponte, falar um pouco do lado em que eu moro.

Apresentar um pouco de Santo Amaro é importante, uma vez que sua história está intrinsecamente relacionada aos dois distritos que foram foco da pesquisa “Viver em Área de Risco”, o Jardim São Luís e o Jardim Ângela.

De aldeamento a município: Santo Amaro até a virada do século XIX

O estudo realizado por Jurgen Langenbuch,³ apresentado como tese de doutoramento à Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Rio Claro, então pertencente à Universidade de Campinas (Unicamp),⁴ e defendida em 1968, é precioso para a compreensão da estruturação da Grande São Paulo na perspectiva da geografia urbana. Langenbuch divide sua tese em cinco capítulos. Inicia com os arredores paulistanos em meados do século XIX e segue, nos demais capítulos, caracterizando a evolução da cidade em direção à sua metropolização, nos períodos 1875-1915, 1915-1940 e a partir de 1950. Abarca, portanto, a expansão da capital paulista em direção aos territórios da margem ocidental da represa de Guarapiranga, onde estão localizados os distritos foco desta pesquisa.

É sobretudo de interesse a descrição da ocupação inicial dessas terras por meio da associação entre o reinado português e a Igreja, consubstanciado pela criação da Ordem de Cristo, a Companhia de Jesus. Uma das formas pelas quais formaram-se os povoados foi o aldeamento, “pequenas comunidades criadas pelos jesuítas e colonos para controlar e catequizar os nativos”,⁵ tendo a construção de uma capela como traço comum. Esses aldeamentos formavam um cinturão em volta da região central de São Paulo: Guarulhos, São Miguel, Itaquaquecetuba, Nossa Senhora do Ó, Pinheiros, Itapeverica, Embu, Carapicuíba, Barueri e, obviamente, Santo Amaro. Essas localidades deram origem a vários núcleos habitacionais, alguns se

³ LANGENBUCH, J. R. *A estruturação da Grande São Paulo: estudo de geografia urbana*. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro da Universidade de Campinas. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1971.

⁴ A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro foi criada e instalada entre 1957 e 1959, oferecendo os cursos de História Natural, Geografia, Pedagogia e Matemática. Integrou a Unicamp por um curto período, de 1967 a 1968, quando passou a ser Instituto Isolado do Ensino Superior do Estado de São Paulo. Em janeiro de 1976, todos os institutos passaram a compor a recém-criada Universidade Estadual Paulista (Unesp). Nesse contexto, muitos dos cursos oferecidos pelos diferentes institutos foram extintos. Em Rio Claro, a faculdade foi desdobrada em dois institutos, o de Biociências e o de Geociências e Ciências Exatas, ligados à Unesp. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=448558&view=detalhes>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

⁵ HIDALGO, B. D. *As divisões territoriais do município de São Paulo: uma proposta de classificação por meio da análise de distritos*. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

² De qualquer uma das pontes: a do Socorro ou a da João Dias.

tornaram distritos paulistanos, enquanto outros constituíram-se como municípios. Os aldeamentos concentravam atividades religiosas e administrativas e, muitas vezes, além dos indígenas, ali moravam colonos portugueses.

Com o desenvolvimento das aglomerações, pelo aumento da população e das atividades econômicas, a tendência era de que os habitantes pleiteassem maior atenção institucional. Essa demanda era parcialmente suprida quando a Igreja destinava um representante para a área. Assim, a capela tornava-se curada, frequentada com regularidade por um padre (cura), e a comunidade deixava de ter que se deslocar para acompanhar missas e passava a ter um representante eclesiástico à disposição, algo que só ocorria anteriormente em ocasiões especiais. Todavia, o reconhecimento institucional e eclesiástico ocorria efetivamente quando o povoado e sua capela eram elevados à categoria de Paróquia, cujo nome corriqueiro tradicional foi freguesia e que constituía o módulo de organização eclesiástica, como que a sua unidade territorial.^{6,7}

Dentre os aldeamentos existentes, havia a aldeia de Ibirapuera, às margens do rio Geraibatiba (atual Jurubatuba), onde vivia o chefe Caiubi. Foi esse núcleo que deu origem ao atual Distrito de Santo Amaro. Várias narrativas sobre a região possibilitam elaborar uma cronologia dos fatos que a levaram de freguesia à vila e desta a município. Em 14 de janeiro de 1686, a capela curada de Ibirapuera foi elevada à Freguesia de Santo Amaro; em 10 de julho de 1832, por Decreto da Regência, a freguesia passou à Vila de Santo Amaro; e em 7 de abril de 1833, aconteceu a primeira Assembleia da Câmara de Vereadores, constituindo assim o legislativo da, agora, cidade de Santo Amaro.⁸ O município abrangia todo

⁶ Ibidem, p. 51.

⁷ Na definição do IBGE (1995), freguesia é uma “circunscrição eclesiástica que forma a paróquia; sede de uma igreja paroquial, que servia também, para a administração civil; categoria oficial institucionalmente reconhecida a que era elevado um povoado quando nele houvesse uma capela curada ou paróquia na qual pudesse manter um padre à custa destes paroquianos, pagando a ele a cônica anual; fração territorial em que se dividem as dioceses; designação portuguesa de paróquia”. In: FUNDAÇÃO SEADE. *Memória das estatísticas demográficas*. São Paulo, [s. d.]. Disponível em: <<http://produtos.seade.gov.br/produtos/500anos/index.php?tip=defi>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

⁸ PREFEITURA DE São Paulo. Prefeitura Regional de Santo Amaro. *Histórico: as contradições e os séculos da história de Santo Amaro*. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/regionais/santo_amaro/historico/index.php?p=450>. Acesso em: 21 nov. 2017; MENDES, D; CARVALHO, M. C. W. de. A ocupação da bacia do Guarapiranga: perspectiva histórico-urbanística. In: FRANÇA, E. (Coord.). *Guarapiranga: recuperação urbana e ambiental no município de São Paulo*. São Paulo: M. Carrilho Arquitetos, 2000, p. 39-65; CARRIL, L.

o território ao sul do córrego da Traição (hoje canalizado sob a avenida dos Bandeirantes), parte da Vila Mariana e da Saúde, todo o Ipiranga e Cursino, estendendo-se até a Serra do Mar, incluindo as terras correspondentes aos atuais municípios de Itapeverica da Serra, Embu, Embu-Guaçu, Taboão da Serra, São Lourenço da Serra e Jquitiba.

Os habitantes até meados do século XX

O vasto território de Santo Amaro era habitado inicialmente por indígenas de várias etnias (sobretudo tupinambás e guaranis). Durante o período colonial, missionários, portugueses integrantes das bandeiras e donos de grandes ou pequenas extensões de terra se apropriaram das terras do futuro município. Multiplicaram-se as pequenas roças, onde viviam os “caipiras”. No início do século XIX vieram os alemães e logo após, já no século XX, os japoneses. A história da região, e conseqüentemente das terras do outro lado do rio, resulta desse caldo cultural.

Os indígenas

Tudo leva a crer que os aldeamentos consistiram uma estratégia de colonização que teve como contrapartida uma iniciativa de natureza governamental, as “Aldeias de Padroado Real” – que haviam sido propriedades coletivas dos índios –, e uma de cunho missionário, que eram os aldeamentos em propriedades da Companhia de Jesus. Não cabe, no contexto deste capítulo, aprofundar como e por que os indígenas foram expropriados de suas terras, sobretudo com a expulsão dos jesuítas, em 1803, na época da administração pombalina. Contudo, há de se pontuar que poucos aldeamentos constituíram núcleos habitacionais. Uma das razões possíveis é que, de modo geral, os índios não moravam no aldeamento e, segundo as fontes consultadas por Langenbuch, apenas se dirigiam a eles aos domingos e dias santos para assistir à missa.

Soma-se a isso o tipo de atividades destinadas aos indígenas: trabalho quase escravo até o século XIX, quando os aldeamentos foram emancipados. Afirma Langenburgh:

Quilombo, favela, periferia: a longa busca da cidadania. São Paulo: Fapesp/Anna Blume, 2006; BERARDI, M. H. P. Santo Amaro. *História dos bairros de São Paulo*. Concurso de Monografias sobre a História dos Bairros de São Paulo. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo. Arquivo Histórico Municipal.

Os trabalhos para os quais se recrutava os indígenas, em regime servil ou quase-servil, eram os mais variados, predominando na fase inicial da colonização a participação nas bandeiras e no trabalho das minas, e, posteriormente, no transporte de carga, como carregadores, sobretudo na estrada São Paulo-Cubatão.⁹

A presença do índio, hoje, se dá em parte pela miscigenação e, obviamente, por sua vulnerabilização devido ao lento trabalho de demarcação das terras indígenas, com início tardio na década de 1980. Na revista *Apartes*¹⁰ constam algumas informações a esse respeito:

Os processos de demarcação anteriores à Constituição Federal de 1988 não tinham aparato legal para levar em conta a continuidade territorial das áreas habitadas pelos guaranis e, por isso, demarcaram pequenos espaços que não garantem a sobrevivência desses indígenas, explica Adriana Queiroz Testa, doutora em antropologia e integrante do Centro de Estudos Ameríndios da Universidade de São Paulo (USP).

Atualmente, há duas terras indígenas (TI) no município de São Paulo, ambas da etnia Guarani Mbya: a TI Tenonde Porá, na região Sul, e a TI Jaraguá, na região Noroeste. A TI Tenonde Porá abriga duas aldeias localizadas em Parelheiros: Guarani da Barragem (Tenonde Porá) e Krukutu, respectivamente com 26,3 e 25,9 hectares. As áreas regularizadas de Tenondé Porá e de Krukutu são apenas 0,033% da área total à qual os guaranis têm direito, segundo a Fundação Nacional do Índio (Funai). Esse território maior é chamado de Terra Indígena Tenondé Porá e tem 15.969 hectares.¹¹

Embora a demarcação das terras indígenas seja competência federal, os municípios podem apoiar a proteção do território no que for necessário. Nabil Bonduki e Maria Lucia Bellanzani, quando encaminharam, em 2016, o projeto de lei “Teko Porá: política municipal de fortalecimento ambiental, cultural e social das terras indígenas”, discorreram sobre a questão da proteção ambiental:

⁹ LANGENBUCH, J. R., op. cit., p. 56.

¹⁰ MACHADO, G. Indígenas: terra, respeito e outros direitos. *Apartes. Revista da Câmara Municipal de São Paulo*, São Paulo, v. 13, mar./abr. 2013.

¹¹ O Conselho Municipal dos Povos Indígenas (Compisp) foi criado pelo Decreto 52.146, de 28 de fevereiro de 2011, a partir da Lei 15.248/2010, proposta pela vereadora Juliana Cardoso. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/decreto/2011/5214/52146/decreto-n-52146-2011-cria-na-coordenadoria-de-assuntos-da-populacao-negra-cone-da-secretaria-municipal-de-participacao-e-parceria-o-conselho-municipal-dos-povos-indigenas-nos-termos-previstos-na-lei-n-15248-de-26-de-julho-de-2010>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

o Plano Diretor Estratégico as assinalou e incluiu no Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Áreas Livres. A Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, recentemente aprovada, enquadrada como Zona Especial de Proteção Ambiental (Zepam) a totalidade das terras indígenas, homologadas ou não, afastando a possibilidade de que venham a ser ocupadas indevidamente ou que sejam objeto de especulação.¹²

Os caipiras

Dentre os colonos portugueses, nos dois séculos iniciais do Brasil Colônia, os paulistas – aqueles que habitavam as regiões perto do litoral e da Serra do Mar – eram os que mais tinham mobilidade. Foram eles, por meio das bandeiras,¹³ os responsáveis pela expansão da colônia portuguesa para além dos limites do Tratado de Tordesilhas. Certamente, também foram responsáveis pelo amplo genocídio dos povos indígenas, escravizados como mão de obra ou para integrarem as expedições bandeiristas. Porém, foram igualmente responsáveis pelo amálgama das culturas indígena e europeia: a incorporação de palavras das línguas indígenas ao português, o uso de plantas medicinais, o tipo de plantio em suas roças. Como sugere Alberto Nasiatense: “Absorveram, como dominador estrangeiro, a cultura indígena naquilo que ela o favorecia, sem abandonar completamente, no essencial, seus modos de ser e de fazer portugueses”.¹⁴

¹² BONDUKI, N.; BELLENZANI, M. A. Por uma política municipal para as Terras Indígenas. *CartaCapital*, São Paulo, 19 abr. 2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/por-uma-politica-municipal-para-as-terras-indigenas>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

¹³ No período colonial, os diversos tipos de expedições eram nomeados entradas, bandeiras e monções, diferenciando-se quanto aos objetivos e, sobretudo, forma de financiamento (algumas eram oficiais, custeadas pela coroa portuguesa; outras, particulares, contavam com recursos privados). Surgidas no início do século XVII, primeiro na Vila de São Vicente, no litoral Sul paulista, e depois na Vila de São Paulo, as bandeiras eram financiadas por particulares que visavam lucro. Paulistas mestiços de portugueses com indígenas, os bandeirantes, como eram chamados, detinham o conhecimento não apenas dos caminhos milenares entre o território de São Paulo e o Centro-Oeste, como das técnicas de sobrevivência ao clima e à natureza rudes do sertão. CANCIAN, R. Entradas e bandeiras: bandeirantes expandiram limites do Brasil. *UOL Educação*, 10 dez. 2007. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/entradas-e-bandeiras-bandeirantes-expandiram-limites-do-brasil.htm>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

¹⁴ NASIASENE, A. *A geografia da cultura caipira como resultado do processo histórico bandeirantista. Rota Mogiana*, [s.l.], 10 ago. 2012. Disponível em: <<http://www.rotamogiana.com/2012/08/cultura-caipira-como-resultado-do.html>>. Acesso em: 3 mai. 2017.

É desse amálgama que emerge a figura do caipira. Nas palavras hábeis de Antonio Candido:

Da expansão geográfica dos paulistas, nos séculos XVI, XVII e XVIII, resultou não apenas a incorporação de território às terras da Coroa portuguesa na América, mas a definição de certos tipos de cultura e vida social, condicionados em grande parte por aquele grande fenômeno de mobilidade” – a “cultura caipira”.¹⁵

Ainda nessa linha de argumento, Antonio Candido afirma que: “A vida social do caipira assimilou e conservou os elementos condicionados pelas suas origens nômades”.¹⁶

Muito do que se conhece sobre os moradores do vasto interior das terras brasileiras provém de relatos de viajantes. Luiz Francisco Albuquerque de Miranda,¹⁷ em sua análise de relatos de viagem do início do Século XIX, analisa a obra de três naturalistas: o francês Auguste de Saint-Hilaire e a dupla alemã Carl F. von Martius e Johann B. von Spix. O primeiro visitou o centro-sul do Brasil entre 1816 e 1822 e escreveu a respeito das províncias de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo (que incluía o atual estado do Paraná), Goiás, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os alemães, de 1817 a 1820, percorreram juntos uma vasta área de São Paulo ao Amazonas.

Nesses relatos, há muitas descrições dos modos de vida desses “sertanejos”, e em todas elas os naturalistas parecem concordar que uma das razões principais para o comportamento rústico das populações interioranas eram as relações interpessoais restritas, o isolamento e o desconhecimento do mundo exterior. Miranda considera que é possível que a representação depreciativa do caipira seja anterior aos relatos de viagem, e cita uma conhecida passagem do ensaio de Saint-Hilaire em *Viagem à Província de São Paulo*:

Nenhuma dificuldade há em distinguir os habitantes da cidade de São Paulo dos das localidades vizinhas. Estes últimos, quando percorrem a cidade, usam calças de tecido de algodão e um chapéu cinzento, sempre envolvidos no indispensável poncho, por mais forte que seja o calor. Denotam seus traços alguns dos caracteres da raça americana; seu andar é pesado, e têm um ar simplório e acanhado. Pelos mesmos

têm os habitantes da cidade pouquíssima consideração, designando-os pela acunha injuriosa de caipiras, palavra derivada provavelmente do termo corupira pelo qual os antigos habitantes do país designavam demônios malfazejos existentes nas florestas.¹⁸

De acordo com Antonio Candido, a atividade agrícola seminômade e o povoamento esparsos não favoreceram a “amenidade no trato e davam lugar às maneiras esquivas e ao pouco desenvolvimento mental e social próprios do homem segregado”.¹⁹

Essa atividade agrícola faz parte de uma economia de subsistência relacionada à coleta, caça e pesca para obter os alimentos compatíveis com o nomadismo: “O feijão, o milho e a mandioca, plantas indígenas, constituem, pois, o que se poderia chamar triângulo básico da alimentação caipira, alterado mais tarde com a substituição da última pelo arroz”.²⁰

A cultura caipira, por sua presença no abastecimento da capital da província, assim como por suas manifestações festivas, como a Festa do Divino e a Romaria para Pirapora do Bom Jesus, fez parte do caldo cultural que, a partir do início do século XIX, incluiu imigrantes alemães; no início do século XX, imigrantes japoneses e em meados dele, os migrantes de outros Estados brasileiros, que chegavam a São Paulo para trabalhar nas indústrias.

Os alemães

A imigração alemã para o Brasil tem uma longa história, já explorada em diversas pesquisas. O meu intuito, aqui, é simplesmente pontuar a presença de imigrantes alemães no que, no século XIX, ainda se convencionava chamar de “sertão de Santo Amaro”, lembrando que sertão, neste caso, nada tem a ver com as áreas do semiárido, mas simplesmente fazia referência às áreas afastadas dos núcleos habitacionais então existentes.

Historiadores que se debruçaram sobre a história dos imigrantes que vieram habitar esse sertão referem-se à política de povoamento do território brasileiro iniciada no

¹⁵ CANDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito*: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2001. p. 45.

¹⁶ Idem.

¹⁷ MIRANDA, L. F. A. O deserto dos mestiços: o sertão e seus habitantes nos relatos de viagem do início do Século XIX. *História*, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 622, 2009.

¹⁸ Saint-Hilaire, 1972, p. 171, apud MIRANDA, L. F. A. O deserto dos mestiços: o sertão e seus habitantes nos relatos de viagem do início do Século XIX. *História*, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 637, 2009.

¹⁹ CANDIDO, A., op. cit., p. 56.

²⁰ Ibidem, p. 68.

período entre 1818 e 1821.²¹ De acordo com Silvia Siriani,²² o ponto de partida para a imigração oficial europeia para o Brasil foi o decreto de D. João VI, de 16 de março de 1820. Embora não se referisse explicitamente aos alemães, esse decreto possibilitou a vinda de muitos deles durante o Primeiro Reinado, sendo então criados vários núcleos coloniais, entre eles: a Colônia Leopoldina na Bahia (1818); Frankental, também no Sul da Bahia (1822); Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, e São Leopoldo, no Rio Grande do Sul (ambas em 1824); e os núcleos de Santo Amaro e Itapecerica da Serra, na província de São Paulo (em 1827).

No que concerne à presença alemã no sertão de Santo Amaro, é a leva de imigrantes que aportou em Santos em 1827 que permite entender os interstícios dessa política de imigração que, em todos os relatos, malogrou. Neles, a versão histórica fundacional é a de Edmundo Zenha,²³ datada de 1950. No prólogo de seu livro sobre a colônia alemã de Santo Amaro, Zenha reproduz o aviso, assinado pelo Visconde de São Leopoldo em 8 de novembro de 1827, sobre a chegada dos imigrantes alemães à província de São Paulo, e comenta:

convicto [o visconde] de que a introdução de imigrantes era um benefício, não cogitou de detalhes, certo de que aquele bem maior valia os pequenos percalços que a medida acarretava. A verdade é que o recebimento de colonos sem preparo preliminar causou sérios contratemplos e desnecessárias despesas.

Nesse mesmo mês embarcavam os primeiros imigrantes no porto do Rio de Janeiro em direção a Santos.

Por que trazer colonos europeus? Uma primeira razão era a substituição do braço escravo pelo do imigrante – substituição não apenas como mão de obra agrícola, mas para

ensinarem e introduzirem o manejo e uso do arado, rotando os nossos Campos infrutíferos por falta da indústria agrícola Européia; e para suprir a falta dos braços

Africanos, que estão quitados, e quase finados, para a pezada e fatigante Agricultura Brazílica, os quaes braços só podem ser supridos pelo uso, e vantagens do arado [...].²⁴

Contudo, não existia, a bem dizer, um plano para o assentamento dos colonos estrangeiros. Apenas o governo supunha que as autoridades provinciais estavam imbuídas da mesma certeza sobre a positividade da imigração – o que não era verdade. Muito pelo contrário, havia muita hostilidade por parte dos que já ali estavam a respeito da colonização estrangeira.

A narrativa de Zenha é fascinante, a começar pela figura sombria do intermediário entre o Império brasileiro e o governo alemão: Jorge Antonio von Shaffer, que havia sido incumbido por D. Pedro I de obter soldados na Europa para as guerras travadas no Sul do Brasil e de firmar contratos com colonos que quisessem vir ao Brasil. Ele recrutou muitos, sem qualquer escrúpulo, enviando para cá aventureiros de todo tipo que se faziam passar por agricultores.

Com a chegada da primeira leva de imigrantes, foi nomeado diretor da Colônia – pelo qual, naquele momento, se designava o conjunto de imigrantes – Justiniano de Melo Franco, médico, provavelmente formado na Alemanha, que falava e escrevia o alemão. Suas funções eram amplas:

Cabia-lhe representar os colonos, receber suas queixas e sugestões, efetuar-lhes o pagamento do subsídio, guiá-los em suas pendências, auxiliar o governo na escolha do local para instalação da Colônia, manter a disciplina do grupo heterogêneo e difícil que ficava sob sua direção, enfim, exercer um papel como de tutor dos colonos no período inicial de sua localização.²⁵

Nas muitas páginas da longa narrativa de Edmundo Zenha, o médico Melo Franco emerge como um personagem ambivalente, com vários confrontos com outros mediadores entre os alemães e as autoridades, alguns, como o enigmático Teófilo Schmidt, levando as queixas dos imigrantes diretamente ao presidente da província e até mesmo à Corte.

Além dos 226 colonos que chegaram em dezembro de 1827, durante o ano seguinte vieram muitos outros. O contrato feito na Alemanha entre o governo

²¹ SIRIANI, S. C. L. *Uma São Paulo alemã*. São Paulo: Daesp/Imesp, 2003; RIBEIRO, E. M. H. Os alemães dos núcleos coloniais de Santo Amaro e Itapecerica da Serra (1831-1914). Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

²² SIRIANI, S. C. L. Os descaminhos da imigração alemã para São Paulo no século XIX: aspectos políticos. *Almanack brasileiro*, São Paulo, n. 2, p. 91-100, 2005.

²³ ZENHA, E. A colônia alemã de Santo Amaro: sua instalação em 1829. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, Ano XVI, v. CXXXII, p. 1, 1950.

²⁴ Explicação dada por Bueno de Veiga em 1828, apud ZENHA, E. A colônia alemã de Santo Amaro: sua instalação em 1829. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, a. XVI, v. CXXXII, p. 66, 1950.

²⁵ *Ibidem*, p. 56.

imperial brasileiro e os colonos incluía cinco itens: (1) sustentar os colonos por um período de ano e meio; (2) fornecer animais que seriam reembolsados ao governo após quatro anos; (3) conceder terrenos que seriam de propriedade dos colonos; (4) isenção de impostos por oito anos para os que viessem por conta do Império e por 10 anos para os que viessem por conta própria; e (5) que cada colônia teria um médico e um pároco ou pastor, pagos pelo período em que durassem os subsídios da nação.

A tarefa inicial era assentar os colonos em terras próprias. Inicialmente destinou-se aos colonos a região do Quilombo, sertão inóspito localizado para além de Itapeperica, onde o diretor da colônia se instalou. Para lá encaminhou a maior parte dos alemães do primeira leva. Porém, os laudos foram muito ruins e o envio de colonos para a região foi sustado por ordem do imperador, que havia recebido queixas dos imigrantes sobre o local escolhido.

Após muitos titubeios e muitas queixas por parte dos imigrantes – uma verdadeira novela, com troca de cartas, prisões etc. – foram destinados a eles os campos que ficavam entre Santo Amaro e São Paulo. Embora ruins, considerava-se que poderiam tornar-se produtivos com o auxílio do arado e do esterco. Esse sertão ficava próximo ao ribeirão Itaquaquetuba, onde existia uma picada que ia até Conceição de Itanhaém. Em 29 de junho de 1829, um ano e meio após a chegada do primeiro grupo de colonos, realizou-se a cerimônia de sorteio entre as 94 famílias que desejavam lá se estabelecer.

Dados oficiais atestam o malogro da colônia de Santo Amaro: logo após sua instalação, havia 62 famílias com 229 indivíduos; quase dez anos mais tarde, o estudo de Daniel Pedro Muller²⁶ contabilizou 157 colonos, embora não especificasse se estavam reunidos nessa colônia. Um ofício da Câmara de Santo Amaro, de abril de 1847, informou que na Colônia só restavam nove famílias; em 1850, o delegado geral de São Paulo agregou informação provida por várias delegacias: Itapeperica respondeu que lá não havia nenhuma colônia (e de fato os alemães lá instalados tinham comprado suas terras); e Santo Amaro respondeu que havia uma colônia, distante quatro léguas da vila, que estava abandonada,

tendo apenas quatro ou cinco famílias, pois a maior parte dos colonos havia se mudado para outros locais.

Conclui Zenha: “E assim, foi rapidíssima a decadência de um empreendimento que custou tanto dinheiro e tanto sacrifício. O lugar que deveria transformar-se numa cidade, definiu em tapera, com três ou quatro ranchos pobres ao redor de um cemitério”.²⁷ Mas não deixou de colher frutos, pois os imigrantes procuraram locais melhores e começaram a plantar e colher, introduzindo, por exemplo, o plantio da batata. Contribuíram muito para transformar Santo Amaro em celeiro da capital. Como informam Langenbuch, já citado, e Adriana de Freitas Baldin,²⁸ os alemães que se fixaram nos sertões de Santo Amaro dedicaram-se à agricultura, produzindo milho, arroz, mandioca, abóbora e hortaliças, com a introdução, principalmente, da batata. Porém, há de se lembrar que muitos eram artesãos que aos poucos migraram para núcleos habitacionais, como a vila de Santo Amaro, exercendo atividades variadas. A dispersão dos alemães afetou diretamente a Vila de Santo Amaro, não apenas pela atividade agrícola que era levada ao mercado, como também pela sua inserção em diversos setores de atividades.

Os japoneses

Embora haja registros de japoneses radicados no Brasil no que se convencionou chamar “período pré-imigração”, foi no início do século XX, alguns anos após a aprovação da Lei 97, de 1892,²⁹ que teve início a imigração oficial de japoneses. A chegada do navio Kasato Maru ao porto de Santos, em 1908, é considerada marco oficial da imigração japonesa. Apesar das dificuldades enfrentadas, o governo do Japão, por vários motivos, continuou interessado em estimular a emigração e, segundo dados fornecidos por Jorge Okubaro, entre 1920 e 1924, 1.600 imigrantes japoneses ingressaram no país.³⁰ A partir de 1925, quando a imigração passou a ser subsidiada pelo governo japonês, esse número aumentou

²⁷ ZENHA, E., op. cit., p. 104.

²⁸ BALDIN, A. F. A. A presença alemã na construção da cidade de São Paulo entre 1820 e 1860. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

²⁹ A lei permitiu a entrada de imigrantes asiáticos anteriormente proibida.

³⁰ OKUBARO, J. *O súdito*. São Paulo: Terceiro Nome, 2006.

²⁶ MULLER, D. P. *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo*: ordenado pelas leis municipais de 11 de abril de 1836 a 10 de março de 1837. 3 ed. fac-similada, com introdução de Honório de Syllos. São Paulo: Governo do Estado, 1978.

consideravelmente: 6.330, em 1925; 8.407, em 1926; 9.034, em 1927; 11.162, em 1928; 16.648, em 1929; e 14.076, em 1930.³¹

Em 1914, no navio *Wakasa Maru*, chegaram 1.688 imigrantes, dentre os quais, por intermédio de Taijiro Suzuki, algumas famílias foram alojadas na Colônia Cotia. O eixo Cotia-Embu é de suma importância para a presença de japoneses em M'Boi Mirim. A intensidade das atividades agrícolas pode ser testemunhada pela inauguração do Centro de Treinamento da Fazenda M'Boi (Instituto de Práticas Agrícolas de M'Boi), em 1932, para a formação profissional dos imigrantes japoneses que chegavam ao Brasil para tentar a vida na agricultura, assim como pela fundação da Cooperativa Agrícola de Cotia, também na década de 1930.³²

A longa história da sua presença em Embu é atestada pela sessão solene realizada na Câmara Municipal em comemoração aos 105 anos da imigração japonesa no Brasil.³³ Familiares e representantes da colônia lotaram o plenário. Nessa ocasião, Sadao Nagata, presidente da Associação Embu-Hino, pediu que se fizesse um minuto de silêncio em honra dos antepassados. “Para mim, este é um ano especial, faz cem anos que vovô Heitaro Nagata chegou ao Brasil, vindo da Província de Kunamoto, Sul do Japão”, disse ele. Nagata, como tantos outros imigrantes que então chegaram ao Brasil, foi para o interior paulista plantar café e, mais tarde, foi para Embu para trabalhar com agricultura. “Estamos aqui há mais de meio século”, disse Sadao.

Os agricultores japoneses tiveram papel importante na constituição do cinturão verde ao redor do município de São Paulo, mas não se restringiram à produção de hortaliças. Eles são responsáveis pela diversificação das culturas, com intensificação da fruticultura e da avicultura. Embora a Cooperativa Agrícola de Cotia tenha sido a principal forma de vazão dessa produção, muitos japoneses na região de M'Boi

Mirim se dedicaram também ao comércio, com a implantação de pontos de venda que aos poucos se tornaram supermercados.

Santo Amaro: de cidade autônoma à integração com São Paulo

Durante muito tempo, Santo Amaro foi considerado o “celeiro da capital”, com intensa produção de cereais e de produtos extrativos, como madeira, carvão e pedra de cantaria. Foi possivelmente a necessidade de distribuição dessa produção que levou à inauguração, em 1886, da linha férrea movida a vapor ligando Santo Amaro à capital (Cia. Carris de Ferro de São Paulo a Santo Amaro). Linhas férreas, estradas vicinais e intermunicipais, linhas de ônibus, na interpretação de Langenburgh, foram potentes instrumentos de expansão da cidade de São Paulo.

Além do escoamento da produção em direção à capital, outros desdobramentos tiveram impacto na região. Em 1889, a São Paulo Tramway, Light & Power Co. – a Light – se instalou na cidade. A empresa, de origem canadense, obteve a concessão para distribuição de energia elétrica em São Paulo e no Rio de Janeiro. Construiu sua primeira usina hidroelétrica (Usina Edgard de Souza) na região de Santana do Parnaíba. Com o aumento da demanda por energia elétrica, foi necessário regular a vazão do rio Tietê, que não tinha água suficiente para atender à demanda, e, para isso, a Light propôs construir um grande reservatório. O local escolhido foi o rio Guarapiranga (afluente do Pinheiros), em Santo Amaro. A represa ocupou uma área de 26,6 quilômetros quadrados, que se estende da barragem, na Capela do Socorro, em Santo Amaro, até próximo de Embu-Guaçu. As obras se encerraram em 1906, com inauguração em 1907. A região passou também por modificações posteriores com a construção do Reservatório Billings, entre 1925-26, e com as obras de retificação dos rios Jurubatuba e Pinheiros, todas elas voltadas à geração de energia elétrica.

Em 1928, a represa passou a ter outra função: o abastecimento de água para a capital. A Repartição de Águas e Esgoto (RAE) encaminhou pedido de adução do reservatório Guarapiranga, e foi atendida. Nas primeiras décadas do século XX, a RAE já adotava uma política de proteção dos mananciais, desapropriando terras da bacia de contribuição dos reservatórios e transformando as matas circundantes em reserva florestal – o que ocorreu, por exemplo, quando os mananciais da Serra

³¹ Número de imigrantes por período segundo o IBGE: 1904-1913 (11.868); 1914-1923 (20.398); 1924-1933 (110.141); 1934-1944 (N/A); 1945-1949 (12); 1950-1954 (5.447); 1955-1959 (28.819).

³² Em 1927 foi criada a Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada dos Produtores de Batata, depois denominada Cooperativa Agrícola de Cotia.

³³ CÂMARA MUNICIPAL EMBU DAS ARTES. *Câmara homenagem japoneses ilustres de Embu nos 105 anos de imigração ao Brasil*. Embu das Artes, 21 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.cmembu.sp.gov.br/noticias/149/camara-homenageia-japoneses-ilustres-de-embu-nos-105-anos-de-imigracao-ao-brasil>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

da Cantareira foram represados. No entanto, essa estratégia não foi implantada no caso da Guarapiranga, tendo em vista que sua construção teve por objetivo inicial apenas o fornecimento de energia elétrica. Assim, embora a Light tenha se comprometido a manter o reservatório em condições de saneamento, a empresa havia adquirido apenas os terrenos da área de inundação. Nem a Light nem a RAE previram os futuros problemas decorrentes da urbanização.

Nesse meio tempo, a Carris de Ferro foi à falência, sendo arrematada pela Light, que operou a linha férrea até 1913, quando foi inaugurada a primeira linha de bondes elétricos para Santo Amaro, com parada final próxima à Barragem da Represa, o que reforçou sua vocação como polo de lazer. Com a expansão do núcleo urbano, a população passou a procurar os aglomerados vizinhos para fins recreativos e religiosos. Santo Amaro já era conhecida por suas Festas do Divino e por seu bom ar. Após a construção da represa, a função recreativa foi intensificada, sobretudo com a inauguração do bonde elétrico (o *Tramway* elétrico de Santo Amaro), que era mais rápido, fazia conexão direta entre a Vila Mariana e a barragem e trafegava com maior frequência.

A represa também propiciou a prática do iatismo, que estimulou a criação de vários clubes náuticos. O São Paulo Yacht Club (SPYC), fundado por ingleses em 1917, foi o primeiro deles,³⁴ seguido pelo Yacht Club Santo Amaro, em 1930, o Yacht Club Paulista, em 1932, o Yacht Club Itaipu, em 1934 e o Clube de Campo São Paulo, em 1937.

Poucos anos depois, entrou em cena a empresa S/A Derrom-Sanson, conhecida como Companhia Autoestrada, fundada em 1925, que tinha por objetivo a construção e conservação de estradas de rodagem. Na esteira desse objetivo, vieram outros, economicamente mais atrativos, como o “Projeto Interlagos”, que incluía as avenidas Washington Luís e Interlagos, o aeroporto de Congonhas (que começou a operar em 1938) e a “Cidade Satélite de Interlagos” (com área de 4 milhões de m²), que incluía também o autódromo. A concepção da cidade satélite foi inspirada nas *Garden-Cities* introduzidas por Ebenezer Howard na Inglaterra (que influenciou também as áreas residenciais da City em São Paulo). O projeto Interlagos incluía um grande hotel e um Balneário às margens da represa que nunca foi concluído e acabaram sendo comprados pelo Clube Santa Paula, que também abandonou as edificações.

Em 22 de fevereiro de 1935, pelo Decreto Estadual 6.983, o município de Santo Amaro foi anexado à capital sob a justificativa de que estava destinado a ser um importante centro de recreio de São Paulo.

A expansão urbana após a década de 1950: rumo ao “sertão de Santo Amaro”

De acordo com a análise de Jurgen Langenbuch sobre a estruturação da Grande São Paulo, a expansão territorial foi impulsionada pela implantação de vias de transportes – primeiramente, as ferrovias e, a seguir, as estradas rodoviárias, para a circulação de carros e ônibus. A Cia. Carris de Ferro, que ligou São Paulo a Santo Amaro, seguida dos *tramways* elétricos, por exemplo, levou à suburbanização dos entornos da represa em sua margem oriental, onde estava localizado o projeto Interlagos. Contudo, foram os subúrbios rodoviários que impulsionaram as formas de ocupação do lado ocidental da represa nos anos 1950, principalmente aquelas do tipo “subúrbio-loteamento” e “subúrbios-ônibus”. Os subúrbios-loteamento, na região dos mananciais, são decorrência da grande especulação imobiliária nessa década, sobretudo no que diz respeito às chácaras recreativas. Citando Langenbuch:

Tais loteamentos, em grande parte, surgiram em áreas que já encerravam a função de recreação campestre. Entre estas despontam as margens das represas de Guarapiranga e Billings (ex-Rio Grande). Em vista da já avultada valorização fundiária, os loteamentos aqui se compõem de lotes muito pequenos, apresentando dimensões um pouco superiores às normalmente encerradas pelos congêneres de fins residenciais.³⁵

E, ainda:

[...] os loteamentos de chácaras recreativas se revestiam de um caráter altamente especulativo. Hábeis campanhas publicitárias, constando de anúncios sugestivos pelos jornais, folhetos coloridos e maquetes em escritórios bem mobiliados, aliadas a prestações módicas em que era parcelado o preço do terreno (muito caro no tocante ao preço total), fariam com que um grande número de pessoas adquirisse tais lotes, desejosas de possuir a sua chácara ou de apenas empatar capital.³⁶

³⁵ LANGENBUCH, J. R., op. cit., p. 247.

³⁶ Ibidem, p. 247.

³⁴ NICHOLSON, B. *São Paulo Yacht Club 100: 1917-2017*. São Paulo: SPYC, 2017.

É possível, portanto, como veremos a seguir, que quando as primeiras legislações de proteção ambiental foram promulgadas, nos anos 1970, na impossibilidade de reverter o investimento, essas chácaras foram abandonadas ou entregues a imobiliárias informais para loteamentos populares.

A partir da década de 1940 multiplicam-se as linhas de ônibus e, na interpretação de Langenburgh: “O comércio imobiliário soube muito bem tirar proveito desta vantagem, dela fazendo grande alarde em sua publicidade, sempre exagerando o número de linhas de ônibus e minimizando o tempo de percurso”.³⁷

Essas estradas constituíram polos de atração para pessoas mais humildes que lá construíram suas casas e se deslocavam a pé até os trechos servidos por ônibus. Foram muitos os relatos desses sacrificados percursos.

Dona Helena – *Sou de Garça [interior paulista] [...]. Eu vim de Garça com quinze anos, trabalhava lá, na roça, inclusive morei esses quinze anos na mesma fazenda em que eu nasci. Daí os meus irmãos estavam por aqui. Eu morei seis anos no Jabaquara [na Zona Sul da capital]. Eu vim em 1963.*

Mary Jane – *Então, você estava contando que passou seis anos no Jabaquara. Por que você veio pra cá?*

Dona Helena – *Eu vim em 1963 para São Paulo e em 1968 eu vim pra cá. São cinco anos, não é? Em 1968 eu vim morar no Jardim Santa Lúcia, aqui no Jardim Ângela.*

Mary Jane – *Isso foi por qual motivo? Casou? Veio sozinha?*

Dona Helena – *Não, não. Eu me casei aqui no Jardim Ângela. Quando vim pra cá, aqui não tinha casa nenhuma. Era um deserto isso aqui. [...] Aí, depois que eu estava por aqui há algum tempo, conheci meu marido. E foi aí que me casei.*

Mary Jane – *Ah... tá.*

Dona Helena – *Mas era um lugar deserto, não tinha nada. As missas que eu ia eram na Piraporinha.*

Mary Jane – *Na Piraporinha?*

Dona Helena – *Sim, na Piraporinha. As missas eram lá. Aí, depois, surgiu a Paróquia Nossa Senhora das Graças, ali na Vila Remo. Era uma vida difícil, mas era muito bom. Nessa época, você não ouvia falar de violência...*

Mary Jane – *Não havia violência nessa época?*

Dona Helena – *Não havia muito dessas coisas de drogas. Isso era muito difícil, quase não tinha. Daí eu comecei a trabalhar e tinha que pegar o ônibus lá na Vila Remo. Então nós subíamos a rua Professor Barroso do Amaral ou cortávamos pelo brejo. Saía lá na frente, onde tem o Colégio Magalhães. E depois nós descíamos. Nos dias de chuva, íamos com um sapatinho velho, pois meu pai nos acompanhava com os sapatos bons na mão até o ônibus e, depois, ele retornava com os velhos cheios de barro nas mãos.³⁸*

Nesse período também teve início o desenvolvimento do Parque Industrial da Zona Sul. Santo Amaro, conforme já mencionado, tinha a infraestrutura necessária à industrialização: desde 1886 funcionava a estrada de ferro São Paulo-Santo Amaro, substituída pelo bonde elétrico em 1913; havia também fornecimento de energia elétrica, água e gás encanado. O crescimento desse parque industrial foi detalhado na tese de doutorado de Maria Nelma Gomes Coelho, cuja pesquisa teve por foco o movimento sindical metalúrgico na Zona Sul paulistana entre 1974 e 2000.³⁹ Tomando por base o cadastro do Senai de 1985, ela informa que, entre 1939 e 1955, foram implantadas 81 empresas em Santo Amaro; entre 1956 e 1961, outras 88 lá se instalaram; entre 1962 e 1966, outras 81; entre 1967 e 1973, foram instaladas 197 empresas. Ou seja, entre 1939 e 1973 tiveram início 447 empresas em Santo Amaro. Destas, 36 possuíam mais de quinhentos trabalhadores e representavam 75% das que, na década de 1980, contavam com tal contingente de trabalhadores. Afirma a autora:

No final da década de [19]60, o parque industrial de Santo Amaro estava implantado e, na década seguinte, com a maioria das grandes empresas da região já em funcionamento, constituiu-se no maior polo industrial da cidade de São Paulo. As fábricas

³⁸ Dona Helena foi entrevistada em 04/09/2013 com o objetivo de historiar a fundação da Sociedade Santos Mártires, Jardim Ângela.

³⁹ COELHO, M. N. G. *O movimento sindical metalúrgico na zona sul de São Paulo: 1974-2000*. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

³⁷ Ibidem, p. 201.

metalúrgicas, mecânicas, químicas, plásticas, estavam em pleno funcionamento e demandavam operários. Cresciam ali, também, a construção civil, o comércio local e diversas empresas de serviços de limpeza e vigilância.⁴⁰

Embora existissem fábricas em vários distritos da Zona Sul, “as grandes empresas que possuíam acima de mil operários localizavam-se na Avenida Marginal Pinheiros ou em torno dela, principalmente no Distrito de Santo Amaro”,⁴¹ com destaque para: Bicycletas Caloi S/A, Bicycletas Monark, Caterpillar Brasil, Companhia Metalúrgica Prada, Indústria Villares, MWM Motores Diesel, Metal Leve, Philips do Brasil, Rolamentos FAG, Sharp Indústria de Componentes Eletrônicos, Weber do Brasil e Massey-Ferguson do Brasil.⁴²

Há de se destacar, nessa breve narrativa, três aspectos: o impacto da implantação do polo industrial de Santo Amaro nas formas de ocupação dos distritos do Jardim Ângela e Jardim São Luís; a mobilização política resultante da grande concentração de indústrias metalúrgicas na região; e o impacto do fechamento e da migração das empresas para outros municípios, a partir dos anos 1980.

Quanto ao primeiro aspecto, não havia previsão de moradia para a força de trabalho dessas indústrias, em grande parte originária de estados do Nordeste e de Minas Gerais. Os preços de terrenos e aluguéis nas regiões mais centrais eram proibitivos, o que levou trabalhadores e suas famílias a buscarem alternativas nos bairros periféricos. Os mapas da SMUL sobre as áreas urbanizadas do município de São Paulo em dois períodos, 1930-1949 e 1963-1974, dão uma dimensão da intensidade da ocupação das áreas do Jardim São Luís e Jardim Ângela.

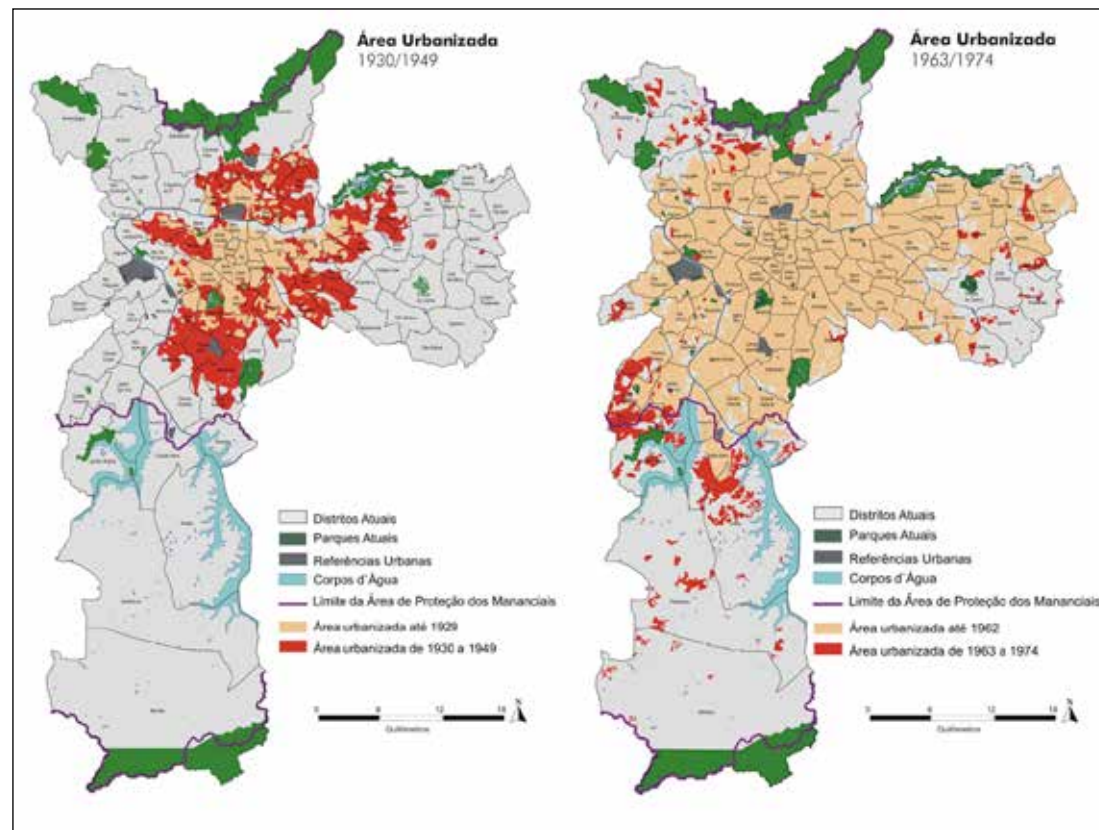
Essa ocupação, por motivos que são examinados no capítulo 5, se deu de forma desordenada, a partir de tipos diversos de loteamentos e de habitações precárias em favelas. Dados sobre a percentagem de domicílios em favelas⁴³ constantes do “Mapa da desigualdade”, elaborado pela Rede Nossa São Paulo, publicado em 2016, dão

⁴⁰ Ibidem, p. 27.

⁴¹ Ibidem, p. 34.

⁴² Carlos Fatorelli, em história publicada no blog “São Paulo – minha cidade”, nos leva a um passeio pelas ruas de Santo Amaro localizando cada uma das indústrias que lá funcionavam quando ele iniciou sua carreira como formando do Senai. Disponível em: <<http://carlosfatorelli27013.blogspot.com.br/2010/11/as-industrias-e-desendustrializacao-em.html>>. Acesso em: 12 nov 2017.

⁴³ Os números foram obtidos por meio da fórmula: número total de domicílios em favelas x 100 dividido pelo número total de domicílios.



As áreas urbanizadas do município de São Paulo em dois períodos: 1930-1949 e 1963-1974. Mapas da SMUL. Fonte: Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento – Histórico Demográfico do Município de São Paulo. 2006. (edição apenas digital).⁴⁴

uma ideia da dimensão do problema habitacional nos distritos do extremo Sul da capital paulista. Na região de Moema, o coeficiente é zero; em Pirituba, 7,5%; no Jardim Ângela, 22,39% e no Jardim São Luís, 25,19%.

Em relação à mobilização política, Maria Nelma é minha principal informante. Segundo ela, na década de 1970 o movimento sindical dos metalúrgicos começava a se organizar, após dez anos de repressão política e de ocupação de seus sindicatos por pelegos a serviço de empresários e do governo militar. Contava, para isso, com os espaços abertos pela Igreja por meio de suas Pastorais Operárias. Como a estrutura da Igreja tinha muita força nos bairros mais pobres:

⁴⁴ Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento – Histórico Demográfico do Município de São Paulo. 2006. (edição apenas digital). Disponível em: <http://smul.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/index.php>. Acesso em: 13 dez., 2017.

Este movimento teve uma dinâmica de crescimento diversa da estrutura sindical. Cresceu nos bairros periféricos operários e nas fábricas. Em razão desta dinâmica, além das questões ligadas à fábrica, outras demandas surgiram, como a luta pela melhoria das condições de vida na periferia, por água, luz, creches e transportes coletivos.⁴⁵

Nesse contexto, a partir de 1976, iniciou-se na região um amplo movimento operário e popular que aglutinou várias organizações de bairro e, no ano seguinte, deu início ao Movimento Contra o Custo de Vida, liderado por Augusto Peres, antigo metalúrgico e, mais tarde, deputado estadual. Havia então um tremendo arrocho salarial, com dados do Banco Mundial, indicando perda nos salários de 34%, em 1973. O arrocho levou a um grande movimento grevista em 1978, iniciado no Grande ABC e logo disseminado a outras áreas, sobretudo a Zona Sul paulistana. Foi na campanha salarial de 1979 que ocorreu o assassinato de Santo Dias da Silva, importante protagonista das lutas de M'Boi Mirim, até hoje um ícone para a população local.

Santo Dias era membro da Pastoral Operária de São Paulo da e da Comunidade Eclesial de Base de Vila Remo. Era representante leigo perante a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), membro do Movimento contra o Custo de Vida, candidato a vice-presidente da chapa 3 de Oposição no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e integrante do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA/SP). Em 30 de outubro de 1979 foi executado com um tiro à queima-roupa, disparado pelo soldado da Polícia Militar Herculano Leonel em frente à fábrica “Sylvania”, em Santo Amaro, quando tentava impedir que alguns policiais militares continuassem agredindo outro metalúrgico.

Sua morte comoveu o país e, no dia seguinte, cerca de 30 mil pessoas se reuniram em frente à Catedral da Sé (centro de São Paulo). Ali, houve a missa de corpo presente, celebrada pelo cardeal Dom Paulo Evaristo Arns. A Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (Cemdp), em 1 de dezembro de 2004, no processo nº 72/02, reconheceu sua morte como decorrência de perseguição política.⁴⁶

No final de 1982 e começo de 1983 ocorreram demissões em massa de trabalhadores, já prenunciando o desmonte que seria iniciado na década de 1990. Em Santo

Amaro, em 4 de abril de 1983, o Movimento Contra o Desemprego e Custo de Vida convocou um ato público que desandaria em um intenso quebra-quebra.

Chego, portanto ao terceiro aspecto: o impacto do fechamento de empresas e/ou de sua migração para outros municípios. A aplicação das políticas neoliberais foi um golpe mortal para o parque industrial de Santo Amaro. As medidas adotadas levaram à desindustrialização e desnacionalização com importação de componentes para os setores eletrônico, automobilístico e de eletrodomésticos, entre outros. Um dos resultados foi a precarização do emprego, o desemprego e a informalização do trabalho. Para dar uma ideia do impacto dessas medidas, entre 1990 e 1996 foram fechadas 1.125 empresas na região.

Acrescenta-se aí a migração de indústrias para o interior paulista e/ou para outros Estados do país, com consideráveis impactos na oferta de emprego na região. Contribuiu para isso a elevação dos preços dos terrenos e dos aluguéis, o congestionamento urbano e a oferta deficitárias de serviços públicos, além, obviamente, da crise econômica dos anos 1980. Segundo Sandra Lencioni, também colaboraram nessa migração “as oportunidades que os municípios do entorno metropolitano têm oferecido para a instalação industrial”.⁴⁷

Não cabe aqui detalhar as complexidades do processo de desindustrialização da região de Santo Amaro; contudo, o fechamento de empresas teve consequências para a diminuição e precarização da oferta de empregos. Em vez de postos de trabalho em fábricas, houve expansão do setor de serviços. Como estes frequentemente estão situados em regiões mais centrais da cidade, houve igualmente impacto quanto às distâncias a serem percorridas entre casa e local de trabalho. Assim, transporte, precariedade das habitações e falta de planejamento urbano geraram elevados índices de exclusão social.

De acordo com o “Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo III”,⁴⁸ de 2010, dentre os 96 distritos, o Jardim Ângela e o Jardim São Luís ocupam, respectivamente, a terceira e a nona posição no índice de discrepância interdistrital

⁴⁵ COELHO, M. N. G., op. cit., p. 48.

⁴⁶ Arquivos da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. Disponível em: <[http://memorias-daditadura.org.br/biografias-da-resistencia/santo-dias/index.html](http://memorias-dadaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/santo-dias/index.html)>. Acesso em: 7 mai. 2017.

⁴⁷ LENCIONI, S. Mudanças nas metrópoles de São Paulo (Brasil) e transformações industriais. *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo, v. 12, p. 35, 1998. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/53733>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

⁴⁸ SPOSATI, A. (Org.). *Mapa da inclusão/exclusão da cidade de São Paulo III*. São Paulo: Cedesp/PUC-SP, 2013.

(IDI), em relação à presença de domicílios subnormais. No primeiro, o IDI é de 112,55 e, no segundo, 76,24, sendo que 23 distritos têm IDI igual a zero. Esses valores foram calculados a partir do maior e menor valores observados no Censo de 2010, sendo o maior o da Vila Andrade na Prefeitura Regional de Campo Limpo (com 46,20% de domicílios em aglomerados subnormais, IDI=166,17), e o menor, o do distrito de Itaim Bibi, área nobre localizada na Prefeitura Regional de Pinheiros, (com 0,28% de domicílios nessa condição, IDI=1,00).

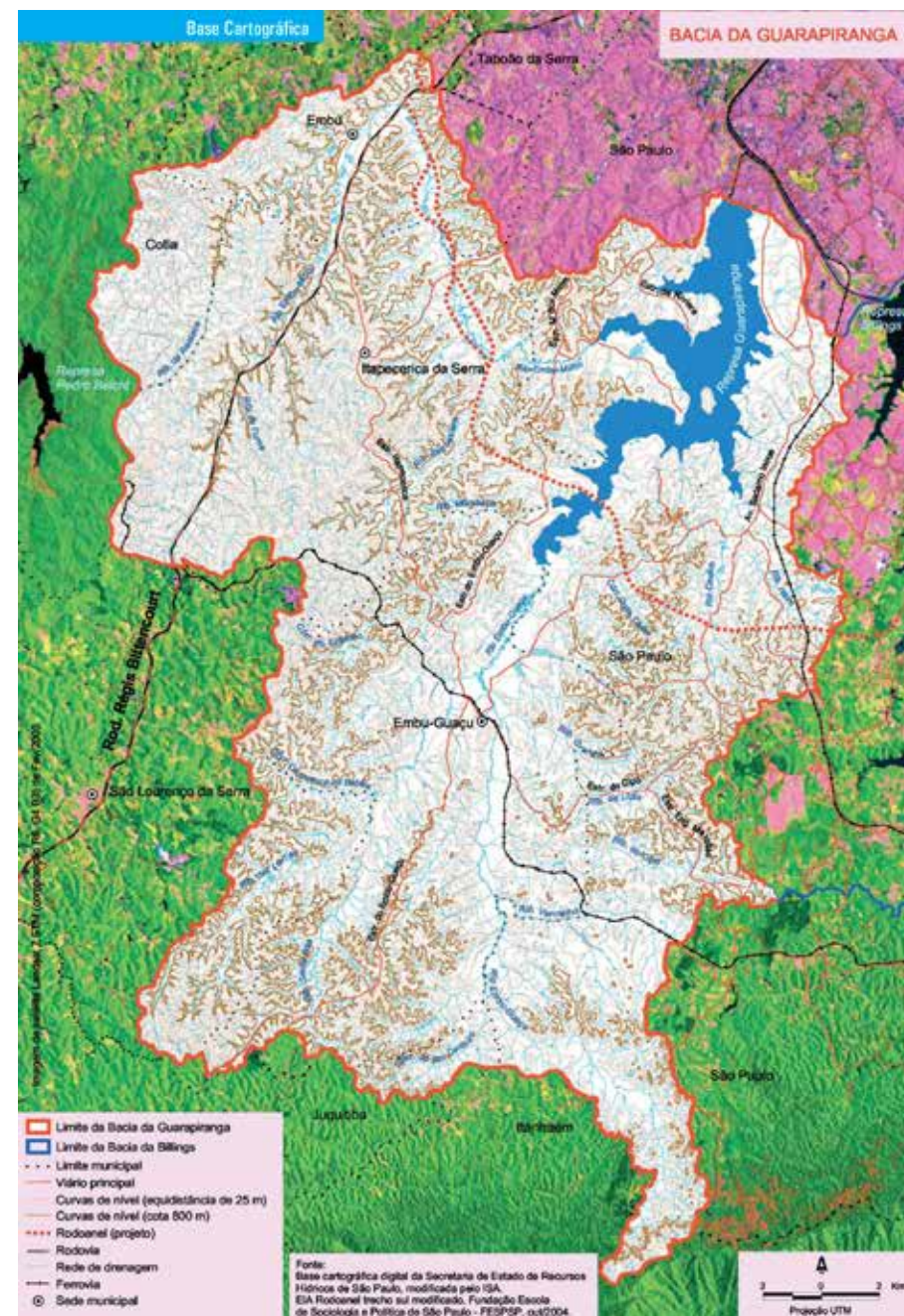
Especificidades do problema habitacional em áreas de mananciais

O problema habitacional na região de M'Boi Mirim decorre, também, das particularidades do território, uma vez que os distritos que compõem a Prefeitura Regional estão localizados, em sua grande parte, na Bacia Hidrográfica da Guarapiranga, que integra o sistema hidrográfico responsável pelo abastecimento de água da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). As áreas de mananciais – bacias hidrográficas responsáveis pela produção da água utilizada para abastecimento público – ocupam 52% da RMSP e abrangem total ou parcialmente 25 dos 39 municípios que a integram.

A bacia localiza-se na porção Sudoeste da RMSP e abrange de forma parcial os municípios de Cotia, Embu, Juquitiba, São Lourenço da Serra e São Paulo e a totalidade dos municípios de Embu-Guaçu e Itapeçerica da Serra, em uma área de drenagem de 639 km².

A Bacia de Guarapiranga constitui atualmente o segundo maior manancial do sistema de abastecimento da RMSP. Abastece 4 milhões de pessoas residentes no Sudoeste da capital paulista, incluindo as regiões de Santo Amaro, Morumbi, Pinheiros e Butantã. Entretanto, o quadro de degradação ambiental, conforme atestam vários diagnósticos, é preocupante. No diagnóstico produzido pelos integrantes do Seminário Guarapiranga, organizado pelo Instituto Socioambiental (ISA), em 2006,⁴⁹ consta que:

⁴⁹ WHATELY, M.; CUNHA, P. (Org). *Seminário Guarapiranga*: proposição de ações prioritárias para garantir água de boa qualidade para abastecimento público. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006, p. 22-23. O seminário contou com a participação de organizações da sociedade civil, do



Bacia da Guarapiranga. Fonte: Instituto Socioambiental, Whately et al, 2006, p. 24.

Entre 1989 e 2003, as áreas urbanas aumentaram em 19%, e mais da metade deste crescimento se deu sobre áreas com severas restrições à ocupação. A situação é tão grave e descontrolada que nem as Áreas de Preservação Permanente (APPs) – protegidas por leis federal e estadual por serem áreas ambientalmente mais frágeis, como o entorno de rios e nascentes – foram poupadas. Parcela significativa destas áreas (37,6%) encontra-se ocupada por usos humanos, com sérias consequências para a produção de água.

A represa tem como principais contribuintes os rios Embu-Mirim, Embu-Guaçu e Parelheiros, além de diversos córregos e pequenos cursos d'água. De acordo com o relatório do seminário ISA, em 2006,

[...] para abastecer a população da região sudoeste de São Paulo são retirados cerca de 1,2 bilhões de litros de água por dia (vazão média de 14 m³/s) do sistema produtor de água Guarapiranga. Este sistema inclui a represa e duas transposições de água de outras bacias hidrográficas. A primeira, e mais antiga, é a reversão do Rio Capivari para o Rio Embu-Guaçu (cerca de mil litros por segundo). A segunda, em funcionamento desde 2000, é a reversão das águas do Braço Taquacetuba, da represa Billings, para o rio Parelheiros (entre dois e quatro mil litros por segundo).⁵⁰

Ainda de acordo com o documento do ISA⁵¹: “A população que vive ao redor da represa aumentou em quase 40% entre 1991 e 2000 e é estimada em quase 800 mil pessoas”. E a qualidade das águas dos rios e da represa piora ano a ano, embora a metade dos habitantes desta região contem com coleta de esgoto, pois “a maioria do esgoto coletado continua sendo despejada na represa, uma vez que não existem redes de exportação e transporte para fora da bacia”.

Para muitos dos moradores mais antigos, a questão ambiental não estava presente quando compraram lotes e construíram suas casas em áreas próximas às represas:

Zenaide – [...] *E aí meu pai começou a trabalhar aqui e nós começamos a morar... primeiro fomos morar na casa de uma irmã dele... uma construçãozinha nos fundos da casa deles, né? E depois meu pai comprou um terreninho na área da prefeitura. Ele queria comprar um particular, mas não conseguiu naquele período. Aí ali foi*

*ficando, foi ficando... e naquela época se falava que quem morasse em terreno da prefeitura, com o tempo conseguia por usucapião, conseguia ficar morando no local. Não se tinha essa questão de área de mananciais.*⁵²

Mary Jane – *Agora parece mais fácil organizar as lideranças com relação à saúde e educação. E o verde? E os mananciais?*

Maria dos Anjos – *Então, o verde é complicado, porque quando a gente vai organizar a população, a gente não trabalha com divisões, a gente trabalha aqui com soma. Então a gente pega pessoas da onde a gente foi, pessoas daqui de cima, de todo lado a gente convida pra se unir, pra somar. E na hora de falar do verde, a maioria desses que estão lá embaixo eles não querem discutir o verde porque eles estão lá dentro da represa. Quando vai falar que eles estão errados, que eu não posso falar que eles estão errados porque eu também sou, porque eu também estou nos mananciais.*⁵³

Foi apenas na década de 1970 que o governo passou a se preocupar com a proteção dos mananciais. Essa nova sensibilidade ambiental pode ser vista como resultante das mudanças ocorridas na política ambiental no cenário internacional a partir desse período. Há, nesse contexto, dois aspectos a serem considerados. Primeiro, a mudança em conceitos que levam do discurso sobre “natureza”, típico dos movimentos conservacionistas, a outro que tem por foco o “ambiente”. Em segundo lugar, a transformação nas organizações ambientalistas, igualmente uma narrativa sobre institucionalização das políticas ambientais. Por exemplo, o Clube de Roma, criado no final dos anos 1960, produziu, em 1972, um influente relatório, intitulado “Limites do crescimento”, argumentando que há laços estreitos entre crescimento econômico e consequências para o ambiente. No mesmo ano foi realizada a Conferência das Nações Unidas em Estocolmo, que resultou na criação do Programa Ambiental das Nações Unidas (Unep). Um dos frutos desse processo de institucionalização foi o crescente interesse político-partidário pelas questões ambientais, representado, por exemplo, pela emergência dos Partidos Verdes, na Europa e em outros países, e dos grupos de reflexão, a exemplo do World Resource Institute, nos Estados Unidos.⁵⁴

poder público estadual e municipal das comunidades empresarial, científica e acadêmica e de movimentos sociais e moradores da região.

⁵⁰ Ibidem, p. 25.

⁵¹ Ibidem, p. 22.

⁵² Entrevista realizada em 09/07/2015 no contexto do projeto “Viver em Áreas de Risco”.

⁵³ Entrevista realizada em 10/10/2014 no contexto do projeto “Viver em Áreas de Risco”.

⁵⁴ Em 1981 foi aprovada a legislação federal que institui a Política Nacional do Meio Ambiente. In: BRASIL. Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio

A (im)possível proteção dos mananciais

Em 1969, como resposta à ocupação desordenada das periferias paulistanas, foi aprovado o Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado e, alguns anos mais tarde, duas leis estaduais visando a proteção dos mananciais (leis estaduais 898/1975 e 1.172/1976). Vários autores⁵⁵ relatam que essas leis não conseguiram reverter o intenso crescimento populacional na região Sul da cidade de São Paulo e, ainda por cima, tiveram efeitos contrários, propiciando o adensamento do território de forma irregular e precária.

De acordo com o relatório do ISA já citado: “Os loteamentos que não se enquadraram aos padrões de ocupação estabelecidos pela lei de proteção aos mananciais, na qual foram delimitadas as bacias a serem protegidas, tornaram-se irregulares a partir de sua promulgação”.⁵⁶ O conceito adotado para os novos empreendimentos foi, resumidamente, o de proteger o manancial permitindo somente a ocupação de baixa densidade, que deveria ser mais rarefeita quanto mais próximo ao corpo d'água. Quanto ao uso habitacional, a lei permitiu somente lotes grandes (de no mínimo 500 m²) e construções unifamiliares, definiu parâmetros restritivos quanto aos demais usos e proibiu a implantação de infraestrutura nas áreas próximas às represas.

Ou seja, como afirmam Marta Sales e colaboradores,⁵⁷ as leis eram muito restritivas e não conseguiram reter a expansão urbana por não estimularem formas compatíveis com uma ocupação sustentável. Isso deixou vastas extensões de terra desocupadas. Os proprietários de grandes glebas, vendo-se impedidos de potencializar os índices construtivos, entregam suas propriedades a loteadores clandestinos, iniciando um

comércio ilegal de terras parceladas em lotes mínimos dentro de áreas protegidas. Então, as áreas públicas começaram a ser invadidas por favelas, com um padrão construtivo de alvenaria e não mais de barracos de madeira.

Rodrigo Martins dos Santos e coautores⁵⁸ citam seis motivos que tornaram a Zona Sul de São Paulo uma das áreas mais críticas no processo de adensamento sem planejamento: 1) um grande estoque de terra; 2) a proximidade aos polos industriais metropolitanos, do Grande ABC e do Distrito Industrial de Santo Amaro/Capela do Socorro; 3) a existência de rede de transportes que possibilitou o acesso desses distritos ao centro de São Paulo, primeiramente pela estrada de ferro, depois pela malha viária e corredores de ônibus; 4) a falta de políticas habitacionais nas áreas mais centrais; 5) o processo de “desfavelização” e a desocupação de habitações irregulares das áreas mais valorizadas, sobretudo nas gestões de Paulo Maluf (1969-1971) e de Jânio Quadros (1986-1988), que literalmente expulsaram um grande contingente populacional para essa região, sem qualquer planejamento; e 6) o isolamento, dentro do sistema da administração municipal, que transformou a região em reduto da ilegalidade.

Na década de 1990 foram aprovadas outras legislações que, de maneira geral, têm por foco o abastecimento de água para a região metropolitana. Entre elas, a Política Estadual de Recursos Hídricos (Lei Estadual 7.663/91), que criou o Programa de Saneamento Ambiental da Bacia do Guarapiranga, e o Sistema Integrado de Recursos Hídricos (pautado nas mudanças constitucionais de 1988 de gestão participativa); a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei Federal 9.433/97); a Política Estadual de Meio Ambiente (Lei Estadual 9.509/97); as leis estaduais 9.866/97, conhecida como de Proteção dos Mananciais, e 10.020/98, que criou as Agências da Bacia do Estado de São Paulo. A sub-bacia de Cotia-Guarapiranga, juntamente com outras quatro, compõe a Bacia do Alto Tietê, sob jurisdição do Comitê de Bacia Hidrográfica do Alto Tietê. Os comitês e sub-comitês aprovam o Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental e manifestam-se sobre a criação de áreas de intervenção, entre outras atribuições.⁵⁹

Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm> (texto compilado). Acesso em: 12 nov. 2017.

⁵⁵ Entre eles: SALES, M. M. L. de; FRANÇA, E.; FILARDO JUNIOR, A. S. Aspectos da formação da represa e principais transformações. In: FRANÇA, E. (Coord.). *Guarapiranga: recuperação urbana e ambiental no município de São Paulo*. São Paulo: M. Carrilho Arquitetos, 2000, p. 69-113; KUBRUSLY, V. S. O sistema de gestão da bacia hidrográfica do Guarapiranga. In: *Ibidem*, p. 235-249; SANTORO, P. F.; FERRARA, L. N.; WHATELY, M. *Mananciais: diagnóstico e políticas habitacionais*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2009. BORELLI, E. A Bacia do Guarapiranga: ocupação em terras de mananciais e a legislação ambiental. *Política & Trabalho. Revista de Ciências Sociais*, [s.l.], n. 25, p. 189-189, out. 2006.

⁵⁶ SANTORO, P. F.; FERRARA, L. N.; WHATELY, M., op.cit., p. 41-42.

⁵⁷ Citados anteriormente na nota 55.

⁵⁸ SANTOS, R. M. dos; BUONFIGLIO, L. V.; HATO, J. T.; REIS, A.; COSTA, T. C. Análise geográfica da relação socioambiental em unidades de paisagem da APA Capivari-monos no ano de sua criação. *Terceiro Incluído. NUPEAT-IESA-UFG*, Goiânia, v. 3, n. 2, p. 11-39, jul./dez., 2013.

⁵⁹ Segundo KUBRUSLY, V. S., op. cit., a descentralização por bacia foi inspirada no modelo francês e tem por base a solidariedade financeira dos usuários dos rios (sistema usuário-poluidor-pagador), pois se baseia na cobrança do uso da água. No caso brasileiro, os comitês de bacia são formados

A Lei 9.866 define três tipos de áreas de proteção de mananciais: de restrição à ocupação (preservação de matas, de corpos d'água, de áreas com declive acentuado etc.); áreas de ocupação dirigida; e áreas de recuperação ambiental. Há reconhecimento da realidade da ocupação irregular nas áreas de recuperação ambiental ao mesmo tempo que se procura preservar os recursos hídricos da região.

Em 2006 foi aprovada a Lei Específica da Guarapiranga (12.233), que adota a mesma tipologia e institui mecanismos de monitoramento e fiscalização. No texto dessa lei, as Áreas Restritas à *Ocupação* (Artigo 11) são aquelas de especial interesse para a preservação, conservação e recuperação dos recursos naturais da bacia. Trata-se de áreas que “devem ser prioritariamente destinadas à produção de água, mediante a realização de investimentos e a aplicação de instrumentos econômicos e de compensação previstos nesta lei”. As áreas de *Ocupação Dirigida* (Artigo 13) são aquelas de interesse para a consolidação ou implantação de usos urbanos ou rurais, desde que atendidos os requisitos que assegurem a manutenção das condições ambientais necessárias à produção de água em quantidade e qualidade para o abastecimento público. As *Áreas de Recuperação Ambiental* (Artigo 40) são ocorrências localizadas de usos ou ocupações que estejam comprometendo a quantidade e a qualidade das águas, exigindo intervenções urgentes de caráter corretivo.

O *monitoramento* (Artigo 55) tem por foco a qualidade ambiental e, sobretudo, o controle de fontes de poluição, como o esgoto. Por sua vez, a *fiscalização* (Artigo 73) “será realizada de forma integrada e compartilhada por agentes municipais e estaduais, que constituirão o Grupo de Fiscalização Integrada da APRM-G, na forma a ser definida em regulamentação específica, devidamente aprovada pelo Subcomitê Cotia-Guarapiranga”.⁶⁰

Esses esforços legislativos dão prioridade ao abastecimento de água, considerando, no caso de Guarapiranga, que a represa abastece 4 milhões de pessoas em São Paulo. Contudo, paralelamente foram implantados vários programas visando a urbanização da região, junto à necessidade de proteção ambiental. Partem do pressuposto de

que não há possibilidade de reverter o quadro de ocupação da região e, portanto, buscam algo como uma “redução de danos”.⁶¹

As propostas mais ambiciosas são a do Programa Mananciais e seu antecessor, o Programa Guarapiranga, que teve início na gestão da prefeita Luiza Erundina (1989-1993) e contou com o apoio do Banco Mundial e aportes da prefeitura, do governo do Estado e da Sabesp. O programa incorporou cinco subprogramas: (1) serviços de água e esgoto, (2) coleta e disposição de lixo, (3) recuperação urbana, (4) proteção ambiental e (5) gestão. Por meio deles foram desenvolvidas duas estratégias: uma relacionada à gestão da bacia e a outra relativa à melhoria imediata da qualidade de vida das populações residentes em áreas com infraestrutura precária.

De acordo com dados fornecidos pelo diagnóstico⁶² elaborado pelo Instituto Socioambiental, através do Programa Guarapiranga, em 1992, o município de São Paulo cadastrou os 185 loteamentos clandestinos e as 189 favelas que poderiam sofrer intervenção e elaborou projetos em lotes de contratação de obras. As intervenções atingiram 67 dos 168 núcleos de favelas e 54 dos 135 loteamentos previstos inicialmente. Foram atendidas 22.599 famílias da meta de 60.139, significando 37,6% do total previsto pelo programa.

Essas obras tiveram continuidade na gestão de Paulo Maluf (1993-1997) e de Celso Pitta (1997-2001). Na gestão de Marta Suplicy (2001-2004) o programa passou a chamar-se Programa Mananciais, e foi estendido para incluir a represa Billings. Como tal, teve continuidade nas gestões de José Serra (2005-2006) e Gilberto Kassab (2006-2011) e continua sendo implementado, conforme consta do site da prefeitura de São Paulo.⁶³

O Programa Mananciais⁶⁴ é do governo do estado de São Paulo, coordenado pela Secretaria de Saneamento e Energia, com participação da Secretaria do Meio

por representantes do poder público (local e regional) e da sociedade civil (ONG, universidades, entidades de classe, associações de moradores).

⁶⁰ LEI N. 12.233, DE 16 DE JANEIRO DE 2006. Define a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Bacia Hidrográfica do Guarapiranga. Disponível em: <www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2006/lei-12233-16.01.2006.html>. Acesso em: 3 dez. 2017.

⁶¹ Refiro-me, aqui, às políticas adotadas na área da Saúde para enfrentamento da questão do uso de drogas.

⁶² SANTORO, P. F.; FERRARA, L.; WHATELY, M. *Mananciais: diagnóstico e políticas habitacionais*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2009.

⁶³ Disponível em: <www.prefeitura.sp.gov.br › Secretarias › Habitação › Programas>. Acesso em: 24 jan. 2015.

⁶⁴ Conforme estabelecido no Contrato nº 03/06, celebrado entre a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, através da Coordenadoria de Planejamento Ambiental Estratégico

Ambiente, da Sabesp, da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) e das prefeituras de São Paulo, São Bernardo do Campo e Guarulhos. Tem por objetivos recuperar e conservar a qualidade das águas dos reservatórios Guarapiranga e Billings; melhorar as condições de vida dos moradores; garantir a inclusão social da população; e a sustentabilidade das intervenções urbanísticas realizadas pelo programa, que transforma áreas degradadas em bairros.

É constituído por dois subprogramas: o Programa de Saneamento Ambiental dos Mananciais da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê (que inclui o Programa Mananciais Bird e o Programa de Recuperação Ambiental de Mananciais, Urbanização de Favelas e Melhorias Urbanas para as Bacias do Guarapiranga e Billings) e o Programa Guarapiranga e Billings. Para a Guarapiranga, a maior parte das ações é de desenvolvimento urbano, como expansão de infraestrutura sanitária e de infraestrutura pública para loteamentos de baixa renda, urbanização de favelas e de áreas livres para usos esportivos e de lazer. Inclui, também, ações para a proteção ambiental, com a criação de parques e áreas de conservação; para a proteção e inclusão social, com a implantação de um Centro de Integração da Cidadania; e estudo e monitoramento da qualidade de água e a evolução tecnológica das estações de tratamento da Sabesp.

Quanto aos demais programas, no prefácio do diagnóstico sobre os mananciais elaborado pelo ISA, assinado por Eduardo Jorge, então titular da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA),⁶⁵ é afirmado que a pasta procurou organizar seu trabalho no período 2005-2008 em seis áreas de ação intersetorial dentro da própria secretaria, na prefeitura, com os outros níveis de governo e com a sociedade em geral. São eles: terra, ar, água, verde, ecoeconomia e cultura de paz. No que diz respeito à água, a SVMA desenvolve as seguintes ações: Programa Córrego Limpo; Programa de Parques Lineares; e Operação Defesa das Águas.⁶⁶

O Programa Córrego Limpo é uma parceria entre a prefeitura de São Paulo e a Sabesp. A esta cabe executar as obras de prolongamento de redes, coletores e

interceptores, enquanto à prefeitura compete remover e reassentar as famílias que vivem em áreas de risco, implantar parques lineares e fiscalizar as ligações de esgotos. O programa foi criado em 2007 e funcionou de forma integrada entre as esferas estadual e municipal até 2012. Interrompido entre 2013 e 2016, foi retomado em 2017. Desde o início, o projeto já despoluiu 149 córregos, numa área de aproximadamente 200 km², beneficiando cerca de 2,2 milhões de pessoas. Na Zona Sul, as ações envolvem os córregos: Cachoeira (Morro do S), Ponte Baixa, Jardim Cordeiro, Invernada, Pedreira-Olaria, Moenda Velha-Feitiço da Vila, Rio das Pedras, São José, Caulim, Itupu, Guavirutuba e Tanquinho.

As dezoito subprefeituras que participam do programa – incluindo M'Boi Mirim e Santo Amaro – devem criar condições para que a Sabesp execute os serviços de despoluição dos córregos, quais sejam a limpeza mecânica e manual do córrego; a contenção e manutenção nas margens dos córregos; e a verificação de eventuais interferências com a rede de macrodrenagem (boca de lobo e galerias). Nesse trabalho conjunto, as subprefeituras devem também fiscalizar as ligações de esgotos, notificando e multando os imóveis que, inspecionados pela Sabesp, não estiverem corretamente ligados à rede coletora, intimando o responsável a regularizar sua ligação. O programa prevê ainda um projeto de educação ambiental junto às comunidades locais e a criação de parques lineares.

Os parques lineares: após a limpeza, saneamento e despoluição dos córregos e a instalação de rede de esgoto, teria início a operação de urbanização e revitalização do local. Esse trabalho, de responsabilidade da prefeitura, envolve a proteção da várzea, plantio de grama e jardinagem para que os córregos sejam integrados à paisagem urbana. Serão construídos ainda oito parques lineares ao longo de alguns córregos, três deles na Zona Sul (Invernada, Feitiço da Vila e Caulim). Eles serão mais uma opção de lazer para a população que mora no entorno desses rios. O projeto foi concebido com o intuito de recuperar fundos de vale e cursos d'água e os parques serão construídos pela prefeitura paulistana a partir de compensação ambiental das empresas.

A Operação Defesa das Águas, criada em 2007, é um conjunto de medidas da prefeitura de São Paulo e do governo do Estado para proteger, controlar e recuperar as áreas de interesse público, ambientais e de mananciais. As ações são coordenadas por um grupo executivo composto por órgãos estaduais (Secretarias do Meio Ambiente, de Saneamento e Energia/Sabesp/Empresa Metropolitana de Águas e

(CPLA) e a Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos – COBRAPE. Sem data (possivelmente 2008).

⁶⁵ Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho foi secretário na gestão de Gilberto Kassab.

⁶⁶ Informações constantes do Portal da Prefeitura de São Paulo: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/programas_e_projetos/index.php?p=7833>. Acesso em: 14 mai. 2017.

Energia (EMAE), da Habitação/CDHU e da Segurança Pública) e municipais (Secretarias de Segurança Urbana, do Verde e Meio Ambiente, das Subprefeituras, da Habitação e do Governo). O trabalho prevê uma série de ações integradas, a partir da definição das regiões mais vulneráveis, para implementar medidas de controle de ocupação e expansão irregular.

A atuação teve início na represa de Guarapiranga, na Zona Sul, envolvendo as subprefeituras de Parelheiros, Capela do Socorro, M'Boi Mirim e Cidade Ademar. As atividades foram expandidas para a Zona Norte em 2009 e para a Zona Leste em 2010.

Afinal, de quem é a responsabilidade?

Procurei, neste capítulo, traçar alguns aspectos de contexto que possibilitam, de um lado, entender a dinâmica de ocupação e adensamento da região dos distritos do Jardim Ângela e do Jardim São Luís, da Prefeitura Regional de M'Boi Mirim. De outro lado, a intenção foi problematizar a inter-relação direitos difusos do ambiente e direitos de moradia, tema que é abordado no capítulo 5 e ilustrado por um dos estudos de caso.

Como as fontes utilizadas foram documentais e acadêmicas, misturam-se vozes de legisladores, urbanistas, historiadores, geógrafos e ativistas. Falta, com raras exceções, a “voz do povo”, ou, mais precisamente, a voz dos moradores. Por isso mesmo dei o título de “M'Boi Mirim vista do lado de lá da ponte”. Contudo, como apontam algumas das minhas interlocutoras nos estudos de caso, sobretudo Zenaide e Maria dos Anjos, é preciso que haja participação da população ou, para usar o jargão acadêmico, a conscientização sobre a necessidade de proteção do ambiente, neste frágil diálogo entre demanda por moradia e território nas áreas de mananciais.

Encerro o capítulo trazendo um evento que visa justamente essa conscientização: o abraço da Guarapiranga.

Trata-se de evento que desde 2006 – ano em que a represa de Guarapiranga completou 110 anos –, é realizado sempre no Dia Mundial do Meio Ambiente, organizado por moradores dos bairros do distrito de M'Boi Mirim. Tradicionalmente, o evento triangula locais às margens da Guarapiranga: a barragem, o parque ecológico e

ABRAÇO GUARAPIRANGA
2016

11ª edição

MEIO AMBIENTE
ARTIFICIAL URBANO
NOSSA CASA COMUM

PARQUE ECOLÓGICO GUARAPIRANGA
DIA 5 DE JUNHO DAS 9 ÀS 14 HS

ORGANIZAÇÃO

PARCEIROS

ACESSE O SITE:
WWW.1MILHAODELITROS.16MB.BR

“Água limpa e saneamento é saúde. Exija, pratique!”: este foi o tema do “Abraço Guarapiranga” em 2016.
Fonte: Sociedade Santos Mártires, Fórum em Defesa da Vida, 2016.

o Templo Messiânico Solo Sagrado, no outro lado da represa, reunindo representantes de organizações não governamentais, de movimentos sociais e escoteiros. Saindo das paróquias da região, os moradores seguem em romaria até o parque ecológico, onde é realizada uma missa campal.

A cada ano é escolhido um tema. Na 11ª primeira edição, em 2016, o tema foi “Água limpa e saneamento é saúde. Exija, pratique!”



4

Onde está Waldo?¹

O esconde-esconde dos córregos na região dos mananciais

Por que Waldo? Espero que isso não seja interpretado como mais uma captura colonialista! Trago Waldo para esta narrativa porque ele sempre se esconde na multidão e tem suas marcas identitárias: veste uma camisa listrada em vermelho e branco e usa um gorro com as mesmas cores; também possui uma bengala e usa óculos. Metaforicamente, podemos dizer que, assim como Waldo, um dos córregos que conheci na região dos mananciais da cidade de São Paulo também tem as suas roupagens: por ele, as águas sempre fluem, às vezes mansinhas, outras em torrentes, mas sempre sujas. Os óculos de Waldo são como os estrangulamentos nos canais cheio de entulhos, e sua bengala, a força das águas quando querem passagem. Como Waldo, também esse córrego nos desafia a encontrá-lo em diferentes paisagens. Ele pode estar à plena vista ou exigir que adentremos vielas para visualizá-lo entre casas construídas às suas margens; às vezes, desaparece, canalizado; em outras, esconde-se por debaixo das casas. É presença constante no cotidiano dos moradores e dos atores virtuais em escritórios de planejamento de obras de melhorias na região. Está lá, mas pergunte-se: qual seu nome?

Bem, este, do qual estou falando, eu conheci como córrego dos Brancos. E foi necessário um trabalho de detetive para entender quem ele é para além de suas várias nomeações, percursos e domesticação em obras urbanísticas de pequeno ou grande porte.

¹ *Where's Wally?* (na edição brasileira, *Onde está Waldo?*) é uma série de livros infanto-juvenis criada pelo ilustrador britânico Martin Handford, baseada em ilustrações e pequenos textos. Os livros foram transformados em animações, uma tira de jornal e jogos eletrônicos.

Primeiro encontro: janeiro de 2014

No dia 23 de janeiro de 2014, uma parte do córrego dos Brancos, localizado na rua Abílio César, transbordou. Eu tomei conhecimento desse desastre por meio de Kênia Malves, que na época era gerente de captação de recursos da Sociedade Santos Mártires, no Jardim Ângela. Sabendo que eu estava realizando uma pesquisa sobre moradias em área de risco, ela me ligou sugerindo que fôssemos ao local verificar a situação. Eis meu relato no Diário de Campo:

Hoje é dia 28 de janeiro de 2014. Estou chegando agora do Jardim Ângela, do Centro Santos Mártires. Fui com Kênia ao Morro do Índio ver a situação do córrego que havia inundado no dia 23 de janeiro. Fomos à sede do Programa de Desenvolvimento de Área, PDA, encontrar Jane, a coordenadora, e Célia, que iam nos acompanhar até a área onde havia ocorrido o transbordamento do córrego, afetando 167 famílias que moravam em suas margens. Quando chegamos, havia muito movimento no PDA: o CRAS estava fazendo o cadastro dos moradores afetados; gente chegava para pegar roupas. Jane e Célia falaram, e isso é uma coisa muito impressionante, sobre a falta de conexão entre os vários serviços. Não é função do PDA dar auxílio a essas famílias. Só que nem a UBS, nem o SASF, nem a Defesa Civil, ninguém deu qualquer apoio.

O evento foi bastante sério. Na frente da “passagem” que eu descrevi, antes de entrar na viela que acompanha o córrego, tem uma parte de concreto onde foi colocada uma caçamba para coletar lixo. Quando o córrego transbordou, levou a caçamba, que se jogou contra as pequenas pontes que interligavam as casas à rua, o que piorou a situação. Ao que tudo indica, quem deu apoio foi o PDA. Jane e Célia ficaram até às duas e meia da manhã ajudando esse povo, cuidando de crianças e tal, com a água subindo.

O que Jane conta dos outros parceiros é muito preocupante. Por exemplo, no que diz respeito à UBS, acho que a do Paranapanema, Jane contou que o gerente da UBS chegou de tênis novo, pisando na ponta do pé para não sujar o tênis. De tênis novo e chique, disse ela: uma pessoa que não conecta. E a comunidade se sente muito desprotegida, porque não tem informações; não tem ninguém que diga o que eles têm de fazer. Então tem gente que jogou o colchão fora, outros que só o colocaram ao sol; tem gente que lavou as roupas e reusou, quando na verdade essa

é uma água extremamente contaminada, porque é esgoto aberto, tem xixi de rato, perigo de leptospirose.

Então, no dia seguinte, quinta-feira, as pessoas começaram a tirar as coisas de dentro da casa, e como não tinha nenhum apoio, nem da subprefeitura nem das várias entidades e dos vários potenciais responsáveis, começaram a colocar os pertences no meio da rua e tocar fogo. E a reação da subprefeitura foi chamar a tropa de choque. É impressionante porque, segundo o que nos contaram, a ameaça dos moradores funciona assim: “Vocês vão nos dar alguma atenção? Vão nos dar pelo menos colchões novos? Então a gente chama o povo da Nova Palestina e vem 8 mil marchando contra vocês, ocupando a M’Boi Mirim”. A população desta região usa o pessoal da ocupação Nova Palestina para pressionar a prefeitura.

Mas o que mais choca é que não há diálogo entre essas entidades e as secretarias. Não há conversa entre eles. Isso é uma emergência, seria o caso da Defesa Civil agir, certo? Eu perguntei: “E a Defesa Civil, o que fez?”; “Nada. A Defesa Civil só age se a casa vai cair”.

Ainda neste mesmo ano, Jane Lira concedeu uma entrevista,² durante a qual conversamos sobre vários temas, incluindo suas memórias sobre o transbordamento do córrego. Na entrevista, ela contou muitos detalhes sobre esse evento. Tratava-se de uma retomada do assunto, pois, como descrevi no Diário de Campo, com ela fizemos a visita ao local da inundação, ocasião em que Jane já havia relatado muitos detalhes da experiência. Seu relato, na entrevista, começa com a revolta da população atingida pelo transbordamento:

Jane – *Porque eu sou coordenadora, eu tenho que ficar ali no computador, fazendo relatório, né? E nesse dia eu fui pra rua e eu falei: “Fogo, Renato!” Ai ele cortou pela [rua] Tijuá e foi por uma travessa ali e saímos onde estava acontecendo. Ai a gente foi tirar foto. Ai falaram por que a gente estava tirando foto ao invés de ajudar. Mas ajudar como? Ai, quando eu cheguei aqui, comecei a ouvir o barulho dos tiros; ai voltei de novo para lá e já entrei na comunidade. Perguntei. Ai falaram que tinha subido a água, e que eles tinham tirado as coisas e colocado na rua pra chamar a atenção das autoridades. Já que tinham ligado pra [unidade básica de saúde]UBS do Paranapanema e ninguém fez nada, ligaram prum monte de gente que não co-*

² Entrevista realizada em 25/09/2014. Fiz a devolutiva em 11/08/2017, entregando a entrevista e o capítulo impressos. Jane permitiu o uso de seu nome real.

nhecia o contexto ali, mas podia orientar, né? Não precisa ser a pessoa especializada, mas podia orientar; tivesse orientado, não teria acontecido o que aconteceu. Ali eu encontrei a Kelly, a Alessandra, as duas nervosas, falando, falando... Aí, como eu já tinha o telefone do subprefeito, liguei pra ele: “Antônio Carlos, tá acontecendo isso, isso aqui...”. Daí já liguei pro Márcio: “Olha, tá acontecendo isso aqui, o pessoal quer subir, quer juntar o pessoal da Palestina. Não vai dar certo isso, é perigoso ter vítimas”. Aí chegou o subprefeito e a gente correu lá pra comunidade, e mesmo assim os policiais jogavam bomba, com arma em punho, né? Sem saber quem é o subprefeito, que o moço da habitação estava lá, eu também, estava de chinelo, sandália, bermuda, estava muito sol e eu lá dentro...

Mary Jane – Foi janeiro, né?

Jane – Dia 23 de janeiro. Aí nós lá dentro e a polícia [do outro lado]. Aí comecei a articular as coisas. Aí foi chegando a Defesa Civil [...] daí, dez e meia da noite, chegou o CRAS, que não chegava nunca, mas parece que não teve comunicação. Aí pegou o megafone, meia-noite e meia, gritando pro povo lá. Aí chega a polícia, os policiais já querendo dar tiro. Daí eu parei na frente de um e ele continuou com a arma apontada. E eu falei: “Não!” E ele: “O que tá tendo aqui é bagunça!” E eu falei: “Não, não está tendo bagunça; quem está gritando aqui sou eu, que eu estou com o megafone, convidando as famílias pra fazer o cadastro do CRAS, uma vez que eles perderam tudo”. E ele: “É, senhora, eu estou aqui a trabalho; se eu quisesse, eu poderia estar na minha casa dormindo; na minha casa não ia acontecer isso”. Aí eu: “É, meu senhor, eu também estou aqui a trabalho”. Aí ele ficou p da vida; ele não desagravou mais porque ele viu que eu estava de crachá, camiseta, tinha uma autorização. Eles [a PM] ficaram lotados perto aqui na [rua] Abílio Diniz, cheio de tática, e nós trabalhando dentro da comunidade...

Mary Jane – Você chama de comunidade só o espaço ali...

Jane – O espaço do córrego, né? Daí ele [o policial] foi e agrediu vários meninos. Daí eu nem dormi, né? Eu fiquei pensando, processando, você não dorme, né? A mente não dorme, eu deito e à noite não durmo; fiquei pensando nesse povo que perdeu tudo, e as crianças que perderam tudo... E , aí, 7 horas da manhã eu já estava aqui. Quando eu cheguei, estava lotado de crianças; veio chegando criança com fome, querendo café. Mas eu não falei que ia dar café pra ninguém. Eu só acolhi, só acolhi, de falar assim: “Vocês não estão sozinhos”. Então eu falei do PDA,

acionei a Defesa Civil, “vai vir pra cá.” Mas não, eles [as pessoas afetadas pela inundação] vieram todos tomar café. Aí, quando deu meio-dia eles também subiram pra almoçar. A gente teve que fazer tudo aqui correndo [...]. Até a finada Tânia, que estava aqui conosco, nos ajudou a fazer comida. A gente correu ali na escola e falou com o diretor, que nos emprestou os pratos. E daí eles fizeram a refeição aqui.

Mary Jane – Esse pessoal ainda mora aí?

Jane – Continua morando lá. Mas não acabou aí não: no dia 24 a gente ficou aqui distribuindo colchão até de madrugada, meia-noite; às dez e pouco chegaram aí, e lá vai a Jane de novo gritar. Aí vieram retirar os kits; era meia-noite, uma hora da manhã. Ficamos com o CRAS aqui dentro, né? A Maria Mota e a Débora ficaram aqui conosco e, no outro dia, fizeram o cadastro da comunidade.

Afora esse primeiro acolhimento dos moradores afetados pela inundação, Jane conta que teve de batalhar para que a prefeitura retirasse o entulho. O relato é precioso porque, ademais as dificuldades no relacionamento com as autoridades, quem trabalha com essas comunidades também tem de lidar com o pessoal do tráfico de drogas. Ela contou:

Aí eu continuei vindo. Aí os meninos, que é mano, eles falaram: “Jane, eu sou o gerente daqui; eu vou dialogar com você, vem aqui que eu preciso falar com você”.

Mary Jane – Gerente do quê?

Jane – Do [inaudível]...

Mary Jane – Ah, quando você diz mano, é o gerente [do tráfico]...

Jane – Aí eu peguei, vim e conversei com ele. E ele falou: “Jane, eu vou ficar te ligando. Então a gente decidiu aqui que nós vamos tirar essas duas pontes”. Mas daí eles tinham que resolver, eu não podia interferir. O pessoal da Defesa Civil chegou só pra desmontar a casa que era problemática, porque era onde todas as caçambas pararam. Aí deu uma confusão; falaram que iam tirar o pessoal na bala; o pessoal não deixou eles [a prefeitura] fazerem nada. Então eu fiquei fazendo toda essa mediação. Eles me ligaram num sábado à noite pra vir no domingo, às duas horas da tarde. Aí eu falei: “A máquina aqui não dá pra entrar porque, se bater a máquina aqui, as casas vão cair e a gente não tem dinheiro pra pagar. Sério, a prefeitura não tem; eu não posso me colocar numa responsabilidade na qual eu

não vou conseguir arcar com vocês”. Daí conseguimos aplicar a limpeza manual. O pessoal veio, e limparam. Daí dialogamos com eles, aí eles acharam, conseguiram quebrar a ponte, aí pediram pra eu conseguir o caminhão...

Mary Jane – *A ponte que levava praquela casinha?*

Jane – *Isso, isso.*

Mary Jane – *E como é que eles saíam de casa?*

Jane – *Eles quebraram a ponte. Agora eles fizeram outra ponte lá no alto.*

Mary Jane – *Certo, certo...*

Jane – *Sobre o rio, né? Sobre o córrego. Daí eu fiquei incumbida de chamar o caminhão pra retirar o entulho. Aí, o caminhão entrou duas vezes. Eles me ligavam, onze horas da noite, onze e meia: “Jane, o caminhão foi embora”. Eu falei: “Olha, gente, eu sou contra a violência, mas se esse caminhão entrar aí de novo, não deixa ele sair até que ele tire esse entulho, porque já tem previsão de chuva, vai encher o córrego, vai aumentar [a água] de novo”. Aí eles passaram uma hora da manhã e não recolheram o lixo, foram embora. Daí no outro dia eu fui lá pra dentro de novo. Aí o Ricardo veio, mostrei pro Ricardo a situação.*

Mary Jane – *Ricardo...*

Jane – *O engenheiro. Aquele que veio aqui aquele dia.*

Mary Jane – *Ah, tá.*

Jane – *Aí o subprefeito falou: “Jane, já retirou, tá tudo ok”. Aí eu ligada pra Kelly, ligava pra Alessandra: “Gente, foram?”; “Não, não foram!” Aí eu ficava no telefone o tempo todo, minha conta veio assim: linda e maravilhosa. E aí conseguimos tirar o lixo.*

A visita ao local foi feita cinco dias depois do transbordamento do córrego:

Nós andamos nessa viela... PASSAGEM acho que é a palavra que eles usam. Uma passagem que vai beirando o córrego e, ao longo dela, casas. Pra atravessar o córrego há pontes. Uma ou duas são de concreto, outras são bem precárias. Por exemplo, a gente foi conversar com uma senhora, e pra isso atravessamos a ponte, que consistia de uma porta e várias ripas de madeiras; uma coisa extremamente precária, sem

proteção alguma. E ela tem um nenê de 7 meses e mais quatro crianças pequenas. Essa criançada passa por essa ponte que não tem nenhuma proteção, nada. Essa senhora mora nesse quarto que tem uma cama de casal, um banheirinho – imagino, claro, que a água servida do banheiro vai pro córrego. Vi um armário; não vi fogão, talvez deve ter. Do outro lado da entrada havia um outro cubículo, onde mora outra pessoa. Olha, eu acho que era menor que um canil. Cabia a cama. Só. Essa mulher mora lá há seis anos. Ela disse que é melhor do que morar de aluguel. Contou que é separada; viveu catorze anos com o marido, que lhe dá uma pensão. Mas se ela for usar a pensão pra pagar aluguel, não vai sobrar nada. Ela não estava em casa no dia da enxurrada. A outra ficou presa no quarto com água, quatro crianças. (Diário de Campo).



Córrego dos Brancos, 28 de janeiro de 2014.



Córrego dos Brancos, 28 de janeiro de 2014.

A precariedade das casas à beira do córrego e a óbvia situação de risco levantam várias questões, especialmente no que diz respeito ao futuro dessas pessoas. De certo modo, por conseguirem receber aluguel social, elas poderiam ter procurado outro local para morar; ou, como discutirei mais tarde, a Defesa Civil poderia ter interditado as casas. Jane continuou seu relato:

Mary Jane – O lixo vocês conseguiram tirar e o pessoal continuou morando lá.

Jane – Então, agora, no mês passado, recebemos a notificação de que oito famílias foram contempladas com o bolsa aluguel.

Mary Jane – E eles querem?

Jane – Eles já receberam; estão recebendo já, começaram. Só que, assim, aquela senhorinha não pode pegar bolsa-aluguel porque tem muita gente naquela casa.

Além do esposo ser acamado, e as noras dela, as netas dela, fizeram uns puxadinhos em cima. Só que na época, na correria, ela não falou [não fez o cadastro], então não entrou [na lista de aluguel social]. Agora tem que assinar de novo, o Navarro (Coordenador da Defesa Civil local), pra ele vir aqui acionar de novo, pra poder mandar o processo e designar o bolsa aluguel.

Mary Jane – E com a bolsa, eles querem sair? Eles vão sair?

Jane – Eu acho que não vai sair, Mary Jane. Eu vou ser bem sincera com você. Eles vão receber, porque eles precisam do dinheiro mesmo, porque você viu as condições ali.

Mary Jane – Eles recebem Bolsa Família...

Jane – Bolsa-aluguel, Bolsa Família eles também se cadastraram pra receber. Aquela casinha lá nós também conseguimos bolsa-aluguel praquela senhorinha. Você viu, era o banheirinho ali, era só um cômodo, então ela conseguiu. Não sei se ela migrou de lá, faz tempo que não a vejo. Porque se chover, os outros ainda sobem na cama, na mesa; tem mais estrutura do que a mulher que quase morreu afogada lá, que o povo teve que puxar ela pra fora. Aí você vê que uma pessoa, além de estar numa situação vulnerável, ainda está vulnerável, né? Então é complicado.

Mary Jane – Agora você, como moradora antiga do bairro, você vê alguma solução?

Jane – Olha, Mary Jane, ninguém quer sair daqui. Tá ruim, mas tá bom, sabe assim? Tem que sair do córrego e tem que fazer moradia. Eles falam: “Jane, por que não tira esse córrego daqui?” Então, o problema de tudo não são eles que moram em cima do córrego. O problema é o córrego que está ali; é o córrego, não eles.

O córrego está incluído na área MB-33 do mapeamento de áreas de risco realizada pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), em 2010. Está localizado em zona intermediária entre o Jardim Jangadeiro e o Morro do Índio. Sua parte visível tem início e segue paralelamente à rua Abílio César, até chegar à rua Visconde do Rio Grande.

No levantamento efetuado pelo IPT³, o trecho onde ocorreu a inundação está localizado em área com risco 3 (risco alto) devido à possibilidade de solapamento. O relatório cita algumas alternativas de intervenção:

³ INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS. *Análise e mapeamento de riscos associados a escorregamentos em áreas de encostas e a solapamentos de margens de córregos em favelas do município de São Paulo* – Subprefeitura de M'Boi Mirim. Relatório n. 118.650-205. São Paulo: IPT, 2010.

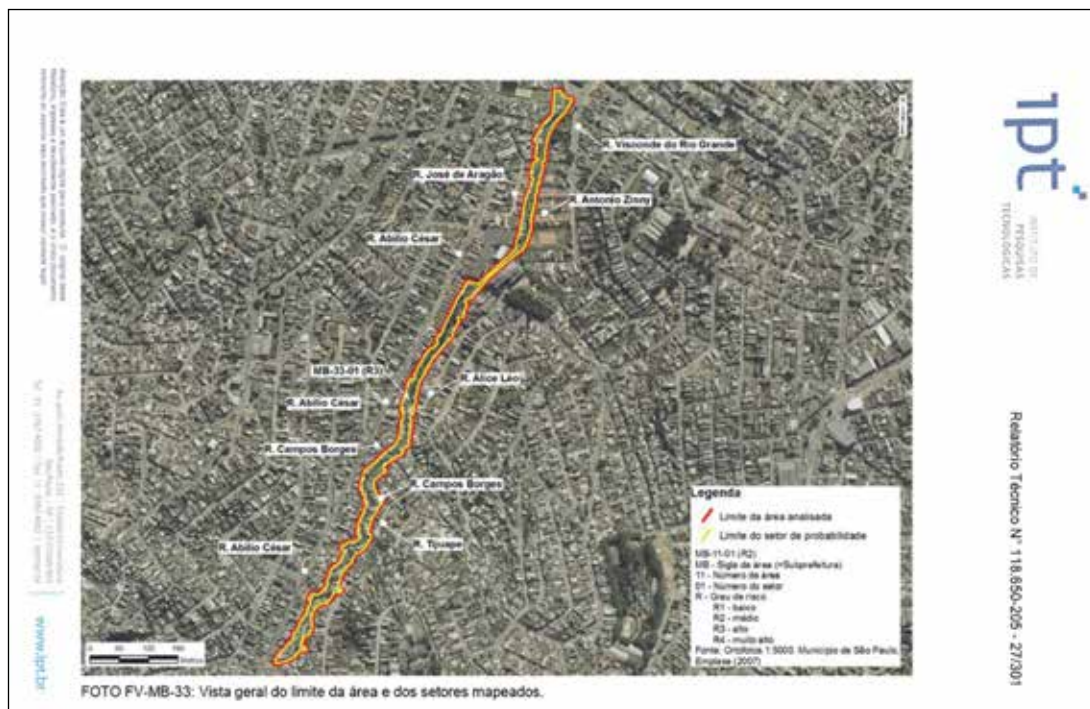


FOTO FV-MB-33: Vista geral do limite da área e dos setores mapeados. Fonte: Instituto de Pesquisas Tecnológicas, IPT. Relatório Técnico n. 118.650-205. Prefeitura Municipal de São Paulo. Subprefeitura M'Boi Mirim, 21 set. 2010.

- Executar limpeza (desassoreamento, lixo, entulho) do canal de drenagem no setor.
- Executar sistemas de drenagem superficial (águas pluviais, servidas e/ou esgoto) no setor.
- Executar melhoria nos acessos (calçadas, escadarias, ruas) integrando-os com o sistema de drenagem no setor.
- Executar obras de retificação e contenção de margem de canal (gabiões, muros de concreto etc.) no setor.
- Ou executar remoção definitiva de moradia no setor, caso a relação custo x benefício indique tal situação.

Um passeio às margens do córrego

Após o primeiro contato com o Programa de Desenvolvimento de Área, em janeiro de 2014, retornei muitas vezes ao local do córrego, participando de atividades, assim como tomando-o como uma das bases para o trabalho de campo da pesquisa sobre moradias em áreas de risco. O PDA, braço da Visão Mundial na Zona Sul paulistana, atualmente desativado, tinha por objetivo contribuir para o aumento da qualidade de vida da população da região que abrange os distritos de Capão Redondo e Jardim São Luís. O PDA tinha por foco o atendimento às crianças cadastradas (apadrinhadas por patrocinadores internacionais da Visão Mundial), que incluía visitas periódicas por agentes de desenvolvimento local (ADL) para conversar sobre a saúde e o desempenho escolar das crianças patrocinadas.

Criada em 1950, a Visão Mundial é uma ONG cristã, humanitária e de desenvolvimento presente em aproximadamente cem países. Atua no Brasil, desde 1975, no enfrentamento da pobreza e da exclusão social, priorizando crianças e adolescentes que vivem em comunidades pobres e em situação de vulnerabilidade social. A principal estratégia de intervenção para o fomento do desenvolvimento local utilizada pela Visão Mundial é o PDA, que incorpora ações voltadas ao fortalecimento institucional, à mobilização, à participação comunitária e ao planejamento e avaliação comunitária.

Em janeiro de 2015, na primeira visita ao PDA, soube que as atividades estavam organizadas em microrregiões. Aproveitei para perguntar qual ADL cobria a área que inclui o córrego dos Brancos. Tratava-se de Alexandre Pereira, que é morador da área. Assim, combinei que faria duas coisas: uma entrevista com ele sobre suas experiências na região e acompanhá-lo nas visitas às famílias cadastradas. Com base nas informações que ele forneceu foi possível localizar no *Google Map* e nos mapas do IPT o córrego que, até então, era meio escondido de minha vista. Minha segunda visita ao córrego, acompanhada, desta vez, por Alexandre, ocorreu no dia 21 de janeiro.

Sáímos para nosso passeio para que eu conhecesse melhor o córrego dos Brancos. Em resumo, Alexandre me apresentou o córrego, não apenas a partir de sua familiaridade com ele, por ser esta sua microrregião de visita no PDA, mas principalmente por fazer parte de sua história. Depois de muitos meandros pelas ruas e vielas do Jardim Caiçara – área que fica entre o Morro do Índio e a avenida Abílio César –,

cruzando por diversas vezes o córrego ou um de seus braços, paramos em um ponto que ele considerou estratégico. Lá, de uma plataforma que paira acima do córrego, tínhamos uma visão ampla: à direita, uma ponte, já na curva do córrego; à esquerda, o panorama de casas construídas em cima do rio.

À medida que andávamos, Alexandre relatava histórias que mesclavam sua atividade profissional atual, sua infância e acontecimentos relacionados ao córrego. Essa parada, entretanto, foi estratégica e possibilitou que ele sistematizasse algumas das histórias já relatadas. A ponte, por exemplo, havia sido levada pela enxurrada



Córrego dos Brancos, 21 de janeiro de 2015.

em outra ocasião, e ele contou detalhes deste acontecimento: “a água subiu muito numa senhora, teria chegado na altura do pescoço”. A plataforma onde estávamos também tinha sinais de solapamento, e o estreito caminho que levava à ponte tinha buracos de onde se podia ver a água embaixo. Água muito suja, com entulho, alguns dos quais resultado de desmoronamentos anteriores, sacos plásticos, ratos mortos. Em relação ao lixo, passou por nós um morador que parou para um dedo de prosa e comentou que as pessoas têm preguiça de andar uma ou duas quadras para colocar os sacos de lixo na rua onde passa o caminhão da prefeitura e preferem jogar tudo no córrego. Enquanto conversávamos, uma senhora calmamente esvaziava um saco de lixo rio adentro.

O córrego é longo (ainda não tenho informações sobre seu percurso) e em toda sua extensão a cena é a mesma: casas apoiadas precariamente nas margens; águas poluídas; caixas coletoras de esgoto da Sabesp que não levam a lugar nenhum e cujo destino é o próprio córrego. E muita gente: crianças brincando, pois ainda é tempo de férias, e homens de todas as idades. (Diário de Campo, 21/01/2015).

Esse primeiro passeio foi bem curto. Alexandre abriu mão de sua cota de monitoramento das crianças apadrinhadas para me acompanhar. E ainda fez a gentileza de localizar no mapa o percurso que havíamos percorrido:⁴

Alexandre – [...] estávamos aqui na rua Abílio César, na [rua] Campos Borges, saímos aqui, que é ali perto de casa. Olha como a gente tem a visão do morro. Porque aqui praticamente é o topo do morro, onde está o colégio, e estamos bem de frente.

Mary Jane – Então nós entramos na rua Campos Borges?

Alexandre – Numa parte. Passamos pela rua Vitória Brasil, que é onde a senhora gostou da planta, e da [rua] Vitória Brasil fomos até o Colégio João Silva.

Mary Jane – Eu lembro que a gente passou pela rua Alice Leo.

Alexandre – Isso, a Alice Leo, a extensão dela. Ela começa onde termina a [rua] Vitória Brasil, onde aquele menino tomou um escorregão.

Mary Jane – Eu adorei o passeio. Só vimos uma criança, mas...

⁴ Em 23/08/2017 fiz a devolutiva da entrevista e entreguei o capítulo para Alexandre. Ele deu permissão para que eu usasse seu nome real.

Alexandre – *Eu me programei durante a semana para cumprir meu trabalho e deixar a senhora mais à vontade, porque às vezes é meio chato fazer a visita de monitoramento. Se quiser vir outro dia, pode vir para a visita de monitoramento, não precisa ficar se preocupando com o córrego.*

As informações obtidas na conversa durante esse passeio foram complementadas na entrevista, ocasião em que Alexandre contou sobre como era o córrego quando ele era criança.

Mary Jane – *Então, pelo que eu entendi, você mora no bairro desde pequenininho.*

Alexandre – *Desde pequeno.*

Mary Jane – *E você me disse que primeiro morava numa casa que ficava à beira do córrego.*

Alexandre – *Ficava à beira do córrego.*

Mary Jane – *E aí você mudou... você sabe por quê?*

Alexandre – *Eu acho que... na verdade... também por conta disso, enchentes... acredito que também a área não é uma área boa. Meu pai já tinha consciência disso e acabou migrando, né? Hoje moramos na proximidade da rua Abílio César, na esquina da [rua] Campos Borges. Então talvez seja por isso, pelo fato de estar bem localizado em cima, na encosta do córrego, ele acabou mudando a casa, né?*

Mary Jane – *E aí você me contou várias coisas da infância.*

Alexandre – *E tem muito mais ainda.*

Mary Jane – *Você ainda lembra de brincar na rua, brincar no rio, no campinho de futebol?*

Alexandre – *Tem muitas coisas. Eu lembro, por exemplo, quando eu era menor e nós brincávamos na beira do córrego. Amarrávamos pedras ou alguma coisa e jogávamos no córrego e ficávamos com a linha – às vezes era uma garrafa. O córrego levava e a gente ficava ali com a linha. Meio como se fosse uma pipa, só que na água. E a gente ficava se divertindo. Eu lembro de uma vez que estávamos fazendo e um dos meninos que estava passando na rua me empurrou e eu caí dentro do córrego. Eu lembro até que eu tive... não uma fratura, mas um negócio no joelho. Fui para o*

hospital, fiquei com gesso. Não cheguei a cair no córrego, porque naquele tempo o córrego não transbordava; então tinha mais barro, pedra e areia do que propriamente água. Mais do que nós vemos hoje, que tem mais água do que propriamente isso.

Mary Jane – *É mesmo? Não tinha tanta água?*

Alexandre – *Não. Era bem mais raso, tinha pouca água e era um pouco mais curto do que a extensão dele, a questão de largura. Mas dava pra brincar de certa forma e pulavam os meninos, porque tinha aquelas ilhas de certa forma no meio de barro, pegar pipa. Hoje não, se pular e enfiar o pé no barro, na água encontra de tudo lá dentro.*

Mary Jane – *Tinha muito lixo lá dentro naquela época?*

Alexandre – *Lixo eu acho que sempre teve. Mas não com a proporção que tem hoje. Lixo sempre teve. O pessoal sempre teve esse costume, como o próprio morador falou, de jogar o lixo dentro do córrego. Quando eu era menor não tinha tanto, né? A galera não jogava tanto dentro do córrego. Tinha coisa assim, tipo, material que o pessoal não usava mais. Tipo pedaço de sofá, porta de geladeira, uma coisa ou outra, não chegava a ser um saco de lixo. Tinha muito mais entulho, mais essas coisas, do que propriamente lixo. Hoje é o inverso. Hoje tem mais lixo do que propriamente o entulho. Acredito que era mais seco por causa disso, tinha essas ilhas por causa que o pessoal jogava muito entulho. Então a gente fazia construção, essas coisas, e depois jogava lá dentro. Na madrugada, o pessoal ia lá e jogava lá. Agora não, agora tem muito mais sacos de lixo, se tornou um lixão dentro do córrego.*

Mary Jane – *Mas já era água suja de esgoto?*

Alexandre – *Já, mas também não tão suja. Sabíamos que era córrego, mas ficava um pouco na dúvida. Acontecia de vez em nunca, algumas vezes, raridade. Assim, a água vir branca, parecia potável, mas não, sabia que era córrego. Hoje não. Hoje você não consegue ver mais cor. Você vê um rio bem poluente, verde ou preto, bem escuro mesmo.*

[...]

Mary Jane – *Certo. Mas já tinha tanta casa construída na margem, no córrego?*

Alexandre – *Nas encostas? Acho que isso sempre teve também. Eu acho que isso vem crescendo ao longo... desde anos, desde 2000 até os tempos agora, 2014, cresceu*

muito mais rápido. Essa questão de construção de casa. Às vezes nem construir nem no território, nem na mesma área, mas construir no próprio terreno. Casas que estão em cima do córrego com dois, três andares, não sabe se a estrutura aguenta. O pessoal não tem consciência, mas continua construindo. Casas que acabam se tornando edifícios mesmo. Três, quatro, até mais, como aquele que a senhora pôde ver, que tem quase seis andares. Hoje mesmo a senhora consegue observar um daqueles de seis andares próximo da encosta.

Mary Jane – *Embora a gente veja muitas casas com as paredes, a parte de baixo caída, né?*

Alexandre – *Isso, com a parte de baixo caída. Às vezes, como vimos também, tem essas vigas aprofundadas no córrego. Mas não consigo te informar que profundidade tem essas vigas, né? Não dá pra te informar. Porque, por exemplo, quando vem uma enchente muito forte, não tem como saber se isso vai aguentar, se tem a estrutura pra aguentar essas chuvas fortes, ou, por exemplo, a inundação do córrego.*

Mas foi também uma oportunidade para conversar sobre diversos aspectos relacionados às construções à beira de córregos: características das moradias, riscos potenciais e ocorrência de desmoronamentos.

Por que construir em área de risco?

Mary Jane – *Pensando na experiência dos seus pais, por que que alguém constrói num lugar tão inóspito?*

Alexandre – *Na experiência dos meus pais... Se for tirar pela experiência dos meus pais, é a necessidade, né? No caso, eu sou o mais velho, né? Você vê o seu filho e você não tem uma moradia, de você poder... ter um lugar pra ficar com o seu filho, por exemplo, um lugar de segurança, ou que te passe segurança, um teto em que você possa se abrigar, possa ter lugar onde fugir da chuva, de outras coisas que acontecem. Vem da necessidade, né?*

Mary Jane – *Mas então o que mudou quanto às gerações? Você está querendo casar, não quer alugar, disse que já vai entrar na Caixa [Federal] e etc. O que que muda então?*

Alexandre – *O que muda é exatamente essa experiência, né? Eu trabalho na área, eu vejo muitas coisas que até mesmo a construção na encosta de um córrego, que*

está pagando aluguel. Será que vale a pena realmente você estar pagando aluguel num lugar onde a qualquer momento você pode perder, que não é seu, e você pode perder? Você vai pagar um lugar onde você abre uma janela para ver um rio lindo, você vê um córrego, onde todo mundo joga lixo, a qualquer momento pode subir um cheiro insuportável e acho que por experiências mesmo? Com o dinheiro do aluguel você podia estar pagando a casa já. Hoje o aluguel não está fácil de pagar. Então é mais por essa experiência mesmo. E eu tive pela base, que meu pai poderia ter ficado na encosta do córrego, mas ele preferiu mudar para um lugar melhor. Nem que seja um cômodo, que seja uma coisa pequena, mas ele preferiu mudar, sair de um lugar onde num certo ponto poderia... Passou a ter certo perigo e, graças a Deus, hoje ele não está correndo mais perigo.

Lidando com os riscos

Mary Jane – *A gente conversou rapidinho com aquele morador da casa bem em cima do córrego. E pelo que ele disse, ele não tem a menor intenção de sair de lá.*

Alexandre – *Ele e acho que todo mundo, né? Porque daí fica a pergunta: eles vão sair dali e vão pra onde? Porque é fácil eu chegar, como funcionário do PDA, ou seja, de qualquer outra instituição e dizer: “Olha, o senhor está na área de risco e o senhor tem que sair da sua residência”. Isso é fácil, chegar e falar para a pessoa que ela tá correndo risco. E vai colocar aonde? E não é só o caso dele. Às vezes a extensão do córrego é grande e tem diversas casas na extensão dele. É que não andamos tanto. Mas tem. Como eu falei, a extensão dele é no sentido do Capão Redondo e tem diversas casas ainda. Aí você tira um... Você salva uma família, mas e daí o restante?*

Mary Jane – *Você me contou dos casos todos e também de uma casa que foi o Fernando (Agente de Desenvolvimento Local do PDA) que...*

Alexandre – *Isso. Na travessa Dália, onde ele estava fazendo a visita de monitoramento do posto. E, aí, coincidiu de eu estar indo na mesma área que ele, eu tinha uns monitoramentos pra estar fazendo lá. E, aí, ele falou que veio a chuva e teve a casa de uma senhora lá que a água invadiu a casa toda – tem até algumas fotos que foram passadas pro PDA, que eu tirei do local, que a água chegou mais ou menos na altura da cintura e acabou que o chão dela está cedendo. Não sei se é barro que tem embaixo, mas o chão dela está cedendo, está bem inclinado, como se fosse abrir uma cratera. Daí fomos atrás da Defesa Civil, de alguém que*

possa estar indo na casa dela, porque até então não tinha ninguém vindo olhar a situação da casa dela.

Mary Jane: *Isso foi agora, né?*

Alexandre: *Bem recente. Foi nessas últimas chuvas que deu semana passada pra semana retrasada.*

Mary Jane – *E a Defesa Civil?*

Alexandre – *Pelo caos que teve em São Paulo, de árvores, de casas, de tanta coisa que aconteceu, a Defesa Civil não conseguiu atender todo mundo ainda, né? Porque a quantidade de funcionários lá, pela quantidade de caos, de coisas que aconteceram em São Paulo, tá um pouquinho complicado.*

Mary Jane – *Agora essa senhora saiu de casa, né?*

Alexandre – *Ela saiu. Parece que agora ela tá numa casa ao lado, um pouco mais à frente dela, onde ela não corre nenhum risco. Mas ela continua preocupada com o que pode acontecer com a casa dela. Ela precisa verificar qual procedências pode haver com relação à casa dela.*

Um passeio mais longo

Eu precisava de algumas fotos do córrego dos Brancos para usar em uma apresentação em evento sobre a crise hídrica, organizado pelo Conselho Regional de Psicologia/SP⁵. Solicitei a ajuda de Alexandre, mas ele precisou fazer outra missão, e então Felipe [também ADL] me acompanhou. Foi ótimo, pois Felipe conhece bem a área e me deu informações valiosas sobre como negociar com o tráfico na entrada das vielas. Felipe não tinha muita certeza do local no qual eu queria tirar fotos. Alexandre deu duas dicas: rua Amélia Léo e rua Vitória Brasil. Acabamos andando muito mais, pois minha memória espacial não é lá essas coisas!!!

Saímos do PDA mais ou menos às 10h30, debaixo de um sol escaldante, e descemos até a rua Abílio César. Depois da rua Campos Borges, entramos em uma viela que

desembocou na rua Alice Léo. No final desta, na rua Galiano Netto, entramos à esquerda e depois à direita na viela atrás da escola. Isso nos levou ao córrego que margeia um terreno onde Alexandre e amigos costumavam jogar bola. Margeando o córrego há uma trilha que leva a uma outra viela, e continuamos por vielas até (creio) chegar ao Jardim São José. Lá havia pessoas jogando entulho de forma bastante organizada (parecia haver um “sistema”). Tiramos fotos e retornamos pela rua Visconde do Rio Grande e, mais uma vez por uma rota que não consigo descrever, atravessamos o córrego por uma ponte, de onde se via entulho e muitos pneus, e chegamos à viela atrás da escola. Lá tiramos mais fotos e voltamos pela rua



Córrego dos Brancos, 4 de março de 2015.

⁵ SPINK, M. J. Ponderações sobre o descaso com nossas águas. In: SEMINÁRIO DE PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS. Mesa: *Falta de água, impactos na subjetividade humana e as responsabilidades das políticas públicas*. São Paulo: Conselho Regional de Psicologia SP, 27 mar. 2015.

Alice Léo. Tiramos foto do lixo/entulho e chegamos à ponte que leva à rua Abílio César. E eis que era este o local onde Alexandre havia me levado na primeira excursão! Havíamos passado pelo local, só que na direção oposta e, de costas para a pequena plataforma que eu procurava, não a reconheci. Tiramos as fotos que eu queria, incluindo uma da casa que desabou. Chegamos no PDA às 12h!!! (Diário de Campo, 04/03/2015).

Mirada a partir das pranchetas dos engenheiros

Creio que nesses dois passeios cobrimos a área do córrego que havia sido mapeada pelo IPT. Mas haviam restado muitas lacunas: seu nome; sua nascente; seu percurso. Para obter mais informações, o córrego tornou-se foco das atividades do Núcleo de Práticas Discursivas e Produção de Sentidos (NPDPS)⁶ no segundo semestre de 2016. De modo a propiciar aos alunos experiência em análise de políticas públicas na interface entre redução de desastres e desenvolvimento urbano, tomei como estudo de caso o projeto de urbanização do córrego dos Brancos, à luz da atual ocupação de suas margens por habitações precárias. Para tanto, desenvolvemos a caracterização do local do córrego em termos de suas dimensões geográficas e demográficas; e a familiarização com o atual Plano Diretor Estratégico, para compreensão do que está previsto para esse território.⁷

Ao pesquisar documentos oficiais em que havia menção ao córrego dos Brancos, encontramos três versões bastante distintas, cada qual decorrente de uma secretaria municipal. Uma primeira versão concerne a um dos componentes do Plano Diretor de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais de São Paulo, datado de 2012.⁸ Tem

⁶ Em 2017 passou a ser denominado Núcleo de Pesquisas sobre Práticas Discursivas no Cotidiano: direitos, riscos e saúde. Espaço de interlocução com pesquisadores de várias instituições, nacionais e internacionais, atuantes na academia e em outros setores da sociedade, o núcleo tem o cotidiano e as desigualdades sociais como objeto de estudo.

⁷ Participaram dessas atividades vários integrantes do NPDPS, entre eles: Mário H. Martins da Mata, Jonas Eduardo T. de Souza e Rubens Espejo.

⁸ No município de São Paulo houve várias tentativas de planejamento, sendo a mais consolidada aquela datada de 1971 (Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado). Contudo, foi após a aprovação da Constituição de 1988 (BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988) que ficou estabelecida a obrigatoriedade de edição de plano diretor às cidades com mais de 20 mil habitantes (Art. 182, §1º). Essa obrigatoriedade é reforçada no Estatuto da Cidade (BRASIL. Lei 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os Arts. 182 e

precedência, nesse enquadre, a questão das inundações recorrentes em bairros do município, de modo que a drenagem de bacias hidrográficas passa a ser foco das propostas. Essas propostas provavelmente têm uma longa linha histórica, mas para os fins desta narrativa tomo como ponto de partida o plano elaborado em 2012,⁹ que em sua terceira versão – DMAT 3 – propõe uma abordagem dos problemas de inundações da bacia do Alto Tietê, fundamentada na valorização e restauração do meio ambiente. Combina soluções estruturais, como as necessárias obras de macrodrenagem, com soluções não estruturais, como a criação de um sistema integrado de gestão da macrodrenagem na Região Metropolitana de São Paulo.

Essa proposta focaliza quatro bacias: Aricanduva, Cabuçu de Baixo, Ipiranga e Morro do S. É nesta última que está localizado o córrego dos Brancos. Essa bacia, afluente do rio Pinheiros, desempenha papel de destaque na macrodrenagem da cidade de São Paulo por conta de ser tributário de um curso d'água controlado por estruturas de grande relevância para o controle de cheias em toda a Bacia do Alto Tietê.

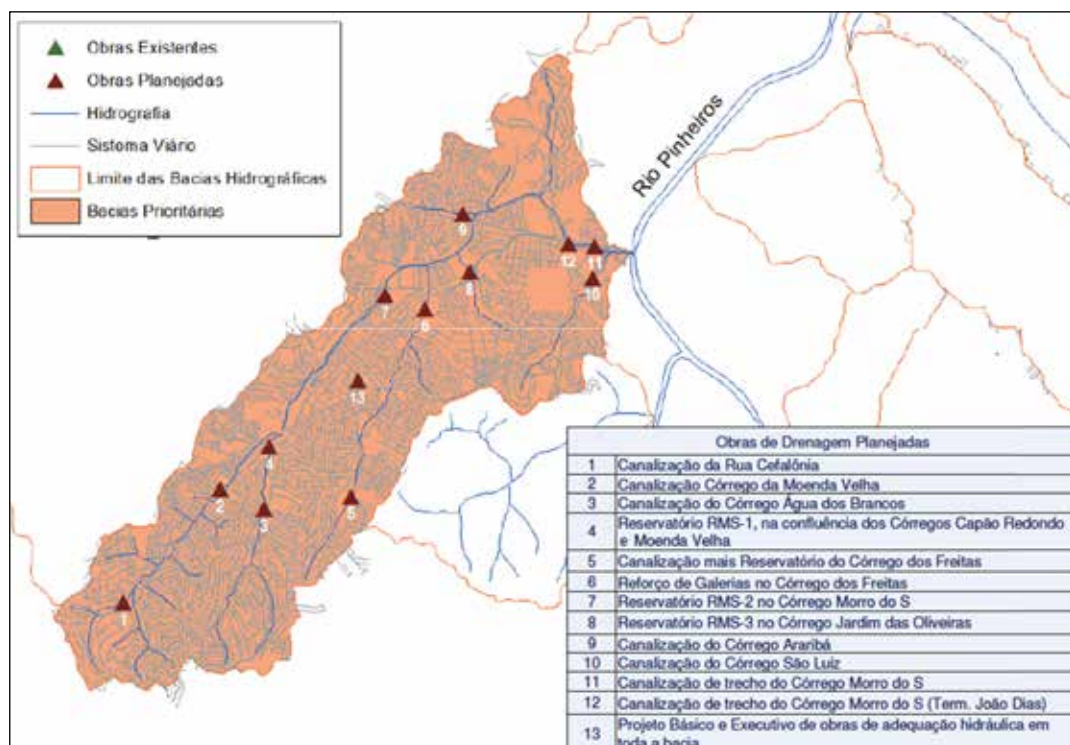
O mapa da bacia do Morro do S apresenta dois córregos: Capão Redondo e Moenda Velha, que se unem ao Ribeirão do S que, por sua vez, desemboca no rio Pinheiros. Não há menção ao córrego dos Brancos.

Nessa versão o córrego é um obstáculo ao controle das inundações e alagamentos e precisa ser drenado para o correto funcionamento da cidade. No caso da Bacia do Morro do S, está prevista a canalização dos córregos Água dos Brancos e Moenda Velha e a construção de um reservatório na confluência dos córregos Capão Redondo e Moenda Velha.

Encontramos uma segunda versão sobre o córrego dos Brancos em relatório de pesquisa publicado em 2006, resultante da parceria entre a Secretaria Municipal

183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 11 jul. 2001, retificado em 17 jul. 2001.), que estabelece que o Plano Diretor Municipal, sendo lei, deve ser aprovado pela Câmara dos Vereadores, configurando-se como uma ação em conjunto com o poder legislativo, de modo que o processo inteiro de elaboração seja feito pelos dois poderes em conjunto com a população e associações representativas da comunidade, por meio de audiências públicas e pela publicidade e transparência total dos atos e documentos de estudo.

⁹ SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO. Plano Diretor de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais de São Paulo. São Paulo, 12, jul. 2012.



Bacia do córrego dos Brancos. Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, 12/07/2012.

do Verde (SVMA) e o Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (LabHab-FAU-USP).¹⁰ Tratava-se de estudo de viabilidade para a implementação de Áreas de Intervenção Urbana voltadas para a implantação de parques lineares, consideradas prioritárias pela SVMA, nos moldes propostos pelo Plano Diretor Estratégico e pelos Planos Diretores Regionais Estratégicos. Aqui o foco era o aproveitamento da rede hídrica para a criação de espaços verdes: parques, parques lineares, caminhos verdes e piscinões. O relatório tem como fontes os mapas do Plano Diretor Estratégico (Lei Municipal n. 13.430/2002) e dos Planos Regionais Estratégicos, assim como a Legislação de Uso e Ocupação do Solo (Lei Municipal n. 13.885/2004) da cidade de São Paulo.

¹⁰ Bonduki, N.; Ferreira, J. S. W. (Coord.). Projeto Pesquisa e Análise de Aplicação de Instrumentos de Planejamento Urbano Ambiental no Município de São Paulo. Relatório final. São Paulo: LabHab/FAU-USP, 2006.

Em um dos subprodutos da pesquisa, relativo ao córrego Capão Redondo, encontramos o córrego dos Brancos como parte do plano de implantação de caminhos verdes. Nessa versão, o córrego é um bem público que deve ser preservado por meio de medidas que colaborem com uma política de urbanização verde.

Há ainda uma terceira versão, desta vez decorrente de propostas da Secretaria Municipal de Serviços e Obras (SMSO), que tem como prioridade a mobilidade urbana. De acordo com o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA),¹¹ o empreendimento está inserido na sub-bacia do córrego Capão Redondo, afluente do córrego Morro do S, que deságua no rio Pinheiros e sub-bacia Guarapiranga. Perde-se de vista, assim, o traçado utilizado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU).

Trata-se da implantação de um BRT (*Bus Rapid Transport*) que envolverá obras para o prolongamento da avenida Carlos Caldeira Filho, com a construção de corredor de ônibus e canalização do córrego Água dos Brancos para a interligação entre a estação Capão Redondo do Metrô e o Terminal Jardim Ângela da SPTrans, localizado na Estrada do M'Boi Mirim.¹² Isso requer a construção de uma avenida de fundo de vale no traçado do córrego Água dos Brancos, com extensão aproximada de 3,5 km, em pista dupla com três faixas de tráfego por sentido. Entre o terminal e a rua Antônio Zinny o traçado do viário seguirá ao longo do córrego Capão Redondo, com pistas nas laterais do córrego. A partir da Antônio Zinny até a interligação com a Estrada do M'Boi Mirim, segue pela lateral do córrego Água dos Brancos. A implantação deste projeto exigirá intervenção nos imóveis existentes ao longo de algumas vias, o que inclui cerca de 990 lotes atualmente ocupados por residências, atividades comerciais, serviços e/ou equipamentos sociais.

¹¹ SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE. SPObras. *Relatório de Impactos Ambientais do Prolongamento da Avenida Carlos Caldeira Filho com implantação de corredor de ônibus e canalização do córrego Água dos Brancos*. São Paulo, 30 jun. 2014. Disponível em <https://issuu.com/svmasp/docs/rima_completo>. Acesso em: 18 maio 2015. Os estudos ambientais necessários à concretização do empreendimento estão sendo desenvolvidos pela empresa Ambiente Brasil Engenharia Ltda. O Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) também pode ser consultado na SVMA.

¹² O projeto prevê, ainda, alargamento e melhorias viárias com implantação de corredor de ônibus na Estrada do M'Boi Mirim, além do alargamento e melhoramentos viários na Estrada da Cachoeirinha, nos distritos de Capão Redondo e Jardim Ângela, pertencentes, respectivamente, às subprefeituras do Campo Limpo e M'Boi Mirim.

Nessa terceira versão, a canalização do córrego tem por objetivo a melhoria da mobilidade do transporte urbano. Perdemos de vista os moradores que, em grande número, terão de ser removidos para que carros, ônibus e, quiçá, bicicletas possam circular mais livremente.

Os mapas nem sempre ajudam a entender o trajeto das águas, pois as aprisionam em enquadres que não dão a dimensão da fluidez que lhes é própria. Diante da falta de clareza sobre trajetos e nomeações, nossa solução foi seguir seu trajeto do começo ao fim e interligar o córrego aos projetos das diversas secretarias municipais o que os passeios anteriores haviam possibilitado entender. Um dos pesquisadores do núcleo, Hercílio Pessoa de Oliveira, padre da paróquia Maria Mãe da Igreja, no Jardim São Luís, dispôs-se a realizar essa tarefa. Foi possível, assim, entender por onde correm as águas, ao ar livre ou canalizadas, e as mudanças de seu nome. Mas não foi possível encontrar sua nascente.



O córrego dos Brancos na rua San Midlin e no Jardim Comercial, em 13 de outubro de 2016. Fotos cedidas por Hercílio Pessoa de Oliveira.



O córrego dos Brancos em seu início, na rua Abílio César, e nos fundos da Escola Dona Maria do Carmo, em 13 de outubro de 2016. Fotos cedidas por Hercílio Pessoa de Oliveira.

O início da parte descoberta fica na rua Abílio Cesar, a partir da qual o córrego adentra por vielas que serpenteiam entre o Jardim Jangadeiro e o Morro do Índio.

Depois, passa nos fundos da Escola Dona Maria do Carmo; segue paralelo às ruas Luiza Dias Santana e San Mindlin. A partir daí, passa a ser chamado de córrego Capão Redondo. Continua, já canalizado, pelo Jardim Comercial e, perto do Parque Santo Dias, junta-se ao córrego Moenda Velha, formando o córrego do Morro do S, que deságua no rio Pinheiros.

Essas informações, apresentadas em simpósio do Fórum de Pesquisadores de M'Boi Mirim,¹³ suscitaram memórias nostálgicas de uma participante, Vanessa, agente comunitária de saúde (ACS) da Unidade Básica do Jardim Caiçara. Ela se dispôs a complementar as informações sobre o trajeto do córrego dos Brancos com base em suas memórias, e, como atua como ACS nessa região, nos convidou a acompanhá-la em uma caminhada em sua área de abrangência.

¹³ SPINK et al. *Considerações sobre o uso e a proteção dos mananciais em M'Boi Mirim: a linha de tempo da legislação como contribuição para entender as tensões atuais no território*. São Paulo: Fórum de Pesquisadores de M'Boi Mirim, 28 out. 2016.

O jogo de esconde-esconde

Conhecemos Vanessa no Fórum de Pesquisadores realizado em 28/10/2016, quando apresentamos alguns resultados da pesquisa “Viver em Áreas de Risco”. O foco foi o estudo de caso do Jardim Jangadeiro, mais especificamente o córrego dos Brancos. Falamos da dificuldade de localizar o trajeto do córrego, pois passa por muitas vielas. Vanessa ficou encantada, pois morou muito tempo na região e conhece o córrego desde sua infância. Fez comentários sobre várias fotos que apresentamos e se dispôs a nos levar para mostrar o córrego a partir de suas memórias e a partir de sua atuação como agente comunitária de saúde – ACS.

Vanessa atualmente é ACS da UBS Jardim Caiçara. Ela morou no bairro (Vila Guimar/ Vila Kalu) até 1998, quando casou pela primeira vez e mudou-se para a Cohab Adventista. Ficou casada por onze anos e teve seu primeiro filho, que mora com o ex-marido. Voltou para o Jangadeiro quando casou pela segunda vez, e tem um filho de 4 anos. Mostrou fotos de quando era criança, que seu irmão havia “desenterrado” de algum lugar.

Saímos da UBS para encontrar outra ACS, e no caminho Vanessa foi contando vários episódios de sua atuação nesse território. Ficamos sabendo, por exemplo, que a UBS tem seis microáreas classificadas segundo o risco (de inundação, desabamento, problemas sociais etc.): risco 1, mais alto, até 6, mais baixo. A área de Vanessa é risco 3 e, durante a caminhada, de duas horas, entramos e saímos de muitas travessas para ter acesso a diferentes córregos. (Diário de Campo, 8/12/2016).

Heroínas! Ela e tantas outras pessoas que, por vocação (como as missionárias) ou profissão, se embrenham por esse labirinto de ruas – passagens, vielas, travessas – por onde nem mesmo motos conseguem passar. Jane Lira já havia comentado sobre isso. Ao falar de sua experiência no projeto “Redescobrimo o Adolescente na Comunidade – RAC”, contou que, embora tendo morado na região desde pequena, teve de aprender os caminhos por essas áreas labirínticas.

Olha, era muito boa, porque, assim, por morar aqui e sempre ter trabalhado do outro lado da ponte, a gente não conhece muito a realidade, o contexto que nós temos aqui. Então eu lembro quando a gente foi fazer as inscrições que a Marta [Suplicy, então prefeita] abriu pra emergência de professores pra educação infantil. A gente se deparou, assim, com uma realidade que, por mais que a gente morasse aqui, não

dava pra acreditar. A gente ia pro Copacabana, pro Tupi (bairros), e não sabia sair de lá. Aí sentamos lá e começamos a dar risada, porque era, sabe, uma coisa assim, era irônico, cômico, sei lá! Como é que você mora dentro de uma região e não sabe sair? Porque era igual aqui ao nosso Morro do Índio, tem várias vielinhas para você entrar. Você tava lá embaixo, aí você tinha que entrar numa vielinha, subir uma escadinha, pra sair numa outra rua, pra então sair na M’Boi Mirim.

As fotos abaixo ilustram essa admirável competência de navegação por parte das ACS. Como se não bastasse a estreiteza das vielas, há trechos em que o caminho é cheio de obstáculos.

Vanessa queria nos mostrar duas áreas. A primeira tem acesso pela rua Dr. Nestralla Rubez que, por meio de uma escadaria, dá passagem para a rua Vitória Brasil (onde



Passagem à beira do córrego dos Brancos e viela entre casas, em 8 de dezembro de 2016.

Vanessa mora, no lado “nobre” – ou seja, em terreno particular). O final dessa rua dá para uma parte que foi canalizada pelo vereador [Paulo Batista] Reis. Havia várias pessoas lá. Um moço disse que dava para ver o córrego da casa dele e nos convidou para subir ao terraço. A casa tinha dois andares e ele nos levou ao segundo andar. De lá, dava para avistar o pequeno córrego. Todos afirmaram que a água desce de uma nascente na rua Tijuap – provavelmente a nascente fica no alto do morro, no Morro do Índio.

Continuando a descida, encontramos mais uma ACS, e logo depois outra, com quem Vanessa havia combinado de se encontrar para que ela mostrasse o córrego da Travessa do Cravo. Foi interessante. Primeiro porque conversamos com duas moradoras: uma senhora mais velha e uma moça que mora lá há trinta anos. O local é o encontro de três córregos: um que vem (segundo elas) do São Bento (bairro), outro que vem da [rua] Abílio César, e um terceiro que vem da (rua) Tijuape. Forma uma espécie de prainha. Lá costuma inundar e, para provar, um outro morador, bem jovem, foi buscar o celular, onde tinha um vídeo gravado de uma das inundações. As moradoras



À esquerda, a confluência de três córregos: um que viria do São Bento, outro que vem da rua Abílio César, e um terceiro que vem da Tijuape; à direita, um exemplo de como se desfazer de móveis. Fotos de 8 de dezembro de 2016.



O córrego dos Brancos em 8 de dezembro de 2016. Fotos cedidas por Hercílio Pessoa de Oliveira.

procuram tomar conta dos córregos usando enxada para afastar o entulho, de modo a minimizar o risco de inundação. Mas presenciamos um sofá velho sendo jogado no córrego e vários sacos de lixo flutuando córrego abaixo.

São tantas as águas que os moradores não se dão ao trabalho de nomeá-las.

Mary Jane – *E que nome vocês dão para esse córrego?*

V – *Então! Que nome a gente dá para esse córrego... Não tem, né? Não tem um nome específico...*

O – *A gente fala córrego da rua tal...*

V – *Ah... córrego da Campos Borges. Depende da rua, né?*

Mary Jane – *Ah, vai pelo nome da rua, né?*

O – *Pelo que eu sei, não tem um nome assim...*

V – *Específico, né?*

O – *A gente fala córrego da rua tal, córrego da Galinha...*

V – *Vai nomeando por rua.*

Águas que formam córregos, maiores ou menores, muitos deles correndo por sob casas.

É uma outra concepção de espaço: se dá para aterrar ou canalizar, dá para construir em cima.

Notas sobre procedimentos: potencializando conexões

Essa narrativa multifacetada nos fala de articulações, ou de falta de articulação entre instâncias governamentais: dificuldade de agir de forma integrada no caso de desastres, por exemplo, e falta de conectividade entre propostas provenientes de várias secretarias. Articulações que, portanto, emanam de posicionamentos – ou falta de posicionamento – na esfera da gestão pública.

Por atravessar todos os casos narrados neste livro, essa questão será abordada em um capítulo síntese. As observações que creio serem necessária, neste momento, têm por foco os procedimentos adotados na construção desta narrativa, que tem como fio condutor a noção de conexões que, por sua vez, remetem à reconfiguração da noção de lugar. Destaco três questões que aqui se fazem presentes: uma certa aleatoriedade; as fronteiras borradas de lugar; e a não linearidade das conexões.

Ancorada em uma vertente ontológica pós-construcionista, esta pesquisa partiu do pressuposto de que a realidade é múltipla por ser performada em sítios também múltiplos. O córrego que é foco desta narrativa tem versões distintas quando se torna problema da Defesa Civil, da Secretaria Municipal de Obras, dos moradores, das lideranças ou, ainda, desta pesquisadora. Não se trata meramente de distintas perspectivas que, somadas, nos dão o todo, pois nesse enquadre não há uma realidade anterior a essas performances. Assim, não havia como definir de antemão quais seriam os interlocutores que me possibilitariam entender alguns aspectos dessa complexa problemática dos córregos em regiões de mananciais. Portanto, as conexões que foram construídas têm certamente uma tonalidade aleatória.

Essas conexões derivam de minha presença, também casual, neste local específico: o córrego em seu trajeto à luz do dia na altura da rua Abílio César. Mas não se resumem a esse local, pois os córregos são foco de discussão em muitos outros lugares que se fizeram presentes por meio de conversas e de documentos. Portanto, local não é só da ordem das personalidades, das relações entre pessoas; é também prenhe de materialidades, como os projetos elaborados por órgãos públicos e outras entidades. As interações locais do cotidiano estão conectadas por redes de associações não locais. Nas palavras de Bruno Latour:¹⁴ “O que foi designado com o termo ‘interações locais’ é a montagem de todas as *demais* interações locais distribuídas em outros lugares no tempo e espaço, que foram trazidas para a cena por meio de cadeias de vários atores não humanos”.

Isso me leva à terceira questão: a não linearidade das conexões. Conexões, nesta narrativa, não constituem elementos de uma rede pré-definida, como no caso das redes tecnológicas onde a circulação entre pontos é tornada compulsória por meio de caminhos rigorosamente definidos, que dão a certas junções um caráter estratégico: por exemplo, as redes de distribuição de água, de eletricidade ou de transportes públicos. Também não se trata de conexões decorrentes apenas de redes sociais referidas às relações entre atores humanos: redes de amizade; redes de afiliações institucionais ou até mesmo as redes sociais da era da comunicação virtual. São simplesmente conexões entre elementos dispersos e até mesmo aleatórios.

Para trabalhar com conexões, certamente, precisamos de um ponto inicial. Pode ser um ponto derivado de uma questão teórica ou, como foi o caso desta narrativa, um incidente crítico – a inundação do trecho do córrego dos Brancos próximo à rua Abílio Cesar, que desencadeou uma corrente de associações. Foi Kênia Malves, gerente de Captação de Recursos da Sociedade Santos Mártires, que me avisou e acompanhou ao PDA. Conexão primeira: Sociedade Santos Mártires (SSM), onde inicialmente ancorei minha pesquisa. E, se Kênia me levou ao PDA, é porque Jane tinha ligação de longa data com a Santos Mártires, tendo trabalhado lá em diversas capacidades. Sua nomeação como coordenadora do PDA-Sampa Sul passou por essa antiga conexão e nos fala de outras: por exemplo, entre a SSM (responsável pela prestação de contas) e o PDA. Jane me introduziu ao PDA, e, por meio de minha participação em algumas de suas atividades, estabeleci boas relações com

¹⁴ LATOUR, B. *Reassembling the social*. Nova York: Oxford University Press, 2005, p. 194.

os agentes de desenvolvimento local (ADL). Aqui entram em cena Alexandre e Felipe, meus guias nos primeiros passeios às margens do córrego.

Contudo, minha ligação com a região de M'Boi Mirim, com o PDA, com a Sociedade Santos Mártires, é fluida e também tem fronteiras borradas. Sou pesquisadora nessa região, mas também sou professora orientadora no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social na PUC-SP e acabei transportando o córrego dos Brancos para minhas atividades no NPDPS. Por meio de exercícios visando à caracterização da área em que se encontra esse córrego, outras conexões foram feitas. Entraram em cena os documentos de domínio público – legislações federais, estaduais, municipais; relatórios; artigos; plano diretor municipal. Amplia-se, assim, o leque de conexões.

E, como se não bastasse, a apresentação dos primeiros resultados desse exercício acadêmico encontrou eco em alguns participantes do seminário realizado no Fórum de Pesquisadores de M'Boi Mirim, o que me trouxe de volta ao córrego dos Brancos em sua materialidade aquosa. Vanessa, a agente comunitária de saúde, me fez colocar de novo os pés no chão.

Trata-se, portanto, de conexões que levam de um evento disparador a círculos cada vez mais amplos: de um lado da ponte para o outro;¹⁵ do local ao regional e, deste, ao nacional. Círculos, atente: não linhas. Ou seja, conexões como pontos de uma espiral, de modo que *“Alguns elementos que pareciam estar distantes, se seguimos a espiral, podem estar muito próximos quando comparamos os anéis”*.¹⁶

¹⁵ Referência à Ponte do Socorro, considerada marco divisor entre a cidade e a periferia.

¹⁶ Citação feita por Bruno Latour referindo-se à noção de tempo, mas que, penso, adequa-se perfeitamente à noção de conexões presentes: “Suponhamos, por exemplo, que reagrupamos os elementos contemporâneos ao longo de uma espiral e não mais de uma linha. Certamente, temos um futuro e um passado, mas o futuro se parece com um círculo em expansão em todas as direções, e o passado não se encontra ultrapassado, mas retomado, repetido, envolvido, protegido, recombinação, reinterpretado e refeito. Alguns elementos que pareciam estar distantes, se seguimos a espiral, podem estar muito próximos quando comparamos os anéis. Inversamente, elementos bastante contemporâneos quando olhamos a linha tornam-se muito distantes se percorrermos um raio. Tal temporalidade não força o uso dos rótulos ‘arcaicos’ ou ‘avançados’, já que todo agrupamento de elementos contemporâneos pode juntar elementos pertencentes a todos os tempos. Em um quadro deste tipo, nossas ações são enfim reconhecidas como politemporais”. In: LATOUR, B. *Jamais fomos modernos*. São Paulo: Editora 34, 2013/1991, p. 74.

5 O inquestionável direito à moradia: a urgência da preservação dos mananciais

Neste capítulo busco problematizar três questões: as ocupações como parte de movimentos sociais pró-moradia; o déficit habitacional; e a difícil tarefa de fazer cumprir as legislações referentes à proteção ambiental. Para dar conta dessa tarefa são utilizados documentos de domínio público (mídia, legislação), relatos de moradores e anotações em diário de campo, além da bibliografia pertinente – pois, como afirma Suzana Pasternak:¹

A temática da expansão do tecido urbano por loteamentos clandestinos, irregulares e por invasões de terras é recorrente entre os urbanistas. Uma das principais características da dinâmica socioterritorial nas metrópoles é o conflito na ocupação e no uso do solo urbano. E a precariedade do *habitat* urbano, demonstrada também pelos loteamentos irregulares, espacializa uma das expressões desse conflito.

Começo esta narrativa com um evento que se tornou icônico na literatura sobre ocupações e loteamentos irregulares no município de São Paulo: o caso da Fazenda Itupu. A seguir, faço um breve histórico dos movimentos por moradia, com ênfase especial na luta por moradia no Jardim São Luís e no Jardim Ângela, foco da pesquisa realizada. Prossigo com uma análise sobre déficit habitacional e concluo o capítulo com a questão do conflito entre direitos: direito à moradia e direito ao meio ambiente.

¹ PASTERNAK, S. Loteamentos irregulares no município de São Paulo: uma avaliação espacial urbanística. *Planejamento e Políticas Públicas*, [s.l.], v. 1, p. 133, 2010.

A Fazenda Itupu como evento disparador de movimentos sociais por moradias

Em entrevistas realizadas em 2013 para a elaboração de livro sobre a história da Sociedade Santos Mártires, a retirada das pessoas que estavam ocupando a Fazenda Itupu, localizada em Santo Amaro e que pertencia ao Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (Iapas), foi mencionada pelo padre Jaime Crowe e por Madalena Rodrigues, moradora da região. A memória traumática do evento despertou minha curiosidade. Pesquisando a respeito, encontrei as matérias publicadas no jornal *O Estado de S. Paulo* (OESP) que, juntamente com os depoimentos, compõem esta primeira narrativa.

A importância desse evento como marco da organização de movimentos em prol da moradia é atestada pelo número de referências encontradas na revisão bibliográfica, assim como pelo destaque dado na mídia. Porém, trata-se de breves menções, sem informações que possibilitem entender como e o porquê de sua importância. Outras incursões nos meandros da internet se fizeram necessárias; contudo, a narrativa aqui apresentada tem por base as fontes já mencionadas.

Foram publicadas três matérias no OESP: nos dias 10, 11 e 12 de setembro de 1981. No dia 10, a manchete principal anunciava: “Justiça assegura a posse de área ao IAPAS”.² A justiça, no caso, representada na pessoa do juiz Sebastião de Almeida Lima, da IV Vara de Justiça Federal, que, ao pronunciar a sentença, também autorizava o uso de força policial para a execução de sua ordem. Porém, recomendava prudência e sugeria a resolução do caso pela desapropriação da área, transferindo-a aos seus ocupantes – os “posseiros”, como referidos nas matérias do jornal.

O então prefeito Reynaldo de Barros anunciou a decisão de reintegração de posse à Comissão de Posseiros, que apresentou, então, três possibilidades de resolução: negociar o terreno com o órgão previdenciário; permutar a área; ou ceder área de dimensão semelhante para onde as famílias pudessem ser transferidas. O prefeito anunciou sua disposição de tentar comprar a área do IAPAS. A matéria, ilustrada com foto, traz o subtítulo “A prefeitura estuda uma solução: trocar a área com o IAPAS e entregá-la aos posseiros”.

² JUSTIÇA ASSEGURA POSSE DE ÁREA AO IAPAS. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 10 set. 1981, p. 21.

QUINTANA, 12 DE SETEMBRO DE 1981

Justiça assegura posse de área ao Iapas

Acordo no Rio na última hora

Invasores garantem que ficam

Nieto Martin culpa os bispos por incitamento

Nota oficial da Prefeitura

OCHOQUE FUTURO

CLINICA PAULA SANTOS

COMUNICADO

Club Méditerranée via Transbrasil

O ESTADO DE S. PAULO
EDIÇÃO DE DOMINGO

0 SETEMBRO DE 1981 - PÁGINA 21

Acervo: Arquivo *Estadão*. Licença de conteúdo jornalístico e periódico. Emissão: 14 nov. 2017.

Há, nessa página, duas outras matérias. A primeira, intitulada “Invasores garantem que ficam”, relata a decisão de permanência no local. Os líderes do movimento pediam insistentemente pelos megafones que se levasse cobertores, lanternas, lonas e tudo o que fosse necessário para não se afastar das terras e garantir a posse. Informa, também, que o bispo de Itapeverica, Dom Fernando Penteado, estivera no local para “sentir a situação das famílias”. Encontramos Dom Fernando no relato do padre Jaime sobre a ação de remoção.

A segunda matéria, Francisco Nieto Martin, titular da então Secretaria Municipal das Administrações Regionais, acusa nominalmente vários bispos e políticos pela ocupação:

[...] os bispos d. Angélico Sândalo, de São Miguel, Celso Queirós, do Ipiranga, Alfredo Novaq, da Freguesia do Ó, e José Pecoraro, substituto de d. Mauro Morelli em Campo Limpo, de “doutrinar, estimular, induzir e instigar a população a ocupar áreas públicas em São Paulo”. Junto com eles, Nieto Martin acusa o vereador Benedito Cintra, a deputada Irma Passoni (PT), o deputado Aurélio Peres (PMDB) e a Convergência Socialista.³

Há, na mesma página, a reprodução de uma nota da prefeitura, na qual Barros se posiciona contrário às “invasões de terra na cidade”, culpando “grupos interessados na subversão da ordem”, e conclui seu arrazoado com a seguinte afirmação:

Como prefeito da cidade de São Paulo é meu dever alertar as pessoas inocentemente envolvidas nesses incidentes para que não sejam levadas, por elementos inescrupulosos, a cometerem atos ilegais e contrários à ordem. A invasão de propriedade pública é um grave delito, um ato de violência que não será, em hipótese alguma, permitido em minha administração.⁴

A composição de matérias, ilustrações e anúncios é sempre interessante, pois frequentemente faz circular sentidos nem sempre confluentes com o teor das mensagens e, nessa página, curiosamente, há um anúncio de tamanho considerável no qual consta uma imagem de Darth Vader com os seguintes dizeres: “O CHOQUE FUTURO” (em letras maiúsculas mesmo). *Deus criou o homem. O homem nos criou. O que será que vamos criar agora?*⁵ O anúncio se refere a uma edição especial do jornal que seria publicada no domingo seguinte.

Quem eram essas pessoas? Esses “invasores”? Esses “posseiros”? Nossa entrevistada⁶ era uma delas.

Entrevistada – *Na verdade, eu cheguei a São Paulo em 1970. Vim de Minas e logo fui trabalhar numa metalúrgica. Trabalhava na Eletro – Proteção de Metais. Nem sei se existe em São Paulo ainda. Depois fui trabalhar na Tormec, que hoje se chama Mectom. Depois fui trabalhar na Taito do Brasil. Isso na época da ditadura. Ai, era mais difícil ainda.*

Mary Jane – *Isso morando no Alto da Riviera?*

Entrevistada – *Não, quando morava no Piraporinha. [...] Que já é M.Boi Mirim. E esse envolvimento político que eu tive foi por esta questão da falta de habitação, falta de emprego etc. Era muita discriminação, pois o salário das mulheres era menor do que dos homens [...]. Ai depois eu construí na Fazenda Itupu. Eu comprei de quem não era dono. Depois nós tivemos que sair da casa. Cheguei até a apanhar da polícia.*

Mary Jane – *Como foi essa ocupação?*

Entrevistada – *Chegou um grupo que falou: “Vamos ocupar, vamos invadir...”. Infelizmente, hoje está acontecendo aqui na nossa região [...]. São corretores que não são donos, vão lá e fazem o loteamento. Daí meu marido foi lá e comprou o terreno do suposto dono. Eu morava num terreno da prefeitura, pois estávamos numa situação que não queríamos mais pagar o aluguel e fomos ocupar um terreno que também era da prefeitura. Hoje, quando vou lá, falo para o pessoal que eles foram meus vizinhos. Ali, no Ponte Baixa, Jardim Letícia. Onde vai sair uma obra maravilhosa. E eu saí de lá e fomos comprar um terreno. Era um sonho que nós tínhamos. Antes mesmo de vir morar no Jardim Ângela. Daí compramos!*

Se no dia 10 parecia haver alguma possibilidade de solução a favor dos ocupantes, as matérias do dia 11 começam a dar o caso por encerrado. Na principal matéria,⁷ o ministro da Previdência Social, Jair Soares,⁸ em reunião com o prefeito, informa

⁶ Entrevista realizada por Peter Kevin Spink e Mary Jane Spink – Subprefeitura de M-Boi Mirim/Jardim Ângela –, em 04/09/2013.

⁷ PREFEITURA NÃO COMPRA FAZENDA ITUPU. *O Estado de S.Paulo*, São Paulo, 11 set. 1981, p. 17.

⁸ Jair de Oliveira Soares é um político gaúcho. Eleito deputado federal em 1978, pela Arena (Aliança Renovadora Nacional), partido conservador que deu sustentação parlamentar ao regime ditatorial

³ NIETO MARTIN CULPA OS BISPOS POR INCITAMENTO. *Idem*.

⁴ NOTA OFICIAL DA PREFEITURA. *Idem*.

⁵ *Idem*.

Prefeitura não compra Fazenda Itupu

Invasão da propriedade

A Prefeitura de São Paulo não vai comprar a fazenda de Itupu, no Estado de São Paulo, para ser incorporada ao patrimônio municipal, segundo o Conselho Municipal de Planejamento Urbano, órgão que analisa os projetos de loteamento e urbanização de áreas públicas. O Conselho decidiu, em sessão realizada na noite de ontem, não aprovar o projeto de loteamento da fazenda de Itupu, que tem 1.500 hectares e está sendo ocupada por cerca de 10 mil pessoas. O projeto, elaborado pelo arquiteto francês Jacques Couperin, prevê a construção de 10 mil casas e a abertura de ruas e avenidas. O Conselho Municipal de Planejamento Urbano, órgão que analisa os projetos de loteamento e urbanização de áreas públicas, decidiu, em sessão realizada na noite de ontem, não aprovar o projeto de loteamento da fazenda de Itupu, que tem 1.500 hectares e está sendo ocupada por cerca de 10 mil pessoas. O projeto, elaborado pelo arquiteto francês Jacques Couperin, prevê a construção de 10 mil casas e a abertura de ruas e avenidas.

A Prefeitura de São Paulo não vai comprar a fazenda de Itupu, no Estado de São Paulo, para ser incorporada ao patrimônio municipal, segundo o Conselho Municipal de Planejamento Urbano, órgão que analisa os projetos de loteamento e urbanização de áreas públicas. O Conselho decidiu, em sessão realizada na noite de ontem, não aprovar o projeto de loteamento da fazenda de Itupu, que tem 1.500 hectares e está sendo ocupada por cerca de 10 mil pessoas. O projeto, elaborado pelo arquiteto francês Jacques Couperin, prevê a construção de 10 mil casas e a abertura de ruas e avenidas. O Conselho Municipal de Planejamento Urbano, órgão que analisa os projetos de loteamento e urbanização de áreas públicas, decidiu, em sessão realizada na noite de ontem, não aprovar o projeto de loteamento da fazenda de Itupu, que tem 1.500 hectares e está sendo ocupada por cerca de 10 mil pessoas. O projeto, elaborado pelo arquiteto francês Jacques Couperin, prevê a construção de 10 mil casas e a abertura de ruas e avenidas.

A Prefeitura de São Paulo não vai comprar a fazenda de Itupu, no Estado de São Paulo, para ser incorporada ao patrimônio municipal, segundo o Conselho Municipal de Planejamento Urbano, órgão que analisa os projetos de loteamento e urbanização de áreas públicas. O Conselho decidiu, em sessão realizada na noite de ontem, não aprovar o projeto de loteamento da fazenda de Itupu, que tem 1.500 hectares e está sendo ocupada por cerca de 10 mil pessoas. O projeto, elaborado pelo arquiteto francês Jacques Couperin, prevê a construção de 10 mil casas e a abertura de ruas e avenidas. O Conselho Municipal de Planejamento Urbano, órgão que analisa os projetos de loteamento e urbanização de áreas públicas, decidiu, em sessão realizada na noite de ontem, não aprovar o projeto de loteamento da fazenda de Itupu, que tem 1.500 hectares e está sendo ocupada por cerca de 10 mil pessoas. O projeto, elaborado pelo arquiteto francês Jacques Couperin, prevê a construção de 10 mil casas e a abertura de ruas e avenidas.

A Prefeitura de São Paulo não vai comprar a fazenda de Itupu, no Estado de São Paulo, para ser incorporada ao patrimônio municipal, segundo o Conselho Municipal de Planejamento Urbano, órgão que analisa os projetos de loteamento e urbanização de áreas públicas. O Conselho decidiu, em sessão realizada na noite de ontem, não aprovar o projeto de loteamento da fazenda de Itupu, que tem 1.500 hectares e está sendo ocupada por cerca de 10 mil pessoas. O projeto, elaborado pelo arquiteto francês Jacques Couperin, prevê a construção de 10 mil casas e a abertura de ruas e avenidas. O Conselho Municipal de Planejamento Urbano, órgão que analisa os projetos de loteamento e urbanização de áreas públicas, decidiu, em sessão realizada na noite de ontem, não aprovar o projeto de loteamento da fazenda de Itupu, que tem 1.500 hectares e está sendo ocupada por cerca de 10 mil pessoas. O projeto, elaborado pelo arquiteto francês Jacques Couperin, prevê a construção de 10 mil casas e a abertura de ruas e avenidas.



Em assembleia feita ontem, os posseiros decidiram ficar.

E as construções começarão já

Desse modo, a Prefeitura de São Paulo não vai comprar a fazenda de Itupu, no Estado de São Paulo, para ser incorporada ao patrimônio municipal, segundo o Conselho Municipal de Planejamento Urbano, órgão que analisa os projetos de loteamento e urbanização de áreas públicas. O Conselho decidiu, em sessão realizada na noite de ontem, não aprovar o projeto de loteamento da fazenda de Itupu, que tem 1.500 hectares e está sendo ocupada por cerca de 10 mil pessoas. O projeto, elaborado pelo arquiteto francês Jacques Couperin, prevê a construção de 10 mil casas e a abertura de ruas e avenidas. O Conselho Municipal de Planejamento Urbano, órgão que analisa os projetos de loteamento e urbanização de áreas públicas, decidiu, em sessão realizada na noite de ontem, não aprovar o projeto de loteamento da fazenda de Itupu, que tem 1.500 hectares e está sendo ocupada por cerca de 10 mil pessoas. O projeto, elaborado pelo arquiteto francês Jacques Couperin, prevê a construção de 10 mil casas e a abertura de ruas e avenidas.

Atitude do prefeito não é bem vista no governo

Comentários sobre a atitude do prefeito de São Paulo, Reynaldo de Barros, em relação ao projeto de loteamento da fazenda de Itupu, foram feitos em uma reunião do Conselho Municipal de Planejamento Urbano. Os membros do Conselho criticaram a atitude do prefeito, que não aprovou o projeto de loteamento da fazenda de Itupu, apesar de ter sido o responsável por sua aquisição. O Conselho decidiu, em sessão realizada na noite de ontem, não aprovar o projeto de loteamento da fazenda de Itupu, que tem 1.500 hectares e está sendo ocupada por cerca de 10 mil pessoas. O projeto, elaborado pelo arquiteto francês Jacques Couperin, prevê a construção de 10 mil casas e a abertura de ruas e avenidas.

Comentários sobre a atitude do prefeito de São Paulo, Reynaldo de Barros, em relação ao projeto de loteamento da fazenda de Itupu, foram feitos em uma reunião do Conselho Municipal de Planejamento Urbano. Os membros do Conselho criticaram a atitude do prefeito, que não aprovou o projeto de loteamento da fazenda de Itupu, apesar de ter sido o responsável por sua aquisição. O Conselho decidiu, em sessão realizada na noite de ontem, não aprovar o projeto de loteamento da fazenda de Itupu, que tem 1.500 hectares e está sendo ocupada por cerca de 10 mil pessoas. O projeto, elaborado pelo arquiteto francês Jacques Couperin, prevê a construção de 10 mil casas e a abertura de ruas e avenidas.

Comentários sobre a atitude do prefeito de São Paulo, Reynaldo de Barros, em relação ao projeto de loteamento da fazenda de Itupu, foram feitos em uma reunião do Conselho Municipal de Planejamento Urbano. Os membros do Conselho criticaram a atitude do prefeito, que não aprovou o projeto de loteamento da fazenda de Itupu, apesar de ter sido o responsável por sua aquisição. O Conselho decidiu, em sessão realizada na noite de ontem, não aprovar o projeto de loteamento da fazenda de Itupu, que tem 1.500 hectares e está sendo ocupada por cerca de 10 mil pessoas. O projeto, elaborado pelo arquiteto francês Jacques Couperin, prevê a construção de 10 mil casas e a abertura de ruas e avenidas.

Comentários sobre a atitude do prefeito de São Paulo, Reynaldo de Barros, em relação ao projeto de loteamento da fazenda de Itupu, foram feitos em uma reunião do Conselho Municipal de Planejamento Urbano. Os membros do Conselho criticaram a atitude do prefeito, que não aprovou o projeto de loteamento da fazenda de Itupu, apesar de ter sido o responsável por sua aquisição. O Conselho decidiu, em sessão realizada na noite de ontem, não aprovar o projeto de loteamento da fazenda de Itupu, que tem 1.500 hectares e está sendo ocupada por cerca de 10 mil pessoas. O projeto, elaborado pelo arquiteto francês Jacques Couperin, prevê a construção de 10 mil casas e a abertura de ruas e avenidas.

Comentários sobre a atitude do prefeito de São Paulo, Reynaldo de Barros, em relação ao projeto de loteamento da fazenda de Itupu, foram feitos em uma reunião do Conselho Municipal de Planejamento Urbano. Os membros do Conselho criticaram a atitude do prefeito, que não aprovou o projeto de loteamento da fazenda de Itupu, apesar de ter sido o responsável por sua aquisição. O Conselho decidiu, em sessão realizada na noite de ontem, não aprovar o projeto de loteamento da fazenda de Itupu, que tem 1.500 hectares e está sendo ocupada por cerca de 10 mil pessoas. O projeto, elaborado pelo arquiteto francês Jacques Couperin, prevê a construção de 10 mil casas e a abertura de ruas e avenidas.

Comentários sobre a atitude do prefeito de São Paulo, Reynaldo de Barros, em relação ao projeto de loteamento da fazenda de Itupu, foram feitos em uma reunião do Conselho Municipal de Planejamento Urbano. Os membros do Conselho criticaram a atitude do prefeito, que não aprovou o projeto de loteamento da fazenda de Itupu, apesar de ter sido o responsável por sua aquisição. O Conselho decidiu, em sessão realizada na noite de ontem, não aprovar o projeto de loteamento da fazenda de Itupu, que tem 1.500 hectares e está sendo ocupada por cerca de 10 mil pessoas. O projeto, elaborado pelo arquiteto francês Jacques Couperin, prevê a construção de 10 mil casas e a abertura de ruas e avenidas.

Comentários sobre a atitude do prefeito de São Paulo, Reynaldo de Barros, em relação ao projeto de loteamento da fazenda de Itupu, foram feitos em uma reunião do Conselho Municipal de Planejamento Urbano. Os membros do Conselho criticaram a atitude do prefeito, que não aprovou o projeto de loteamento da fazenda de Itupu, apesar de ter sido o responsável por sua aquisição. O Conselho decidiu, em sessão realizada na noite de ontem, não aprovar o projeto de loteamento da fazenda de Itupu, que tem 1.500 hectares e está sendo ocupada por cerca de 10 mil pessoas. O projeto, elaborado pelo arquiteto francês Jacques Couperin, prevê a construção de 10 mil casas e a abertura de ruas e avenidas.

Comentários sobre a atitude do prefeito de São Paulo, Reynaldo de Barros, em relação ao projeto de loteamento da fazenda de Itupu, foram feitos em uma reunião do Conselho Municipal de Planejamento Urbano. Os membros do Conselho criticaram a atitude do prefeito, que não aprovou o projeto de loteamento da fazenda de Itupu, apesar de ter sido o responsável por sua aquisição. O Conselho decidiu, em sessão realizada na noite de ontem, não aprovar o projeto de loteamento da fazenda de Itupu, que tem 1.500 hectares e está sendo ocupada por cerca de 10 mil pessoas. O projeto, elaborado pelo arquiteto francês Jacques Couperin, prevê a construção de 10 mil casas e a abertura de ruas e avenidas.

Comentários sobre a atitude do prefeito de São Paulo, Reynaldo de Barros, em relação ao projeto de loteamento da fazenda de Itupu, foram feitos em uma reunião do Conselho Municipal de Planejamento Urbano. Os membros do Conselho criticaram a atitude do prefeito, que não aprovou o projeto de loteamento da fazenda de Itupu, apesar de ter sido o responsável por sua aquisição. O Conselho decidiu, em sessão realizada na noite de ontem, não aprovar o projeto de loteamento da fazenda de Itupu, que tem 1.500 hectares e está sendo ocupada por cerca de 10 mil pessoas. O projeto, elaborado pelo arquiteto francês Jacques Couperin, prevê a construção de 10 mil casas e a abertura de ruas e avenidas.

Despejados os posseiros

Do momento da

Uma comissão formada por membros do Conselho Municipal de Planejamento Urbano, do Conselho Municipal de Obras e do Conselho Municipal de Educação, decidiu, em sessão realizada na noite de ontem, não aprovar o projeto de loteamento da fazenda de Itupu, que tem 1.500 hectares e está sendo ocupada por cerca de 10 mil pessoas. O projeto, elaborado pelo arquiteto francês Jacques Couperin, prevê a construção de 10 mil casas e a abertura de ruas e avenidas.

Associação dos Ex-Alunos da Faculdade de Economia e Administração - USP

11 anos

mobral

A Martini faz um brinde ao futuro.

Mas, ela não se limita a saudar este momento empreendedor que é o Eldorado - o Shopping Center do Século XXI. Está presente nas lojas e no hipermercado Eldorado com toda a sua linha de bebidas: Martini, Florio, Bianco, Rossi e Dry - Brandy, Chateau, Doublet e Baron de Lambert - Cognac, Comissau, Silegia, Luxardo e Regner - Licorão; Dewar's - Whisky Escocês; Tiberi Club e King Edward - Champagne De Gravelle - Asti Martini - Carpano - St. Raphael.

Na inauguração do Eldorado - o Shopping Center do Século XXI, a homenagem da MARTINI e suas grandes marcas.

que a Fazenda Itupu havia sido incorporada ao patrimônio de seu ministério em pagamento de dívidas contraídas por empresas particulares junto ao Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps) e seria posta à venda em breve. Afirmou que os contingentes policiais já estavam mobilizados para expulsar as famílias.

Outras matérias integram a página. Uma parece ser um editorial, embora não identificado como tal, que, desde o título, "Invasão de propriedade", considera a ação um grave delito. Conclui a argumentação afirmando que, a despeito da existência de áreas ociosas, particulares e públicas: "O problema da habitação terá que ser resolvido por meio de uma correta política habitacional que beneficie todas as camadas da população, nunca, porém, por meio de ato de violência, como a invasão da propriedade pública ou privada".⁹

A despeito da decisão judicial, os "invasores do terreno" pretendiam resistir, conforme texto da terceira matéria:

Confiantes de que a polícia não os conseguiria tirar de lá, cerca de 1.500 pessoas entraram a noite cuidando da terra. Como na noite anterior, alguns grupos começaram a organizar um forró e o repentista Moisés, baiano de Itaberaba, começava a contar os anseios dos posseiros: "Amigo e camarada/ Por favor preste atenção/ Estamos aqui passando a anoite/ Numa grande multidão/ Com fé em Deus e no governo/ Conseguiremos este chão".¹⁰

Na edição, há outra matéria que possibilita entender as tensões suscitadas pela invasão da fazenda Itupu. Na matéria intitulada "Atitude do prefeito não é bem vista no Governo",¹¹ há estranhamento quanto ao posicionamento de Reynaldo de Barros, chegando-se à conclusão de sua atitude "ter sido emocional, falando mais com o coração do que com o cérebro".

No dia 12, o caso Itupu ocupou uma página inteira com matérias e fotos diretamente relacionadas ao caso (nas anteriores, havia notícias de outras ocupações no país e vários anúncios). Há cinco textos e quatro fotos: "Retomada sem violência Fazenda Itupu"; "Posseiros prometem procurar novo lugar"; "A difícil tarefa de

civil-militar, licenciou-se para assumir o Ministério da Previdência Social no governo do general João Figueiredo, o último presidente militar.

⁹ INVASÃO DA PROPRIEDADE. *O Estado de S. Paulo*, op. cit., loc. cit.

¹⁰ AS CONSTRUÇÕES COMEÇARÃO JÁ. *Idem*.

¹¹ *Idem*.

SABADO

O ESTADO DE S. PAULO

12 DE SETEMBRO DE 1981

Retomada sem violência Fazenda Itupu

Vários contingentes da Polícia Militar de São Paulo retomaram a posse da Fazenda Itupu, no Campo Limpo, nesta noite que marcou o fim da insurreição dos "volantes", em homenagem ao aniversário de 100 anos da República.

Posseiros prometem procurar novo lugar

Os 110 posseiros que foram expulsos da fazenda Itupu, no Campo Limpo, nesta noite, prometem procurar um novo lugar para se estabelecerem. Segundo os posseiros, a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel e a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel.

Os posseiros prometem procurar um novo lugar para se estabelecerem. Segundo os posseiros, a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel e a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel.

A determinação dada a todos os posseiros incluiu a ordem de que os posseiros fossem expulsos da fazenda Itupu, no Campo Limpo, nesta noite.

Após o fim da insurreição dos "volantes", a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel e a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel.

Após o fim da insurreição dos "volantes", a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel e a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel.

Após o fim da insurreição dos "volantes", a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel e a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel.



Apenas 110 posseiros ficaram na Fazenda Itupu quando a polícia chegou, e muitos sem condições econômicas

Os posseiros prometem procurar um novo lugar para se estabelecerem. Segundo os posseiros, a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel e a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel.

Os posseiros prometem procurar um novo lugar para se estabelecerem. Segundo os posseiros, a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel e a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel.

Os posseiros prometem procurar um novo lugar para se estabelecerem. Segundo os posseiros, a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel e a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel.

Os posseiros prometem procurar um novo lugar para se estabelecerem. Segundo os posseiros, a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel e a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel.

Os posseiros prometem procurar um novo lugar para se estabelecerem. Segundo os posseiros, a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel e a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel.

Os posseiros prometem procurar um novo lugar para se estabelecerem. Segundo os posseiros, a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel e a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel.

Os posseiros prometem procurar um novo lugar para se estabelecerem. Segundo os posseiros, a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel e a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel.

Os posseiros prometem procurar um novo lugar para se estabelecerem. Segundo os posseiros, a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel e a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel.

Os posseiros prometem procurar um novo lugar para se estabelecerem. Segundo os posseiros, a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel e a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel.

Os posseiros prometem procurar um novo lugar para se estabelecerem. Segundo os posseiros, a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel e a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel.

Os posseiros prometem procurar um novo lugar para se estabelecerem. Segundo os posseiros, a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel e a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel.

Os posseiros prometem procurar um novo lugar para se estabelecerem. Segundo os posseiros, a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel e a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel.

Os posseiros prometem procurar um novo lugar para se estabelecerem. Segundo os posseiros, a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel e a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel.

Os posseiros prometem procurar um novo lugar para se estabelecerem. Segundo os posseiros, a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel e a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel.

Os posseiros prometem procurar um novo lugar para se estabelecerem. Segundo os posseiros, a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel e a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel.

Os posseiros prometem procurar um novo lugar para se estabelecerem. Segundo os posseiros, a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel e a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel.

Os posseiros prometem procurar um novo lugar para se estabelecerem. Segundo os posseiros, a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel e a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel.

Os posseiros prometem procurar um novo lugar para se estabelecerem. Segundo os posseiros, a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel e a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel.

Os posseiros prometem procurar um novo lugar para se estabelecerem. Segundo os posseiros, a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel e a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel.

Os posseiros prometem procurar um novo lugar para se estabelecerem. Segundo os posseiros, a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel e a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel.

Os posseiros prometem procurar um novo lugar para se estabelecerem. Segundo os posseiros, a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel e a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel.

Os posseiros prometem procurar um novo lugar para se estabelecerem. Segundo os posseiros, a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel e a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel.

Os posseiros prometem procurar um novo lugar para se estabelecerem. Segundo os posseiros, a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel e a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel.

Os posseiros prometem procurar um novo lugar para se estabelecerem. Segundo os posseiros, a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel e a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel.

Os posseiros prometem procurar um novo lugar para se estabelecerem. Segundo os posseiros, a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel e a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel.

Os posseiros prometem procurar um novo lugar para se estabelecerem. Segundo os posseiros, a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel e a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel.

Os posseiros prometem procurar um novo lugar para se estabelecerem. Segundo os posseiros, a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel e a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel.

Os posseiros prometem procurar um novo lugar para se estabelecerem. Segundo os posseiros, a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel e a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel.

Os posseiros prometem procurar um novo lugar para se estabelecerem. Segundo os posseiros, a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel e a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel.

Os posseiros prometem procurar um novo lugar para se estabelecerem. Segundo os posseiros, a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel e a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel.



A difícil tarefa de voltar à realidade

Muitos dos posseiros da fazenda Itupu que tentaram sair prometem voltar a procurar um novo lugar para se estabelecerem. Segundo os posseiros, a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel e a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel.

Igreja e PC sob suspeita

Os posseiros prometem procurar um novo lugar para se estabelecerem. Segundo os posseiros, a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel e a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel.

O governador acusa os "exploradores do povo"

O governador acusa os "exploradores do povo" de serem responsáveis pela situação da fazenda Itupu. Segundo o governador, a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel e a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel.

Os posseiros prometem procurar um novo lugar para se estabelecerem. Segundo os posseiros, a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel e a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel.

Os posseiros prometem procurar um novo lugar para se estabelecerem. Segundo os posseiros, a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel e a maioria dos posseiros não tem condições de pagar o aluguel.

voltar à realidade"; "O governador acusa os 'exploradores do povo'"; e "Igreja e PC sob suspeita". As fotos mostram os posseiros em retirada e os militares em ação.

A ação começou às 4h55 e envolveu cerca de 4 mil policiais, incluindo Tropa de Choque, Cavalaria; Polícia Feminina; Corpo de Bombeiros (quatro viaturas); dez caminhões; seis ônibus da PM, 20 da CMTC,¹² motociclistas das Polícias Militar e Civil. Uma ação de guerra. Porém, "A determinação dada a todos os policiais militares foi de que utilizassem a força somente como último recurso e todos levaram apenas cassetetes e bombas de gás".¹³ No local estavam apenas 110 posseiros, sendo que a participação na ocupação era estimada entre 3 mil e 3,5 mil pessoas.

Entrevistada – Depois disso apareceu o verdadeiro dono. Ele nem morava no Brasil. Na época, o prefeito de São Paulo era o Reynaldo de Barros. Daí o Reynaldo falou que não compraria os terrenos, pois o que nós queríamos era que a prefeitura comprasse e vendesse pra nós. Eles não quiseram comprar, daí nós perdemos. Morreram pessoas, eu vi pessoas morrendo. Um senhor que colocou tudo ali, acabou enfartando. Ele tinha trabalhado por vinte anos numa empresa e gastou tudo pra construir a casa. Depois, quando viu a máquina passar e a polícia chegando e batendo, ele morreu. Isso foi na década de 1980. Foi aí que conheci o padre Jaime. Daí nós compramos outro lote no Alto da Riviera. Construímos e fomos morar por lá.

Mary Jane – Esse terreno do Itupu virou parque?¹⁴

Entrevistada – Sim. O terreno da Fazenda Itupu virou parque, mas o da [Torre da TV] Record, onde fiquei, onde tínhamos o nosso terreno – a [Favela] Erundina, quando prefeita, comprou e construiu os prédios.

Mary Jane – Ah... Então, é lá onde hoje estão os prédios?

¹² Companhia Municipal de Transportes Coletivos, estatal responsável pela operação e fiscalização do transporte público em ônibus na cidade de São Paulo. Criada em 1946, foi desativada em 1995, sendo substituída pela SPTrans, durante a gestão de Paulo Maluf.
¹³ RETOMADA SEM VIOLÊNCIA FAZENDA ITUPU. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 12 set. 1981, p. 1.
¹⁴ O Parque Ecológico do Guarapiranga foi criado por meio de decreto estadual (30.442/1989). O projeto foi elaborado no âmbito do Concurso Público Nacional de Ideias para o Projeto do Parque Ecológico de Guarapiranga, organizado pelo IAB/SP em 1991, promovido pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo e Fundação para a Conservação e a Produção Florestal de São Paulo. O parque foi inaugurado em 3 de abril de 1999.

Entrevistada – *Isso! Então, tem pessoas que estiveram comigo na luta e que conseguiram permanecer. Eu até ajudei nessa luta também. Perdi minha casa e apanhei, mas ajudei essas pessoas. Não fugi da luta naquela época. Falei comigo: “Precisamos fazer com que as pessoas tenham o direito de moradia garantido”. E, daí, ficou lá o Seu Raimundinho, ele que acabou virando o nome de uma praça, depois de sua morte. Tenho muito orgulho disso. Teve também o Zé, que era da minha época, a Maria, a Lia. Todas são pessoas que ainda vivem por lá.*

Peter – *Uau!*

Entrevistada – *Eu fico feliz com isso. Eu apanhei e saí, mas tem pessoas que conseguiram.*

Peter – *É lá que se chama “Torre da Record”?*

Entrevistada – *Isso! E a fazenda do Itupu virou aquele parque ecológico. Nós lutamos também junto com o padre Jaime para a fazenda se tornar o parque.*

Há, nos textos publicados nesses três dias, insinuações quanto à participação da Igreja. Na matéria intitulada “Igreja e PC sob suspeita” há a seguinte afirmação: “O governo, com base em informações coletadas no local, tem provas de que a invasão da Fazenda Itupu foi incitada com apoio de membros da ‘ala progressista’ da Igreja e de elementos do Partido Comunista do Brasil – PC do B”.¹⁵

Padre Jaime¹⁶ – *Mas outro fato importante foi a ocupação [...] foi um fato que vai lembrando um pouco a figura de Dom Fernando. Em 7 de setembro de 1981 foi ocupada a Fazenda de Iputu, aqui em baixo, perto da represa de Guarapiranga.*

Peter – *Como é o nome da fazenda?*

Padre Jaime – *Itupu [...], que é onde existe o Parque Ecológico, no [bairro] Riviera.*

Peter – *Ab, ok!*

Padre Jaime – *Milhares de pessoas ocuparam, e foi articulada, tudo indica que foi pelo PCdoB, mas a Igreja na época era o guarda-chuva de todos os movimentos,*

sindicalistas, trotskistas, PCdoB etc. Ai, às 3 horas da madrugada, me ligaram pedindo socorro e disseram que tinham sido cercados pela polícia. Um Deus nos acuda! Acontece que eu estava sozinho, pois o [padre] Eduardo estava viajando; daí eu liguei para Dom Fernando, e ele falou: “Vamos juntos”. Ele veio até minha casa e fomos juntos. Dom Fernando é uma pessoa muito tímida; ele também é pequeno, tem baixa estatura. Estava iniciando como bispo em 1979, e nunca esqueço a declaração dele quando fomos cercados pela imprensa, chegando às 5 horas da madrugada na ocupação. Perguntaram: “Vai declarar a revolução? Aqui é que irá começar a revolução?” E a resposta dele, frente à pergunta “O que é que um padre e um bispo estão fazendo aqui a essa hora?”, foi: “Estamos aqui como Nossa Senhora ao pé da cruz ao lado do nosso povo que está sofrendo. Nós estamos como Nossa Senhora ao pé da cruz: não podemos fazer nada, mas estamos ao lado do nosso povo que está sofrendo”. A imprensa ficou calada. Acho que pega um pouco o espírito das coisas na época, pois, por que deveríamos estar lá? Não íamos declarar a revolução, não era isso.

Movimentos sociais por moradias: por que ocupamos?¹⁷

Quem participa ou apoia os movimentos por moradia não utiliza a expressão “invasão”. Consideram que se trata de um processo de ocupação, pois, como afirma Guilherme Boulos, trata-se de: “Transformar uma área vazia, que só serve para a especulação e lucro de empresários, em moradia digna para quem precisa”.¹⁸ Justifica essa postura pelo texto constitucional que, em seus artigos 5 e 170, estabelece que toda propriedade tem de cumprir uma função social, tem de ter uso: para moradia, para produção ou outro que traga benefícios para a sociedade.

Os movimentos por moradia têm longa história no Brasil, como relata Maria da Glória Gohn,¹⁹ no livro *História dos movimentos e lutas sociais*. Durante a fase do populismo brasileiro (1945-1964), as lutas sociais foram deflagradas por três questões: (1) as novas necessidades que a urbanização acelerada gerava no meio urbano, dando espaço às sociedades amigos de bairro (SAB); (2) a ideologia nacional-desenvolvimentista; e (3) os efeitos perversos da industrialização.

¹⁷ BOULOS, G. *Por que ocupamos?* Uma introdução à luta dos sem-teto. 2. ed. São Paulo: Scortecci, 2014.

¹⁸ *Ibidem*, p. 46.

¹⁹ GOHN, M. G. *História dos movimentos e lutas sociais*. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2012.

¹⁵ *O Estado de S.Paulo*, 12 set. 1981, [s.n.].

¹⁶ Entrevista realizada por Peter Kevin Spink com o padre Jaime, da Sociedade Santos Mártires, no dia 13/05/2013.

As associações de moradores, segundo Gohn, resultaram da confluência das necessidades relativas à infraestrutura urbana dos novos bairros que surgiam para abrigar os migrantes que afluíam à cidade; do populismo que se baseava numa barganha de voto pela melhoria urbana; e da vontade política das massas de participação na vida política local. As associações de bairro foram escolas de formação política.

Ulysses Baggio²⁰ também destaca a importância das SAB, que muitas vezes eram os principais representantes dos moradores junto ao poder público, reivindicando benefícios em troca de apoio político – barganhas que marcam, de um lado, o clientelismo, e, de outro, a cooptação dessas associações pelo Estado. Em tempo, as sociedades de bairro caíram em descrédito e acabaram boicotadas pela população. Contudo, no processo de redemocratização do país, as SAB se vincularam às Comunidades Eclesiais de Base (CEB), e voltaram a ter papel relevante na organização comunitária e na resistência à ditadura militar

Entre 1960 e 1961, surgiram movimentos pela casa própria, reivindicação que existia desde os anos 1930, que se aguçou quando os aluguéis foram congelados pelo governo, levando à diminuição de casas para alugar.

Na década de 1970, multiplicam-se os loteamentos clandestinos, gerando vários problemas. De acordo com Gohn:

Os loteamentos eram feitos segundo os interesses dos loteadores, sem nenhuma legislação que os regulamentassem, quer quanto aos seus aspectos urbanísticos (existência de infraestrutura urbana mínima), quer quanto aos seus aspectos legais (estrutura fundiária da terra, sua legalização etc.). Cresciam os casos de compradores que, após anos de pagamento das prestações, descobriam que não podiam registrar suas escrituras devido a irregularidades na documentação do imóvel.²¹

O aumento de casos levou à constituição de um problema social coletivo, que levou à atuação de CEB, algumas pastorais da Igreja e de centros acadêmicos de Faculdades de Direito. Como resultado, foram promulgadas legislações coibindo o lançamento de loteamentos irregulares, entre elas a Lei 6.766, de 1979. Essa lei teve por objetivo reverter a deterioração das áreas urbanas, dispondo sobre moda-

lidades de parcelamento e regulamentando a responsabilidade tanto do loteador como do poder público na aprovação desses loteamentos.

Em 1982 foi criada a Confederação Nacional de Associações de Moradores (Conam) e, em 1983, emergiu o Movimento de Luta pela Moradia das Associações Comunitárias da Zona Sul, resultado da invasão da Fazenda Itupu, que teve como matriz o Movimento Contra o Custo de Vida dos anos 1970, também nascido na Zona Sul.

Segundo análise histórica efetuada por Gohn, após a década de 1980, o movimento pela moradia popular fragmentou-se em várias organizações e novas formas de ação, como a ocupação de prédios em áreas centrais, esvaziando, de certa forma, a luta em bairros periféricos, os mutirões comunitários e a reurbanização de favelas. Porém, de outro lado, a luta pela moradia organizou-se melhor no patamar jurídico e parlamentar, atingindo um pico quando passou a ser nucleada pelo Fórum Nacional da Reforma Urbana como movimento nacional pela reforma urbana, impulsionando a elaboração do Estatuto da Cidade,²² iniciado no governo de Fernando Henrique Cardoso, porém promulgado apenas na primeira gestão de Luiz Inácio Lula da Silva.

Na década de 1990 surgiu o Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST). Quem são os sem teto? Obviamente, são pessoas que, como veremos ao falar do déficit habitacional, não têm onde morar ou moram em condições precárias. Contudo, o MTST não trata apenas da construção de casas para quem delas precisa, pois a participação no movimento, enquanto organização coletiva, traz consigo outras conquistas, entre as quais o aprendizado de como organizar-se coletivamente e lutar por seus direitos. Nas palavras de Boulos:

Os interesses que uma ocupação enfrenta costumam ser muito poderosos, o que torna necessária a realização de um conjunto de ações de pressão sobre o Estado: marchas, acampamentos em prédios públicos, travamentos, dentre outras tantas. Nessas ações, os trabalhadores sem teto vão aprendendo a valiosa e antiga lição de que não dependem de ninguém, a não ser de sua própria luta, para mudar a vida e conquistar seus direitos.²³

²⁰ BAGGIO, U. A cidade na modernidade radicalizada: os movimentos de luta pela moradia. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 3, n. 4, p. 24-35, 1998.

²¹ GOHN, M. G., op. cit., p. 112.

²² Estatuto da Cidade é a denominação oficial da lei 10.257 de 10 de julho de 2001 que regulamenta o capítulo “Política urbana” da Constituição brasileira. Seus princípios básicos são o planejamento participativo e a função social da propriedade.

²³ BOULOS, G., op. cit., p. 69.

Mais recentemente, em 2007, foi organizada a Frente de Resistência Urbana, que reúne vários movimentos em luta por direitos sociais, pela reforma urbana anticapitalista e contra a criminalização dos trabalhadores e dos movimentos populares.

A luta por moradia na Zona Sul

A luta por moradia no Jardim Ângela e no Jardim São Luís tem longa história e muitos heróis e heroínas. Na edição especial da revista *Guará*,²⁴ publicada em 2016, constam pequenas biografias de alguns desses personagens, entre eles Olímpio da Silva Matos (1937-2013) que, vindo de Machacalis, Minas Gerais, tornou-se um ícone da luta por moradia. Cerca de 6 mil famílias conquistaram o direito à casa própria por meio de sua luta. Seu Olímpio fez parte do movimento da Vila Remo, na década de 1980.

Aliás, sobre essa questão, o Movimento Comunitário da Vila Remo, fundado em 22 de fevereiro de 1972, é um dos mais antigos na cidade de São Paulo. Segundo informações obtidas em seu site:

No contexto social e político da década de 70, protagonizou e fomentou movimentos da classe operária que se organizava reivindicando direitos, apesar da forte repressão ditatorial marcada por este período. Com o advento do progresso industrial e metalúrgico e, conseqüentemente o fortalecimento dos sindicatos, o Movimento de Vila Remo serviu de cenário para um ambiente que propunha capacitação, formação, debate e luta do movimento operário.²⁵

As mulheres tiveram papel primordial no Movimento da Vila Remo. Dentre as fundadoras dos Clubes de Mães da região, há de se dar destaque à atuação de dona Maria dos Reis e de dona Maria José. Hercílio Pessoa de Oliveira²⁶ as entrevistou para historiar os movimentos sociais associados às Comunidades Eclesiais de Base:²⁷

²⁴ A HISTÓRIA DA LUTA PELA MORADIA. *Revista Guarã*, São Paulo, a. 3, 2016.

²⁵ NOSSA HISTÓRIA. *Movimento Comunitário De Vila Remo*, São Paulo, 22 nov. 2011. Disponível em: < <http://vilaremo.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 15 set. 2013.

²⁶ OLIVEIRA, J.H.P. de. *As múltiplas dimensões da participação grupal*: um estudo de caso sobre um clube de mães da Zona Sul de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

²⁷ Entrevistas realizada em 15/06/2015.

Maria Reis – *Teve um movimento aqui, que eu participei, que foi um dos maiores movimentos de São Paulo, na década de 1970: foi o loteamento clandestino. [...]*

Olha, a primeira grande reivindicação que nós fizemos aqui foi pro coletor de lixo, água, luz... O primeiro foi o coletor de lixo. Naquele tempo, como fazer com os lixos de casa, aquelas coisas? A gente fazia um buraco no terreno aqui, a gente cavava e fazia uma espécie de uma pequena fossa. Eram dois buracos: um para o lixo seco e outro para os lixos orgânicos, um resto de comida etc. Todo o lixo que dava pra queimar, jogava em uma parte e queimava. Assim, nós começamos a fazer isso até que chegasse o coletor de lixo. E ninguém jogava um nada no terreno do outro. Os terrenos eram poucos, devagar íamos ocupando os lotes, mas ninguém jogava lixo no terreno do outro. O pessoal respeitava tanto naquele tempo. No início, aqui do Parque Santo Antônio – chegamos aqui no dia 2 de fevereiro de 1969 –, aqui não tinha nada. O pessoal chegava aqui no final de semana e montava até uma lona, um barraco de lona, lá no fundo do lote, para construir um quarto e cozinha nos finais de semana, em mutirão. As pessoas eram muito solidárias. Foram chegando e aquela solidariedade, tantos finais de semana ajudava um e depois, outro. Nós mesmos construímos quarto e cozinha aí, mas através de mutirão.

O movimento cresceu como aquelas ramadas de abóbora no tempo das águas e se tornou um dos maiores movimentos. As associações dos bairros vizinhos, até do Parelheiros [bairro ainda mais ao extremo sul da cidade], vinham pegar experiência com a gente. Você esquece de falar que [Vila Remo] foi o primeiro bairro do Brasil a descobrir que tinha esses problemas de loteamento. Organizando essas questões de loteamento e pensando nas outras necessidades para o bairro, iniciamos a alfabetização para adultos.

Porém, os movimentos de ocupação não se restringiram à Vila Remo. Dona Maria Felipe, do Jardim Copacabana, e dona Glória, do Jardim Dionísio, também tiveram participação importante. No site da Sociedade Amiga e Esportiva do Jardim Copacabana (fundada em 20 de julho de 1982),²⁸ a trajetória de luta de Maria Felipe começou na década de 1970, nas comunidades eclesiais do Jardim Ângela. Ela ajudou a criar um clube de mães que pleiteava junto ao poder público melhores condições para creches, escolas, postos de saúde e transporte. Em 1975, o grupo de mães no qual ela atuava participou da criação do Movimento Contra a Carestia, que protestava contra o alto custo de vida e o congelamento dos salários na

²⁸ Disponível em: <www.saecsp.org.br/>. Acesso em: 03 dez. 2017.

época da ditadura. Em 1979, Maria Felipe e seu marido, Ivo, ajudaram a fundar o Movimento de Moradia que, além de reivindicar a urbanização das favelas no Jardim Ângela, dedicava o tempo livre para construir casas em esquema de mutirão.

Dona Glória é natural de Belo Jardim, Pernambuco. Ela foi uma das pioneiras na criação da Comunidade São Sebastião, no Jardim Ângela, onde, após a chegada do padre Jaime Crowe, foi criada a Sociedade Santos Mártires. Dona Glória foi entrevistada por Peter Spink e por mim para a elaboração de um livro comemorativo²⁹ dos trinta anos da Santos Mártires. Em sua narrativa, conta que antes da criação da comunidade ela já havia participado de outras lutas:

Glória – *Mas, antes dessa discussão [sobre a criação da comunidade] tem uma coisa mais linda para vocês escreverem. Houve uma ocupação do terreno aqui, isso veio antes. Houve essa ocupação do terreno. Na época, eu estava no Capão Redondo e quem estava liderando a ocupação era a Maria Felipe. [...] mas eu não aceitei que ela viesse de lá com o pessoal dela, sendo que nós aqui também tínhamos pessoas carentes que precisavam de terra. E foi muita luta, luta, luta. Eu pensei: “Hoje eu não vou à missa, porque eles virão de lá de cima e irão invadir o terreno e eu não vou aceitar. Eles terão que dividir os terrenos iguais, medindo tudo, mas a turma daqui que paga aluguel vai ter direito também, pois eu não vou deixar só pra turma de lá.*

Mary Jane – *De lá era de onde? De onde ela vinha?*

Glória – *Do Copacabana. Aí, eu cheguei e disse: “Estava numa reunião lá no Capão e vocês estão aqui de novo”. Ela respondeu: “Que bom que você está aqui, Glória, porque Deus está vendo que você é da comunidade e agora ficou melhor para conversarmos”. Nós sentamos e conversamos. Nessa época estavam presentes o padre Guilherme e o padre Luiz, da Vila Remo. Eles estavam juntos quando decidimos dividir os terrenos.*

Mary Jane – *O terreno era público? Era da prefeitura? Ou era particular?*

Glória – *Era da prefeitura. Nós sentamos e ela me disse: “Que bom, Glória, pois se você é daqui, nós iremos vencer. Vamos fazer um acordo?” Respondi: “Sim, vamos fazer um acordo, então. Ficam tantos terrenos pra você e tantos terrenos pra mim. Na verdade, para as pessoas que não têm aonde morar” [...]. Nós conversamos e fizemos uma reunião com o padre Guilherme e os outros, e foi onde que nasceu a comunidade – dessa luta! Por isso que eu disse que isso veio antes. Foi dessa luta que nasceu a comunidade.*

Mary Jane – *Ah... Por isso que você disse que isso tinha vindo antes.*

Glória – *A Maria Felipe ainda disse: “Que bom ter lutado com você, Glória. Agora, eu tenho uma amiga de luta. Vamos nos abraçar e vamos formar uma comunidade juntas aqui. Daí você vai tomar conta dessa comunidade”. Respondi: “Que bom, graças a Deus que eu vou formar uma comunidade”. Pois eu já era da sociedade lá em baixo.*

Mary Jane – *Da Sociedade?*

Glória – *Da Sociedade Amigos do Bairro. Então vim pra cá. “E agora?” Então nós fomos à prefeitura, medimos os terrenos; e ficou X para o pessoal do Copacabana e X para as pessoas do Jardim Dionísio. E só após a luta dessa terra. Foram uns trinta dias de luta e negociação que conseguimos formar a nossa comunidade. Entenderam? [...] Então tivemos grupos para lutar pelo asfalto, isso através da Sociedade Amigos de Bairro. Nessa época era o [prefeito Paulo] Maluf. E o porquê que eu votei no Maluf? Não foi por interesse de nada; foi só porque eu achei bonito quando ele disse: “Quando eu for eleito, dentro de trinta dias vocês vão ter água!”. Eu e a Maria Felipe, nós íamos para o centro com ônibus, porque aqui não havia água, não havia valor por aqui. Nós íamos juntas, e ela dizia: “Aqui nós vamos precisar lutar”. Porque aqui ninguém queria o terreno. Aqui nós tínhamos que cavar poços pra conseguir água. Então, poucas pessoas na minha rua tinham poço. Eu ajudava várias pessoas da minha rua pra conseguir água, elas pegavam água no meu poço. Porque eles não tinham água pra beber, eles não tinham como cavar [...].*

Mary Jane – *E como é a história nos lugares onde existem invasões dos terrenos e depois remoção porque está num lugar errado? Ou essas construções acabam se misturando?*

Glória – *Desses tipos aí, eu nunca participei.*

Mary Jane – *São mais espontâneas, não vêm com os movimentos?*

Glória – *Não participei de nenhuma dessas. Todas que participei, nós lutamos com dignidade pra que as famílias pudessem ficar por ali. Não ficar nem na chuva e nem na rua. Então, íamos até a prefeitura pra conversar e ver como isso podia acontecer [...].*

Mary Jane – *E a prefeitura sempre abriu as portas?*

²⁹ Ainda não publicado.

Glória – *Sempre abriu as portas, não tenho o que dizer. Porque os apartamentos na época da [prefeita Luiza] Erundina [...] tudo aconteceu do jeito certo, com dignidade, não foi invasão. Foi com dignidade e dentro da prefeitura. Esses terrenos aqui também, então, a prefeitura veio e mediu. Cada família com o seu terreno.*

Pausa para esclarecimentos conceituais

Dona Glória assegura que a luta era por regularização; que não se tratava de invasões. Cabe, portanto, uma breve digressão para esclarecimento de alguns conceitos e distinguir essas várias formas de uso do solo urbano.

Em primeiro lugar, há distintos tipos de loteamentos.³⁰ Usa-se a expressão *parcelamento regular* (loteamentos regulares) quando se está de acordo com a legislação federal, estadual e municipal. O parcelamento só é considerado regular se aprovado pela prefeitura; e é executado segundo o projeto aprovado e registrado em Cartório de Imóveis. Em contraste, o *parcelamento irregular* (loteamentos irregulares) possui o projeto de parcelamento aprovado, porém em desacordo com as exigências físicas, jurídicas ou administrativas. As situações de irregularidade podem ser técnicas (relativas ao cumprimento das diretrizes do parcelamento, uso e ocupação sintetizados no ato de aprovação); físicas (referentes à implantação do loteamento e às condições de dotação de infraestrutura conforme a respectiva aprovação); jurídicas (concernentes à garantia do direito de propriedade, inerentes à forma de aquisição, à destinação e à localização do terreno); administrativas (relativas às condições de registro do parcelamento e ao seu cadastro; permitem o controle da ocupação do solo, da circulação e dos serviços urbanos).

Por sua vez, o *parcelamento clandestino* (loteamento clandestino) é executado sem nenhuma licença e está em desacordo com as exigências jurídicas e administrativas, podendo também não cumprir as exigências físicas e técnicas. Muitas vezes são fruto de ações de um loteador inescrupuloso, mas os lotes não são invadidos – são comercializados.

Há também ocupações irregulares, sem qualquer forma de infraestrutura. Muitas destas resultam em *favelas*, assentamentos precários com origem na ocupação irregular de áreas públicas e particulares, de forma gradual ou organizada.

Atualmente, essa tipologia atende apenas parcialmente às formas de ocupação que vêm ocorrendo, sobretudo no Jardim Ângela. Há dois exemplos recentes que ilustram diferentes problemáticas: a Nova Palestina e a ocupação Terra Prometida, que diferem entre si pelo grau de organização, incluindo a busca de solução diretamente nas esferas governamentais. Mas têm uma simbiose metafórica: ambas trazem, na escolha do nome, aproximações bíblicas.

A Nova Palestina é uma ocupação promovida pelo MTST, e parte de um posicionamento político sobre a função social da propriedade. Na reportagem da



Nova Palestina: no nome que remete à Bíblia, uma simbiose metafórica com a ocupação Terra Prometida. Foto de 1º de dezembro de 2013.

³⁰ PASTERNAK, S., 2010, op. cit.

revista *Guará*, já mencionada, Jussara Basso afirma: “a gente ocupa espaços vazios não é só para moradia, a gente ocupa espaços de luta”. É um acampamento de tendas de lonas pretas que os entrevistados pela revista *Guará* dizem tratar-se de “uma ocupação simbólica”: “serve para denunciar mais uma área ociosa, que vai ser utilizada pela especulação imobiliária e também para denunciar que várias pessoas não têm moradia”.³¹

Em novembro de 2014, a Prefeitura de São Paulo regularizou o terreno em que está localizada a ocupação, alterando a legislação anterior, que a considerava área de utilidade pública. Com o novo decreto (55.662/2014), a área passou a ser considerada Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) do tipo 4, destinada à construção de moradias. Por meio dele, a Nova Palestina terá 300 mil metros quadrados destinados à construção de unidades habitacionais e os 700 mil metros serão destinados à construção de um parque.

Serão construídas cerca de 3.500 unidades habitacionais pelo Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades, com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS). O projeto está sob a responsabilidade do MTST e, após o aceite do Ministério das Cidades e da Caixa Econômica Federal, poderá iniciar as obras.³² É, portanto, um bom exemplo de pressão exercida pelos movimentos para moradia sobre o governo e de uma leitura cuidadosa da legislação pertinente, como o plano diretor mais atual.

A Terra Prometida tem características bem diferentes. Tenho acompanhado essa ocupação há algum tempo, desde que dona Maria do Anjos, importante ativista da região e moradora do Jardim Vera Cruz, nos alertou sobre o progressivo desmatamento resultante dela. Contudo, Gilson Alves Garcia, principal porta-voz da ocupação, insiste que se trata de um projeto ecológico.

Revista Guará – Vocês estão nas margens da represa de Guarapiranga; moradias adequadas está [sic] relacionada à questão de proteção ambiental, o que você pensa sobre isso?

³¹ “A História da Luta pela Moradia”. *Revista Guará*, op. cit., p. 16.

³² SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO. *Alteração de decreto permite construção de moradias em terreno da zona sul*. São Paulo, 12 nov. 2014. Disponível em: <<http://www.capital.sp.gov.br/noticia/alteracao-de-decreto-permite-construcao-de>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

R – Nossa ideia é construir o primeiro projeto ecologicamente correto, a segunda parte vai ser construído um parque, alguma coisa ecológica que a arquiteta está bolando, a gente não fez nada que dê danos ou impacto ambiental, nós preservamos a nascente, cuidamos para que não venha a ter casas em volta, não teve nenhuma árvore cortada, a gente quer preservar, nossa ideia é construir tudo ecologicamente correto (sic).³³

Contudo, perambulando por instituições diversas nessa região, me deparo com falas que me colocam diante de versões múltiplas sobre essas formas de ocupação do solo. Há versões que contrapõem o suor gasto para comprar um terreno em um loteamento ou uma moradia já construída e a facilidade que os ocupantes têm de acesso às listas dos programas habitacionais, por fazerem parte de um movimento organizado. Outras falas têm por foco a complexa história fundiária, em que primam argumentos sobre direitos de posse e legalidade. E, ainda, outras versões que provêm de uma consciência, quicá tardia, sobre direito ao meio ambiente.

Em uma visita à UBS do Caiçara, conversávamos descontraidamente sobre a região e eu explicava os objetivos da pesquisa sobre moradias em áreas de risco. Sem que tocássemos no assunto das ocupações, ouvimos o seguinte relato:

Interlocutora 1 – Menina, eu tava conversando com amigo meu, tinha um amigo meu que estava internado lá no [hospital] M’Boi e estava conversando com duas pessoas... o povo tá vivendo de invasão! Tava conversando com duas pessoas lá no ponto e tinha um homem lá me oferecendo terreno, dizendo que ele tava com três lotes lá e, se eu quisesse, eu podia pegar dois... Eu disse: “Eu??? Vou nada!!!”.

Mary Jane – É?

Interlocutora 1 – Ai ele disse: “Eu peguei três, a gente fica lá um tempo e aí você vende, faz dinheiro”. Óh! Ô povo oportunista!

Mary Jane – Exatamente. A gente fala especulação imobiliária pensando só na parte chique da cidade, né?

Interlocutora 1 – Sim... Não é não!!!

Mary Jane – Tem uma especulação imobiliária ferrada aqui, né?

³³ “A História da luta pela moradia”. *Revista Guará*, op. cit., p. 17.

Interlocutora 2 – *Aqui, ó, nesse grande aqui, no Palestina, eu conheço gente que tem casa. E casa boa! E tem três, quatro lotes lá cercados, pra esperar canalizar, pra vender!!! Não é um absurdo um negócio desse?!*

Mary Jane – *É um absurdo... E é uma falta de controle total. Mas eu acho que quem não tem onde morar, tem o direito de morar, né?*

Todas – *Sim!*

Mary Jane – *Não tenho dúvida, mas... quem já tem onde morar...*

Interlocutora 3: *Neguinho tem carro, casa... e vai lotear lá... Você pergunta assim: “Onde você vai?”. E eles: “Vô na invasão, vou ver meu lote”...*

Sobre o déficit habitacional

Déficit Habitacional no Brasil 2013-2014 é o décimo primeiro volume da série de estudos realizados como pareceria entre a Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades e o Centro de Estatística e Informações da Fundação João Pinheiro.³⁴ A metodologia desenvolvida na primeira pesquisa permanece orientando as pesquisas e tem por base dois pressupostos. O primeiro considera a complexidade e a desigualdade da sociedade brasileira, propondo, conseqüentemente, não usar parâmetros idênticos para todos os estratos de renda. Ou seja, não padronizar as necessidades de moradia. O segundo pressuposto diz respeito a interface da questão habitacional com outras políticas urbanas, de modo que, em muitos casos, a melhor forma de enfrentar o problema é implementar políticas complementares às políticas habitacionais, e não, obrigatoriamente, construir mais moradias.

O primeiro relatório foi publicado em 1995. A inovação, hoje consolidada como metodologia, foi ter sistematizado as informações em duas vertentes de análise: o déficit habitacional e a inadequação dos domicílios. O conceito de déficit habitacional indica a necessidade de construção de novas moradias para atender à demanda da população em um dado momento. A inadequação de domicílios, por sua vez, não está relacionada ao dimensionamento do estoque de moradias, mas sim às especificidades dos domicílios que prejudicam a qualidade de vida de

seus moradores. Inova e difere de outras análises que possuem viés orientado para os interesses da indústria da construção civil e reduzem o problema da habitação popular exclusivamente à necessidade de construção de novas residências.

Para o estudo do período 2013-2014 foram utilizados dados retirados da versão 2013 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O déficit habitacional é calculado como a soma de quatro componentes:

- a. domicílios precários – conceito que contabiliza os domicílios improvisados e os domicílios rústicos, considerando que ambos caracterizam déficit habitacional. Domicílios precários incluem locais construídos sem fins residenciais que servem como moradia, tais como barracas, viadutos, prédios em construção, carros etc. Domicílios rústicos são aqueles sem paredes de alvenaria ou madeira aparelhada,³⁵ o que resulta em desconforto e risco de contaminação por doenças em decorrência das suas condições de insalubridade;
- b. coabitação familiar – compreende a soma das famílias conviventes secundárias (apenas aquelas que têm intenção de constituir domicílio exclusivo são consideradas déficit habitacional) e das que vivem em domicílios localizados em cômodos – exceto os cedidos por empregador;
- c. ônus excessivo com aluguel urbano – corresponde ao número de famílias urbanas, com renda familiar de até três salários mínimos, que moram em casa ou apartamento e que despendem mais de 30% de sua renda com aluguel;
- d. adensamento excessivo de domicílios alugados.

Em 2013, o déficit habitacional estimado no Brasil correspondia a 5.846 milhões de domicílios, dos quais 5.010 milhões, ou 85,7%, estão localizados em áreas urbanas. Nos estados, os valores absolutos do déficit habitacional são expressivos em São Paulo, único cuja necessidade de novas unidades ultrapassa 1 milhão de moradias. Entre 2013 e 2014, o déficit paulista passou de 1.254 milhão para 1.327 milhão de unidades, metade localizado na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).

³⁴ FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. *Déficit habitacional no Brasil 2013-2014*. Belo Horizonte, 2016.

³⁵ Madeira aparelhada é aquela que recebe tratamento especial para deixá-la mais lisa.

Em termos relativos ao total de domicílios, em São Paulo, esse déficit passou de 8,7%, em 2013, para 8,9%, em 2014.

O déficit habitacional no Brasil está mais concentrado na faixa de renda de até três salários-mínimos. Em 2013, nessa faixa, correspondia a 83,4% do déficit urbano do país.

Por sua vez, a inadequação das moradias é calculada a partir de cinco critérios:³⁶

1. carência de infraestrutura – domicílios que não dispõem de ao menos um dos seguintes serviços básicos: iluminação elétrica, rede geral de abastecimento de água com canalização interna, rede geral de esgotamento sanitário ou fossa séptica e coleta de lixo;
2. adensamento excessivo de domicílios próprios – quando o domicílio apresenta um número médio de moradores superior a três por dormitório;
3. ausência de banheiro exclusivo – domicílio que não dispõe de banheiro ou sanitário de uso exclusivo;
4. cobertura inadequada – domicílios com paredes de alvenaria ou madeira aparelhada e cobertura de zinco, palha, sapê, madeira aproveitada ou outro material que não seja telha, laje de concreto ou madeira aparelhada;
5. inadequação fundiária urbana – situação em que pelo menos um dos moradores do domicílio declara ter a propriedade da moradia, mas informa não possuir a propriedade, total ou parcial, do terreno ou a fração ideal de terreno (no caso de apartamento) em que se localiza.

Entre os critérios de inadequação de moradias analisadas, a carência de infraestrutura é o que mais afeta os domicílios brasileiros e continua sendo um desafio importante a ser enfrentado pelos órgãos responsáveis pelos serviços básicos que compõem esse tipo de inadequação. O segundo critério é a inadequação fundiária (imóveis em terrenos não legalizados). Em 2014, 1.888 milhões de unidades no Brasil estavam em situação de inadequação fundiária urbana. Grande parte do

problema concentra-se nas regiões metropolitanas, que respondem por 50,5% das 954 mil moradias nessa condição.

Em termos absolutos, a inadequação fundiária está concentrada na região Sudeste, com 1.119 milhão de domicílios afetados. Desses, grande parte (637 mil) está localizada em São Paulo, principalmente na sua região metropolitana (434 mil).

Em uma perspectiva crítica, o déficit habitacional tem de ser analisado à luz dos programas sociais de habitação existentes desde a década de 1960, com a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH). Não cabe na linha de argumento deste capítulo aprofundar essa discussão, bastando apontar a convivência de diferentes esferas governamentais: programas federais como o “Minha Casa Minha Vida”, instituído pela Lei 10.257/2001; estaduais, como a Companhia de Desenvolvimento Habitacional (CDHU); municipais, como a Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (Cohab-SP) e a Superintendência de Habitação Popular da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano (HABI/Sehab). Esses programas usam critérios distintos para habilitação, entre os quais, para a população de segmentos mais pobres, as perversas listas de espera que ora privilegiam as associações (como no caso da CDHU), ora adotam critérios excludentes para esses segmentos da população.³⁷

Remoções dilemáticas: o direito à moradia e a necessária proteção ambiental

Em 20/09/2011, o jornal *Luta Popular* publicou a *Carta Aberta das Comunidades Ameaçadas de Remoções, Despejos e Reintegrações de Posse na Cidade de São Paulo*, assinada por 29 entidades. Relacionando as ações de remoção à explosão imobiliária de grandes projetos, muitos dos quais com prazos de conclusão coincidentes com a Copa do Mundo de Futebol, que ocorreria em 2014, o texto aponta para as afrontas sofridas pela população nesses processos de remoção:

Nunca o direito à moradia e o direito à inviolabilidade do domicílio foram tão desrespeitados. Nas remoções, pessoas são arrancadas de suas casas e fotografadas contra sua vontade por agentes das empresas contratadas pela Prefeitura, os

³⁶ O conceito de inadequação habitacional tem proximidade com o de moradia adequada, definido pelo Comentário nº 4 do Comitê sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, discutido no próximo item.

³⁷ SILVA, M. H. M. B. *Terra e moradia: que papel para o município?* Tese (Doutorado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

moradores são humilhados e intimidados. Há denúncias de que jagunços armados ameaçam pessoas para que deixem suas casas, tudo com a conivência do poder público. Nestas comunidades, casas são demolidas e os móveis são confiscados ou saqueados enquanto as pessoas estão trabalhando.³⁸

Os signatários demonstram que as retribuições do poder público são poucas:

uma carta de crédito da CDHU que não contempla a família; moradias de péssimas qualidades em outros municípios da região metropolitana, pareceria social de 300 reais por mês, por 30 meses; uma ajuda de custo de 900 reais para a pessoa se alojar em outro lugar; e outras vezes nada, nenhum apoio.³⁹

Por vezes, as reintegrações de posse ou as remoções para realização de obras de grande porte fazem notícia. Mas na maior parte das vezes, ocorrem sem grandes alardes. Foi justamente com o objetivo de tornar públicas as informações sobre processos de remoção de favelas que, em 2012, foi criado o Observatório de Remoções. Iniciativa de laboratórios da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) – Laboratório do Espaço Público e Direito à Cidade (LabCidade) e Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos (LabHab). O observatório conta com a parceria da Defensoria Pública, da Faculdade de Direito da USP, do Escritório Modelo da PUC-SP, do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos e de movimentos que lutam por moradia, como a Central de Movimentos Populares (CMP), a Frente de Lutas por Moradias (FLM) e a União de Movimentos e Moradias (UMM).⁴⁰

Certamente, as remoções suscitam questões de grande importância que remetem à falha no provimento de moradias para a população de baixa renda e que expulsam grandes contingentes de pessoas das regiões mais bem providas de infraestrutura, restando-lhes a irregularidade em ocupações em regiões mais afastadas e, em muitos casos, em áreas de mananciais. No caso específico dos mananciais da represa de Guarapiranga, foco da pesquisa realizada, as remoções colocam em jogo a difícil conciliação entre o direito à moradia e o direito ao meio ambiente.

O conflito entre esses direitos tem por base a Constituição Federal de 1988 que, no Artigo 6, trata do direito à moradia e, no Artigo 225, versa sobre o direito ao

meio ambiente e cria áreas especiais de proteção.⁴¹ Muitas vezes, cabe aos operadores do direito determinar qual dos dois direitos deverá prevalecer. Ana Carolina Vieira de Carvalho⁴² realizou sua pesquisa de mestrado com o objetivo de definir parâmetros doutrinários, através da criação de uma relação de precedência para auxiliar a atividade jurisdicional diante dos casos em que se configura conflito. É com base em seus argumentos que adentrarei nessa seara de disputas.

Carvalho considera que, como ponto de partida, há de se tratar da controvérsia entre bens coletivos e bens individuais que, por vezes, encontram-se sobrepostos e não em colisão. Mas, quando há conflito, a ponderação dependerá da posição filosófica assumida, contrapondo liberais e comunitaristas. Para os liberais, há primazia dos interesses privados; para os comunitaristas, há primazia dos interesses coletivos. Nesta posição, a liberdade de escolha deve ser garantida tanto para os que vivem hoje como para os que nascerão no futuro. Portanto, “o direito à escolha dos atuais habitantes do planeta não pode ser absoluto em função das limitações dos recursos naturais. Logo, tal liberdade deverá sofrer limites toda vez que houver comprometimento da liberdade de escolha das gerações vindouras”.⁴³ Ou seja, a autora parte do pressuposto de que o direito ao meio ambiente, por afetar as gerações futuras e a sobrevivência da espécie, tem precedência. É nesse enquadre que busca soluções para o conflito entre direitos, procurando, entre outros aspectos, caracterizar o “núcleo duro” de cada direito.

Em sua análise sobre o direito à moradia, Carvalho aponta que o Brasil ratificou o Pacto Internacional de Direitos Sociais, Econômicos e Culturais de 1966 e promulgou essa decisão por decreto em 08/12/1969. Por meio desse pacto é que foi introduzida a noção de “moradia adequada”. Ou seja, o núcleo duro em relação ao direito à moradia deve ser o que assegura uma vida digna. Não basta um abrigo, um teto sobre a cabeça, pois neste caso estaríamos violando outros direitos: à saúde, à privacidade, à vida. É preciso, portanto, que a moradia seja adequada segundo os critérios adotados pelo Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU.⁴⁴

⁴¹ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 5 out. 1988.

⁴² CARVALHO, A. C. V. de. *O direito à moradia e o direito ao meio ambiente: conflitos e possibilidade de harmonização*. 2008. 132 f. Dissertação (Mestrado em Direito da Cidade) - Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

⁴³ Ibidem, p.28.

⁴⁴ Comentário n. 4 do Comitê sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais define o que considera uma moradia adequada: (1) segurança da posse: a moradia não é adequada se os seus

³⁸ Disponível em: <<http://lutapopular.sarava.org/node/38>>. Acesso em: 4 dez. 2017.

³⁹ Ibidem.

⁴⁰ Essas informações, constantemente atualizadas, ficam disponíveis no blog *Observatório de Remoções*. Disponível em: <<http://observatorioderemoco.es.blogspot.com.br>>.

O Artigo 6 da Constituição Federal garante o direito à moradia. A Emenda Constitucional nº 26, de 14/02/2000, inseriu a moradia como um dos direitos sociais do Artigo 6º do texto constitucional, mas, com isso, não se alterou o quadro de déficit habitacional, conforme já apontado: “Na prática não existe uma política ampla para o suprimento da demanda por moradia para os grupos que recebem de 0 a 6 salários mínimos, seja através de iniciativas privadas ou de programas governamentais”.⁴⁵

Quanto ao direito ao meio ambiente, Carvalho aponta que há, na literatura, duas posturas: o ambientalismo, que prega mudanças pontuais e opta pelo desenvolvimento sustentável; e o ecologismo, que tem duas versões, fraca (que se pauta pela possibilidade de substituição dos recursos naturais) e forte (que leva em consideração a possibilidade, ou não, de renovação dos recursos naturais). A Constituição trata do direito ao meio ambiente no Artigo 225 (um capítulo inteiro, além de fazer referências esparsas em outros artigos, anunciando assim, discursivamente, a relevância do assunto). A opção constitucional foi pelo ambientalismo, mas com sustentabilidade. Adota um antropocentrismo alargado: ou seja, a função da natureza não é somente a produção de riqueza; é um requisito para a sobrevivência da espécie humana. Desse modo, o indivíduo deixa de ser apenas titular do direito para também ser titular da obrigação em relação ao meio em que vive. Em suma, prega a *cidadania ambiental*.

A garantia do direito ao meio ambiente tem por base dois princípios jurídicos de atuação cautelar: prevenção e precaução. Esses princípios são acionados por meio de dois dispositivos legais: a criação de unidades de conservação (Lei 9.985/2000, que cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – Sinuc) e o Código Florestal (Lei n. 12.651/2012).

As considerações pertinentes ao meio ambiente permitiram a obtenção das seguintes premissas: a) Trata-se de um direito fundamental; b) Os benefícios e ônus decorrentes de sua proteção devem ser divididos entre todos os indivíduos; c) Ele é um macrobem cuja titularidade é de toda a coletividade; d) A proteção ambiental decorre de uma opção constitucional pelo antropocentrismo alargado; e) São destinatários dos benefícios desta tutela, não apenas a geração atual, mas também a futura; f) A geração futura deve ter asseguradas as mesmas possibilidades de opções, a qualidade destas e o acesso às mesmas; g) Isto será possível através do uso pela geração presente do capital natural de forma que este se renove para o uso da geração seguinte (sustentabilidade forte); h) A geração futura é a que nasce a cada dia, mas o seu número deve ser considerado como equivalente ao número atual de indivíduos, como consequência do princípio da responsabilidade; i) As gerações vindouras devem ter asseguradas possibilidades de escolha de uma vida digna segundo os critérios atuais e outros que eles possam vislumbrar no futuro; j) Em função disto, os direitos das futuras gerações devem participar das ponderações realizadas nas decisões sobre a permissão de atividades danosas ao meio ambiente; l) Os espaços territorialmente protegidos referem-se ao aspecto do direito à proteção do bem ambiental e visam resguardar as características naturais da ação humana que possa destruí-la através da proibição de qualquer intervenção humana (unidades de proteção integral) ou de permissão somente do seu uso sustentável (unidades de uso sustentável).⁴⁶

Entretanto, Carvalho aponta que a situação se torna particularmente complexa tendo em vista a inexistência de um programa habitacional amplo para a oferta de moradias. Além disso, a fiscalização das áreas de proteção ambiental é precária, o que facilita o uso indevido desses espaços. Todavia, é necessário proteger o meio ambiente como forma de proteger a vida e a saúde das gerações presentes e futuras. A autora utiliza a técnica de ponderação para analisar cada um dos direitos conflitantes e as possíveis soluções. Arrola cinco alternativas, dentre as quais considera viável apenas uma, a de *promover a retirada gradativa dos moradores e assegurar que estes tenham atendido, em outro local, o mínimo social referente à moradia*.

ocupantes não têm um grau de segurança de posse que garanta a proteção legal contra despejos forçados, perseguição e outras ameaças; (2) disponibilidade de serviços, materiais, instalações e infraestrutura: a moradia não é adequada se os seus ocupantes não têm água potável, saneamento básico, energia para cozinhar, aquecimento, iluminação, armazenamento de alimentos ou coleta de lixo; (3) economicidade: a moradia não é adequada se o seu custo ameaça ou compromete o exercício de outros direitos humanos dos ocupantes; (4) habitabilidade: a moradia não é adequada se não garantir a segurança física e estrutural proporcionando um espaço adequado, bem como proteção contra o frio, umidade, calor, chuva, vento e outras ameaças à saúde; (5) acessibilidade: a moradia não é adequada se as necessidades específicas dos grupos desfavorecidos e marginalizados não são levados em conta; (6) localização: a moradia não é adequada se for isolada de oportunidades de emprego, serviços de saúde, escolas, creches e outras instalações sociais ou se localizada em áreas poluídas ou perigosas; (7) adequação cultural: a moradia não é adequada se não respeitar e levar em conta a expressão da identidade cultural. In: UNITED NATIONS. Committee on Economic, Social and Cultural Rights. *General Comment n. 04: the right to adequate housing* (art. 11, para. 1). Genève, 1991. Disponível em: <<http://www.unhcr.ch/tbs/doc.nsf/0/469f4d91a9378221c12563ed0053547e>>. Acesso em: 03 dez. 2017.

⁴⁵ CARVALHO, A. C. V. de., op. cit., p. 33.

⁴⁶ CARVALHO, A. C. V. de, op. cit., p. 89-90.

Considerações impertinentes

A análise de Ana Carolina Vieira de Carvalho é importante por trazer para o debate o direito ao meio ambiente. Porém, qualquer um que adentre essas áreas, como as do Jardim Ângela, e verifique o grau de ocupação, precárias ou já urbanizadas, percebe que as remoções, embora pertinentes se pensamos na sobrevivência em longo prazo, são inviáveis. Vale, assim, retomar uma observação feita em nota de rodapé⁴⁷ pela autora, que nos dá algumas luzes sobre como proceder nesse conflito:

A solução das causas da ocupação ilegal abrange outras questões além das abordadas até o momento. Assim, além da necessidade de remoção das ocupações atuais, para que se impeça a renovação deste processo de destruição, deverá existir uma fiscalização efetiva para impedir novos desmatamentos e a construção de novas casas. Tais ações, todavia, não devem ser de responsabilidade somente do Estado. Na verdade, elas se encontram inseridas na já referida necessidade de atuação ativa do cidadão quanto à defesa do bem ambiental. Cada indivíduo deve, portanto, atuar como fiscal da atuação de terceiros e do próprio Estado no uso indevido dos remanescentes da Mata Atlântica. Por fim, cabe considerar que estas soluções levam à ideia de implantação efetiva de educação ambiental, já que somente haverá atuação do particular no uso correto da natureza e na fiscalização deste uso por terceiros através da existência prévia de uma educação ambiental realizada nos moldes do previsto na Constituição Federal (Art. 225. VI – Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente) e na Lei 9.795/99.

⁴⁷ Idem, n. 222, p. 104.

6 Versões em tensão: o caso das remoções no Jardim Capela

O foco deste capítulo é um pequeno córrego, sem nome, localizado próximo à represa de Guarapiranga, no extremo Sul do município de São Paulo. Tomo como ponto de partida a remoção de casas às margens desse córrego, de modo a tensionar duas arenas de direitos: o direito à moradia e a preservação dos mananciais que alimentam a represa e, assim, contribuem para o fornecimento de água para a população paulistana.

Sempre houve muita ação em suas margens: nas chuvas fortes, o córrego inunda e coloca em risco as moradias ali construídas; faz parte dos planos de urbanização da região, que exigem a demolição de casas e a remoção de moradores; nesse embate, demolição não significa necessariamente início de obras, de modo que, por muito tempo, o entulho se acumula em suas bordas.

Essa situação resulta de ações que, em grande parte, ocorrem em outros lugares: em secretarias de governo, no judiciário, em organizações de defesa de direitos. O fio condutor da discussão aqui proposta é a multiplicidade de versões sobre esse pequeno córrego, performadas em diferentes lugares: pergunto como essa multiplicidade é distribuída e como pode ser conectada.

O texto está estruturado em quatro pequenas narrativas: como o córrego se tornou parte de minhas atividades neste território; a história do córrego segundo os moradores; as políticas de proteção dos mananciais e aquelas voltadas à mitigação de desastres. Nesse afã, procuro mostrar que as diferentes narrativas ilustram versões que nem sempre são coordenadas de modo a formar um todo coerente; e, quando

as tensões se fazem presentes, as soluções são precárias, buscando um “fazer o bem” ou um “fazer um melhor possível escorregadio”.

Um breve interlúdio para falar de método

Esse pequeno córrego está localizado no Jardim Capela, no Jardim Ângela, subprefeitura de M’Boi Mirim. Conforme informei no capítulo introdutório, esta foi uma das três áreas pesquisadas no projeto “Viver em Áreas de Risco”, realizado com o apoio do CNPq. As histórias aqui relatadas provêm de uma diversidade de fontes de informação: legislação sobre o uso do solo e proteção ambiental; leis sobre defesa civil; informações sobre áreas de risco na cidade de São Paulo; entrevistas; reportagens de jornal; pesquisas na internet; participação em fóruns locais; visitas; conversas; e registros em diário de campo.

Como as fontes foram heterogêneas e os locais múltiplos, e como as versões são situadas e, embora diversas, de certo modo se mantêm coesas, minha opção, neste ensaio, foi contar histórias distintas, seguindo, de certa maneira, passos já trilhados por Annemarie Mol. Em suas palavras:

E talvez nem queiramos chamá-la de história, pois não há uma narrativa contínua e fluente. Ao invés disto, eu lhes apresento esboços de cenas isoladas. Instantâneos. Eles estão justapostos por meio de indicações ou pontos de contraste [...]. Juntos, esses ingredientes heterogêneos me permitem contar sobre aterosclerose. Não sobre as causas sociais e consequências da doença, e também não sobre como pacientes, médicos e demais envolvidos a percebem. Mas sobre a aterosclerose propriamente dita. Sobre o que ela é.¹

Por que escolhi este córrego

Tendo decidido que a região de M’Boi Mirim seria o local de minha pesquisa, meu ponto de entrada foi o Fórum em Defesa da Vida, que, desde 1997, se reúne na primeira sexta-feira de cada mês, na sede da Sociedade Santos Mártires, no Jardim Ângela. Na primeira reunião do Fórum de que participei (05/04/2013), antes do início da plenária, durante o café, me apresentei e contei aos que estavam

lá que minha pesquisa tinha por foco moradias em áreas de risco. A irmã Tereza, missionária franciscana, falou das remoções que estavam ocorrendo no Jardim Capela. As missionárias têm uma sede nessa região, próxima à torre da operadora Oi, e, segundo ela, as remoções estavam ocorrendo na Favela Cachoeirinha, envolvendo 280 famílias.

Antes da reunião começar, sentei perto da irmã Tereza, que estava conversando com uma moradora do Jardim Capela. Me integrei à conversa. A moradora contava que seria avó; sua filha, de 22 anos, estava grávida de cinco meses, de um menino. Mas o pai estava sumido. Durante a reunião, essa moradora fez uma denúncia que suscitou muitas reações e levou à proposta de que a questão das moradias em áreas de proteção ambiental fosse tema do próximo fórum. A moradora contou que comprou sua casa nessa área há mais de vinte anos e que nunca soube que se tratava de área de proteção. Agora, receberá três meses de aluguel social e terá de sair da casa. Além das dificuldades de encontrar casa para alugar e de não poder comprar outra casa, tem dois cachorros grandes, o que dificulta alugar alguma coisa.

No intervalo, voltei a conversar com ela e contei que estava justamente pesquisando a questão das áreas de risco. Ela insistiu muito que eu fosse visitá-la – “a meu convite”, disse-me. Essa parece ser uma frase importantes para transitar por esses lugares mais ermos! Aliás, ela falou brevemente, mas com muita intensidade, sobre as condições do local e a proximidade do tráfego, que torna a vida muito perigosa. Repetiu para mim, mas também em sua fala pública, que não dormia à noite por medo. (Diário de Campo, 07/06/2013).

A problemática habitacional, no entanto, não é prioridade de discussão no Fórum em Defesa da Vida, o que fez com que alguns dos participantes mais envolvidos com a questão deixassem de comparecer às reuniões mensais. Este foi o caso de Zenaide Moura.

Zenaide mora em uma área do Capela onde estão ocorrendo remoções. Contou que três irmãos seus que moravam em áreas da prefeitura já foram removidos. Mas ela mora na parte que é propriedade privada e não sabe o que vai acontecer. Mora lá desde 1977, num terreno onde há três casas: a da mãe, a do sogro e a dela. Morou sempre lá. Conheceu o marido no bairro, casou, comprou o terreno, construiu. Até agora, ninguém falou nada se as casas da parte que está em terreno privado vão ser desapropriadas. (Diário de Campo, 05/7/2013).

¹ MOL, A. *The body multiple: ontology in medical practice*. Durham (EUA): Duke University Press, 2002, p. 53.

Esse córrego está localizado no Jardim Capela, bairro distante do centro da cidade de São Paulo, numa região que desde a década de 1970 é declarada área de preservação, por ser parte dos mananciais que abastecem a represa de Guarapiranga. A represa, construída entre 1906 e 1908 pela Light (Light and Power Company), tinha por objetivo suprir eletricidade para a cidade, que na época ainda era pequena. A partir de 1928, no entanto, a represa tornou-se a segunda fonte de água para o município. Hoje, abastece cerca de 4 milhões de pessoas residentes na Zona Sudoeste da capital paulista, incluindo as regiões de Santo Amaro, Morumbi, Pinheiros e Butantã.²

Os mananciais da Guarapiranga estão localizados à direita da represa, para quem vem do centro da cidade. Até meados dos anos 1960, era região rural, ocupada por pequenas propriedades agrícolas e, nas margens da represa, por condomínios mais ricos. Inicialmente, a área pertencia ao município de Santo Amaro, incorporado a São Paulo em 1937.

O *boom* industrial da década de 1960, com muitas indústrias localizadas às margens do rio Pinheiros, trouxe mudanças dramáticas à região. Com as indústrias, chegaram ondas de migrantes vindos de Minas Gerais e do Nordeste do país, que encontraram guarida nessa região, ocupando terras aparentemente sem dono ou comprando terrenos em loteamentos irregulares ou mesmo clandestinos.

O plano diretor de desenvolvimento da capital paulista, datado de 1971,³ foi uma primeira tentativa de disciplinar o uso de solo no município. Até então esta era uma terra de ninguém, retalhada por propriedades privadas e públicas. Os trabalhadores recém-chegados ocuparam terras públicas ou compraram lotes em loteamentos informais decorrentes do parcelamento de terras privadas.

Ainda nos anos 1970 foram aprovadas duas leis visando a proteção das reservas de água da cidade.⁴ Essas leis eram bastante restritivas quanto ao uso do solo e muitos proprietários optaram por entregá-las a imobiliárias clandestinas ou simplesmente permitiram que fossem ocupadas, fazendo vistas grossas às atividades de construção.

Essa primeira história tem dois aspectos distintos. O primeiro concerne à fragilidade da noção de posse; o segundo diz respeito à falta de informação sobre proteção ambiental. A fragilidade da posse é praticamente endêmica na região. As pessoas que construíram suas casas em terras invadidas, do ponto de vista jurídico, não têm direito à escritura, embora tenha havido vários movimentos voltados à regularização fundiária. Aqueles que compraram lotes em loteamento informais (irregulares ou mesmo clandestinos), fizeram-no por meio de contratos de compra e venda que não têm lastro legal, mesmo quando registrados em cartório.

Na entrevista com Zenaide,⁵ minha principal interlocutora neste capítulo, ela conta que chegou ao Jardim Capela na década de 1970, vinda do Paraná.

Zenaide – Bom, eu cheguei no bairro em meados da década de 70. Cheguei aqui basicamente em 77, no início do ano de 77. Era adolescente, né? Quando eu cheguei aqui não havia escola, não havia asfalto, as residências eram de 500 em 500 metros de distância uma da outra; luz de rua não existia; água, o pessoal utilizava água de poços artesianos; ônibus passava de uma em uma hora lá embaixo, na estrada do M'Boi Mirim, que, de onde eu moro até lá, dá uns dez minutos a pé. Naquela época era mais difícil, porque era na terra... estrada de terra.

⁴ SÃO PAULO (município). Lei 7.805, de 1 de novembro de 1972. Dispõe sobre o parcelamento, uso e ocupação do solo do município, e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/1972/780/7805/lei-ordinaria-n-7805-1972-dispoe-sobre-o-parcelamento-uso-e-ocupacao-do-solo-do-municipio-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 14 nov. 2017; SÃO PAULO (município). Lei 8.769, de 31 de agosto de 1978. Dispõe sobre parcelamento, uso e ocupação do solo no município, nas zonas de uso especial z8, nas áreas especiais de urbanização, e dá outras providências. Disponível em: <<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-8769-de-31-de-agosto-de-1978/>>. Acesso em: 14 nov. 2017.

⁵ A entrevista com Zenaide foi realizada em 09/07/2015. Sem sua colaboração não teríamos obtido grande parte das informações que compõem as narrativas deste capítulo. Enviei o capítulo para ela em 09/08/2017, retornando para conversar, verificar se havia alterações a fazer e se deveria usar seu nome real ou um codinome. Ela havia pensado muito a esse respeito, inclusive conversado com a irmã Tereza, que mora no mesmo bairro. Deu sua permissão tendo em vista que isso lhe dava o justo reconhecimento por sua atuação no caso das remoções no Jardim Capela.

² WHATELY, M.; CUNHA, P. (Org.). *Seminário Guarapiranga: proposição de ações prioritárias para garantir água de boa qualidade para abastecimento público*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006. O seminário contou com a participação de organizações da sociedade civil, do poder público estadual e municipal, das comunidades empresarial, científica e acadêmica e de movimentos sociais e de moradores da região.

³ SÃO PAULO (município). Lei 7.688, de 30 de dezembro de 1971. Dispõe sobre a instituição do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do município de São Paulo – PDDI – SP, e dá outras providências. Disponível em: <<http://cmspbdoc.inf.br/iah/fulltext/leis/L7688.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2017.

Seu pai havia comprado um pequeno terreno que pertencia à municipalidade. Ele queria ter comprado em terreno particular, mas não conseguiu, e naquela época as pessoas diziam que teriam direito à propriedade por meio de “usucapião”. Quando Zenaide casou, foi morar na casa que o marido havia construído em terreno comprado de particular, na mesma área, do outro lado do córrego. Mas sua família permaneceu no terreno da prefeitura e, após a morte de seu pai, a mãe investiu em melhorias, na suposição de que teria a posse regularizada.

Aí minha mãe voltou e construiu uma casa de quatro cômodos, laje e tudo; mais conforto para família, e tudo. Mas eu falava para ela: “Mãe, o dinheiro que a senhora está gastando construindo essa casa num terreno que não é seu, não é nosso, não é da senhora (porque eu já estava casada), a senhora investe num terreno que vai dar segurança para sua família”. Mas na época que ela construiu ainda se dizia: “Não, quem mora no terreno da prefeitura...” – diziam os vizinhos, né? Porque na prefeitura ela nunca tinha ido. “Quem mora no terreno da prefeitura futuramente terá seu direito”, diziam. Aí ela continuou acreditando. E agora, nessa remoção, eles também saíram.

Ações em torno do córrego

Esse pequeno córrego, como muitos outros na região, não tem nome. É identificado por sua localização – o córrego na Viela da Cachoeirinha – ou pelo nome das ruas que o ladeiam. Zenaide nos dá algumas pistas sobre sua história:

Mary Jane – Como se chama o córrego? Tem nome?

Zenaide – Olha, para te dizer a verdade, eu nunca descobri o nome desse córrego. A população chama, pelo menos lá embaixo, de Viela da Cachoeirinha. Uns falavam que era córrego da Cachoeirinha. Então, nunca descobri. Já foi solicitado na prefeitura para a gente saber o nome desse córrego. A gente nunca descobriu o nome.

Mary Jane – Então, quando vocês fazem a ação, como vocês o chamam?

Zenaide – A gente coloca só o córrego entre a rua tal e rua tal. Mas eu, como morei no interior – vou voltar um pouco na nostalgia –, como eu morei no interior, eu morava ao lado de um rio enorme. Alguns moradores mais antigos dizem que aqui era mata, né? Tinha índios aqui e tudo. E, analisando o córrego hoje, depois dessas

caminhadas [com os pesquisadores], tem um local que tem uma cachoeira muito bonita, se fosse um córrego limpo, se fosse uma coisa cuidada. E, analisando, eu percebo que ele era um rio muito largo antigamente, porque as pedras que existem lá são pedras de rio enorme! Não são pedras que estão por ali por acaso, são pedras de rio. Até uma época, o Luís Galeão, o Marcelo, da Vita Civis (uma ONG), nós, andando com o pessoal da USP, o pessoal do CDHEP, eu mostrei para o professor Luís [Galeão]: “Ó, professor, isso aqui é pedra de rio. Não é de qualquer rio, não é de uma nascentezinha qualquer”.

Como em tantas outras histórias nessa região, não é muito claro quando e porque as expropriações tiveram início. Uma versão, a das pessoas que moram nas proximidades do córrego, se refere a uma ação da própria comunidade. Na década de 1990 havia um grupo muito ativo – “Unidos pela Esperança” –, e em um dos documentos que analisei, referente ao conflito entre duas promotorias do Ministério Público,⁶ há menção de uma ação por parte desse grupo. Dirigida, em 2010, à Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, visava a revitalização da Praça da Alegria, situada na junção das duas ruas onde o córrego está localizado (a Conde da Silva Monteiro e a Citeron). Ao que tudo indica, a comunidade estava lutando por melhorias na área, e isso incluía a canalização do córrego.

Mary Jane – Por que vocês queriam canalizar?

Zenaide – Porque canalizando, uma vez que canalizasse, eles iam começar olhando também para quem mora mais na beira do rio; fazer a rede de esgotos, para que o esgoto dos moradores não fosse para dentro dos rios... desse rio. Para que esse rio fosse canalizado, fosse tratado, deveria ser feito o que não é feito. E outra que, como toda a água pluvial foi jogada pra dentro dele, ele vai cada vez mais se abrindo, e, com isso, prejudicando as moradias que existiam ali na margem dele, como ainda tem algumas. Então a nossa luta era em prol disso.

Mary Jane – Então o projeto de vocês não envolvia remoções?

Zenaide – De uma certa forma teria que ter remoções, porque muitas casas estavam muito em cima; tinha umas que estavam construindo em cima mesmo.

⁶ CONFLITO DE ATRIBUIÇÕES – CÍVEL. Representação n. 87 (Protocolado n. 95.194/10). São Paulo: Ministério Público do Estado de São Paulo, Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo da Capital, Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Capital, 2010.

Há outra versão relacionada a uma ação pública do município contra a Associação dos Moradores de M'Boi Mirim e Edmundo Marques de Oliveira Filho, datada de 06/12/2010. A associação e o Sr. Edmundo haviam implantado um loteamento denominado Jardim Capela em uma gleba de terra de 13.382,46 metros quadrados na rua Fortuna s/n, parcelado, sem aprovação municipal, em 67 lotes. Além do mais, a gleba estava localizada em área de proteção de mananciais. A ação visava impedir a expansão do loteamento e solicitava a apresentação dos instrumentos contratuais firmados com os ocupantes dos lotes. O processo condenou os réus a obterem aprovação do loteamento. A associação contestou dizendo que a regularização do loteamento não ocorreu por falta de pagamento da taxa de administração pelos associados. O sr. Edmundo não contestou; a associação não apresentou seu estatuto social. Concluiu-se por penas (multas) para cada uma das ações requeridas: paralisação da expansão; apresentação dos instrumentos contratuais firmados com os ocupantes dos lotes; desocupação e demolição das edificações em situação de risco; aprovação do loteamento irregular; e indenização pelos danos urbanísticos e ambientais.⁷

Ou seja, loteamentos irregulares, construções em áreas de risco e ocupação de área de mananciais sempre estiveram entremeadas. Entretanto, quando a demolição se iniciou, em dezembro de 2012, e as pessoas foram removidas, outras questões emergiram. Entre elas, o que aconteceria com as pessoas que estavam perdendo suas casas.

De modo geral, esse seria um tema para o Fórum em Defesa da Vida. Contudo, suas reuniões tendem a dar prioridade à questão da violência, especialmente ao genocídio de jovens negros, motivo, aliás, de sua criação, em 1986. Questões ambientais, como essa, são abordadas dependendo de quem está presente na reunião. Em março de 2014, por exemplo, participaram vários ativistas de questões ambientais, incluindo um assessor do gabinete do subprefeito e uma promotora, Fernanda Dolci, que vinha tratando das remoções na região.

Como de costume, os participantes do fórum foram divididos em grupos. Coube a mim participar naquele que teve por tema a questão das moradias na região, e seguiu-se um intenso debate sobre o que havia ocorrido com as pessoas removidas da área adjacente ao pequeno córrego.

Como acontece toda primeira sexta-feira do mês, houve reunião do Fórum de Defesa da Vida. Hoje havia muita gente, talvez pela participação do [Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo] CDHEP e a apresentação de sua proposta de justiça restaurativa. Mas também estavam presentes moradores que vêm participando assiduamente das reuniões e que são ativos em diferentes questões urgentes dos Jardins Ângela e São Luís.

O foco do Fórum é a questão dos direitos humanos e da violência, e sempre há relatos contundentes a respeito desses temas: depoimentos (como do desaparecimento da filha de D. Helena), análises (como as que fez Rodolfo sobre as mortes violentas na região). Mas, apesar da resistência do padre Jaime, a questão da moradia muitas vezes acaba sendo discutida. Hoje estavam lá a Maria do Anjos, que foi eleita conselheira representante do distrito e tem longa atuação em defesa do meio ambiente; Zenaide e Débora, que também atuam nessa área; a Dra. Fernanda, da promotoria que encabeça a solicitação de audiência pública sobre as remoções do Jardim Capela; Genésio, ativista da região de Bombeiros; e Márcio Costa, chefe de gabinete do subprefeito.

São várias as tramas da questão da moradia. Há a invasão do terreno pelo grupo que a denominou “Nova Palestina”, associado ao MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), capitaneados por Guilherme Boulos. Márcio informou que recentemente havia se aberto um canal de comunicação e que o grupo está negociando diretamente com a prefeitura. O terreno, de propriedade particular, havia sido declarado de utilidade pública, e esta rubrica, pelo que ele contou, vai cair. Parte da área, uns 300 mil metros quadrados, será destinada ao projeto “Minha Casa, Minha Vida – Entidades”. Ou seja, não afetar a lista de espera do projeto homônimo do [Governo do] Estado. Talvez abrigue 1.500 moradias, lembrando que há no momento 8 mil famílias acampadas. Mas não é uma situação tranquila, pois há pressões internas para iniciar a construção de casas, o que levaria à favelização da área.

Diz Márcio que a maioria das pessoas acampadas é da região, embora a população local tenha sempre contestado esta versão. E, também, muitas das pessoas com quem falei em vários momentos desde a ocupação afirmam que entre os acampados há muita gente que já é proprietária.

Uma questão que essa ocupação suscita, ou agrava, é a do destino das pessoas que foram removidas de áreas como as do Jardim Capela. Márcio diz que quando

⁷ PROCESSO 0009048-09.2009.8.26.0053 (053.09.009048-1) - Ação Civil Pública - Municipalidade de São Paulo - Associação dos Moradores do M'Boi Mirim e outro. Diário da Justiça SP. 1ª Instância Capital, 06/12/2010, p. 977.

se trata de terrenos da prefeitura, são dadas duas opções aos moradores: entrar na lista de moradia popular e receber um aluguel social, ou receber o valor da casa (não incluindo obviamente o terreno). Mas um moço, morador da área de Bombeiros, conta que o procedimento não é tão claro. Há casas que recebem um valor alto (até 80 mil reais) por serem de partidários de vereadores locais; e outras que, por serem de outros partidos, nada recebem. Ou seja, não é apenas a prefeitura que mete o bedelho.

Sua fala atçou Débora, que tem um papel bastante complicado, com busca de documentação em agências governamentais. Ela apontava, no caso, que há casas com papelada comprobatória de posse (na região raramente há escritura; só recibo de compra e venda). Essas podem receber pelo valor da casa. Outras, não. Situa-se aí (e não na filiação partidária) a diferença de procedimento.

Maria do Anjos, por sua vez, fez uma fala contundente sobre a ocupação das áreas de preservação, assim como sobre a remoção de pessoas que não têm como alugar outra casa: vivem duas famílias em um cômodo, por exemplo. (Diário de Campo, 07/03/2014).

A compensação por remoção é performada em diferentes instâncias. Há de se tomar decisões sobre quem deverá ser removido que requer uma análise técnica do setor de obras; as pessoas precisam ser cadastradas, procedimento que é de responsabilidade da assistência social; é preciso tomar decisões sobre aluguel social e cadastrar os moradores em listas de espera para moradia social, o que envolve a Secretaria Municipal de Habitação, a Caixa Econômica Federal e as regras decorrentes dos programas de moradia como o “Minha Casa, Minha Vida” e a Cohab. Para os moradores, envolve encontrar uma casa para alugar, retirar móveis e outros pertences e, às vezes, envolver a mídia para conseguir fazer valer direitos.

Os moradores que frequentam movimentos sociais da região aprendem esses macetes. Foi o caso de Zenaide, que, quando os filhos cresceram, resolveu: “*Agora tá na hora de eu começar a lutar por alguma coisa*”. Por acaso, quando foi pegar a correspondência na caixa de correio, encontrou o convite para participar de uma reunião do Grupo Unidos Pela Esperança, do qual faziam parte alguns moradores, além de Inês e Dalvina, missionárias franciscanas. Ela conta:

Muitos anos depois, a irmã Dalvina e a irmã Inês, junto com o professor Ailton, que é do Instituto padre Josimo, ele vinha dar uma... era tipo a assessoria, né? Ele

explicava como é que funcionava, como é que trabalhava, como é que a gente podia lutar por aquilo que a gente queria. Mas a população como um todo, de um modo geral, ou são muito descrentes no poder público, ou geralmente muitos deles dizem: “Você conseguiu pra você, você conseguirá pra mim”. Então, através de muitas palestras com o professor Ailton, ele sempre nos mostrou o caminho: “Primeiro, vocês vão na prefeitura. Se não conseguir através da prefeitura, vocês chamam a reportagem, e depois partam para outras instâncias, acionem o Ministério Público”.

Portanto, é preciso tempo: muito tempo e muita paciência. Não apenas durante o evento de remoção, mas tempo estendido ao futuro: o aluguel social é pago apenas durante um período e as listas de espera para moradia social são notoriamente escorregadias.

As remoções no Jardim Capela na perspectiva da preservação dos mananciais da represa de Guarapiranga

A questão das remoções, no caso do Jardim Ângela, está imbricada com a política de proteção dos mananciais, que requer intervenções como as que foram definidas no Programa Guarapiranga (1993-2000) e no Projeto Mananciais (2007 e ainda em funcionamento). De acordo com as informações constantes no relatório publicado pelo Instituto Socioambiental (ISA):

A Área de Proteção aos Mananciais da Região Metropolitana abrange um vasto território no município de São Paulo, localizado em grande parte em área rural ou florestal, nos limites com Itanhaém, São Vicente, Jujutiba, Embu-Guaçu, São Bernardo do Campo e Itapeverica da Serra. Também se pode considerar, no Município de São Paulo, que fazem parte das regiões produtoras de águas e exigem proteção as bordas da Serra da Cantareira, em sua fronteira norte e a várzea do Rio Tietê, em sua porção leste, na divisa com os municípios de Guarulhos, Ferraz de Vasconcelos e Itaquaquecetuba.⁸

Essa área inclui as represas Billings e de Guarapiranga que, até meados do século XX, eram pouco habitadas. Havia chácaras e sítios que, à medida que as pressões por habitação se tornaram mais prementes, passaram a ser loteados ou ocupados de forma irregular. Até a década de 1950 a área foi ignorada pelas políticas habitacio-

⁸ SANTORO, P. F.; FERRARA, N.; WHATELY, M. *Mananciais: diagnóstico e políticas habitacionais*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2009, p. 12.

nais do município. Porém, com a intensificação da ocupação a partir da década de 1960, ocorreu uma tentativa de controle desse processo desordenado de ocupação, por meio da promulgação de propostas de planejamento urbano, sendo o primeiro o Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado, de 1971. Seguem-se a ele legislações estaduais para proteção de mananciais (Leis Estaduais n. 898/75 e 1.172/76); e a Legislação de Parcelamento do Solo (Lei Federal n. 6.766/79).

Essas leis, contudo, não conseguiram reverter o quadro que se formava então. Como afirmam os autores do relatório do ISA:

As leis de proteção aos mananciais não conseguiram reverter o rápido e intenso crescimento populacional e urbano da [Região Metropolitana de São Paulo] RMSP e o resultado contradiz seus objetivos: o território foi ocupado, de forma mais adensada, irregular e precária, atendendo a uma população que não se encaixava nas alternativas de moradia oferecidas pelo mercado de terras formal. O poder público não soube gerir o crescimento urbano, não se preparou para fiscalizar intensamente de forma a evitar novas ocupações e, em último grau, considerando o grande número e área ocupada, não conseguiu intervir, provendo de saneamento e condições de boa habitabilidade, na mesma velocidade que se formava o quadro de degradação.⁹

Às dificuldades de gestão, soma-se a dinâmica imobiliária, impulsionada, de um lado, pela crescente demanda de moradia e, de outro, por proprietários de antigas fazendas, sítios e chácaras que, tolhidos por uma legislação bastante restritiva, optaram por parcelar suas terras, criando loteamentos irregulares, sem infraestrutura. Ainda seguindo a argumentação constante do relatório do ISA:

Para os que tinham interesses privados, os proprietários e os demandantes por habitação, era tentador urbanizar, e para os que tinham a preservação do meio ambiente como interesse coletivo e subjetivo, a destruição do meio ambiente ainda não parecia tão ameaçadora. O próprio movimento ambientalista ainda se estruturava e tomará corpo mais fortemente nas décadas de 1980 e 1990.¹⁰

A história da ocupação de terras na região de mananciais é confusa, mesclando diferentes modalidades de uso e parcelamento do solo. Houve proprietários que optaram por parcelar suas glebas em loteamentos por meio de imobiliárias clandestinas; outros fizeram vista grossa às ocupações; e houve também loteadores

clandestinos. Todos, de certa forma, apostaram em futuras regularizações da posse, processo que, de maneira geral, não ocorreu. Impera, na região da subprefeitura de M'Boi Mirim, como provavelmente seja o caso de outras áreas de ocupação desordenada, o regime de acordos de compra e venda, muitas vezes registrados em cartório, mas sem que, com isso, seja possível obter a escritura do terreno. Instala-se, assim, um campo jurídico complexo que torna possível as remoções de moradias em áreas com risco e/ou em áreas de proteção ambiental.

Na década de 1980, outros atores entraram em cena. De um lado, ocorreu um forte processo de organização da sociedade civil que, a princípio, lutou para que benfeitorias (água, luz, asfalto) fossem trazidas à região. Com o tempo, as associações de bairro deram lugar aos movimentos dos sem teto, como o MTST, que usam a estratégia de ocupação para pressionar o poder público a tomar medidas visando a construção de moradias populares. Paralelamente, começou a haver maior sensibilidade às questões ambientais com a criação do Sistema Nacional do Meio Ambiente e, mais tarde, com o Sistema Nacional de Recursos Hídricos.

Mediando esses dois polos – os que demandam moradias e os que lutam para preservar os mananciais – atua o Ministério Público, que investiga as ocupações, cobra infraestrutura dos órgãos públicos e aciona seu poder de polícia para penalizar loteadores irregulares. Porém, tal como ocorre nas políticas públicas, as promotorias nem sempre atuam em uma mesma direção. Por exemplo, na audiência pública sobre direito à moradia no município de São Paulo – realizada em 7 de dezembro de 2012, pela Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo da Capital –, consta da ata¹¹ a seguinte transcrição:

Sr. Roque, coordenador do Instituto de Estudos Sociais, filiado à União Nacional, disse que, por um lado, a Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo atua em favor dos moradores, enquanto, por outro lado, a Promotoria de Justiça de Meio Ambiente atua retirando os moradores das áreas degradadas.

O fato é que hoje a escala de ocupação em mananciais é enorme e já não é mais possível a retirada da população. Restam, assim, duas ações possíveis: a urbanização

¹¹ ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE DIREITO À MORADIA NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. São Paulo: Ministério Público do Estado de São Paulo; Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo da Capital, 7 set. 2012. p. 2. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_urbanismo_e_meio_ambiente/Audiencias_Publicas>. Acesso em: 15 jan. 2015.

⁹ Ibidem, p. 42.

¹⁰ Ibidem, p. 43

de favelas e os loteamentos irregulares ou a remoção da população que mora nas margens (ou em cima de córregos) e em áreas necessárias para a manutenção (ou recuperação) dos mananciais para abastecimento público.

É nesse contexto que foram elaboradas duas políticas de proteção dos mananciais: o Programa Guarapiranga e o Programa Mananciais. O primeiro, que teve início na gestão de Luiza Erundina (1989-1993) na Prefeitura de São Paulo, contou com o apoio do Banco Mundial e com aportes do município, do estado e da Sabesp. Incorporou cinco subprogramas – (1) serviços de água e esgoto, (2) coleta e disposição de lixo, (3) recuperação urbana, (4) proteção ambiental e (5) gestão –, através dos quais se desenvolveram duas estratégias: uma relacionada à gestão da Bacia Hidrográfica de Guarapiranga e a outra, à melhoria imediata da qualidade de vida das populações residentes em áreas com infraestrutura precária.¹² Esse programa não abrangeu a represa Billings.

Essas obras tiveram continuidade na gestão de Paulo Maluf (1993-1997) e de Celso Pitta (1997-2001). Na gestão de Marta Suplicy (2001-2004) passou a ser chamado Programa Mananciais e foi estendido para incluir a Billings. Teve continuidade na gestão de Serra/Kassab (2006-2008) e continua sendo implementado, conforme consta do site da Prefeitura Municipal de São Paulo (consulta em 24/01/2015).

Em abril de 2012, a Secretaria Municipal de Habitação (Sehab) iniciou a terceira fase do programa, que incluía 61 áreas de intervenção em oito distritos do município, 28 das quais localizadas no Jardim Ângela, incluindo o Jardim Capela, dados que são indicativos do nível de degradação desse aquífero.

Diante da ameaça de serem removidos, os moradores levaram o caso à Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo, que instaurou um inquérito civil a respeito da Viela Cachoeirinha (onde estavam sendo feitas as remoções), no Jardim Capela, devido à existência de risco de solapamento de margens e desabamento de casas. O Inquérito Civil – Viela da Cachoeirinha foi encaminhado à subprefeitura solicitando laudo nos moldes do Instituto de Pesquisas Tecnológicas da Universidade de São Paulo (IPT/USP); à Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras (Siurb), solicitando informações sobre obras para eliminação de risco previstas no local; e

à Sehab, pedindo informações sobre as providências que estavam sendo tomadas para atendimento habitacional.¹³

A ação não impediu as expropriações e remoção dos moradores cujas casas estavam localizadas às margens do córrego. Do ponto de vista da população, o que estava em pauta, naquele momento, era não ser removida sem alguma compensação financeira, daí levar o caso à promotoria.

*Zenaide – Nossa questão com as remoções foi pelo fato de que tinha muitos moradores que estavam correndo risco de vida dentro de suas casas, e que estavam marcados para ser removidos e que não iam receber nada. Então, essa questão das remoções, que nós brigamos por ela, foi porque eles diziam que esses moradores teriam que ser removidos, não iriam receber nada mais que os 5 mil reais. E nós começamos a brigar pelo direito do aluguel social. E aí foi uma briga intensa; foi quando teve aquela ação civil.*¹⁴

Outras questões logo emergiram. O programa tem objetivos ambiciosos, incluindo o provimento de infraestrutura adequada, canalização de rios e córregos, eliminação de áreas de risco, regularização fundiária e instalação de áreas públicas para lazer. Porém, no caso das remoções às margens desse córrego, após o desfazimento das casas, nada mais foi feito. A comunidade mais uma vez se organizou seguindo os passos que Zenaide havia aprendido quando participou do Grupo Unidos pela Esperança: ir primeiro à subprefeitura e, se não fizessem algo, chamar a mídia. Assim, em 19 de abril de 2014, mais de um ano após o desfazimento das casas, a TV Globo respondeu aos apelos da população local e o repórter Márcio Canuto e sua equipe foram documentar o estado das coisas: encontraram entulho, muito entulho. Em suas palavras: “Parece uma cena de guerra”.¹⁵

A Globo é suficientemente poderosa e pôde exigir uma explicação do coordenador do Programa Mananciais e do subprefeito,¹⁶ para quem a construção havia sido

¹³ MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Inquérito Civil – IC, n. MP 14.0279.0000207/2012-4. São Paulo: Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo, 14 dez. 2012.

¹⁴ Entrevista realizada em 09/07/2015.

¹⁵ CANUTO, M. Moradores reclamam de entulho deixado em área desapropriada na zona sul. *SPTV1*, São Paulo, 29 abr. 2014 (6:36 min). Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/3312154/>>. Acesso em: 14 nov. 2017.

¹⁶ Na época, Ricardo Correia Sampaio e Nerilton do Amaral, respectivamente.

¹² SANTORO, FERRARA, WHATLEY, op. cit., p. 109.



A Viela da Cachoeirinha, como este espaço é chamado pelos que moram nas redondezas, em 2014. Foto cedida por Zenaide Moura.

interrompida porque os contratos estavam sendo revistos. Para o coordenador, a decisão de deixar o entulho no lugar era “para evitar o risco de a área ser novamente ocupada”.¹⁷

Ambos afirmaram que o entulho seria removido até setembro; e as obras de implantação do parque linear seriam retomadas a todo vapor. A reportagem da Globo retornou em novembro e nada havia acontecido; tudo permanecia como em abril. De acordo com o site da Sehab, consultado em janeiro de 2015, a fase de infraestrutura do projeto no Jardim Capela ainda não havia iniciado.

Cabe, assim, a pergunta: por que políticas bem intencionadas não funcionam? Uma possível razão é que as práticas são performadas em muitos lugares distintos, no caso em análise, cada qual com sua versão sobre esse córrego: na subprefeitura, que

¹⁷ CANUTO, M., op. cit.



Foto cedida pela Defesa Civil de M'Boi Mirim relativa ao sobrevoo realizado em 14 de janeiro de 2015.



A Viela Cachoeirinha em 2017. Foto cedida por Zenaide Moura.

tem pouco orçamento; na Secretaria Municipal de Habitação, que tem orçamento e estratégias gerenciais próprias; e no Ministério Público, onde há conflitos de atribuições entre as Promotorias de Habitação e Urbanismo e do Meio Ambiente. Como afirma Annemarie Mol, a multiplicidade de versões, na perspectiva da distribuição, frequentemente gera incoerência entre versões – algumas delas são explícitas (como no caso do destino do entulho), outras se tornam quase invisíveis (como o que aconteceu com os moradores que tiveram de sair de suas casas) e outras, ainda, que levam a disputas, exemplificado no conflito de atribuições entre as duas promotorias.¹⁸

Quando o foco são os riscos

A ocupação de áreas periféricas da cidade de São Paulo data da década de 1970 e, de acordo com Fernando Nogueira,¹⁹ os primeiros registros de deslizamentos no município datam da década de 1990. Não que não tenham ocorrido antes, mas a concentração de pessoas vivendo em áreas de risco aumentou na parte final do século XX. O desmoronamento ocorrido em uma favela em 1989, durante a administração de Luiza Erundina, levou a prefeitura a contratar o IPT para realizar um primeiro mapeamento de áreas com risco associado a escorregamentos e inundações nas favelas do município. Entre 1989 e 1990, foram analisadas 240 favelas e realizadas obras para minimizar os riscos. Entretanto, entre 1993 e 2000, na administração de Paulo Maluf, seguida de Celso Pitta, pouco foi feito para monitorar ou minimizar riscos.

Quando Marta Suplicy assumiu a prefeitura, em 2001, havia pouco conhecimento sobre áreas de risco, e o que havia era resultado de obras emergenciais ou de informações de pessoas que trabalhavam nas administrações. Entretanto, a despeito da falta de dados formais, a Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo, baseada no mapeamento feito em 1989-1990, entrou com várias ações contra a prefeitura, levando a nova administração municipal a implementar projetos de administração de riscos em áreas de “ocupação subnormal”. Um estudo-piloto foi

realizado em três distritos, de modo a desenvolver uma metodologia apropriada para um levantamento mais amplo, que seria feito em 2002.

Com base nesse levantamento, foram adotadas estratégias preventivas de três tipos: ações envolvendo soluções estruturais e não estruturais; ações para impedir a formação de novas áreas de risco, que incluíam monitoramento de riscos potenciais; e ações voltadas ao enfrentamento dos riscos, incluindo sistemas de alerta, serviços de emergência e eventual remoção da população. Em síntese, o que estava sendo proposto era um modelo de gerenciamento de riscos baseado na análise de informação geológica e geotécnica, no uso de levantamentos para classificação das áreas de risco, assim como a formulação de políticas de moradia e infraestrutura com o objetivo de garantir a segurança e qualidade de vida da população.²⁰

Embora essas ações tivessem por foco a situação específica da capital paulista, vale notar que a redução de risco de desastres havia se tornado um dever explícito da União, Estados e municípios após a promulgação da Lei 12.608, em 2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil.²¹ Em seu Artigo 6, Parágrafo IX, consta que a União é responsável pelo monitoramento meteorológico, hidrológico e geológico de áreas de risco, assim como pelo monitoramento de riscos biológicos, nucleares e químicos, devendo produzir alertas sobre a possível ocorrência de desastres de forma articulada com os Estados, o Distrito Federal e os municípios. Estabelece, também, que os municípios devem elaborar programas para a implementação de construções e serviços para redução de riscos (Artigo 22, Parágrafo III).

Utilizando a metodologia desenvolvida em 2002, um novo levantamento foi feito pelo IPT em 2009/2010, analisando 407 áreas de ocupação irregular consideradas pelo município como mais vulneráveis. A metodologia de trabalho incluiu cinco

²⁰ TAVANTI, R.; SPINK, M. J. Ações locais e prevenção: um estudo com adolescentes que vivem em áreas de risco socioambiental. *Saúde e Ambiente*, Três Lagoas (MS), v. 17, n. 4, p. 213-132, 2014.

²¹ BRASIL. Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nos 12.340, de 1o de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 11 abr. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12608.htm>. Acesso em: 28 nov. 2017,

¹⁸ Este conflito está relatado na Representação n. 87/2010, citada na nota 8 deste capítulo.

¹⁹ NOGUEIRA F. R. *Gerenciamento de riscos ambientais associados a escorregamentos*: contribuição às políticas públicas municipais para áreas de ocupação subnormal. Tese (Doutorado em Geociências) - Instituto de Geociências e Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2002.

fases: (1) definição das áreas a serem analisadas; (2) inspeção das áreas para obter coordenadas de GPS e elaborar planos de sobrevoo; (3) sobrevoo de helicóptero para definir setores e quantificar as casas ali localizadas; (4) trabalho de campo para analisar as características de ocupação, o comportamento das águas no terreno e observar sinais de movimentação de solo; (5) análise das informações e classificação do grau de risco.

As informações geológicas e geotécnicas possibilitaram a classificação de cada área em um gradiente de risco do mais baixo (risco 2) ao mais alto (risco 4), com definição do tipo de intervenções consideradas necessárias para a sua redução, desde medidas estruturais (limpeza, drenagem, remoção de casas etc.) até medidas não estruturais (políticas urbanas, estratégias de defesa civil e educação para percepção de riscos, entre outras). Trata-se de ações complexas intersetoriais que implicam distintos locais de performance e, conseqüentemente, diversas versões sobre risco.

Na subprefeitura de M'Boi Mirim foram analisadas cinquenta áreas de risco: dezanove no Jardim São Luís e 31 no Jardim Ângela. No Jardim Capela,²² foco do estudo aqui relatado, havia, no levantamento de 2009/2010, três níveis de risco: risco 2 em um setor de morro; risco 3 em um setor de morro com sinais de movimentação de solo; e risco 4 em um setor de córrego com casas construídas em suas margens.

O diagnóstico feito pelo IPT²³ relata que se tratava de:

- Setor de margem de córrego com moradias em alvenaria e madeira. Acesso por vias não pavimentadas.

²² MAPEAMENTO DE RISCO 2009/2010 – FICHA DO SETOR; Área: MB-32; Nome: Jardim Capela; Subprefeitura: M'Boi Mirim

Data: 21/09/10

Localização da Área: Estrada do Embu-Guaçu / Rua Conde da Silva Monteiro

Referência Guia Mapograf - 2010: 368D4

Equipe IPT: Eduardo Soares de Macedo / Roberto José Vieira

Equipe Prefeitura: Solange da Silva

²³ INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS. *Análise e mapeamento de riscos associados a escorregamentos em áreas de encostas e a solapamentos de margens de córregos em favelas do município de São Paulo* – Subprefeitura de M'Boi Mirim. Relatório n. 118.650-205. São Paulo: IPT, 2010.



Vista geral do Jardim Capela na área de remoção. Fonte: IPT: Relatório Técnico No 118.650-205. Prefeitura Municipal de São Paulo. Subprefeitura M'Boi Mirim, 21 de setembro de 2010.

- Drenagem natural e retilínea com presença de assoreamento, lixo e entulho.
- Talude marginal com altura máxima de 4 metros e moradias de 0 a 2 metros de distância do topo do talude. Algumas moradias estão instaladas sobre o canal de drenagem.
- Apresenta evidência de movimentação (trincas nas moradias, trincas no terreno, árvores, solapamento de margem, cicatrizes de escorregamento).
- Ocorre concentração de água de chuva e lançamento de águas servidas em superfície e vazamento de tubulação. O sistema de drenagem superficial é inexistente. Há presença de vegetação rasteira.



Vielha Cachoerinha, 2012. Foto cedida por Zenaide Moura.

A foto, gentilmente cedida por Zenaide Moura, possibilita visualizar a precariedade das casas, o lixo e o entulho acumulados no córrego.

Zenaide estava ciente dos riscos, sobretudo para casas construídas em cima do córrego:

em 99, 27 de dezembro de 99, caiu uma casa nesse local, na [rua] Conde de Silva Monteiro, e quando essa casa caiu, ficou um buraco, né? E o que que a prefeitura fazia? Ela vinha lá, eles faziam medição para fazer muro de arrimo e não faziam. Sempre a mesma coisa: vinha fazer a medição para fazer muro de arrimo e não fazia. E a população, como sempre, jogando entulho, entulho... era resto de material de construção, tudo ia jogando lá e, aí, a turma sempre que vinha fazer medição, fazia medição ali naquele local, se fizer numa área em que jogam entulho, vai constatar que é uma terra que não tem... É muito perigoso, é uma área que não tem, não tem... A terra ali pode deslizar a qualquer momento.

Mas lá onde o meu marido comprou, antes esse córrego era... Você ia atravessar era só esticar a perna que ela passava por cima. Aí foram feitas as ruas. As bocas de lobo jogavam toda a água naquele córrego. Que que acontece quando algo recebe muita água? Ele vai aprofundando e ele vai alargando. E foi isso que aconteceu.

Alguns moradores, como ela e seu marido, tomaram providências para minimizar os riscos:

Quando meu marido comprou, ele construiu um muro bem profundo. Ele cavou cerca de dois metros abaixo, dentro do solo, fez umas sapatas bem profundas. Depois daquele muro ficou ainda meio metro de terra. Então ficou tudo seguro, né? Aí com o passar do tempo, foi escavando, escavando com a enxurrada, a água chegou a um nível... O rio ficou ao nível do alicerce do muro lá embaixo.

Zenaide trabalhou muito em prol de sua região. Seu envolvimento, diríamos até, sua aprendizagem se iniciou quando passou a frequentar as reuniões do Grupo Unidos pela Esperança. Mas seu envolvimento com a questão das remoções no Jardim Capela teve início quando ela passou a participar do Grupo Organizado de Valorização da Vida (GOVV), criado por promotores envolvidos com as questões da região.

Eu comecei a participar das reuniões do GOVV. E, até então, ainda existia o Grupo Unidos Pela Esperança. Só que quando eu comecei a perceber que no grupo Unidos Pela Esperança a gente brigava, brigava, um desgaste a cada reunião, e não vinha nada, e eu vi no grupo do GOVV uma luz no fim do túnel, eu falei: "É aqui que eu vou ficar!"

Mais especificamente, seu envolvimento com as questões das áreas de risco data da criação do grupo de trabalho que tinha por objetivo ajudar os moradores a entenderem os aspectos ambientais da área e se familiarizarem com seus direitos, no caso de eventual remoção.

Zenaide – *E aí, um belo dia, o dr. Rossini [Promotor Público] foi e queria montar três grupos: seria um grupo de mobilidade urbana, o grupo da cultura e o grupo das áreas de risco, porque foi naquela época que estavam acontecendo muitos deslizamentos, muitos desabamentos de casa. E aqui no Capela [eu] já levava pra eles [a informação] que já tinha dessas questões, das casas aqui que estavam em risco de desabar, interdadas, e nada acontecia. Aí, no dia em que ele resolveu criar esses*

três grupos, ele perguntou quem queria participar do grupo de transportes [o de mobilidade urbana]. O da cultura a mesma coisa. O das áreas de risco ele [nem perguntou] apontou o dedo e falou: “Zenaide, grupo das áreas de risco, D, Co e Ca”. Co era do CDHEP, e Ca também era uma integrante que participava conosco do Grupo Unidos Pela Esperança. O que que aconteceu? O Co não participou, não aceitou participar do grupo do GOVV, a Ca também não. Ficamos só eu e a D. Uma comissão de duas pessoas. Nós continuamos fazendo o nosso trabalho. Nós éramos desmentidas através do promotor. Quando tinha algum representante da prefeitura, eles alegavam que aqui os moradores já tinham recebido para sair e que estavam acontecendo obras na região, que estavam em conclusão. Nós dizíamos que não, e eles diziam que sim. Daí o promotor falou assim: “Sabe o que vocês fazem? Comecem a fotografar”. E começamos a fotografar.

Além do que foi aberto, não me lembro se... só sei que foi aberta uma ação na justiça –foi até pela D. E para nós provarmos que realmente existiam pessoas nas áreas de risco, aqui no Capela, eu e a D começamos a dar plantão na [Igreja] Guadalupe, a paróquia que existe ali na avenida M’Boi Mirim. Convocamos os moradores, explicamos pra eles do que se tratava. Falamos: “Olha, vocês vão preencher um cadastro, mas esse cadastro não é garantia que vocês vão receber casa agora. É só pra provar pra justiça que vocês realmente moram nas áreas de risco. Que existem realmente moradores nas áreas de risco aqui no Capela. Basicamente pra alimentar o processo que existe na justiça”. Aí fizemos.

Todos os dias, durante a semana, nós fizemos plantão na Guadalupe, fazendo isso. Aí, esse cadastro foi levado para alimentar aquele processo que existia e, daí, então as duas malucas [referindo-se a ela e à D] convidaram também os promotores para fazer uma reunião com os moradores aqui. Aí, tem os anjos, né? Tem aqueles promotores que são os anjos, aí eles aceitavam fazer um fórum de moradia aqui, conversar com os moradores.

Essa é certamente uma história sobre conscientização de direitos de cidadania, mas é também uma história sobre tensões. Como dito, uma das razões para o mapeamento de áreas de risco e a definição de estratégias de intervenção está relacionada às ações civis da Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo. Muitos dos seus promotores eram (e continuam) ativos nesses territórios mais vulneráveis, criando organizações como o GOVV, dando subsídios para ações dos moradores, trabalhando diretamente com a população. Contudo, suas armas são jurídicas, confrontando

decisões técnicas com argumentos jurídicos. Por exemplo, o escritório jurídico da Pontifícia Universidade Católica (Escritório Modelo Dom Paulo Evaristo Arns), que dá apoio a causas da população, foi responsável por reverter uma decisão da prefeitura de remoção de 85 casas construídas às margens de um córrego na Zona Norte de São Paulo. A solução jurídica foi exigir um relatório técnico para cada uma das casas e, com base nisso, apenas 18 famílias foram removidas por risco de desabamento.²⁴ Obviamente, tal decisão impediu obras de urbanização na área.

Costurando versões em um todo multifacetado

Teoricamente, o que procuro fazer neste ensaio é colocar em prática algumas lições aprendidas nas leituras de autores associados (diretamente ou não) à teoria ator-rede, especialmente no que diz respeito ao enfrentamento da complexidade em nossas pesquisas.²⁵ É um experimento de trabalho com versões que estão presentes no local, mas são performadas em outros locais.

Explicar o que são versões é uma tarefa difícil, pois me leva a trilhar fronteiras de duas perspectivas ontológicas muito distintas. Essas versões podem ser tomadas como narrativas relatadas a partir de olhares distintos. Há, nesse enquadre, pluralidade de perspectivas, mas, como propõe Annemarie Mol,²⁶ essas diferentes perspectivas não rompem necessariamente com uma ontologia realista. Esses contos podem somar-se ou entrar em conflito, mas a prova do pudim está lá: a realidade que lhes serve de teste.

Entretanto, se abandonarmos o uso de ontologia no singular e usarmos o termo no plural – “ontologias” –, as versões com as quais dialogamos são então construídas em uma diversidade de práticas. Como afirma Mol, elas são feitas, performadas e não meramente observadas. Ou seja, se há uma diversidade de práticas, então haverá também uma multiplicidade de realidades e, conseqüentemente, uma

²⁴ MORETTI, J. Áreas de risco ocupadas por assentamentos informais: conflito entre enfrentamento de riscos ambientais e afirmação do direito à moradia. *Magister de Direito Ambiental e Urbanístico*, Brasília, v. 9, n. 50, p. 37-58, 2013.

²⁵ Por exemplo, LAW, J.; MOL, A. *Complexities: social studies of knowledge practices*. Durham: Duke University Press, 2002.

²⁶ MOL, A. Ontological politics: a word and some questions. In: LAW, J.; HASSAD, J. (Ed.). *Actor network theory and after*. Oxford: Blackwell, 1999, p. 74-89.

multiplicidade de versões sobre essas realidades. O importante, nesse caso, é como essas diferentes versões são conectadas na prática.

Deixe-me voltar um pouco de modo a deixar esse argumento mais claro. Annemarie Mol fez sua pesquisa em um hospital que tratava de pacientes com aterosclerose. Ela nos leva aos vários locais em que a aterosclerose era performada: a clínica, o laboratório de patologia, o centro cirúrgico. Em cada um deles, as práticas eram combinações heterogêneas de materiais, humanos e não humano: pacientes, profissionais, imagens, dor, dados epidemiológicos, terapias, formulários etc. Não se trata apenas dos sentidos dados à doença, ao sofrimento, às técnicas, embora sentidos também façam parte das práticas – nossas decisões, afinal, têm lastros racionais e a racionalidade está repleta de sentidos.

Práticas, portanto, são localizadas e a noção de local é também problemática.²⁷ Afinal, o foco deste ensaio é um pequeno córrego sem nome onde muitas ações ocorrem. Mas várias dessas ações ocorreram em outros lugares: em secretarias de governo, no judiciário, em associações de defesa de direitos da população, entre outras. Ou seja, a noção de lugar é fluida: é uma rede de localizações, cada qual com sua tradição de linguagem pública.²⁸

Assim, as histórias que contei neste ensaio se desenrolam em diferentes lugares e, embora tenham como elo esse pequeno córrego sem nome, suscitam questões muito distintas: riscos para moradores; deterioração ambiental; sonhos sobre melhoria da qualidade da vida de cada um e da população como um todo. São histórias sobre complexidade, não apenas de locais onde são performadas as versões sobre o córrego, mas sobre a diversidade de atores (humanos e não humanos) e de locais onde ele é visto como um problema. Se pensarmos nos *actantes*, fica óbvio que as soluções técnicas não dão o mesmo estatuto a essa multiplicidade de entes: água, lixo, encanamento, mães preocupadas com filhos que brincam no entulho deixado pela prefeitura no desfazimento das casas; administradores regionais, técnicos, promotores e, claro, a mídia.

Então, complexidade não pertence apenas ao campo das políticas públicas que costuram legislações, demandas e pressões por parte da população. Pertence àquela categoria elusiva de problemas que prescindem de uma solução única. Se o caminho são essas soluções desarrumadas (*messy solutions*), então temos de aprender a ler as diferentes linguagens da ação pública, mas temos de aprender, também, a identificar essa diversidade de versões e fazer opções. Como escolher entre opções? Na ausência de uma única solução, na presença da multiplicidade que emerge da própria complexidade, escolher é um ato político.

O termo política tem ressonâncias de abertura, indeterminação. Ajuda a salientar que a questão “o que fazer” não pode ser resolvida por fatos nem por argumentos. Que sempre será acompanhada por tensões – ou dúvida. Em uma cosmologia política, “o que fazer” não é dado pela ordem das coisas, porém precisa ser estabelecido. Fazer o bem não decorre de saber sobre o bem, mas é uma questão de, meramente, fazer. De tentar, ajustar (*tinkering*), lutar, falhar, e tentar novamente.²⁹

²⁷ SPINK M. J. P.; SPINK P. Organizational psychology and social issues: the place of the place. In: PARKER, I. (Ed.). *Handbook of critical psychology*. East Sussex: Routledge, 2015. p. 155-163.

²⁸ SPINK, P.; SILVA, G. T. Beyond policy: public action languages and governance from a Brazilian perspective. In: WORLD CONGRESS OF POLITICAL SCIENCE, 23rd, 20-24 July 2014, Montreal, Canada.

²⁹ MOL, A., *Ontological Politics*, op. cit., p. 177.



Para encerrar

Na década de 1990, a companhia de seguros Winterthur International, membro do Credit Suisse Group, produziu uma bela série de anúncios enfatizando a ousadia do risco. São fotos dramáticas, em branco e preto e fundo preto, de autoria de Richard Avedon. Os protagonistas dessas fotos eram celebridades do calibre de Maurice Béjart (coreógrafo), Giovanni Agnelli (empresário) e Lord Attenborough (cineasta), que falavam de seus mundos na linguagem do risco. Por exemplo, no anúncio publicado na revista *The Economist*, em 1998,¹ Béjart afirma: “Dançar à beira de um vulcão é a mais bela metáfora que conheço para risco. E ter a coragem de correr riscos é a maior motivação para toda a dança”.

Contudo, a não ser em alguns contextos – como os da aventura, dos esportes radicais, dos fundos de investimento e da arte –, risco raramente é uma opção. De certo modo, não há vida sem risco. De modo geral, no entanto, nos deparamos com hierarquias de risco.² Qual o pior risco? Não ter um teto em cima da cabeça ou morar em casas precárias no pedaço de chão onde foi possível construir? Retomo a resposta de Alexandre quando perguntei por que seu pai havia levado a família para morar à beira de um córrego.

Mary Jane – Você me disse que, quando pequeno, morava numa casa que ficava à beira do córrego.

¹ THE ECONOMIST. Anúncio da Winthertur International, Oct. 31, 1998, p. 56-57.

² RHODES, T. Risk theory in epidemic times: sex, drugs and the social organization of “risk behavior”. *Sociology of Health and Illness*, [s.l.], v. 19, n. 2, p. 208-227, 1997.

Alexandre – *Ficava à beira do córrego.*

Mary Jane – *E, aí, você se mudou... Você sabe por quê?*

Alexandre – *Eu acho que... na verdade... também por conta disso, enchentes... Acredito que também a área não é uma área boa, meu pai já tinha consciência disso e acabou migrando, né? Hoje moramos na proximidade da rua Abílio César, na esquina da [rua] Campos Borges. Então talvez seja por isso, pelo fato de estar bem localizado em cima, na encosta do córrego, ele acabou mudando a casa, né? [...]*

Mary Jane – *Pensando na experiência dos seus pais, por que alguém constrói num lugar tão inóspito?*

Alexandre – *Na experiência dos meus pais... Se for tirar pela experiência dos meus pais, é a necessidade, né? No caso, eu sou o mais velho, né? Você vê o seu filho e você não tem uma moradia, de você poder... ter um lugar pra ficar com o seu filho, por exemplo, um lugar de segurança. Ou que te passe segurança, um teto em que você possa se abrigar, possa ter lugar onde fugir da chuva, de outras coisas que acontecem. Vem da necessidade, né?*

Chuvas que causam inundações fazem desabar essas moradias precárias ou geram deslizamentos. Porém, os desastres em áreas de vulnerabilidade geológica não ficam restritos às camadas mais pobres da população que, por falta de opção ou por pura ignorância, como diriam os mais preconceituosos, constrói de forma precária em áreas suscetíveis a deslizamentos e inundações. Para ilustrar, retomo um caso que nada tem a ver com a região dos mananciais da Represa de Guarapiranga.

Em fevereiro de 2013, as chuvas típicas de verão causaram bastante estragos na Serra do Mar, no caminho entre a capital e o litoral paulista. Uma dessas ocorrências abalou uma linda praia: Boiçucanga, no município de São Sebastião. Escorregamentos e inundações afetaram 1.500 famílias na cidade – quatrocentas casas só em Boiçucanga. Mas foi a morte de uma garotinha de 11 anos que teve maior repercussão.

No Brasil, infelizmente, mortes em desastres relacionados às chuvas são comuns. Segundo notícias de jornal analisadas por Arthur Rosa Filho e Ana Tereza Cortez,³

no país, entre 1928 (data do primeiro registro) e 2005 morreram 3.522 pessoas em consequência de escorregamentos. Em um deles, ocorrido em 1967 na Serra de Araras, na divisa entre os estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, estima-se que morreram 1.700 pessoas. Além das mortes, os escorregamentos causam enorme destruição, soterrando casas e abalando estruturas urbanas, como pontes, saneamento e iluminação.

No caso de Boiçucanga, tratava-se de uma família de classe média. A casa era bonita e localizada em um local paradisíaco, à beira de um rio – desses rios que na estiagem correm mansos, mas nas chuvas tornam-se torrenciais. A família já havia sido alertada pela Defesa Civil de São Sebastião de que se tratava de área de risco e, nas chuvas, tomava algumas precauções. Nesse dia fatídico, como já haviam sido alertados de que as chuvas extrapolariam os limites de segurança (índices pluviométricos que variaram de 80 a 120 mm de chuvas acumuladas em três dias), a mãe solicitou ajuda do órgão para ela e a filha do local, levando a menina para o andar de cima. Em dado momento, desceu para pegar um lanche para as duas e, ao olhar pela janela, viu uma onda gigantesca se aproximando. A onda levou casa, carros, móveis e, claro, mãe e filha. A mãe se salvou; a criança morreu.

Não foi apenas o volume de água decorrente das chuvas. Árvores haviam caído mais acima e represado o rio que, quando quebrou a barreira, formou uma onda gigantesca.

A Serra do Mar é região historicamente sujeita a escorregamentos, situação que vem se agravando por causa da ocupação desordenada do solo em regiões urbanas, como as periferias da cidade de São Paulo, ou de urbanização crescente, caso do Litoral Norte paulista. De acordo com Agostinho Ogura,⁴ nas geociências há dois fatores de risco a serem considerados na análise dos escorregamentos:

- a suscetibilidade, ou seja, a maior ou menor propensão para instabilização do solo decorrente de características geológicas e geomórficas do terreno somada aos valores de precipitação pluviométrica (superior a 200-250mm); e
- a vulnerabilidade, ou seja, a predisposição de pessoas, construções e outras materialidades serem afetadas por ocasião de um acidente. A vulnerabilidade está obviamente associada ao uso e ocupação do solo.

³ ROSA FILHO, A.; CORTEZ, A. T. C. A problemática socioambiental da ocupação urbana em áreas de risco de deslizamento da “Suíça Brasileira”. *Revista Brasileira de Geografia Física*, Recife, v. 3, p. 33-40, 2010.

⁴ OGURA, A. T. Mudanças climáticas e gestão de desastres naturais. In: MALAQUIAS, M. A. V. (Org.). *Temas de direito urbanístico 6 – Áreas de risco*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Ministério Público do Estado de São Paulo, 2011, p. 37-50.

Como resposta aos constantes problemas com inundações e escorregamentos, no estado de São Paulo, desde o final da década de 1980, foi instituído o Plano Preventivo de Defesa Civil (PPDC). Ele inclui o mapeamento das áreas de risco (nas encostas, assim como nas regiões urbanas) e o monitoramento da precipitação pluviométrica, previsão meteorológica e observações a partir de vistorias de campo. O PPDC é acionado durante o período chuvoso de dezembro a março. Esse é um sistema que vem sendo aperfeiçoado com a implementação da Política Nacional de Defesa Civil, instituída, em sua última versão, pela Lei 12.608, de 2012.⁵

O gerenciamento do risco de desastres, conforme discuti no primeiro capítulo do livro, é uma tarefa complexa, que inclui o monitoramento, o acesso à informação sobre sinais de alerta de movimentação do solo e medidas mais drásticas, como a remoção de moradores. Essa questão é ainda mais complexa quando examinamos áreas de periferias urbanas ocupadas de forma desordenada em decorrência da ausência de uma política urbana consistente, conforme discuti nos capítulos 3 e 5. Nessas áreas há um crescente entrelaçamento entre as dimensões sociais e ambientais da urbanização, que as caracterizam como tendo vulnerabilidade socioambiental.⁶

Em parte, trata-se da vulnerabilidade socioeconômica e civil discutida por Lúcio Kowarick.⁷ Todavia, para além dos modos de ocupação, que incluem formas diversas, de propriedades privadas em loteamentos regulares a loteamentos irregulares e clandestinos e favelas em áreas de suscetibilidade geológica, a questão se torna mais complexa por tratar-se de área de mananciais, supostamente protegidas por diversas legislações (conforme apresentado nos capítulos três e cinco). Há uma

tensão crescente entre duas arenas de direitos: o direito à moradia e o direito ao meio ambiente. Ambos têm a Constituição de 1988 – a “constituição cidadã” – como marco, mas sem que haja clareza sobre como devem ser geridos de modo a compatibilizar nossa casa individual com “nossa casa comum” – aquela discutida na encíclica do Papa Francisco.⁸

Esse debate torna-se necessariamente interdisciplinar e intersetorial e remete à complicada questão da responsabilização. Assim, o problema central nos capítulos que integram este livro é da ordem da complexidade, entendida, na acepção da teoria ator-rede, como rede heterogênea de *actantes*: pessoas e materialidades, como sismógrafos e radares, saberes e técnicas.

São muitos os *actantes*; são muitas as conexões e versões sobre o tema “viver em áreas de risco”. Algumas versões se pautam por interlocuções com não humanos, caracterizando a geomorfologia, monitorando índices pluviométricos, registrando sinais de movimentação do solo. É o caso dos engenheiros, geólogos, geógrafos e operadores da defesa civil. Outros, buscam soluções estabelecendo diretrizes para questões urbanas, incluindo as formas de ocupação do solo – urbanistas e ambientalistas, por exemplo. Uns são chamados para atuar na comunicação de riscos e na educação para prevenção de riscos. Outros são chamados para dar apoio quando ocorrem desastres. Tensões são deflagradas quando distintas noções de vulnerabilidades são performadas: promotores zelam por direitos no caso das vulnerabilidades civis; operadores da defesa civil zelam pela segurança daqueles que estão vulneráveis por exposição a riscos. Organizações civis, acadêmicos e agentes comunitários protestam e levantam indicadores de vulnerabilidade socioeconômica. Todos se pautam nos direitos constitucionais. E muitas metas louváveis ficam apenas nos discursos.

E eu, psicóloga social, o que aprendi nessa trajetória de pesquisa sobre áreas de risco na periferia de São Paulo? Em primeiro lugar, aprendi a fazer novas leituras da paisagem do outro lado do rio. Nas primeiras excursões nos territórios margeando a Estrada de M’Boi Mirim tudo parecia igualmente precário: a avenida, o comércio, as casas amontoadas nos morros. Uma gigantesca favela. Aos poucos, explorando bairros, visitando lugares, adentrando vielas, a paisagem ficou mais colorida e mais diversificada. Outra estética, distinta dos bairros arborizados da

⁵ BRASIL. Lei 12.608, de 10 de abril de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil – CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nºs 12.340, de 1ª de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 11 abr. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12608.htm>. Acesso em: 29 nov. 2017.

⁶ ALVES, H. P F.; ALVES, C. D.; PEREIRA, M. N.; MONTEIRO, A. M. V. Dinâmicas de urbanização na hiperperiferia da metrópole de São Paulo: análise dos processos de expansão urbana e das situações de vulnerabilidade socioambiental em escala intraurbana. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 141-159, 2010.

⁷ KOWARICK, L. *Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*. São Paulo: Editora 34, 2009.

⁸ Laudado Si. Libreria Editrici Vaticana, 2015.

Zona Sul paulistana. Mas nem por isso desprovida de encanto, de criatividade, da força de vontade de tornar mesmo o mais precário em moradias dignas. Essa foi uma primeira lição: a do respeito pela alteridade também nos modos de morar.

Em segundo lugar, aprendi que a psicologia social não é apenas uma área de diversidade, como costumamos dizer nas reuniões acadêmicas. É uma área transdisciplinar que se conecta com tantas outras: a história, a geografia; o direito, os estudos urbanos. Teria sido impossível entender a dinâmica das moradias em áreas de risco sem esses aportes.

Finalmente, aprendi a experimentar outros modos de fazer pesquisa e escrever. Aprendi muito com autores da teoria ator-rede, embora não tenha seguido seus métodos, e aprendi muito com colegas que experimentam outras maneiras de escrita, como Marcos Reigota, Rosineide Cordeiro, Luciana Kind, Dolores Galindo e Peter Spink. Espero que agrade!

Referências bibliográficas

- A HISTÓRIA DA LUTA PELA MORADIA. *Revista Guará*, São Paulo, a. 3, 2016.
- ALHEIROS, M. Introdução ao gerenciamento de áreas de risco. In: Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Programas Urbanos. *Curso de gestão e mapeamento de riscos socioambientais*. Brasília, 2008. p. 16.
- _____. O Plano Municipal de Redução de Risco. In: CARVALHO, C. S.; GALVÃO, T. (Org.). *Prevenção de riscos de deslizamentos em encostas: guia para elaboração de políticas municipais*. Brasília: Ministério das Cidades/Cities Alliance, 2006.
- ALMEIDA FILHO, N. Des-construindo o conceito de risco. In: _____ (Org.). *A clínica e a epidemiologia*. Salvador/Rio de Janeiro: APCE/Abrasco, 1992.
- ALVES, H. P. F.; ALVES, C. D.; PEREIRA, M. N.; MONTEIRO, A. M. V. Dinâmicas de urbanização na hiperperiferia da metrópole de São Paulo: análise dos processos de expansão urbana e das situações de vulnerabilidade socioambiental em escala intraurbana. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 141-159, 2010.
- ASSAD, F.A. *Negócios sociais no Brasil: oportunidades e desafios para o setor habitacional*. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- AYRES, J. R. C. M. *Sobre o risco: para compreender a epidemiologia*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- _____; CALAZANS, G. J.; SALETTI FILHO, H. C.; FRANÇA-JÚNIOR, I. Risco, vulnerabilidade e práticas de prevenção e promoção da saúde. In: CAMPOS, G.W. de S.; MINAYO, M. C. de S.; AKERMAN, M.; DRUMOND JÚNIOR, M.; CARVALHO, Y. M. de, (Org.). *Tratado de saúde coletiva*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.
- BAGGIO, U. A cidade na modernidade radicalizada: os movimentos de luta pela moradia. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 3, n. 4, p. 24-35, 1998.
- BALDIN, A. F. A. A presença alemã na construção da cidade de São Paulo entre 1820 e 1860. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- BECK, U. *Risk society: towards a new modernity*. Londres: Sage, 1992.

- _____. *Ecological politics in an Age of Risk*. Cambridge: Polity, 1995.
- _____. Risk society and the provident state. In: LASCH, S.; SZERSZYNSKI, B.; WYNNE, N. (Org.). *Risk, environment and modernity: towards a new ecology*. Londres: Sage, 1996.
- BERARDI, M. H. P. Santo Amaro. *História dos bairros de São Paulo*. Concurso de Monografias sobre a História dos Bairros de São Paulo. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo. Arquivo Histórico Municipal.
- BOHOLM, A. Comparative studies of risk perception: a review of twenty years of research. *Journal of Risk Research*, [...] v. 1, n. 2, p. 135-163, 1998.
- BONDUKI, N. *Origens da habitação social no Brasil*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- _____; FERREIRA, J. S. W. (Coord.). Projeto Pesquisa e Análise de Aplicação de Instrumentos de Planejamento Urbano Ambiental no Município de São Paulo. Relatório final. São Paulo: LabHab/FAU-USP, 2006.
- _____; BELLENZANI, M. A. Por uma política municipal para as Terras Indígenas. *CartaCapital*, São Paulo, 19 abr. 2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/por-uma-politica-municipal-para-as-terras-indigenas>>. Acesso em: 12 nov. 2017.
- BORELLI, E. A Bacia do Guarapiranga: ocupação em terras de mananciais e a legislação ambiental. *Política & Trabalho. Revista de Ciências Sociais*, [s.l.], n. 25, p. 189-189, out. 2006.
- BOULOS, G. *Por que ocupamos?* Uma introdução à luta dos sem-teto. 2. ed. São Paulo: Scortecci, 2014.
- BRASIL. Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm> (texto compilado). Acesso em: 12 nov. 2017.
- _____. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 5 out. 1988.
- _____. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. *Participação comunitária e implantação de Núcleos de Defesa Civil*. Brasília, 2004.
- _____. Ministério das Cidades. Instituto de Pesquisas Tecnológicas. *Mapeamento de riscos em encostas e margem de rios*. Brasília, 2007.
- _____. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Programas Urbanos. *Curso de gestão e mapeamento de riscos socioambientais*. Brasília, 2008.
- _____. Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nos 12.340, de 1 de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 11 abr. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12608.htm>. Acesso em: 28 nov. 2017.
- BRITO, G. Famílias culpam vazamento da Sabesp por interdição de 200 casas em São Paulo. *Rede Brasil Atual*, São Paulo, 17 mai. 2014
- _____. Famílias retiradas de casas em área de risco também reclamam de alta de aluguéis no bairro; segundo moradores, Prefeitura promete auxílio. *Rede Brasil Atual*, São Paulo, 17 maio 2014.
- CALVEZ, M.; PAICHELER, G.; SOUTEYRAND, Y. *Connaissances, représentations, comportements: sciences sociales et prévention du SIDA*. Paris: Agence Nationale de Recherches sur le SIDA (ANRS), 1994.
- CÂMARA MUNICIPAL EMBU DAS ARTES. *Câmara homenageia japoneses ilustres de Embu nos 105 anos de imigração ao Brasil*. Embu das Artes, 21 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.cmembu.sp.gov.br/noticias/149/camara-homenageia-japoneses-ilustres-de-embu-nos-105-anos-de-imigracao-ao-brasil>>. Acesso em: 13 nov. 2017.
- CANCIAN, R. Entradas e bandeiras: bandeirantes expandiram limites do Brasil. *UOL Educação*, 10 dez. 2007. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/entradas-e-bandeiras-bandeirantes-expandiram-limites-do-brasil.htm>>. Acesso em: 22 nov. 2017.
- CANDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito*: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2001.
- CANIL, K. et al. Municipal plan for the reduction of risks of landslides in areas with precarious habitation: a methodological approach. *Terrae*, [s.l.], v. 7, n. 1-2, p. 22-28, 2010.
- CANUTO, M. Moradores reclamam de entulho deixado em área desapropriada na zona sul. *SPTVI*, São Paulo, 29 abr. 2014 (6:36 min). Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/3312154/>>. Acesso em: 14 nov. 2017.
- CARRIL, L. *Quilombo, favela, periferia*: a longa busca da cidadania. São Paulo: Fapesp/Anna Blume, 2006.
- CARVALHO, A. C. V. de. *O direito à moradia e o direito ao meio ambiente*: conflitos e possibilidade de harmonização. 2008. 132 f. Dissertação (Mestrado em Direito da Cidade) - Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- COELHO, M. N. G. *O movimento sindical metalúrgico na zona sul de São Paulo: 1974-2000*. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo 2007.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Cartilha*: I Seminário Nacional de Psicologia das Emergências e dos Desastres. Contribuições para a Construção de Comunidades mais seguras. Brasília, DF: Finatec/UNB, 2006.
- COUTINHO, R. Q. Módulo 9: ações estruturais para redução de riscos. In: BRASIL. Ministério das Cidades. Instituto de Pesquisas Tecnológicas. *Mapeamento de Riscos em Encostas e Margem de Rios*. Brasília, 2007. p. 130-155.
- COVELLO, V. T.; MUMPOWER, J. Risk analysis and risk management: an historical perspective. *Risk Analysis*, [s.l.], v. 5, n. 2, p. 103-120, 1985.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Introdução: Rizoma. In: _____. *Mil Platôs*: capitalismo e esquizofrênia. Vol. I. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
- DI GIULIO, G. M. *Risco, ambiente e saúde*: um debate sobre comunicação e governança do risco em áreas contaminadas. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2012.
- _____; PEREIRA, N. M.; FIGUEIREDO, B. R. O papel da mídia na construção social do risco: o caso Adrianópolis, no Vale do Ribeira. *História, Ciências, Saúde-Magunhos*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 293-311, abr./jun. 2008.
- DOUGLAS, M. *Purity and danger*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1966.
- _____. *Risk acceptability according to the social sciences*. Nova York: Basic Books, 1986.
- _____. *Risk and blame*: essays in cultural theory. Londres: Routledge, 1992.

- _____; WILDAVSKY, A. *Risk and culture*. Berkeley: University of California Press, 1983.
- DUNSTER, H. J. Regulation of risks. In: THE ROYAL SOCIETY (Org.). *Proceedings of the Royal Society*. Londres: The Royal Society, 1981. p. 199.
- EMERSON, C.; HOLQUIST, M. (Ed.). *Speech genres and other late essays*. Austin, Texas: University of Texas Press, 1994.
- FISCHHOFF, B. Risk perception and communication unplugged: twenty years of process. *Risk Analysis*, [s.l.], v. 15, n. 2, p. 139, 1995.
- _____; WATSON, S. R.; HOPE, C. Defining risk. *Policy Sciences*, [s.l.], v. 17, n. 2, p. 123-139, 1984.
- FOUCAULT, M. *L'archéologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1969.
- _____. *O cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- _____. *Segurança, território, população*. Curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- FOWLKES, M. R.; MILLER, P. Y. Chemicals and community at Love Canal. In: JOHNSON, B. B.; COVELLO, V. T. (Org.). *The social and cultural construction of risk: essays on risk selection and perception*. Dordrecht, Holland: D. Reidel Publishing Company, 1987.
- FRANCO, M. H. P. Atendimento psicológico para emergências em aviação: a teoria revista na prática. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 10, n. 2, p. 177-180, 2005.
- _____. (Org.). *A intervenção psicológica em emergências: fundamentos para a prática*. São Paulo: Summus, 2015.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. *Déficit habitacional no Brasil 2013-2014*. Belo Horizonte, 2016.
- GIAVAROTTI, D. M. *O Jardim Ibirapuera da imposição à crise do trabalho*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- GIDDENS, A. Risk society: the context of British politics. In: FRANKLIN, J. (Org.). *The politics of risk society*. Cambridge: Polity, 1998. p. 23-34.
- GOHN, M. G. *História dos movimentos e lutas sociais*. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2012.
- HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do "fim do território" à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.
- HIDALGO, B. D. *As divisões territoriais do município de São Paulo: uma proposta de classificação por meio da análise de distritos*. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- HOOD, C. C. et al. Risk management. In: THE ROYAL SOCIETY. *Risk: analysis, perception and management*. Londres: The Royal Society, 1992.
- INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS. *Análise e mapeamento de riscos associados a escorregamentos em áreas de encostas e a solapamentos de margens de córregos em favelas do município de São Paulo* - Subprefeitura de M'Boi Mirim. Relatório n. 118.650-205. São Paulo: IPT, 2010.
- JOHNSON, B. B.; COVELLO, V. T. (Org.). *The social and cultural construction of risk: essays on risk selection and perception*. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1987.
- KADVANI, J. Varieties of risk representations. *Journal of Social Philosophy*, [s.l.], v. 28, n. 3, p. 123-143, 1997.
- KASPERSON, R. et al. The social amplification of risks: a conceptual framework. *Risk Analysis*, [s.l.], v. 8, n. 2, p. 177-187, 1988.
- KLINKE, A.; RENN, O. A new approach to risk evaluation and management: risk-based, precaution-based and discourse-based strategies. *Risk Analysis*, [s.l.], v. 22, n. 6, p. 1071-1094, 2002.
- KOWARICK, L. *Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*. São Paulo: Editora 34, 2009.
- KUBRUSLY, V. S. O sistema de gestão da bacia hidrográfica do Guarapiranga. In: : FRANÇA, E. (Coord.). *Guarapiranga: recuperação urbana e ambiental no município de São Paulo*. São Paulo: M. Carrilho Arquitetos, 2000, p. 235-249;
- LANGENBUCH, J. R. *A estruturação da Grande São Paulo: estudo de geografia urbana*. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro da Universidade de Campinas. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1971.
- LATOUR, B. *Reassembling the social*. Nova York: Oxford University Press, 2005.
- _____. *Jamais fomos modernos*. São Paulo: Editora 34, 2013/1991.
- LAW, J.; HASSARD, J. (Ed.). *Actor network theory and after*. Oxford: Blackwell Publisher, 1999.
- _____; MOL, A. *Complexities: social studies of knowledge practices*. Durham (EUA): Duke University Press, 2002.
- LAW, J.; SINGLETON, V. ANT, Multiplicity and policy. *Heterogeneities.net*, [s.l.], p. 9, 21 Feb. 2015. Disponível em: <<http://www.heterogeneities.net/publications/LawSingleton2014ANT-MultiplicityPolicy.pdf>>. Acesso em: 8 nov. 2017.
- LENCIONI, S. Mudanças nas metrópoles de São Paulo (Brasil) e transformações industriais. *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo, v. 12, p. 35, 1998. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/53733>>. Acesso em: 12 nov. 2017.
- LICHTENSTEIN, S. et al. Judged frequency of lethal events. *Journal of Experimental Psychology: Human Learning and Memory*, [s.l.], v. 4, n. 6, p. 551-578, 1978.
- MACHADO, G. Indígenas: terra, respeito e outros direitos. *Apartes. Revista da Câmara Municipal de São Paulo*, São Paulo, v. 13, mar./abr. 2013.
- MACHLIS, G. E.; ROSA, E. A. Desired risk: broadening the social amplification of risk framework. *Risk analysis*, [s.l.], v. 10, n. 1, p. 161-168, 1990.
- MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Org.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 121-192.
- MARTINS, M. H. da M. *O uso de tecnologias de comunicação de riscos para prevenir desastres*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.
- MENDES, D; CARVALHO, M. C. W. de. A ocupação da bacia do Guarapiranga: perspectiva histórico-urbanística. In: FRANÇA, E. (Coord.). *Guarapiranga: recuperação urbana e ambiental no município de São Paulo*. São Paulo: M. Carrilho Arquitetos, 2000.
- MIRANDA, L. F. A. O deserto dos mestiços: o sertão e seus habitantes nos relatos de viagem do início do Século XIX. *História*, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 622, 2009.

- MOL, A. Ontological politics: a word and some questions. In: LAW J.; HASSAD, J. (Ed.). *Actor network theory and after*. Oxford: Blackwell Publisher, 1999. p. 74-89.
- _____. *The body multiple: ontology in medical practice*. Durham (EUA): Duke University Press, 2002.
- MORETTI, J. Áreas de risco ocupadas por assentamentos informais: conflito entre enfrentamento de riscos ambientais e afirmação do direito à moradia. *Magister de Direito Ambiental e Urbanístico*, Brasília, v. 9, n. 50, p. 37-58, 2013.
- MULLER, D. P. *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo: ordenado pelas leis municipais de 11 de abril de 1836 a 10 de março de 1837*. 3 ed. fac-similada, com introdução de Honório de Sylos. São Paulo: Governo do Estado, 1978.
- NASIASENE, A. *A geografia da cultura caipira como resultado do processo histórico bandeirantista. Rota Mogiana*, [s.l.], 10 ago. 2012. Disponível em: <<http://www.rotamogiana.com/2012/08/a-cultura-caipira-como-resultado-do.html>>. Acesso em: 3 mai. 2017.
- NICHOLSON, B. *São Paulo Yacht Club 100: 1917-2017*. São Paulo: SPYC, 2017.
- NOGUEIRA F. R. *Gerenciamento de riscos ambientais associados a escorregamentos: contribuição às políticas públicas municipais para áreas de ocupação subnormal*. Tese (Doutorado em Geociências) - Instituto de Geociências e Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2002.
- OGURA, A. T. Mudanças climáticas e gestão de desastres naturais. In: MALAQUIAS, M. A. V. (Org.). *Temas de direito urbanístico 6 – Áreas de risco*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Ministério Público do Estado de São Paulo, 2011.
- OKUBARO, J. *O súdito*. São Paulo: Terceiro Nome, 2006.
- OLIVEIRA, J. H. P. de. *As múltiplas dimensões da participação grupal: um estudo de caso sobre um clube de mães da Zona Sul de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.
- PASTERNAK, S. Loteamentos irregulares no município de São Paulo: uma avaliação espacial urbanística. *Planejamento e Políticas Públicas*, [s.l.], v. 1, p. 133, 2010.
- PIDGEON, N. et al. Risk perception. In: ROYAL SOCIETY. *Risk: analysis, perception and management*. Report of a Royal Society Study Group. Londres, 1992. p. 89-134.
- PREFEITURA DE SÃO PAULO. Prefeitura Regional de Santo Amaro. *Histórico: as contradições e os séculos da história de Santo Amaro*. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/regionais/santo_amaro/historico/index.php?p=450>. Acesso em: 21 nov. 2017.
- _____. Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras. Áreas de risco. Mapeamento é uma importante ferramenta para redução das áreas de risco. *Prefeitura.sp.gov*, [s.d.]. Disponível em: <http://www3.prefeitura.sp.gov.br/saffor_bueiros/FormsPublic/serv2AreasRisco.aspx>. Acesso em: 2 maio 2014.
- PRIEST, G. L. The new legal structure of risk control. *Daedalus*, [...], v. 119, n. 4, p. 207-227, 1990.
- RADFORD, T. Double Jeopardy. *The Guardian Weekend*, Londres, p. 20-29, May 23 1998.
- RENN, O. Three decades of risk research: accomplishments and new challenges. *Journal of Risk Research*, [s.l.], v. 1, n. 1, p. 49-71, 1998.
- RHODES, T. Risk theory in epidemic times: sex, drugs and the social organization of “risk behavior”. *Sociology of Health and Illness*, [s.l.], v. 19, n. 2, p. 208-227, 1997.
- RIBEIRO, B. Casas interdidas na zona sul são saqueadas. *O Estado de S.Paulo*, São Paulo, 3 maio 2014.
- ROSA FILHO, A.; CORTEZ, A. T. C. A problemática socioambiental da ocupação urbana em áreas de risco de deslizamento da “Suíça Brasileira”. *Revista Brasileira de Geografia Física*, Recife, v. 3, p. 33-40, 2010.
- ROSA, E. A. Metatheoretical foundations for post-normal risk. *Journal of Risk Research*, [s.l.], v. 1, n. 1, p. 28, 1998.
- ROYAL SOCIETY. *Risk: analysis, perception and management*. Report of a Royal Society Study Group. Londres, 1992.
- SALES, M. M. L. de; FRANÇA, E.; FILARDO JUNIOR, A. S. Aspectos da formação da represa e principais transformações. In: FRANÇA, E. (Coord.). *Guarapiranga: recuperação urbana e ambiental no município de São Paulo*. São Paulo: M. Carrilho Arquitetos, 2000. p. 69-113;
- SANTORO, P. F.; FERRARA, N.; WHATELY, M. *Mananciais: diagnóstico e políticas habitacionais*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2009.
- SANTOS, R. M. dos; BUONFIGLIO, L. V.; HATO, J. T.; REIS, A.; COSTA, T. C. Análise geográfica da relação socioambiental em unidades de paisagem da APA Capivari-monos no ano de sua criação. *Terceiro Incluído. NUPEAT-IESA-UFG*, Goiânia, v. 3, n. 2, p. 11-39, jul./dez., 2013.
- SÃO PAULO (município). Lei 7.688, de 30 de dezembro de 1971. Dispõe sobre a instituição do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do município de São Paulo – PDDI – SP, e dá outras providências. Disponível em: <<http://cmspbdoc.inf.br/iah/fulltext/leis/L7688.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2017.
- _____. Lei 7.805, de 1 de novembro de 1972. Dispõe sobre o parcelamento, uso e ocupação do solo do município, e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/1972/780/7805/lei-ordinaria-n-7805-1972-dispoe-sobre-o-parcelamento-uso-e-ocupacao-do-solo-do-municipio-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 14 nov. 2017.
- _____. Lei 8.769, de 31 de agosto de 1978. Dispõe sobre parcelamento, uso e ocupação do solo no município, nas zonas de uso especial z8, nas áreas especiais de urbanização, e dá outras providências. Disponível em: <<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-8769-de-31-de-agosto-de-1978/>>. Acesso em: 14 nov. 2017.
- SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO. *Alteração de decreto permite construção de moradias em terreno da zona sul*. São Paulo, 12 nov. 2014. Disponível em: <<http://www.capital.sp.gov.br/noticia/alteracao-de-decreto-permite-construcao-des>>. Acesso em: 27 nov. 2017.
- SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO. Plano Diretor de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais de São Paulo. São Paulo, 12, jul. 2012.
- SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE. SPObras. *Relatório de Impactos Ambientais do Prolongamento da Avenida Carlos Caldeira Filho com implantação de corredor de ônibus e canalização do córrego Água dos Brancos*. São Paulo, 30 jun. 2014.
- SHORT Jr., J. F. The social fabric at risk: toward the social transformation of risk analysis. *American Sociological Review*, [s.l.], v. 49, p. 711-724, Dec. 1984, p.711.
- SILVA, M. H. M. B. *Terra e moradia: que papel para o município?* Tese (Doutorado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

- SILVA, J. C. B DA; MENEZES, J. de A. O risco de desastre e as cidades: uma análise discursiva sobre práticas em defesa civil. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, v. 50, n. 2, p. 528-547, jul./dez. 2016.
- SILVA, S. L.A. *As múltiplas dimensões do risco para pessoas que convivem com inundações recorrentes: o caso de moradores da Vila América, Santo André/SP*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.
- SILVAH, José. Com casas interdadas, moradores da favela Erundina sofrem para achar imóveis. *CartaCapital*, São Paulo, 23 maio 2014.
- SIRIANI, S. C. L. Os descaminhos da imigração alemã para São Paulo no século XIX: aspectos políticos. *Almanack brasileiro*, São Paulo, n. 2, p. 91-100, 2005.
- SIRIANI, S. C. L. *Uma São Paulo alemã*. São Paulo: Daesp/Imesp, 2003; RIBEIRO, E. M. H. Os alemães dos núcleos coloniais de Santo Amaro e Itapeverica da Serra (1831-1914). Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- SLOVIC, P.; FISCHHOFF, B.; LICHTENSTEIN, S. Facts and fears: understanding perceived risks. In: SCHWING, R. C.; ALBERS, W. A. (Org.). *Societal risk assessment*. Nova York: Plenum, 1980.
- SPINK, M. J. (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortez, 1999. Disponível em: <<http://www.bvce.org.br/LivrosBrasileirosDetalhes.asp?IdRegistro=261>>. Acesso em: 10 nov. 2017.
- _____. Contornos do risco na modernidade reflexiva: contribuições da psicologia social. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 12, n. 1/2, p. 156-173, 2001.
- _____. Trópicos do discurso sobre o risco: risco-aventura como metáfora na modernidade tardia. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 6, p. 1277-1311, 2001.
- _____. Sobre a promoção da saúde: tensões entre o risco na modalidade da aventura e as estratégias contemporâneas de biocontrole. In: JACÓ-VILELA, A. M.; SATO, L. (Org.). *Diálogos em psicologia social*. Porto Alegre: Evangraft, 2007.
- _____. Posicionando pessoas como aventureiros potenciais: imagens de risco-aventura em matérias de revista. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 20 (Edição Especial), p. 50-60, 2008.
- _____. Estilos de vida saudável e práticas de existência: fronteiras e conflitos. In: BERNARDES, J.; MEDRADO, B. (Org.). *Psicologia social e políticas de existência: fronteiras e conflitos*. Maceió: Abrapso, 2009.
- _____. Comunicação sobre riscos, biopolítica e a reconfiguração possível do cuidado. In: PINHEIRO, R.; SILVA JR., A. G. (Org.). *Por uma sociedade cuidadora*. Rio de Janeiro: Cepesc, 2010.
- _____. Ser fumante em um mundo antitabaco: reflexões sobre riscos e exclusão social. *Saúde & Sociedade*, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 481-496, 2010.
- SPINK, M.J. Ponderações sobre o descaso com nossas águas. In: SEMINÁRIO DE PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS. Mesa: *Falta de água, impactos na subjetividade humana e as responsabilidades das políticas públicas*. São Paulo: Conselho Regional de Psicologia SP, 27 mar. 2015.
- _____. et al. *Considerações sobre o uso e a proteção dos mananciais em M'Boi Mirim*: a linha de tempo da legislação como contribuição para entender as tensões atuais no território. São Paulo: Fórum de Pesquisadores de M'Boi Mirim, 28 out. 2016.
- _____.; MEDRADO, B.; MELLO, R. P. Perigo, probabilidade e oportunidade: a linguagem dos riscos na mídia. *Psicologia, Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 151-164, 2001.
- _____.; MENEGON, V. M. Práticas discursivas como estratégias de governamentalidade: a linguagem dos riscos em documentos de domínio público. In: IÑIGUEZ, L. R. (Org.). *Manual de análise do discurso em Ciências Sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- _____.; GALINDO, D.; CAÑAS, A.; SOUZA, D. Onde está o risco? Os seguros no contexto do turismo de aventura. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 81-89, 2004.
- _____.; LISBOA, M. S.; RIBEIRO, F. G. A construção do tabagismo como problema de saúde pública: uma confluência entre interesses políticos e processos de legitimação científica. *Interface*, Botucatu (SP), v. 13, n. 29, p. 165-177, 2009.
- _____.; MENEGON, V. M.; MEDRADO, B. Oficinas como estratégia de pesquisa: articulações teórico-metodológicas e aplicações ético-políticas. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 32-43, 2014.
- _____.; SPINK, P. Organizational psychology and social issues: the place of the place. In: PARKER, I. (Org.). *Handbook of critical psychology*. East Sussex, UK: Routledge, 2015.
- _____.; SPINK, P. Pesquisar o/no cotidiano: reflexões sobre a noção de lugar, território e redes de associação. *Quaestio: Revista de Estudos da Educação*, v. 19, n. 3, p. 591-605, dez. 2017.
- SPINK, P. K. Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 29, jul./dez. 2003.
- _____.; SILVA, G. T. Beyond policy: public action languages and governance from a Brazilian perspective. In: WORLD CONGRESS OF POLITICAL SCIENCE, 23rd, 20-24 July 2014, Montreal, Canada.
- SPOLAOR, J. *A construção de uma cultura de riscos de desastre em Blumenau, SC: análise da cobertura das enchentes de 2008 e 2011 pelo Jornal de Santa Catarina*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.
- SPOSATI, A. (Org.). *Mapa da inclusão/exclusão da cidade de São Paulo III*. São Paulo: Cedesp/PUC-SP, 2013.
- _____. *Cidade em pedaços*. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- STARR, C. Social benefits versus technological risk. *Science*, [s.1.], v. 165, p. 1232-1238, 1969.
- TAVANTI, R. M. *Risco, desastre e prevenção: um estudo sobre estratégias coletivas na ótica de adolescentes moradores do bairro do Jaçaná – São Paulo/SP*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.
- _____.; SPINK, M. J. Ações locais e prevenção: um estudo com adolescentes que vivem em áreas de risco socioambiental. *Saúde e Ambiente*, Três Lagoas (MS), v. 17, n. 4, p. 213-132, 2014.
- TELLES, V.; CABANES, R. (Org.). *Nas tramas da cidade*. São Paulo: Humanitas, 2006.
- UNITED NATIONS. Committee on Economic, Social and Cultural Rights. *General Comment n° 04: the right to adequate housing* (art. 11, para. 1). Genebra, 1991. Disponível em: <<http://www.unhcr.ch/tbs/doc.nsf/0/469f4d91a9378221c12563ed0053547e>>. Acesso em: 03 dez. 2017.
- _____. General Assembly, Economic and Social Council. *Final report of the Scientific and Technical Committee of the International Decade for Natural Disaster Reduction*. Genebra, 1999. p. 4.
- _____. *Final report of the Scientific and Technical Committee of the International Decade for Natural Disaster Reduction*. Genebra, A/54/132/Add.1, 1999.

- WALSH, E. J. Challenging official risk assessments via protest mobilization: the TMI case. In: JOHNSON, B.; COVELLO, V. T., D. Reidel Publishing Company, 1987.
- WHATELY, M.; CUNHA, P. (Org.). *Seminário Guarapiranga: proposição de ações prioritárias para garantir água de boa qualidade para abastecimento público*. São Paulo: Instituto Socio-ambiental, 2006
- WILDAVSKY, A.; DAKE, K. Theories of risk perception: who fears what and why? *Daedalus*, [s.l.], v. 119, n. 4, p. 41-60, 1990.
- WYNNE, B. May the sheep safely graze? A reflexive view of the expert-lay knowledge divide. In: LASCH, S.; SZERSZYNSKI, B.; WYNNE, B. (Org.). *Risk, environment and modernity: towards a new ecology*. Londres: Sage, 1996. p. 44-83.
- YATES, J. F.; STONE, E. R. The risk construct. In: YATES, J. F. (Org.). *Risk-taking behavior*. Oxford: John Wiley and Sons, 1992.
- ZENHA, E. A colônia alemã de Santo Amaro: sua instalação em 1829. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, Ano XVI, v. CXXXII, p. 1, 1950.





Nascida em Rio Grande (RS), Mary Jane Paris Spink é uma genuína pesquisadora e educadora. Como Paulo Freire, acredita que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. Assim, movida pela inquietação criativa (do tipo que desloca verdades instituídas), construiu uma longa e sólida trajetória profissional.

Sua atuação se inicia na década de 1970, após formação em psicologia na USP, já marcada por forte encantamento pela psicologia social. Concluiu pós-graduação nesta área na University of London (1982) e atua, desde então, em pesquisas e projetos de intervenção relacionados à saúde, numa perspectiva ampla, embasada numa abordagem interdisciplinar que tem o cotidiano como locus de investimentos intelectuais, éticos e políticos.

Já publicou mais de 140 itens (entre livros, artigos e capítulos de livro). Como docente, já orientou mais de quarenta estudantes em iniciação científica e pelo menos 138 trabalhos de pós-graduação, colaborando na formação de profissionais que atuam hoje em diferentes regiões do Brasil e em outros países. Desde 1987, atua como docente (hoje como professora titular) na PUC-SP, onde coordena o Núcleo de Pesquisa sobre Práticas Discursivas no Cotidiano: direitos, riscos e saúde. É bolsista de Produtividade do CNPq desde 1998.

Benedito Medrado

Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia
da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

O direito à moradia

A contraposição entre o direito à moradia e a preservação dos mananciais, a dinâmica perversa da expansão urbana no município de São Paulo, a prevenção de desastres em regiões vulneráveis do ponto de vista socioambiental, a controvérsia sobre definições de risco: são muitos os temas e muitas as disciplinas que se cruzam neste livro, que resulta de muitos anos de pesquisas sobre moradias em áreas de risco no Jardim Ângela e Jardim São Luís, Prefeitura Regional de M'Boi Mirim, em São Paulo.

Muitos actantes não humanos (como córregos, deslizamentos de terra e obras) são protagonistas neste livro. Eles se somam às vozes de moradores, administradores, participantes de associações como a Sociedade Santos Mártires, pesquisadores e alunos de mestrado e doutorado, cidadãos de distintas procedências teóricas e políticas e ativistas que ajudaram a construir a narrativa, na qual diversas óticas se misturam e temas de cunho mais teórico recebem um colorido especial por meio de estudos de casos.

ISBN 978-85-7816-203-0



9 788578 162030

ISBN 978-85-283-0598-2



9 788528 305982

